

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

A CPI DO FUTEBOL: agendamento e processualidades sistêmicas.

Antonio Guilherme Schmitz Filho

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

São Leopoldo, abril de 2005

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

S455c Schmitz Filho, Antonio Guilherme
**A CPI do futebol: agendamento e processualidades sistêmicas /
por Antonio Guilherme Schmitz Filho. – 2005.**

291f.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2005.

“Orientação: Prof^o. Dr. Ronaldo César Henn, Ciências da
Comunicação”.

1. Articulações midiáticas. 2. Processualidades sistêmicas. 3.
Retro-alimentação. I. Título.

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Carla Inês Costa dos Santos - CRB 10/973

À Eliziane, verdadeiro amor e fonte das minhas motivações;
 À Giulia, primeira luz do nosso amor;
À Giana vida e graça em todos os momentos;
 Ao amigo Ronaldo pelo zelo e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A boa vontade também é entrópica,
Mesmo que em dissipação
Ela se reverte e transforma a justiça em algo real.
Agradeço a todos que, de boa vontade, fizeram parte deste processo!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.2 ANTRAZ, CPI & FUTEBOL	11
2 METODOLOGIA	16
2.1 ROTEIRO DE INDAGAÇÕES	18
2.2 PLANILHA DE ANÁLISE E INSTRUÇÕES DE USO	18
3 SISTEMAS	22
3.1 DISCUSSÃO SOBRE PERSPECTIVAS SISTÊMICAS	22
3.1.1 AÇÃO CARTOGRÁFICA: ajuste de foco	47
3.2 SISTEMA MUDIÁTICO/JORNALÍSTICO	50
3.2.1 AGENDAMENTO	50
3.2.2 NOTICIABILIDADE/NOTÍCIA/NOTICIÁRIO	64
3.2.3 ESPAÇO MUDIÁTICO	73
3.3 SISTEMA CULTURAL/ESPORTIVO	89
3.3.1 A CULTURA COMO SISTEMA	89
3.3.2. O ESPORTE COMO INTEGRANTE DO SISTEMA CULTURAL	93
3.3.2.1 O FUTEBOL NA CULTURA BRASILEIRA	95
3.3.3 A MUDIATIZAÇÃO DO SISTEMA CULTURAL/ESPORTIVO	104
3.4 O SISTEMA POLÍTICO MUDIATIZADO	121
3.4.1 A ASCENSÃO DAS CPI's	128
3.4.2 A TV SENADO	130
3.4.3 TV E SUAS ESPECIFICIDADES	136
4 CPI DO FUTEBOL	146
4.1.1 PLANILHA – JUCA KFOURI	155
4.1.2 PLANILHA – WANDERLEY LUXEMBURGO	171
4.1.3 PLANILHA – RICARDO TEIXEIRA	187
4.1.4 ANÁLISES	200
5 CONCLUSÃO	214
BIBLIOGRAFIA	221
LIVROS	221
JORNAIS	227
ANEXOS	230
ANEXO I	230
ANEXO II	234

RESUMO

Este trabalho investiga um conjunto de sistemas sógnicos, sobretudo os que se materializam nas transmissões da CPI do Futebol pela TV Senado. A estratégia em curso objetiva compreender o papel desempenhado pelos mesmos na criação de possibilidades de agendamento da CPI. Para tanto, são levadas em conta as relações sistêmicas entre os campos jornalístico, político e esportivo. Enfatizando-se, sobretudo, o processo midiático estabelecido na construção do acontecimento, a análise ocupa-se dos depoimentos à TV Senado, selecionados de acordo com a tematização e ordenados em uma planilha baseada nas diversas estratégias midiáticas acionadas para dar visibilidade à *CPI do Futebol*. É intenção verificar, principalmente, a autonomia da agenda midiática e das outras agendas no engendramento e na circulação do sistema produtivo em processo. A revisão dos fatos produzidos midiaticamente possibilita o desenvolvimento de uma análise centrada na perspectiva de produção que gerou a CPI, bem como o reconhecimento dos fatores e aspectos que determinaram sua construção, com destaque para a sobredeterminação dos fluxos de interesses oriundos da processualidade sistêmica. Objetiva-se visualizar de forma mais consistente as diversas tensões e retro-alimentações entre os sistemas envolvidos e o ambiente, com destaque para as articulações midiáticas.

ABSTRACT

This work develops itself by intermediary of reading exercise of a set sign systems, all about that materialize themselves in the transmission of Football CPI by Senado t.v. The strategy in course, aims to comprehend the role acquitted by the same in possibilities creation of agenda-setting CPI. Thus, are considering the systemics relationship among journalistic, politician, and, sporting field. Emphasizing the mediatic process determinated in construction of happening, the analysis engages itself of depositions to Senado tv selected according with the thematics and ordinated in a worksheep, based in several mediatic strategies actioned to give visibility to the Football CPI. It's intention to verify mainly the agenda mediatic autonomy and other agendas in circulation of the productive systems in the process. The revision of facts produced in mediatic enables the development of analysis centralized in the perspective of production that engendered the CPI well as the acknowledgment like aspects and factors that has been determinated in its construction, detaching to over-determination of interests current originated of the systematic process. Concluding, this research aims to visualizes in a conscious way various tensions and backward feed between involved systems and ambient with special attention to the articulations of mediatic.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar os procedimentos midiáticos acionados na constituição e no desenrolar da CPI do Futebol, implantada no Senado Federal em 14.09.2000. A partir de sua veiculação pela TV Senado e do material jornalístico publicado sobre o assunto, pretende-se investigar quais as estratégias e os dispositivos articulados para a produção de sentido em diferentes momentos do processo do seu encaminhamento.

O foco analítico se localiza especialmente na produção midiática e em diferentes manifestações, privilegiando-se a exibição das sessões na TV Senado e na maneira como elas entrecruzaram-se na geração de novas situações de produção social e nas conseqüências advindas desta produção.

Através do exercício de leitura de um conjunto de sistemas sógnicos, sobretudo os que se materializam nas transmissões da TV Senado, busca-se compreender o papel desempenhado pelos mesmos na criação de possibilidades de agendamento da CPI parlamentar. Para isso, levam-se em conta as relações sistêmicas entre os campos jornalístico, político e esportivo, enfatizando-se o processo midiático na construção deste acontecimento: a CPI do Futebol.

Desta maneira, a análise tomará como base os depoimentos à TV Senado, selecionados de acordo com a tematização e ordenados em uma planilha baseada nas diversas estratégias midiáticas acionadas para dar visibilidade ao acontecimento *CPI do Futebol*. Pretende-se verificar, sobretudo, a autonomia da agenda midiática e das outras agendas no engendramento e na circulação do sistema produtivo em processo.

A opção pela escolha das sessões transmitidas pela TV Senado, como foco de análise, é porque a partir delas pode-se perceber uma série de articulações fundamentais para esta pesquisa: a visibilidade, a espacialidade, a abrangência, a narratividade, o estilo e as conectividades que estas sessões midiáticas engendram. As transmissões possuem uma composição de aspectos que ofertam ao consumidor

diversos atrativos determinantes para o estabelecimento de *pactos de credibilidade*. Especialmente dentro do espaço jornalístico reservado ao esporte, elas se apresentam em situação de destaque e em condições de estabelecer um vínculo imediato no sentido de interpelar o leitor para a oferta especial que ali se encontra.

A hipótese de partida é que os fatos jornalísticos produzidos agiram sobre o espaço político (CPI), indicando em dados momentos, através de estratégias próprias de funcionamento, os caminhos e os destinos da política e de seus atores, no referente à antecipação e condução de acontecimentos, considerando-se, fundamentalmente, a condição de tensão entre sistemas e a própria tensão interna dada no sistema jornalístico, via agenda. Por outro lado, na medida em que a CPI toma corpo nas transmissões da TV Senado, ela como que se submete às lógicas deste novo enquadramento, ganhando certa autonomia e redefinindo as agendas que a geraram.

A revisão dos fatos produzidos midiaticamente possibilita uma análise centrada na perspectiva de produção que gerou a CPI, bem como os fatores e aspectos que determinaram sua construção. Caracterização esta que cerca satisfatoriamente o contexto organizativo/produtivo da CPI, em que se destacam os fluxos de interesses oriundos da processualidade sistêmica de campos, que neste caso, sobredeterminaram-se. Em decorrência disso, as relações sistêmicas relevantes ao recorte analítico proposto serão visualizadas de forma mais consistente, especialmente as diversas tensões e retroalimentações entre os sistemas envolvidos e o ambiente.

Para tanto, postula-se o seguinte problema: Quais as marcas e a natureza das relações sistêmicas entre jornalismo/mídia, esporte e política engendradas na CPI do Futebol encenada na TV Senado? De que forma a TV Senado orchestra os procedimentos midiáticos e políticos e traduz todos estes processos?

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro se tem a introdução e um breve apanhado sobre o desenrolar da CPI do Futebol. O segundo capítulo contém a metodologia idealizada sob uma ação cartográfica. Nela é apresentado um roteiro

que serviu como esboço à primeira planilha de análise (crescimento da corrupção e das falcatruas e a forma como os ritos, parlamentar e televisivo, se imbricaram). O capítulo três apresenta uma discussão sobre as perspectivas sistêmicas pensadas a partir do fenômeno da cultura, da política e da comunicação. Através das perspectivas adotadas, se propõe uma ação cartográfica com a função de ajuste de foco para os mapas sistêmicos desenhados.

Ainda no capítulo três, é abordado o sistema midiático/jornalístico que se subdivide em agendamento, noticiabilidade e mídia. Em seguida, é apresentado o sistema cultural/esportivo que faz referência à cultura como sistema, ao esporte como integrante deste sistema cultural, a importância que o futebol possui dentro da cultura brasileira e a forma como o sistema cultural/esportivo se midiaticiza. O capítulo é encerrado com considerações acerca do sistema político midiaticizado, em que se frisa a importância assumida pelas CPI's no Brasil e a constituição da TV Senado como uma emissora legislativa de peso.

O quarto capítulo inicia com uma resenha da CPI do Futebol. Em seguida é apresentado o módulo de análise/decupagens, com as planilhas de Juca Kfourri, Wanderley Luxemburgo e Ricardo Teixeira. Nesta etapa de passagem, do primeiro formato de planilha para o segundo, surgem os articuladores sistêmicos e os modos de tratamento atribuídos a eles na CPI, o que dá curso para a formulação das análises que encerram o capítulo.

Como complemento, se tem nos anexos o requerimento de instalação da CPI do Futebol, a capa da revista Ele Ela (que faz referência a uma personagem da CPI) e as primeiras planilhas, com as marcas de análise, que indicam os processos que desembocaram nas planilhas finais.

1.2 ANTRAZ, CPI & FUTEBOL

Um acontecimento com todos os ingredientes de um *GIALLO*¹. Essa foi a CPI do Futebol. Um filme policial dos melhores, com tramas, intrigas, dinheiro, acordos, tramóias, negociatas internacionais, bandidos e mocinhos, drogas, paixões mal resolvidas, sexo, badalações e muita cara-de-pau; tudo na TV (Senado). Foi um seriado acompanhado por telespectadores Brasil afora e com a mais completa cobertura da mídia.

Às vésperas da conclusão e do encaminhamento do relatório final da CPI, em outubro de 2001, a segurança do Senado Federal isolou a área de trabalho do senador Álvaro Dias (presidente da mesma), pois uma carta contendo pó branco chegou ao seu gabinete. A CPI do Futebol acabava de entrar na era da Guerra Bacteriológica e do Terrorismo. Foram duas semanas de neurose e ingestão de medicamentos por conta dos temíveis efeitos do “Antraz”.

Futebol no Brasil é isso aí! Sujeito a passionalidade de todos os lados. Idolatria gerada na mais tenra infância, em pátios, terrenos baldios, escolas, calçadas e parques. Paixão que se “estrebucha” pelas façanhas heróicas decantadas e recontadas em épicos cheios de *glamour*. Entusiasmo fanático de um país que se vê soberano e sobrepuja potências mundiais com gestos moleques, travessuras e ginga. Futebol, paixão que no Brasil é o *impossível em ato* como prova do mais puro desrespeito a qualquer lógica estabelecida.

E como a paixão, o futebol não fica somente dentro das quatro linhas: transcende a tudo e a todos. E em nome desta, de olho na cartolagem, torna-se inquérito apurando denúncias de longa data. Ele investiga a sonegação de Imposto de Renda no futebol, que entre 1992 e 1998, movimentou cerca de US\$ 100 milhões em transferências de jogadores sem o pagamento dos impostos devidos. Revisa a aplicação de R\$ 23,75 milhões em multas realizadas pela Receita Federal a jogadores,

empresários e técnicos em conformidade a irregularidades constatadas no imposto de renda. Apura fraudes contra a Previdência, a exemplo do presidente da Federação Paranaense, Onaireves Moura, preso por 29 dias pela apropriação de R\$ 525.605,00, quantia que deveria ter depositado entre 1995 e 1997. Para se ter uma idéia, se pegando somente os 57 principais clubes e federações de futebol, o débito à Previdência, na ocasião, era de R\$ 180 milhões.

Também apura e detecta a falsificação de passaportes, como no caso do jogador Edu, à época no Corinthians, negociado com o futebol inglês e barrado no continente europeu pelo porte de documentação falsa. Analisa cuidadosamente o contrato da Nike com a CBF, assinado em 1996. Contrato esse que garantia à empresa dez anos de exclusividade no fornecimento de material esportivo à seleção brasileira e lhe dava o direito de realizar cinco amistosos por ano, com pelo menos cinco jogadores titulares em campo. A Nike ainda podia acionar a CBF em qualquer lugar do mundo e, se caso a entidade máxima do futebol brasileiro desejasse entrar com uma ação contra, poderia recorrer somente a um tribunal de Zurique, na Suíça.

Como principal algoz deste prolongado suplício (CPI do Futebol) surge o jornalista Juca Kfourir. Tudo veio à baila, além do regular e característico posicionamento crítico de Juca em relação às falcatruas no futebol, através de uma entrevista a um grupo de jornalistas à Revista Caros Amigos em maio de 1997. Na oportunidade, ele relata uma série de episódios concatenados e coloca o todo poderoso homem do futebol, João Havelange, e o então genro deste, Ricardo Teixeira, no olho de um furacão sem direito a retorno.

Para piorar as coisas e desencadear de vez os ânimos investigativos no Brasil, a *imbatível* seleção nacional de futebol perde a final da Copa de 1998. Seríamos **PENTA!** Seríamos, mas não fomos! E tudo frente a uma cobertura televisiva jamais vista, com um batalhão de comentaristas, jornalistas e especialistas de todo o gênero, compondo um verdadeiro arsenal de emissoras de canal aberto: GLOBO, SBT,

¹ Do italiano: romance policial.

BAND, MANCHETE, RECORD e TVE. A magnitude da coisa era tamanha que além das intermináveis mesas redondas no final de noite, após os jogos da seleção, o SBT produziu uma mesa quadrada composta só por mulheres e comandada por Jô Soares.

Se até então se pensava que o futebol era esmiuçado e privilegiado midiaticamente, uma nova era foi inaugurada com tamanha visibilidade. Tornou-se impossível para aquele mais cético ou contrário ao futebol dizer que não sabia do que se tratava ou o que estava acontecendo.

Imediatamente surgiu um culpado para *o fracasso*: Ronaldinho e o inexplicável episódio convulsivo na concentração antes da partida final frente aos franceses. Envenenamento, medicação indevida, uso demasiado do celular, brigas entre seu pai e sua mãe, traição de sua namoradinha, entre outros, foram as causas apuradas da suposta queda de nosso inabalável herói. Ao final de tudo, o grande veredicto. Tcham, tcham, tcham, tcham: **a NIKE**, patrocinadora oficial de Ronaldo e da seleção brasileira, foi apontada como a grande culpada.

Difícil era atestar o contrário. Como se não bastasse a interferência na escolha dos adversários do Brasil para jogos amistosos, existia ainda o patrocínio de chuteira, o propagado *bicho-do-pé* e o incentivo a mais da metade dos jogadores presentes na Copa de 1998. Mas a alcunha de vilão se firmou, definitivamente, com as notícias de que, mesmo frente a uma batelada de testes médicos e a um episódio nada comum com Ronaldo, se considerando inclusive sua integridade física, a Nike, segundo informações apuradas à época, exigiu a presença do atleta na partida final.

Daí em diante, é inaugurada a *era das trevas* no futebol brasileiro. Tudo se torna motivo de apocalípticas previsões. A decadência daquilo que o Brasil possuía de mais precioso. O fruto mais importante do nosso paraíso, a bola, cai e apodrece em solo infértil. Vamos morrer! Reúnam todos! Salvemos a *pátria em chuteiras!*

A batalha mais importante já fora perdida (Copa de 1998) e, em seguida, os louros do Olímpio enferrujaram ainda mais a dourada ilusão de vitória (Olimpíada de

2000). Algo precisava ser feito! Reúnam os cavaleiros em torno da ‘*Távola Sagrada*’! Peçamos ajuda aos fiéis e empreendamos uma cruzada contra as trevas que assolam o reino!

Dito e feito. Sem mais delongas, instalam a CPI do Futebol no Senado Federal em 14.09.2000, com leitura e aprovação no plenário do requerimento de criação da CPI (nº 497/2000/SF). O Senado se reverte em central tática da batalha, como o representante dos interesses do povo brasileiro e como porta-voz imediato e procurador de todas as preocupações que tiraram o sono dos apaixonados futebolísticos.

Para a condução inicial da desacreditada batalha/CPI, reuniram-se e entraram em cena os seguintes cavaleiros do apocalipse (reunião de instalação em 19.10.2000): **Presidente** – senador Álvaro Dias, **Vice-presidente** – senador Gilberto Mestrinho, **Relator** – senador Geraldo Althoff, **bloco do PMDB** – titulares: senadores, Renan Calheiros/AL, Maguito Vilela/GO, Gilvam Borges/AP e Gerson Camata/ES. Suplentes: Ney Suassuna/PB e Vlamir Amaral/DF, **bloco do PFL** – titulares: senadores, Edison Lobão/MA, Geraldo Althoff/SC, Bernardo Cabral/AM e Jonas Pinheiro/MT. Suplentes: Freitas Neto/PI e Romeu Tuma/SP, **bloco do PSDB** – titulares: senadores, Álvaro Dias e Antero Paes de Barros/MT. Suplente: José Roberto Arruda/DF e **bloco de OPOSIÇÃO** – titulares: senadores, Sebastião Rocha/AP e Geraldo Cândido/RJ. Suplente: José Eduardo Dutra/SE.

De 14.09.2000 a 06.12.2001, foram ouvidos vários depoentes (Ricardo Teixeira, Wanderley Luxemburgo, Renata Moura Alves, J. Ávila, entre outros), analisados uma série intrincada de documentos, realizadas oitivas sigilosas e, em circunstâncias específicas, alguns depoimentos foram tomados junto à Polícia Federal. Nomes destacados do futebol tiveram suas contas bancárias e suas declarações de renda expostas ao juízo público (considerando-se a abrangência e visibilidade da TV Senado).

Em ação conjunta, o Ministério Público, a Polícia Federal (incluindo a *Interpol*), a Receita Federal e o Banco Central buscaram, em nome da transparência, apurar os fatos relatados no requerimento de instalação da CPI² e esclarecer, à luz da verdade, o que estava acontecendo com nosso futebol.

O calvário investigatório teve seu fim com 12 votos favoráveis ao relatório final do senado e a solicitação de indiciamento a 17 poderosos cartolas do futebol. Desta última posição, restou como saldo a elaboração de um relatório final contendo quatro volumes e um texto específico com proposições legislativas visando incrementar melhorias no futebol brasileiro. Dentre elas cita-se a LEI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL do futebol brasileiro, a regulamentação da PROFISSÃO DE AGENTE ESPORTIVO, alterações à LEI Nº 9.615 DE 24 DE MARÇO DE 1998, a criação de uma SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS no Senado Federal que, entre outras coisas, incentivou a criação do famoso e propagado ‘estatuto do torcedor’, estabelecendo padrões específicos a melhorias para o acesso e a segurança de torcedores nos estádios de futebol, mais o prestígio e a popularidade de alguns parlamentares.

Tudo faz parte da inerência do espírito de nacionalidade presente no futebol brasileiro. Fato passível de verificação no texto de instalação da CPI, no texto da Constituição e nos textos das leis complementares sobre o esporte (Lei Zico e Lei Pelé). Neles ‘transborda’ o papel assumido pelo esporte/FUTEBOL como ‘gestor’ de uma situação consentida e assumida perante o mundo - o futebol está para o brasileiro como as realidades singulares estão para a totalidade que as unifica - como crença na divina onipresença que amálgama a fé nas diferentes religiões.

²Ver no anexo I, o requerimento na íntegra.

2 METODOLOGIA

A organização metodológica baseia-se na cartografia da CPI na TV Senado como forma de detectar as relações entre os sistemas e as tensões e retroalimentações entre eles e o ambiente. Para tanto, o espectro cartográfico metaforiza-se no desenho que uma antiga brincadeira ajuda a compor. A atividade denominada “ovo podre³” traz um esboço relacional interessante para se pensar como o agendamento e as relações sistêmicas se processaram durante a CPI.

A estruturação da brincadeira e a circularidade inerente aos movimentos padronizam as ações. As regras com distribuição e atribuição de funções, a espacialidade, fazem dela uma excelente matriz simbólica para as proposições metodológicas em organização. O arranjo circular determina a visibilidade e a disposição de algo que não pode permanecer estático: o podre.

Se dermos curso à vontade criativa e com um toque de desprendimento infantil, é possível se imaginar o Senado Federal como o ocupante do interior do círculo, vigiando e sendo vigiado em todas as situações do jogo. Exceção para quando o “ovo podre” é depositado atrás de um participante que, em não percebendo sua situação, pode passar para o interior do círculo.

O círculo determina a silhueta do jogo e se constitui pelas pessoas e pelas instituições que estão participando do conjunto do Inquérito Parlamentar, o que dá consistência e sustentação ao processo. Do lado de fora fica o espaço midiático, como espaço privilegiado. A colocação do “ovo”, de quando em quando em um dos implicados, estabelece uma circularidade ao contexto investigativo e ao sentido dado, fazendo da CPI do Futebol um acontecimento de natureza global, um ato de vigilância.

A primeira questão em relação à utilização da brincadeira ovo podre como metáfora da metodologia deste trabalho é que o brincar pressupõe, sobretudo

seriedade (HUIZINGA, 1999). A segunda e também fundamental questão é que a organização da brincadeira, em círculo, implica um construto *panóptico* (visão total) para os participantes (FOUCAULT, 1997). A terceira questão, complementar e fundamental também, é a pressuposição de que, junto com a seriedade e a funcionalidade da visibilidade, interposta nas questões anteriores, a estruturação do jogo pressupõe a disposição e a alteração aleatória ou mistura de papéis na movimentação entre bastidores, coxia e palco (GOFFMAN, 1989). Essa matriz teórica, juntada à matriz do jogo ou do brinqueado em si, estabelece a condição de metáfora sugerida no método de análise aqui utilizado.

O funcionamento da brincadeira é bastante simples: as crianças fazem um círculo e escolhem alguém para ficar do lado de fora com o ovo (o podre), que pode ser uma bolinha de papel, uma pedrinha ou um pedacinho de madeira. A criança escolhida deve correr por detrás das demais e escolher alguém para depositar o ovo podre. A idéia é de que todos estejam olhando para o centro do círculo neste momento. Ao perceber que foi escolhida, a criança pega o ovo e sai da sua posição para tentar alcançar o depositante do podre, num jogo de pega – pega. Se o depositante for alcançado antes de chegar ao local vago no círculo, ele vai para o interior do círculo (da roda). Caso contrário, a brincadeira continua com aquele que ficou de posse do podre. Em estando no interior do círculo, adquire-se o privilégio de uma melhor visualização, e se caso aquele que estiver com o ovo depositado atrás de si não perceber a sua condição de apodrecimento, o ocupante do centro pode pegar o ovo podre e trocar de função com aquele que estava desatento, assumindo a sua posição na brincadeira. Uma síntese da lógica de funcionamento do jogo poderia ser a seguinte: *o apodrecimento é interessante nos outros, se caso sobrar pra mim, o negócio é sair o quanto antes desta situação.*

³ Guerra (1993), em texto dedicado à recreação e ao lazer, esclarece com detalhes o funcionamento da brincadeira.

2.1 ROTEIRO DE INDAGAÇÕES

Após situar uma idealização para a ação cartográfica, estabeleceu-se um **roteiro de indagações**. Ele ajudou a pontuar questões específicas e auxiliou na manutenção de uma visão geral daquilo que se pretendia construir metodologicamente. As indagações listadas foram as seguintes:

- Quais as demandas jornalísticas que foram determinantes para o desenvolvimento da CPI?
- Como o noticiário agiu na formatação da CPI?
- Como a TV Senado configurou o desenvolvimento da CPI nas questões internas e no trato externo com outras mídias?
- Como a informação, referente às falcatruas (corrupção), foi tratada em diferentes situações: pela mídia, pelo parlamento, pelo meio esportivo?
- Qual o papel da informação produzida pela CPI na organização das diferentes pautas jornalísticas?
- Como o agendamento jornalístico serviu para o enquadramento da CPI do Futebol em diferentes momentos?
- Quais os aspectos sistêmicos relacionais que são representativos à contextualização da CPI do Futebol, se considerando os sistemas jornalístico, esportivo e político?

Convém salientar que a listagem destes questionamentos ajudou a estruturar o trabalho em seu aspecto geral; e que muitas destas indagações estão sublimadas no texto ou, até mesmo, não foram especificamente desenvolvidas.

2.2 PLANILHA DE ANÁLISE E INSTRUÇÕES DE USO

Em seguida, pensou-se um **ROTEIRO** que desse conta de alinhavar uma primeira planilha de análise coerente com as proposições estabelecidas para a organização do trabalho de tese.

Para o encaminhamento dessa planilha, foi considerado como pano de fundo o crescimento da corrupção e das falcatruas, e conseqüentemente a forma como os ritos parlamentar e televisivo se imbricaram determinando a maneira de reconhecer as diversas relações em ato:

- Comentários/Descrições do ambiente caracterizando as misturas entre TV e senado.
- Ritos iniciais: a exemplo das entradas e apresentações do técnico Wanderley Luxemburgo, do jornalista Juca kfourri e do dirigente Ricardo Teixeira. Realização de uma descrição como levantamento dos detalhes que dão conta das relações.
- Marcas televisivas ou jornalísticas: redundância e recorrência para situar o telespectador.
- Papéis jornalísticos assumidos pelos parlamentares durante as transmissões da TV Senado: âncora, apresentador, jornalista, especialista, etc.
- Tensão entre o objeto de investigação e a notícia para a determinação de interesses/utilidade:
 - depoentes x jornais
 - fato investigado x TV
 - outros.
- Nas oitivas, devido ao longo tempo de reunião, procurou-se caracterizar o enfrentamento das zonas quentes com as zonas frias. As zonas frias, devido à queda de atenção e de elementos interessantes de análise, foram descartadas. Já para as zonas quentes, pico dos embates e discussões, considerou-se como o meio apareceu e que tipo de conflito o fez surgir,

como também a inclusão de outras mídias fazendo as vezes de suporte, fonte, prova, etc. Neste sentido, foram utilizados dois critérios de reconhecimento:

- a. Referência à mídia dando conta das questões envolvidas.
- b. Picos de conflitos entre os embates como ingrediente dramático > que eleva ao espetáculo televisivo.

Para se entender como o roteiro ajudou na constituição do modo analítico, faz-se necessário uma explicação prévia dos procedimentos utilizados e das marcas realizadas durante o processo de decupagem das fitas. Sintetizou-se tudo como **INSTRUÇÕES DE USO:**

- Movimento um – utiliza-se da planilha e se faz um texto sujo. Em seguida, são marcados os pontos já explicitados de análise (em amarelo). O texto fica, na íntegra, colocado nos anexos para se ter o entendimento da transcrição da sessão como um todo.
- Movimento dois – a planilha assume um segundo formato e se faz um texto mais limpo que enfatiza os aspectos relacionais objetivados no trabalho. A apresentação do texto segue a ordenação dada na decupagem inicial, porém assume uma forma sintética dos episódios.
- Sinais utilizados na primeira planilha: O sinal (...) indica o início de extração e transcrição das falas durante a sessão; a hierarquização em 1ª, 2ª e 3ª caracteriza as chances de indulgências concedidas a Wanderley Luxemburgo para que o mesmo apontasse mais acontecimentos relacionados à corrupção no futebol brasileiro; a titulação em negrito no início de cada transcrição remete à idéia da trama que gerou o

surgimento da declaração; a titulação em negrito e itálico é considerada um subtítulo. Para caracterizar os diálogos, usa-se a marcação em itálico ou negrito alternadamente; na passagem de uma planilha para outra, procurou-se manter os mesmos sinais⁴.

O texto metodológico desenvolve apontamentos para o desenvolvimento de um método capaz de apreender os acontecimentos que envolveram a CPI do Futebol no Senado Federal. Considerando-se as possibilidades de reconfiguração da experiência narrativa ocorrida no mundo vivido dos sujeitos – construção das realidades. Objetiva-se encontrar, nos rituais desenvolvidos pelo evento, encaminhamentos significativos que possam constituir ações teóricas e práticas que transponham a coerção dos limites sociais, reunindo atividades reconhecíveis e indispensáveis para a sua existência social.

⁴ A descrição dos procedimentos e dos materiais utilizados segue a proposta desenvolvida por Rolnik (1989, p. 280).

3 SISTEMAS

3.1 DISCUSSÃO SOBRE PERSPECTIVAS SISTÊMICAS

Pensar os fenômenos da comunicação, da cultura e da política de uma perspectiva sistêmica requer que se revisem alguns pressupostos oferecidos pelos pensadores que engendram as principais propostas para uma teoria de sistemas contemporânea. Entende-se, também, de saída, que tais propostas funcionam muito mais como ferramentas que permitem a construção de mapas dos fenômenos investigados do que teorias que possuem poder de explicar ou exaurir estes mesmos fenômenos; e é exatamente este mapa que nos interessa neste trabalho para, a partir dele, estabelecermos e compreendermos algumas das lógicas que se dão nas interfaces dos sistemas que comparecem nas ocorrências que investigamos: mídia, cultura/esporte, política.

Por conta disto que abrimos esta discussão a partir da distinção teórica existente entre sistema e ambiente. Essa noção reitera-se com o reconhecimento e o entendimento de que cada operação sistêmica confirma um processo distintivo. Neste sentido, duas formulações são decisivas à elaboração desta noção. A primeira diz respeito à forma do sistema: duas faces, dois lados e a diferenciação entre eles. Nesta arrumação, diferenciação entre as faces, as operações sistêmicas em curso apontam para aquilo que o sistema contém e abandona.

Simultaneamente à forma do sistema, engendra-se a temporalidade sistêmica. Trata-se de uma operação de produção e reprodução que lhe assegura subsistência. Nesta medida são importantes os eventos, os acontecimentos que fazem o sistema emergir e são suficientemente capazes de assegurar sua permanência e equivalência em diferentes graus relacionais.

Outro importante ponto de discussão neste trabalho é a concepção que engloba o entendimento de sistemas abertos e fechados. O ideário de um sistema aberto (auto-organizativo) surgiu na esteira das descrições acerca da capacidade

negaentrópica do sistema em relação ao meio, de maneira que, a partir do recebimento de algum tipo de ordem do ambiente, o sistema lhe transmite posteriormente uma desordem (caos). Já no ideário de sistema fechado ou autopoietico, a reprodução de operações é orientada para si, não ocorrendo nenhum tipo de operação para fora do sistema.

Cabe esclarecer que as concepções que Morin e Luhmann estabeleceram sobre sistemas e serão aqui utilizadas não têm o objetivo de se contrapor. Cada um, a sua maneira, aborda aspectos importantes para o entendimento da teoria de sistemas utilizadas neste trabalho. Luhmann ilumina com bastante propriedade a questão relativa às contigüidades sistêmicas (ambiência), o que colabora para a compreensão da noção de complexidade, base das reflexões utilizadas por Morin.

Morin (1998) faz uso de duas analogias para a concepção do sistema de idéias, o que ajuda a se entender a importância dos movimentos inerentes tanto nos sistemas abertos como nos fechados. Refere-se, para tanto, ao sistema atômico para dar conta da associação entre partículas e a formação de uma constelação ao redor do núcleo; agrega a este a formação do sistema celular para creditar o desenvolvimento de um patrimônio genético contido no núcleo. Desta maneira esboça um modelo que não descarta as peculiaridades geradoras existentes, tanto no sistema fechado, como no aberto (a movimentação).

Já para Luhmann (1996), o próprio homem funciona como meio ambiente sistêmico. Este autor reforçou a fundamentação que sustenta suas abordagens sociológicas sistêmicas, a partir da formação adquirida em Harvard, na década de 60, influenciando-se enormemente pelas palestras proferidas por Talcott Parsons, figura de destaque nos estudos das Ciências Sociais estadunidenses. Também foi contemporâneo de Habermas, em Harvard (colegas de curso), e, apesar de amigos, tornaram-se opositores em relação à concepção que fazem da contemporaneidade da tradição progressista do pensamento europeu. Luhmann considera desajustada a

proposta tradicional emancipatória em relação à realidade complexa das sociedades desenvolvidas.

A noção de sistema que Luhmann trouxe da Sociologia Estrutural se diferencia especialmente na relação sistema/meio tradicionalmente concebida. Para ele, o meio não se limita à condição de mero fornecedor do sistema (conjunto de condições materiais), ele vai além: impõe limites de racionalidade ao mesmo e estabelece uma defensividade racional que funciona como um coletor a neutralizar prováveis ameaças ao meio, sem com isso estabelecer uma intencionalidade de domínio, mesmo que ele nunca deixe de ser exercido.

A noção orientadora do sistema parece ser a de não reagir ao homem socialmente instituído, suas instituições formadoras, aos valores culturais transmitidos à própria funcionalidade e à ação sistêmica como um todo, mas sim, entender como em dadas circunstâncias o sentido migra entre os sistemas através de *unidades informacionais/simbólicas*. Essa idéia se avoluma e se multiplica através da interatividade sistêmica, que é a forma como os sistemas se comunicam.

Já Morin (1998) cria um modelo diferenciado, retira do átomo e da célula elementos estruturais/organizacionais para dar consistência a uma renovação em relação às perspectivas sistêmicas para os fenômenos sócio-culturais. Parte do núcleo com a concentração de um repertório capaz de legitimar o sistema, inclusive em associação com outros sistemas (regras, axiomas e idéias mestras), aponta subsistemas dependentes/interdependentes portadores de um cinturão de segurança em conformidade a sua condição relacional periférica com o núcleo, e determina um dispositivo imunológico de proteção que suporta ao mesmo tempo auto-organização e autodefesa, do qual o núcleo é gerador.

O sistema se auto-organiza na geração de sentido que o identifica perante outros sistemas (prioridade à abertura – as teorias) e se autodefende na instituição do equilíbrio interno (prioridade ao fechamento – as doutrinas) e da sobrevivência. Com o estabelecimento do aspecto nuclear orientador cria-se a resistência necessária à

autopreservação. O núcleo comporta princípios e regras organizativas, critérios legitimadores de verdade, e funciona no processamento seletivo, eliminando princípios sem sentido ou fora da realidade (homeostase).

É desta perspectiva que Henn (2002) considera o processo de produção de pautas, dentro do universo jornalístico e no contexto de elaboração da notícia, como elemento que confere identidade ao sistema jornalístico, considerando-se a retenção e a produção dos códigos que ela antecipa: fato surpreendente, relevância pública, carga dramática, etc. Nesta processualidade se produzem modificações no sistema em efeito às respostas às ações do próprio sistema. Propriedade auto-reguladora que permite a manutenção do estado de equilíbrio de suas variáveis essenciais ou de seu meio ambiente (retroalimentação).

Ao ingressar com cogitações acerca dos elementos de retroalimentação dentro da Teoria dos Sistemas, podem-se perceber duas situações baseadas em princípios distintos. Uma, mais remota, se preocupa com as funções de transformação entre *input* e *output* e pelo retro-acoplamento entre os diversos elementos sistêmicos. A outra, mais recente, se detém na relação sistema-meio, na auto-referencialidade sistêmica e na forma de comunicação que alimenta as estruturas cambiantes. Preocupa-se, fundamentalmente, com as condições que possibilitam aos sistemas produzir suas próprias operações de equilíbrio.

Com a recondução situacional do meio em relação ao sistema, promovida por Luhmann, surge mais um estímulo ao exame da complexidade: a relevância dada ao aspecto contingente do meio pode converter-se em uma coisa ou outra, em dependência às oscilações determinadas pelos valores e pelas variáveis em agregação. Isso faz com que as ocorrências sistêmicas assumam simultaneamente formatos e temporalidades múltiplas. Neste sentido, o meio ambiente sistêmico é também um gerador de complexidades.

A ambiência torna-se junto com a complexidade, assumindo-se as possibilidades de contigüidade estruturadas por Luhmann (2001), uma constante

evolutiva absoluta. As aproximações sistêmicas constituem o ambiente, e o homem neste enfoque deixa de ser o elemento fundamental, centralizador, e passa a ser considerado um meio ambiente do sistema. Exterioriza-se e se torna uma matriz na conjunção sistêmica, deixa de assumir a posição universal de medida transferida para o estado de contigüidade.

Com esse alcance, o caráter totalitário da presencialidade humana como medida padrão na concepção sistêmica é afastado em prol de uma ampliação de compreensão, sem que com isso se despreze a importância da espécie como sistema ou mesmo do indivíduo humano. Nesta concepção nenhum sistema incorpora por inteiro a identidade humana, e por essa razão não existe a condição de que a presencialidade do homem se torne um aspecto totalizante. Pelo contrário, ela agora integra um arranjo dado, uma ambiência advinda das diferentes aproximações sistêmicas (ênfase à contigüidade).

Ao estabelecer esta reorganização paradigmática dentro da Teoria dos Sistemas, Luhmann colabora à compreensão dos diferentes aspectos que constituem a realidade social. Tal postura possibilita a criação de uma alternativa para a relação entre Comunicação e Sistema. A comunicação não é unicamente uma prerrogativa humana. Estabelece-se também e principalmente entre os sistemas, com o sentido migrando de um ponto a outro conforme a ambiência e a contigüidade. Essa noção fundamenta a idéia de Luhmann acerca da universalização de todas as comunicações possíveis.

A mediação comunicacional porta e conduz uma produção eficaz simbólica e generalizante que indica a possibilidade de regularizações dentro da vida social sob o enquadramento das diferentes organizações sistêmicas. Preserva aspectos de estabilidade e desenvolvimento próprios deste tipo de organização. Assume a posição de processo eminentemente seletivo, baseado na produção, difusão e aceitação de um dado conteúdo informativo.

As trocas informacionais desencadeadas na contigüidade promovem nos sistemas em conjunção, processos seletivos que agenciam a redução da complexidade em confronto e a conseqüente manutenção da estabilidade sistêmica. Nesta consensualidade, Morin (1998) credita para o núcleo do sistema suas condições geradoras de estabilidade (equilíbrio interno a partir da consistência nuclear). O núcleo funciona como um coração e resiste a qualquer influência que venha a desarticular os princípios mantenedores do sistema, se encoraja e legitima seus paradigmas, suas categorias e lógicas. Não admite influências desarticuladoras e preserva sua identidade.

O núcleo agrega os elementos geradores do sentido do sistema daquilo que o mantém vivo e independente em relação a outros sistemas. À medida que seu contexto periférico se amplia, o *cinturão de proteção* vai se tornando permeável ao ingresso de outros sentidos, permitindo intercâmbios na contigüidade. Mesmo que a identidade do sistema seja preservada, os sentidos se combinam no avizinhamo de forma a gerar uma compatibilidade mantenedora das funções e temporalidades sistêmicas.

A informação é elemento central no processo comunicativo, resulta de uma determinada seleção e se origina de uma intencionalidade. É, portanto, produto desta seleção que, entre várias alternativas, objetiva reter certas formas simbólicas em detrimento de outras. Em um primeiro estágio, a informação gestada simbolicamente é irrelevante à incorporação a determinado sistema. Posteriormente, se integra a determinado discurso regular pela cristalização de formas simbólicas relevantes à harmonia sistêmica. Torna-se agenda, codifica a dinâmica do processo de comunicação, transforma-se em operador, produz e identifica o que escapa à bipolaridade do código, o ruído.

Ao invés de se anular, os sistemas compartilham hábitos e os gerenciam em conformidade a sua condição de estabilidade interna/identidade > externa/sobrevivência. Ações sistêmicas integram-se no sentido de realizar uma

naturalização compatível e compartilhável. Internalizam procedimentos estabelecidos como naturais, sustentados por processos de formação de hábitos e de institucionalização.

Assumindo-se, segundo a reorganização paradigmática de Luhmann, a existência de uma constante evolutiva absoluta e tomando-se o homem como meio ambiente do sistema, existe uma ação de exteriorização passível de movimentação conectiva dada na conjunção do organismo social e contemporizada no estado de contigüidade sistêmica. Os sistemas se equilibram através de arranjos estabelecidos na ambiência, na qual o homem, assim como a notícia, é também matriz, permitindo fluxos e agindo sobre eles.

Estes realces intermediados na apreensão de diferentes aspectos compositivos da realidade social são destacados por Berger & Luckmann (2002, p. 71), quando apontam que o homem, em seu desenvolvimento, está submetido a uma constante interferência socialmente determinada. “(...) O organismo humano manifesta uma imensa plasticidade em suas respostas às forças ambientais que atuam sobre ele”.

O habitualismo, qualidade de acostumar, de preparar por meio de hábito, liberta o indivíduo da carga de tomar decisões, “(...) o hábito reduz estas maneiras a uma só (...) fornece a direção e a especialização da atividade que [falta] no equipamento biológico do homem, aliviando assim o acúmulo de tensões resultantes dos impulsos não dirigidos [da complexidade] (BERGER & LUCKMANN, 2002, p. 78)”.

O habituar antecede o institucionalizar e “(...) a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais (BERGER & LUCKMANN, 2002, p. 79)”. Na institucionalização as ações habituais são sempre compartilhadas e abertas a todos, fazem parte de uma história da qual são produtos. Canalizam através de padrões definidos de conduta uma direção em detrimento de várias outras possíveis, “(...) caráter controlador [que é] inerente à institucionalização como tal (BERGER & LUCKMANN, 2002, p. 80)”.

Estes pressupostos nos permitem indicar algumas apreciações sobre as interações entre jornalismo e sociedade. A notícia adquire status institucional e, dentro dos sistemas de comunicação, influi nas maneiras espaciais de percepção e de comunicação, alicerça estilos de vida, participa na construção de realidades socialmente compartilhadas, atua ativamente nos construtos políticos e culturais, serve como esboço e, conseqüentemente, adquire livre trânsito na comunicação pública e privada e, desta forma, instiga condições consensuais e de oposição.

Diversos aspectos do quadro evolutivo social aumentaram o consumo de jornais e, conseqüentemente, a relação dos homens com o hábito de consumir notícias. Para Silva (1997), a alfabetização universal, a urbanização acelerada, a diminuição na jornada de trabalho, a elevação significativa da renda e o aumento de acesso aos bens de consumo, contribuiram, a partir de 1830, para a fundamentação da institucionalização da notícia no mundo.

Inicialmente o jornalismo impresso e, logo em seguida, o radiofônico e o televisivo e mais recentemente o virtual/Internet buscaram e buscaram freneticamente a fórmula para organizar e tornar atrativo o mercado de informações disponível e cada vez mais complexo.

O homem é aberto para o mundo e sua principal tarefa neste ‘status vivente’ é a de reduzir a complexidade do mundo, buscar estratégias contra os perigos, os desequilíbrios. Inicialmente, o homem solucionava seus problemas livremente, atualmente soluções são desenvolvidas pelos especialistas. Eles apontam o sentido do sistema, mantêm a funcionalidade sistêmica e ativam o que Luhmann (1996, p. 91), chama de “mecanismo de confiança”.

(...) qualquer coisa que impeça o indivíduo de descobrir por si mesmo as premissas [em atuação], somente [podem ser referidas] a complexidade das relações concretas e não [a] algo assim como a natureza escondida da verdade, ou as restrições sociais para revelá-la. Deste modo, a autoridade não é uma questão de sabedoria conferida por graça a umas poucas pessoas, mas sim um assunto de alguma competência específica apreendida e praticada dentro de um marco da divisão do trabalho.

O quesito organizacional torna-se, portanto, uma questão vital e assume importante centralidade na resolução das problemáticas sistêmicas. Henn (2002, p.19), ao abordar a organização, o caos e o sistema jornalístico dentro dos fluxos noticiosos, destaca:

(...) os sistemas, sobretudo e inclusive os de linguagem, têm que dar conta do seu caráter organizacional e estocástico. Interessante é que as linguagens proliferam e tornam-se mais complexas justamente quando sua produção vincula-se à existência das máquinas, cujos conflitos a termodinâmica exacerbou (a questão da entropia é o principal deles). Portanto, esses possuem uma natureza semiótica quando se observam o comportamento da produção e o consumo de linguagens. Fala-se aqui de linguagem em sentido bastante amplo, incluindo, sobretudo, as formas híbridas, oriundas de fontes múltiplas, que se originaram e se expandem a partir das transformações industriais e tecnológicas.

A presencialidade da contigüidade sistêmica se multiplica, amplia-se, com o grau de complexidade tornando-se cada vez mais intenso e regular. Neste contexto, descrever os estados de um sistema em determinado espaço de tempo é representar o reconhecimento evolutivo de um sistema em conformidade a sua presencialidade frente a outros sistemas. É a história dada do sistema em um lapso de tempo considerado dentro de um período histórico que se conecta por meio de eventos a diferentes regiões espaciais e sistêmicas.

Vieira (1996), ao abordar a temática do caos e da semiótica, destaca que, para uma descrição de evento ou processo, bem como sua ordenação no tempo, em conformidade à geração de complexidade advinda do caos (propriedade típica de muitos sistemas), se faz necessário uma tripla ordenação baseada num evento inicial, numa trajetória e num evento final.

A descrição utilizada por Vieira (1996) faz referência a possíveis interpretações do dinamismo sistêmico. Uma representação (um ponto) caracteriza o estado ou a informação na sua condição inicial. O dinamismo (regra ou lei) se

manifesta indiretamente na evolução sistêmica e na trajetória histórica a ser descrita. Processos que, a partir daí, se diferenciam no espaço sistêmico são considerados fluxos. Os mais discretos são denominados de mapas.

Processos, via de regra, não são previsíveis, ou são de forma muito limitada. Nesta demarcação, os eventos mal conseguem ser apreendidos de maneira monocausal, a aplicação determinística, ou a tentativa de previsibilidade para parâmetros sistêmicos de aplicação tornam-se insipientes e voláteis. O que procede é à busca de uma aplicação à teoria sistêmica não-clássica, com os esboços teóricos se formatando pouco a pouco.

Em situações em que não se dispõe de modelos ou fórmulas quanto a possíveis prognósticos, a exemplo dos sistemas caóticos e da sua sensibilidade de conduta diante dos valores inicialmente atribuídos, aplica-se à teoria de sistemas, devido à facilitação na formulação e a análise de questionamentos sobre contextos complexos que envolvem entre outras coisas dados sociais.

Uma movimentação relativa à aplicação da teoria de sistemas pressupõe a aquisição e o cultivo de uma compreensão do que seja sistema, um conhecimento prévio e profundo na medida do possível sobre a (s) estrutura (s) em análise e suas conseqüentes alterações (trocas, intercâmbios, situações híbridas, isolamentos, fixações de poder, agregações, etc.).

Ao lidar com teoria de sistemas, deve-se ter em mente que a utilização desta proposta não pode oferecer elementos de análise exatos. Existe uma espécie de incompletude própria da teoria que se encontra em movimento. O que implica na definição das situações de retorno/entorno, na comunicação dos achados e, fundamentalmente, na restrição das ações investigativas. “(...) O conceito de sistema [ou a noção que dele se faz] requer o pleno emprego das qualidades pessoais do sujeito na sua comunicação com o objeto (MORIN, 1986, p. 133-134)”.

Para uma melhor compreensão das processualidades dos sistemas, é necessário problematizar os parâmetros sistêmicos decorrentes da proposta formulada

por Mário Bunge (1979). Para o autor, o sistema define-se por uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade. Trata-se de um *agregado* de elementos que partilham entre si alguma coisa em comum. Nesta partilha os sistemas funcionam estabelecendo uma série de parâmetros através dos quais se constituem. Passaremos a descrevê-los para melhor configurar o contexto deste trabalho⁵.

A **permanência**, como um parâmetro sistêmico, é tomada neste trabalho como uma tendência do sistema, formada pelo conjunto das condições iniciais que, de alguma maneira, garantem a sobrevivência do mesmo. Essa tendência (entendida como princípio) tem um viés *cosmológico* que seria o de garantir que as coisas vão permanecer no Universo. Essas condições iniciais de conjunto são necessárias para o desencadear do processo.

Os níveis de simplicidade e complexidade são definidos pelo parâmetro **composição**, é ele que de alguma forma irá determinar a quantidade, a natureza e a qualidade dos elementos que compõem o *agregado*. A composição deste *todo* é um ponto que facilita partilhas. Na geração destas partilhas (*estado de propriedade em comum*) surge o parâmetro **identidade** que se faz através de unidades compositivas (a exemplo da pauta/SJ, do jogo/SE, da disputa/SP) que se entrelaçam para a confirmação de garantias à identidade dos sistemas.

São peculiaridades estruturais de funcionamento acionadas a partir do interior sistêmico (do núcleo) restauradoras da permanência sistêmica. Não se trata de garantir uma sobrevivência, mas sim a própria vida do sistema. A pauta, o jogo e a disputa tomados como exemplos de unidades de identidade dos sistemas *desdobram-se* através de inúmeras conexões que se estendem para o *palco social*. São redes conectivas que atravessam o próprio sistema e os demais, dando-lhes garantias de manutenção e equilíbrio (durante as partilhas).

⁵ As descrições dos parâmetros sistêmicos tomam referência no texto Fluxos da Notícia (HENN, 2002), especialmente no capítulo que trata de jornalismo e sistemas e em anotações de orientação.

Todas as rotinas processuais dos sistemas possuem um ou mais componentes que agem no sentido de *catalisar as conexões*. A identidade do sistema é assegurada e se efetiva porque existe o *armazenamento* e o estoque que apresenta o *repertório potencial* necessário ao *delineamento* do sistema. Neste contexto, a **complexidade** se apresenta como um *parâmetro sistêmico livre*, referendado pela *idéia* de que os sistemas assumem determinados comportamentos em termos organizacionais de acordo com a diversidade de elementos e de suas conexões.

A **diversidade**, como parâmetro sistêmico, tem sua ocorrência no destaque e a partir do momento que as coisas são *discriminadas*, visualizadas e entendidas como *formas* e *estruturas*. A informação se *igualava* à diversidade contida no mundo como algo que está ali desde o início, desde o *princípio*. Jogo e disputa, por sua vez, são também elementos (constituem o princípio de determinado sistema) compatíveis com a *idéia* de diversidade aqui atribuída.

Da diversidade sobressai a **entropia**, parâmetro sistêmico que indica dispersão, que apresenta a possibilidade viável e real de fuga para a informação. Para escapar da chamada *hipoteca do ruído* (uma inerência comunicacional⁶), advinda desta movimentação, busca-se uma adequação que amenize a presença do ruído ou o anule em dado canal informativo. Esse movimento de adequação é característico do parâmetro sistêmico chamado de **redundância**, que serve à redução da complexidade e à diminuição das incertezas.

A **autonomia** é parâmetro sistêmico importante. A partir dele o sistema apresenta *alta entropia* que entra em ação com *alto poder organizativo* no momento

⁶ Morin (1986: 277) argumenta que se pudéssemos formular a hipótese puramente ideal de um canal sem ruído, nenhum canal físico de informação poderia escapar à hipoteca do ruído, a começar pela atmosfera que as ondas do rádio e o som das palavras atravessam.

em que o sistema está em crise; se ele perder autonomia pode se *fragmentar* e desaparecer. A autonomia contém a condição do sistema efetivamente expressar aspectos de sua essência ou de sua natureza, garantia que determina os limites para o desenvolvimento das potencialidades do conjunto sistêmico e aumenta as possibilidades de autodeterminação (conservação e transformação).

Outro parâmetro sistêmico de fundamental importância é a **conectividade**, representada na capacidade que o sistema tem de estabelecer as relações entre os seus elementos. Ela é medida pela aptidão que o sistema possui de relacionar seus elementos *rapidamente* ou *eficientemente*. Quanto maior a conectividade, mais chances o sistema terá de *crescer*, de *avançar*, de *formar seu todo* (*veiculação* de elementos). Na relação sistema/meio, por exemplo, existem *níveis de conectividade* que se estabelecem nas *fronteiras sistêmicas*.

A conectividade é a possibilidade de relação tanto externa com os demais sistemas, como interna, do sistema com seus subsistemas. O avizinhar dado nas diferentes *zonas fronteiriças* dos sistemas e subsistemas integram um *ecossistema fundamental*, a sociedade⁷ é um *metassistema* amplíssimo delimitado por universo conhecido.

Como na conectividade veiculam-se elementos, as conexões aí estabelecidas determinam as possibilidades de organização do conjunto. Isso alimenta um número de relações cujo agrupamento é chamado de **estrutura** (*a forma gerada pelos nexos das conexões*).

A **integralidade** sistêmica é a capacidade do sistema de criar subsistemas (*através da conectividade e da estrutura*). Ao gerar subsistemas o sistema se integraliza, se esboça, mas os subsistemas aí gerados podem ter *propriedades particulares*. Tais propriedades

⁷ Pereira Lima (1981, 43) faz observação importante sobre o entorno social do jornalismo: "Em realidade, a função precípua do jornalismo, informar e orientar, é uma função condicionada ao informar e orientar determinado pelo sistema social no qual se insere. Este informar e orientar torna-se

determinam funções diferenciadas que são a base de outro parâmetro sistêmico: a **funcionalidade**.

Henn (2002, p. 73) destaca aspectos do sistema jornalístico que ajudam na compreensão da idéia de funcionalidade (de equilíbrio). Ele considera o jornalismo como um sistema complexo que sobrevive através do jogo entre redundância e entropia. Um sistema que se organiza nos fluxos de múltiplas semioses ordenadoras da produção e do consumo dos noticiários, que por sua vez se situam nas fronteiras entre fonte e notícia – entre jornalismo e sociedade.

Neste ato de se entremear o noticiário, se bate constantemente com a realidade na tentativa de torná-la previsível. Pressupõe na sua constituição uma ordenação ao mundo cotidiano, ao mesmo tempo em que apresenta as surpresas, tenta resolvê-las, reduzindo as incertezas (redução da complexidade). Neste limiar fronteiro, homem e notícia implicam-se na formação de dada ambiência sistêmica. A contigüidade aponta locais de promissoras trocas. Relações sistêmicas são mantidas nas ambiências, existe uma cultura que se alimenta destas relações.

A identidade se reorganiza nestas interações. As funções específicas exercidas aí criam articuladores sistêmicos que portam essa identidade, o que a torna reconhecível aos demais sistemas. Para Henn (2002), o parâmetro sistêmico identidade é acionado pelo conjunto formado pela linguagem jornalística.

Pode-se dizer que o jornalismo, principalmente através do noticiário, mantém um embate constante com a realidade à sua volta e trabalha com princípios como o de organização e caos ou entropia e neguentropia. Isso ocorre, sobretudo, porque o jornalismo vive ao sabor de uma realidade que não se comporta de modo previsível. Uma das principais qualidades atribuídas a uma ocorrência para que se transforme em notícia é justamente sua capacidade de surpreender (p. 73).

a função declarada do jornalismo, sua ação explícita, visível, palpável; a função real, no entanto, implicitamente conectada a esse informar concreto, é veicular ideologias, estimular atitudes".

A atuação da notícia no palco social é dada por este conjunto de conexões, são redes conectivas que a partir dela atuam no processo seletivo⁸, nas escolhas e nas definições das possibilidades de notícia.

Aqui já é possível inferir sobre o que se pretende apresentar neste trabalho como sendo o espaço para a criação dos articuladores sistêmicos:

- a *zona de atrito* (LUHMANN, 1997) estabelecida para a definição do que é sistema e do que é ambiente associada à discussão sobre o sentido dos sentidos dos sistemas (HABERMAS & LUHMANN, 1971);

- a *zona fronteira* entre jornalismo e sociedade como localização para a multiplicidade de sentidos em fuga (HENN, 2002).

Utiliza-se a forma da diferença entre o que é interno/sistema e o que é externo/ambiente, o que se produz neste limiar, e o espaço espraído orientador do fluxo desses processos para determinar o ponto de corte utilizado nas análises. Ao unir a idéia do atritar-se, do espriar-se neste espaço, se compõe a noção de movimento, de multiplicidade, de dissipação, de redundância, de entropia e de neguentropia atreladas aos conceitos de agendamento.

Defendemos que as mudanças desenhadas aí afetam a identidade dos sistemas, em acordo com certas verdades (re) configuradas e ancoradas na forma do sentido que se produz (estratégias). Esse sentido, por seu turno, se constitui em elemento indispensável na tentativa de transpasse sistêmico (movimentar-se entre). Henn (2002) esboça um modelo:

⁸ Para HENN (2002) a alma do funcionamento desse sistema é a pauta, detentora do poder catalisador dessas conexões. Todas as rotinas giram em torno desse processo de geração, seleção e exclusão, desde a mais cândida qualidade jornalística, que é a percepção do cheiro da notícia no mundo circundante, até as intervenções repletas de interesses pesados acionados dos andares acima das redações.

(...) no qual existe uma “zona de turbulência” entre o sistema e seu entorno, formado por outros sistemas que se designam, aqui, como “fronteiras sistêmicas” (...), (...) região que se dá o impulso produtivo da notícia, que estará às voltas com toda uma codificação de cunho cultural e técnico, cujos tentáculos de redundância necessários, em certa medida, para fazer a entropia iminente, irradiam-se para o meio ambiente. Talvez nesse território desencadeia-se um dos principais embates que a linguagem jornalística exponencia (p. 74).

As pistas para delinear e conceituar o que são os articuladores sistêmicos aqui utilizados vêm da notícia. Ela, como outra unidade sistêmica qualquer, é envolta por camadas de representação e interpretação presentes nas mais diversas cenas sociais. Redundância e entropia, embora aparentemente diversas, são na realidade ações sistêmicas que mantêm as identidades dos sistemas. Os articuladores são esboçados a partir deste contexto, são os componentes da cena da CPI em si envolvidos por todas estas coisas: gestos, comportamentos, ritos do espaço compartilhado e dos seus espaços originais, negociados para a constituição daquele texto específico, daquela cena da CPI.

Retomemos a integralidade (como parâmetro sistêmico): ela revela-se importante atributo⁹ para a sobrevivência do sistema. Ao manter a função, o sistema se equilibra, produz sentido e existe. A estrutura sistêmica se mantém através das diferentes estratégias produzidas no sistema e em seu entorno. Sobreviver, para o sistema, é funcionar, não necessariamente bem, mas continuar funcionando (o que não pressupõe colapso, que seria a sua morte). A integralidade é um parâmetro que participa da apresentação do *todo sistêmico*. Nos sistemas, a integralidade se dá por meio de critérios funcionais que destacam as partes do todo. O critério funcional predispõe as fronteiras sistêmicas (expande) e faz com que a integralidade atue diretamente nos acordos em confluência.

⁹ Entende-se “atributo” como sendo o caráter essencial de uma substância, como uma das propriedades que definem um objeto ou entidade.

Para a manutenção da funcionalidade (do sentido do sistema, das estratégias), faz-se necessário a existência de regras. A partir de uma perspectiva da construção social da realidade, Berger e Luckmann (2002) explicam como a realidade social surge. Eles inicialmente perguntaram como as *realidades* eram admitidas como *conhecidas* no seio das sociedades. O grande interesse deles não se resumia em responder que a realidade existia a partir de uma *multiplicidade empírica do conhecimento*, mas interessava-lhes, sobretudo, os modos, os “(...) processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade” (p.14).

Assume-se, neste trabalho, que os processos citados acionam a *integralidade* que dá conjunto ao sistema. O sistema vive através do esforço constante que é esboçado pelo conjunto em se apresentar. São partes que se interligam e dão o sentido a ele. Essas partes carregam a identidade do sistema em si, elas contêm a capacidade que ele possui de, através de conectividade(s), manter sua base estrutural. O sistema cria subsistemas que se tornam essenciais à integralidade.

A capacidade gerativa do sistema em produzir subsistemas aproxima-se, aqui, ao conceito de *habitar* desenvolvido por Berger e Luckmann (2002). O *habitar* dá curso ao sentido (as estratégias) que mantém a função do sistema. Berger e Luckmann revisaram esse conceito a partir de sociedades simples, e de como as funções sociais se desenvolviam através de hábitos e se mantinham nelas. Eles verificaram que uma criança, ao crescer numa sociedade deste tipo, apre(e)nde as regras para viver nela.

O processo de se *habitar*, de se acostumar é formado nos aprendizados iniciais. Existem muitos processos de formação de hábitos como esse ao longo da vida. Processos que Berger e Luckmann (2002) denominaram *interiorização* da realidade. Esses processos passam para dentro do corpo, passam a fazer parte da pessoa, não somente como pensamento ou reflexão, as coisas são recebidas sem que se reflita sobre elas.

Realidades objetivas e subjetivas são simultâneas, compõem um processo dialético. Berger e Luckmann (2002, p. 173) dizem que esse processo não contém em si uma temporalidade dentro do fenômeno social. Para eles, não existe seqüencialidade, mas sim uma caracterização estruturada por três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização – jogo dialético de negociação permanente.

Ao nascer, a criança traz consigo uma predisposição para a vida social. Tudo o que nos envolve também se reorganiza constantemente para nossa inclusão. Isso acontece em maior ou menor grau, dependendo das circunstâncias. Neste sentido, Berger e Luckmann (2002, p. 175) dizem que a interiorização da realidade social se materializa inicialmente através da subjetividade dos outros membros da sociedade, considerando-se, também, a presencialidade das diferentes instituições (no quesito membro).

Na mescla dos outros subjetivos (sujeitos e instituições), se dá a interiorização da realidade subjetiva. Num primeiro momento, ela ocorre nas cercanias de um mundo restrito (socialização primária). O ambiente doméstico, ou o que dele nós é dado como referência, centraliza a maior parte das apreensões da realidade social dotadas de sentido. Assumimos a organização que se apresenta para nós. O sentido (estratégias sistêmicas) está disponível conforme acordos estabelecidos antes da nossa existência. O mundo nos chega pela via do outro. A compreensão do mundo também se organiza na subjetividade do alheio.

A socialização é uma ligação intersubjetiva que se gradua por meio das possibilidades de movimentação e experimentação disponíveis. Socialização primária e secundária são respostas (re) organizacionais que as pessoas dão aos encaminhamentos introdutórios e as relocalizações que são necessárias no curso da vida social. A estrutura social objetiva inicial e os *outros significativos* dão a tonalidade da socialização para cada um de forma bastante particular.

Esse movimento de idas e vindas do aprendizado chama-se na fisiologia de *feedback* (positivo ou negativo). Quando negativo, determina-se na manutenção e na eliminação constante, mediante controle, e por inibição, de uma etapa fundamental para a sobrevivência de dado sistema. Quando positivo, determina-se por intermédio da eliminação obtida ou de outras circunstâncias que aumentam continuamente, mediante estimulação de uma etapa também fundamental à sobrevivência de dado sistema. Dentre as resultantes desta processualidade, surgem *criações autônomas de significado*, iniciadas no compartilhar de um mundo no “(...) qual os outros já vivem” (BERGER & LUCKMANN: 2002, p.174).

Dentro desse quadro evolutivo, a criança joga, brinca e cria condições de reconhecimento. O jogo, que é também brinquedo, torna-se elemento importante na iniciação de nossa relação com a realidade subjetiva. O futebol é, neste sentido, um jogo que ingressa no *mundo vivido* infantil e que boa parte das crianças brasileiras, senão a grande maioria, estrutura sua base de relação ou de entendimento para as ações do sistema esportivo ou da noção de esporte que se institui a partir dele. Neste contexto, o futebol possui papel preponderante na construção das significações do esporte para o brasileiro de um modo geral¹⁰.

Futebol no Brasil não é uma exclusividade masculina: lembremos-nos das várias reportagens, em 2004, que destacaram a menina catarinense jogadora de futebol. Ela jogava de igual para igual com os meninos nas categorias de base. Exemplo midiaticizado que ilustra a potencialidade significativa que o futebol assume.

No momento em que o caso se publiciza (é noticiado), geram-se ações subjetivas compartilhadas. Nesta situação midiaticizada, uma regra social previamente institucionalizada foi quebrada. A quebra solicita regulação, alguém ou alguma coisa precisa retomar o controle (a funcionalidade, o equilíbrio). O sentido deve ser mantido, regulado. O fato surpreendente noticiado (critérios de noticiabilidade) procura sentido (parece pedir).

A quebra citada acima ajuda a se pensar inicialmente as condições relacionais sistêmicas. Quando o sistema esportivo teve sua base remexida e potencializada: no Brasil, com o futebol se pode tudo, até as meninas são bem sucedidas jogando com meninos. O simples esboçar da *marca* (de mapa, de cartografia) do sucesso obtido ocorrido em espaço sistêmico restrito (reservado aos meninos), remexe noutro sistema (o educacional): como tratar, neste caso, com a questão do gênero enraizada nos processos de ensino - aprendizagem dos esportes?

Outro exemplo vem do relato de um amigo e diz respeito à mediação da noção de jogo, como ela se institui via televisão. Contou-me que na infância adorava futebol, jogava, escutava pelo rádio, vivia o jogo o tempo todo. Ele morava no interior, a família tinha poucos recursos (não possuíam televisão). O irmão mais velho, que morava numa cidade maior, disse-lhe que os jogos de futebol estavam sendo transmitidos pela televisão, explicou-lhe como era o aparelho, mas de início, relatou-me que não conseguia entender como os jogadores das duas equipes eram colocados dentro do aparelho que lhe foi descrito.

Na tentativa de compreender as possibilidades de transmissão do jogo de futebol, naquele momento, quebra-se (na mediação ou na idéia que se quer ter dela), mais uma vez, uma regra social. E neste caso também o hábito de compreender o jogo é remexido. Outra vez a regulação entra em cena (pede passagem). Ele precisou retomar aspectos de sua socialização para compreender como as coisas aconteciam na televisão.

A realidade objetiva, o mundo social objetivo se modifica no curso das mediações. As referências de organização do mundo são escolhas feitas por nós “(...) de acordo com [nossa] localização na estrutura social e também em virtude de [nossas] idiosincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um” (BERGER & LUCKMANN, 2002, p.176).

¹⁰ Tomemos referência na Copa do Mundo de Futebol, não se pode negar que a amplitude da exposição midiática e o envolvimento nacional com o evento assumem uma magnitude sem medida.

O mundo se particulariza acentuadamente na socialização primária e assume extraordinário papel na formação das socializações secundárias procedentes (definição de posições no mundo e identificações). As normas que se revitalizam ajudam na absorção desta realidade social.

Os conteúdos interiorizados deste jogo seguem uma especificação que muda de uma sociedade para a outra. Através da (...) linguagem, e por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido (BERGER & LUCKMANN, 2002, p. 181), compondo condutas sociais para *estágios biográficos* posteriores.

O ato de antecipação faz a diferença para a construção da identidade, posiciona o indivíduo em um lugar e não noutro. No caso da linguagem e da identidade, a *falação esportiva*¹¹ no Brasil tornou-se acentuada na identificação do futebol. Mesmo para aquele que se diz leigo no assunto, é impossível não pensar, não comentar o jogo, ao menos uma vez na vida. Por fim e com tanta insistência, se acaba entendendo e até estabelecendo um “quadro” de *confiança*¹² sobre os motivos que fazem o futebol ser como é por aqui.

Diante disso, a mídia exerce importante papel nesta falação no estabelecimento destes quadros. Na medida em que o futebol se espetaculariza, migra para o cenário midiático, sua visibilidade assume novos contornos. O jogo não é mais visto somente como um enfrentamento entre duas equipes. A rivalidade outrora instituída e restrita a confrontos diretos, agora é também mediada. O mercado midiático se apodera de todo um manancial histórico construído por paixões, por fanatismos, por clubes e seleções e o recicla de diferentes modos.

¹¹ Umberto Eco (1985) refere-se ao termo no texto intitulado: Viagem na Irrealidade Cotidiana, como a resultante de uma ação que enche e trasborda a vida das pessoas com assuntos do futebol.

¹² Luhmann (1996) desenvolve a noção de mecanismo de confiança como um equivalente funcional para a construção e a manutenção de certo sistema. Ele inclui também, nesta noção, a cooperação como mecanismo regulador que permite estabelecer em quais condições a cooperação se edifica e se mantém.

Este mercado midiático aciona estratégias que garantem a efetivação de diversos parâmetros sistêmicos, sobretudo da permanência e da autonomia. Pode-se pensar tal comportamento pela perspectiva formulada por Landau (2001), para quem, mesmo antes da noção de sistema, existiam estratégias para a redução dos problemas. Só mais tarde é que estas estratégias se tornaram sistêmicas. Ele usa o exemplo da engenharia e da arquitetura, diz que ambas com o passar do tempo começaram a indicar a forma de como se deve construir. Inicialmente, essa estratégia era decidida livremente pelas pessoas. Aos poucos foram surgindo especialistas e estratégias diferenciadas. As estratégias estabelecidas agem no sentido de manter a função, de equilibrar o sistema. A exemplificação dada caracteriza como a sociedade se reestruturou montando sistemas para os diferentes níveis de conhecimento.

Em entrevista posterior para a confirmação dos detalhes do debate entre Habermas e Luhmann, Landau (2005) diz que para Habermas, Luhmann explica satisfatoriamente o que é sistema. A pergunta colocada de forma crítica e analítica em discussões entre eles na Alemanha é a de que Luhmann chama de sentido as estratégias que o sistema busca. O sentido das fábricas de automóveis é de produzi-los. Um dos sentidos do sistema esportivo, representado pelo futebol, é a encenação, uma finalidade produzida para as vivências esportivas do brasileiro. Habermas diz que a teoria de Luhmann neste ponto é correta: aqui nós temos um sistema, ele se produz por ele mesmo, ele luta para permanecer da mesma forma (auto-referencialidade), e se algo muda no ambiente, o sistema tenta se adaptar, se corrigir. Vejamos a partir de um problema brasileiro, igual ao visto na cidade de Santa Maria. Antes existiam os trens, agora não se tem mais, mas o sentido do sistema permanece: transportar as pessoas. Ele só foi adaptado para outra forma, foi mudado dos trens para os ônibus, o sentido do sistema permaneceu. Esse é o detalhe, um exemplo concreto, dentro das discussões, de que as pessoas de um modo geral só conseguem entender o sistema a partir daquilo que ele é, não o percebem de outra forma, aquilo que acontece além. Para se pensar sistemas e olhá-los de forma mais aguçada/apurada, Habermas diz que é preciso entender o sentido dos sentidos dos

sistemas. O futebol, neste caso, existe para produzir futebol, mas não se consegue enxergar que existem muitas outras coisas por trás com outros sentidos. Por exemplo, só se consegue enxergar um sentido na CBF. Habermas diz que quando o sentido dos sentidos dos sistemas é visto, é compreendido, isso possibilita a discussão. Sem que isso seja percebido não se tem como chegar à discussão. É por isso que algumas dificuldades se apresentam neste percurso. Na Alemanha, por exemplo, existe a Primeira Liga de Futebol (a BUNDESLIGA), os jogos se realizam sempre aos sábados, se a equipe de Frankfurt joga com a equipe do Bayer de Munique, uma cidade contra a outra, os torcedores do time visitante viajam para a cidade do jogo (a sede), os torcedores locais também vão ao jogo. Esses encontros geram conflitos, e isso já começa nos trens, com brigas, agressões, pois eles vêm preparados para qualquer tipo de violência. Então, ao término do jogo, conforme o resultado, eles se dirigem para a cidade para descontar o que aconteceu. Eles quebram coisas, fazem arruaças, um problema público. E como é um problema de ordem pública a polícia atua. Exige uma grande mobilização para se evitar as depredações, se gasta muito com isso, desde a chegada à estação até o retorno para ela. Assim como no exemplo dado sobre o controle e a segurança na chegada dos torcedores de futebol (nas estações de trem na Alemanha), observa-se o mesmo na região metropolitana de Porto Alegre, no Trensurb, e em São Paulo, no metrô, transportes coletivos alvo de vandalismos após grandes clássicos do futebol. Cenas deste tipo, com forte mobilização policial, também se repetem quando o ônibus da torcida visitante é atacado pela torcida local. Os gastos e mobilização do poder público, não são pagos pelos clubes. É a população quem paga, quando se percebe isso, se pode discutir. Mas os políticos e os dirigentes dizem que para Munique é importante, a cidade fica famosa, conhecida. Essa é a estratégia usada para o argumento, isso, porém é um palco para interesses maiores (um legitimador). Então, no livro Teoria do Sistema ou Teoria da Sociedade, Habermas discute com Luhmann a importância de se compreender o sentido dos sentidos dos sistemas, o que para a discussão deste trabalho é muito importante.

Habermas (1971) ¹³ diz que Luhmann vê corretamente que em nível sócio-cultural cada comunicação permite uma atualização de sentidos. Então, para Luhmann, aquilo que é idêntico e permanece numa troca de informação é uma estrutura de sentido com base comum. No entanto, Habermas pondera que para a análise de sentido, uma exigência de primeira linha se dá a partir da reconstrução da produção daqueles aspectos (particularidades comuns) no qual a identidade de sentido/significado se fundamenta. Ele ainda salienta que antes de esclarecer o sentido da representação, deve-se considerar a condição do caráter presencial do ausente (situação dependente e virtual) que se dá a partir da apreensão das possibilidades de negação. Habermas, neste ponto, salienta que é necessário, primeiramente, garantir a investigação da comunicação como uma identidade de sentidos/significados.

No debate, Habermas e Luhmann falam que os diferentes sujeitos comungam hábitos, tradições e costumes culturais. Habermas, no entanto, pondera que o sentido dos sentidos consiste primeiramente no fato de que ele é dividido intersubjetivamente e que pode ser idêntico para uma comunidade de interlocutores. A identidade dos significados criados neste contexto não remete a uma negação, mas sim ao conjunto que é reunido para sua validade. Habermas diz que esse problema não é abordado por Luhmann. Ele procura muito mais com Husserl, a entrada direta para o problema do sentido na descrição fenomenológica que se refere à plenitude das vivências que realmente acontecem. O sujeito permanece isolado como ponto de partida na análise de Luhmann. Isso não ocorre por acaso, porque o princípio da Teoria dos Sistemas obriga a mesma definição (aspecto monístico) de sentidos (sob a negligência do

¹³ Considerações baseadas em livre tradução do professor Luiz Osório Cruz Portela (Jan/2005) do debate entre Habermas e Luhmann contido nas páginas 188 e 189 do livro Teoria do Sistema ou Teoria da Sociedade (1971).

fundamento da intersubjetividade¹⁴) como na definição do Eu transcendental na fenomenologia.

Uma comunicação plena de sentidos se delimita em relação ao modo de comunicação não-verbal, pelo fato de que ela transmite compreensão através de significados idênticos, introduz compreensão através deles. Um significado idêntico se dá quando pelo menos dois sujeitos, com capacidade verbal e de ação, se relacionam. Em diferentes situações o mesmo sentido os liga através de uma expressão (símbolo).

Habermas (1971) diz que Morris sugere que a identidade dos significados é intermediada, atribuída (reconduzida) a partir da similaridade das reações de comportamento ao mesmo estímulo. Porém, para Habermas, deve-se colocar a identidade do significado ao nível do observador, como um pré-requisito para a descrição da igualdade de estímulos e da similaridade das reações. Ele diz que gostaria, ao invés disto de atribuir ou reconduzir a identidade dos significados ao reconhecimento intersubjetivo das regras. Porém, as regras são delimitadas através de sua validade normativa dentro de uma visão de regularidade empírica: o sujeito “A” pode seguir uma regra de maneira tal que a mesma regra seja seguida desrespeitando as trocas de situação. No sentido da regra está implícito que o que serve de base de orientação de “A” permanece igual, então isso deverá ser passível de verificação em pelo menos em um outro sujeito “B”, se no caso “A” segue realmente a regra pretendida. Habermas diz ainda que Wittgenstein formulou do seguinte modo esta situação: nós nunca poderíamos nos privar de seguir as regras. “A” deveria estar em condições de desviar-se da regra e de cometer erros sistemáticos; igualmente “B” deveria ser capaz de reconhecer os desvios e os erros sistemáticos e poder criticá-los. Preenchidas estas duas condições, é o significado que a regra traz como expressão para ambos, sujeitos idênticos, não somente para eles, mas também para todos os

¹⁴ Na filosofia o caráter intersubjetivo é relativo ao que se passa entre sujeitos diversos, em fenômenos individuais e subjetivos que são socialmente produzidos através do auto-reconhecimento. Situação

sujeitos com capacidade de verbalização e ação que poderiam assumir o papel de “A” e “B”.

3.1.1 AÇÃO CARTOGRÁFICA: ajuste de foco

Através das perspectivas adotadas neste trabalho, não existiria um método para se achar, existe sim uma constante e longa preparação de busca, de adequações, de ajustes, de alinhamentos, de enquadramento e de perseverança para se encontrar o movimento e a forma coerente de apreender e descrever determinado (s) fenômeno (s). Independentemente da sua origem, tudo é uma questão de paciência e de clareza na descrição do processo. A movimentação dura e perdura o tempo necessário para o convencimento e o recolhimento de algo razoável e exequível.

Como se quer, neste trabalho, o desenho de mapas sistêmicos entre ocorrências que se atravessam, busca-se o *método cartográfico*: um desenho que permite acompanhamento e se faz em conformidade aos movimentos de transformação de uma dada situação/paisagem. Rolnik (1989), ao estabelecer uma definição provisória para o contexto cartográfico, salienta que a cartografia acompanha e se faz ao mesmo tempo em que mundos se desmancham e outros se formam. Universos com perspectivas vigentes tornam-se obsoletos, paisagens sociais desmoronam e dão lugar à formação de outras, o sentido migra e se aloja em espaços diferenciados.

Tal movimentação é produtora de relevos, empurra-os, amontoa-os e organiza constituições de diversas ordens. São falas acumuladas de preenchimento e saturação, pulsões diversificadas, estilos de organização e enquadramentos que se acomodam à revitalização de um novo terreno. Cartografia é, portanto, movimento, detentora de rascunhos que se misturam para dar entendimento às leituras possíveis, declara intencionalidades na formatação de mapas e se faz ao mesmo tempo em que se revisa.

onde cada sujeito se vê nos outros, a exemplo das identidades culturais que se produzem (ABBAGNANO, 2000, p. 580).

O perfil cartográfico, em Rolnik (1989), sustenta-se no desejo. É ele que faz aflorar o sistema sógnico, produz fluxos, movimenta feixes, solicita conexões e agenciamentos. É, simultaneamente, paixão mensageira de intensidades e diluições. Implica na movimentação do próprio movimento, em mover-se desordenadamente, em remoinhar, em agitar-se.

A cartografia faz a teoria, impele o cartógrafo na busca de elementos para a composição dos seus mapas cartográficos. O leva a percorrer paisagens em formação e a utilizar fontes de várias origens. A compreensão se dá no atravessamento das intensidades e na invenção de pontes à apreensão. O quesito principal é participar e dar espaço para que o método se faça, se constitua.

Cartografia é uma metodologia de instrumentação que possibilita trazer à pauta questões deixadas de lado, ou que fazem parte do entre dois, que estão sempre ali, mas não contam. Torna-se, portanto, um importante componente à análise do futebol como constituinte de uma paixão nacional, tanto do lado do pesquisador como do lado pesquisado (sistema político, esportivo e jornalístico).

No caso deste trabalho, que tem como matriz o futebol, temos a partir dele o laço afetivo que impacta, que gera movimentação, que é essencial ao reconhecimento de um dado agrupamento sistêmico e a suas ações. O futebol vira dispositivo¹⁵ de mobilização, agrega vários fatores, formando um e a mesma coisa. Carreia elementos à formação de um Espírito Nacional, que aparece nos indivíduos não como um Espírito Individual, mas sim como “(...) um sistema de crenças, de reconhecimentos e de ignorâncias, de aceitações e de recusas, de expectativas e de apreciações de significados, [instituídos] sob a influência do costume e da tradição (Abbagnano, 2000, p. 356)”.

A ubiqüidade do *Espírito Nacional*, relativa ao futebol, torna-se um referencial cartográfico à leitura dos fluxos de intensidade e das conectividades

sistêmicas. Ela constitui, segundo Rolnik (1989), a sensibilidade integrante do perfil do cartógrafo que o coloca em posição favorável na observação das *mutações cartográficas*, permitindo-lhe entender o *caráter finito e ilimitado* do processo de produção de realidade.

Não existe para o cartógrafo um comportamento formalizado. A questão maior que envolve suas ações é a de entremear-se e compreender o processo no qual a realidade se produz. Colocando-se junto aos fluxos de intensidade, ponto que agrega a imaginação coletiva e compõe o...

(...) capital cognitivo, a cultura [que] institui as regras/normas que organizam a sociedade e governam os comportamentos individuais. As regras/normas culturais geram processos sociais e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura (MORIN, 1998, p. 23).

A paixão cartográfica age no querer e se entremeia imergindo e submergindo na objetividade e subjetividade. Determina um vai e vem que age na coordenação interna dos sistemas e na coordenação de suas ações agregadas. Estabelece um trabalho que se agrupa à orientação de um determinado fim. Compõe uma unidade do desejo, um lampejo de refrações múltiplas e momentâneas.

Os mapas desenham-se através de esboços, rascunhos de unificação que para Salles (1998) formam profundas camadas de semiose e estão presentes nas rotinas midiáticas de produção. Sua apreciação é uma possibilidade em descobrir arquiteturas sistêmicas fundamentais à configuração dos diversos textos midiáticos, principalmente no que diz respeito aos fluxos conectivos.

¹⁵ A noção de dispositivo, aqui utilizada, é a mesma que Mouillaud (1997, p. 30) desenvolve. O autor entende dispositivo como forma que comanda não só a ordem dos fatos mas também a postura do leitor, preparando-lhe o sentido.

3.2 SISTEMA MIDIÁTICO/JORNALÍSTICO

Os meios de comunicação formam um potente sistema que agrega elementos múltiplos, muitos dos quais se interpenetram com os elementos que compõem o próprio sistema social. Esse sistema assumiu tal centralidade no mundo contemporâneo que, pressupostamente, atravessa todo o tecido da sociedade, conforme sugerem pesquisas desenvolvidas na área, com destaque para Muniz Sodré (2002), Antonio Fausto Neto (1994) e Adriano Rodrigues (1997). Por conta disso, quando se fala em sistema midiático, necessariamente aborda-se aspectos que se dão na dinâmica social.

Por outro lado, o jornalismo tem uma peculiaridade no conjunto das mídias, pois ao mesmo tempo em que se comporta como sistema de grande poder e autonomia, também se atrela às contradições das lógicas midiáticas, na medida em que faz parte deste sistema. Por um lado, o jornalismo reúne condições de ser percebido como um sistema único e autônomo, por outro se vincula como subsistema das mídias. Esse comportamento misto, no entanto, não tira do jornalismo sua condição de formar o núcleo nobre do sistema midiático. Com grande força social, principalmente, pela sua ação regulatória na construção dos acontecimentos e na sua transformação em notícias e também pelo poder de agendamento que institui. A CPI do Futebol, conforme se verá nas análises das planilhas, é um evento no qual essa idiossincrasia do jornalismo aparece com nitidez.

3.2.1 AGENDAMENTO

Neste momento, o trabalho se ocupará de questões específicas de jornalismo para, na sessão seguinte, estabelecer relações com os processos envolvendo o sistema midiático de forma mais ampla. Existem dois eixos das perspectivas do jornalismo que ganham relevância conceitual nesta proposta: a problemática do agendamento e da noticiabilidade.

A questão do agendamento remete, inicialmente, às formulações que Berger & Luckmann (2002) fizeram sobre a constituição do senso comum na vida social. Todos os envolvidos na sociedade interagem de uma forma ou de outra no conhecimento que ali se produz. A questão levantada pelos autores é a de como entender e redefinir a estruturação do *mundo do sentido comum* dado na vida cotidiana. Eles recorrem a Schutz para definir as tipificações do pensamento do senso comum:

(...) são elementos integrais do concreto *Lebenswelt* histórico e sócio-cultural em que prevalecem, sendo admitidas como certas e socialmente aprovadas. Sua estrutura determina, entre outras coisas, a distribuição social do conhecimento e sua relatividade e importância para o ambiente social concreto de um grupo concreto em uma situação histórica concreta (SCHUTZ *apud* BERGER & LUCKMANN, 2002, p. 30).

A idéia de senso comum incorpora-se no processo de noticiabilidade. Na CPI, algumas passagens produzidas dão conta desta sugestão. No requerimento de instalação da CPI, existem justificativas que tomam referência no futebol como um patrimônio nacional registrado pela mídia, idéia que se incrusta na sociedade com a forma de um mito:

a) “(...) A sociedade brasileira e, em especial, todos os que acompanham o dia-a-dia do nosso esporte, vêm assistindo, com estupefação, a notícias as mais diversas tratando de irregularidades que estariam ocorrendo no futebol nacional”;

b) “(...) Assim, O Estado de São Paulo, edição de 26 de agosto próximo passado noticia que a Secretaria da Receita Federal está investigando sonegação de imposto de renda praticada por entidades futebolísticas, empresas patrocinadoras e, também, por clubes e jogadores”.

Durante as sessões analisadas, a referência ao *nosso futebol* é por si só outra marca legitimadora:

a) Pergunta do senador Antero Paes de Barros ao depoente Ricardo Teixeira sobre as cláusulas do contrato com a Nike – “(...) Com relação às possibilidades do nosso futebol, eu gostaria de perguntar se vossa senhoria acha ética esta cláusula contratual, em que estabelece um compromisso no mínimo até 2010, data em que vossa senhoria não estará mais na presidência da CBF?”;

b) Juca Kfourri, expondo os motivos da decadência do futebol no Brasil – “(...) Sem dúvida nenhuma a porcentagem da violência do nosso torcedor está relacionada a este mau exemplo geral, que nós vemos no nosso futebol”...

O depoimento do jornalista Juca Kfourri é recheado de passagens nostálgicas sobre o futebol do passado:

a) “(...) O futebol brasileiro foi o melhor futebol do mundo inquestionavelmente na era Pelé, esse rapaz disputou quatro Copas do Mundo, ganhou três, até a que ele não ganhou, porque tinha o Mané Garrincha...”;

b) “(...) Para quem se acostumou a ver como exemplos, homens como Gilmar, como Newton Santos, como Didi, como Pelé, como Zito, como Gerson, como Tostão, a gente olha hoje e diz: quais são os homens do futebol?”.

Nos relatórios da CPI (fase propositiva), passagens dos textos de Nelson Rodrigues são conclamadas para legitimar o caráter de senso comum atribuído desde o início da CPI:

a) No início do Relatório Final da CPI/volume 1 – “(...) Certo e brilhante confrade dizia-me ontem que ‘futebol é a bola’. Não há juízo mais inexato, mais utópico, mais irrealístico. O colega esvazia o futebol como um pneu, e repito: retira do futebol tudo o que ele tem de misterioso e de patético. A mais sórdida pelada é de uma complexidade shakespeariana. Às vezes, num córner mal ou bem batido, há um

toque evidentiíssimo do sobrenatural. Eu diria ao ilustre confrade ainda o seguinte: - em futebol, o pior cego é o que só vê a bola” (NELSON RODRIGUES, 1963);

b) A superação do complexo de vira-lata, segundo Nelson Rodrigues – Manchete Esportiva/julho de 1958 – “(...) Graças aos 22 jogadores, que formaram a maior equipe de futebol da Terra em todos os tempos, graças a esses jogadores, dizia eu, o Brasil descobriu-se a si mesmo. (...) Os 5 x 2 lá fora, contra tudo e contra todos, são um maravilhoso triunfo vital de todos nós e de cada um de nós. Do presidente da República ao apanhador de papel, do ministro do Supremo ao pé-rapado, todos aqui percebemos o seguinte:- é chato ser brasileiro! Já ninguém tem mais vergonha de sua condição nacional. (...) O povo já não se julga mais um vira-latas. Sim, amigos, - o brasileiro tem de si uma nova imagem (...)”.

A idéia de ligar o senso comum à noticiabilidade é referida em Saperas (1993, p. 95) ao descrever a existência de critérios de seleção na tematização das notícias. O autor, por sua vez, se referenda em Luhmann e diz que os critérios são regidos por *regras de atenção* orientadas nas possibilidades de preferência das pessoas. Então, a seleção de temas passa a ser *subsidiada* no espaço constantemente criado para a publicização dos acontecimentos.

A mesma atribuição da atenção como uma regra é tratada por Soethe (2003, p.178) quando se refere ao conceito de *índice de atenção midiática* como sendo este uma possível substituição aos conceitos de *ibope* e índice de audiência. Na justificativa de apresentação do conceito, o autor faz referência aos estudos de McCombs e Shaw e a utilização do termo *seleção de objetos que despertam a atenção*, usado por eles para a definição e caracterização de um *aspecto do agendamento*. A partir daí, ele infere que a relação quantitativa dos temas oferecidos aos telespectadores pelos programas midiáticos surgem da própria *atividade de agendamento* (que se pode chamar de funcionalidade da agenda).

(...) Há um ciclo que se completa: tem início no agendamento e termina na recepção. Então, se por um lado, o esforço de agendar significa escolher objetos e processá-los em termos de produções culturais que despertam a *atenção* do telespectador; por outro lado, o *índice de atenção* pode ser visto como uma tentativa de medir o quanto de *atenção* aquela produção cultural desperta nos telespectadores (SOETHE: 2003, p. 178).

A hipótese do *agenda-setting* formulada por McCombs & Shaw (1972), no início da década de 70, vem se firmando como uma importante teoria do jornalismo e chave para o entendimento dos processos noticiosos na relação de produção e consumo. Na medida em que o jornalismo define os temas com os quais a sociedade se ocupa, e mesmo que não se fale mais em influência ou persuasão, mas em interação, esta capacidade o dota de um enorme poder. Quando se fala em sobredeterminação do sistema midiático nos demais sistemas da sociedade, essa dinâmica passa fundamentalmente pelo agendamento. A CPI do Futebol, mesmo efetivada pelo sistema político que trouxe para a cena parlamentar o sistema esportivo, só aconteceu porque anteriormente o tema da corrupção do futebol foi fartamente agendado pela imprensa.

Tal força revela-se no caráter cíclico e interfere na própria construção do acontecimento. Para Henn (2002, p.15), a notícia se submete a *contrações espasmódicas*, como se a realidade retratada por ela vivesse de *surtos*. O noticiário traz acontecimentos, os pauta, como se eles não existissem, os expõe insistentemente para em seguida subtraí-los, fazendo-os desaparecer. Nesse processo de *construção da realidade jornalística*, Henn (2002, p. 57), apoiado no nexos apresentado por Alsina – acontecimento/fonte/notícia – diz que as fontes também atuam na produção dos noticiários ou de acontecimentos artificiais que viram notícias. A sociedade se volta cada vez mais para o espetáculo, a possibilidade crescente de exposição midiática faz com que a maioria dos eventos se organize com a intenção de se tornar pauta, o que não deixa de ser uma tentativa de ultrapassagem (caráter funcional do agendar).

O transbordar é um movimento de ultrapassagem, permite o ir além. A superação dos limites, a transposição, serve ao espalhamento (ao tornar público). Os temas que são abordados pela mídia são envolvidos com antecedência por essa ação de espalhar (que é múltipla em atores e instituições). A mídia penetra-os, modifica-os e os inclui. A sociedade, por sua vez, que é midiaticizada, se organiza para a mídia, construída por ela (um *agendamento a montante*)¹⁶.

A recepção não é, neste contexto, uma simples espera, um simples se deixar envolver. Para Gadini (2004, p. 51) o receptor é também interlocutor, dele depende a processualidade da *construção de sentidos* que se produz em determinado extrato social; o jogo de interesses que ali se forja, molda e adapta o contexto noticioso.

(...) Ao estabelecer esta (inter) conexão com o mundo, o discurso jornalístico presentifica a simultaneidade de uma enorme variedade de fenômenos, desenhando um mapa do universo social donde são recortados os acontecimentos noticiados pelos *media*. Esse ato de produção imaginária e, portanto, sócio-histórica que capacita o indivíduo a projetar novas formas, permite-lhe criar uma noção de mundo, que, sem a imaginação ficaria muito difícil de existir, falar e saber. É, portanto, nesse cenário que o jornalismo atua enquanto uma forma de produção singular do conhecimento humano e real (GADINI, 2004, p. 50).

O *agendar a montante* se institui na idéia de mover-se gerada por seu antônimo “agendar a vazante”: enche, ocupa espaços e depois volta. Neste movimento de retorno, os espaços que resultam são de cultivo em comum, de registros compartilhados, espaços de inclusão. A mídia inclui qualquer coisa, coisas íntimas e privadas, extrapolando limites. Nesse ato de agendar a montante, a mídia também faz testes. Segundo Braga (1999a, p.111) as colunas de notas, consideradas um *espaço ligeiro*, tornam-se ambiente privilegiado, um “balão de ensaio” que se

¹⁶ A noção de *agendamento a montante* utilizada aqui é fruto das observações feitas pelo professor José Luiz Braga, quando do texto de qualificação desta tese. Na oportunidade a noção de agendamento foi ligada como mais uma possibilidade para se pensar a penetrabilidade e a inclusividade no agendar.

dirige à opinião pública como *recados* lançados em via pública. Braga (1999a) ressalta que a originalidade da idéia do funcionamento das notas como espaço de teste, veio-lhe a partir da leitura de um jornal que apontava as colunas de notas com um espaço promissor para os políticos avaliarem as condições de suas propostas (um espaço de troca).

O agendamento que a mídia produz, ancorado em seu aparato tecnológico, tem também o poder de *içar a realidade*. Soethe, ao se referir a essa situação (2003, p. 180 – 181), fala da abstração, da desconexão e de como alguns personagens midiáticos são descontextualizados de sua cotidianidade. Tais procedimentos promovem *padrões de interconexões* que fazem a ligação das partes ao todo do sistema. Neste sentido, Soethe (2003), ao questionar como o Programa da Hebe promove interações no seu interior e constrói padrões de conexão, de organização e desencadeia processos, destaca que a padronização descrita deve ser entendida como...

(...) um **movimento de ligação das coisas ou das partes entre si** (grifo nosso), que se repete continuamente, e na repetição cria algo que permanece. Como um segundo dado, tem-se que o padrão de organização refere-se às estabilidades adquiridas, entre os diversos padrões de interconexões, no processo de formação do *todo* sistema (...). (...) Assim, Ratinho, Leonardo, Paulo Autran e Luma de Oliveira e assim por diante, são coisas ou partes que desenvolvem padrões de interconexões, cujos elementos podem ser compreendidos como componentes do sistema; e cuja configuração de relações entre estes componentes é o que pode ser compreendido como padrões de organização de um programa midiático (p. 180-181).

A ligação entre as *coisas* é vista por Peirce (2000, p. 17) como uma *consciência sintética*, como algo que acontece para unir e separar. Isso se faz com a introdução de *uma idéia* que produz conexão entre os dados que não aconteceria de outra forma.

A associação por contigüidade é um caso deste tipo; mas um caso melhor é que em nossa primeira apreensão de nossas experiências, não podemos escolher como vamos dispor nossas idéias com referência ao tempo e ao espaço, mas somos compelidos a pensar certas coisas como estando mais próximas entre si do que outras. Dizer que somos compelidos a pensar certas coisas juntas porque elas estão juntas no tempo e no espaço seria colocar a carro na frente dos bois; o modo correto de enunciá-lo é dizer que existe uma compulsão exterior sobre nós levando-nos a juntá-las em nossa construção do tempo e do espaço, em nossa perspectiva (PEIRCE, 2000, p. 16).

Pensa-se que o agendamento também age neste movimento de união das coisas, através de uma ação que porta forte significado sintetizador. As possibilidades interpretativas, que (re) nascem daí, integram a informação que se reproduz e se repete. Neste sentido, a associação por contigüidade pode ser considerada como um aspecto inerente também ao agendar, porque é integrativa da *compulsão exterior* organizadora das coisas que se juntam, se organizam. Assim como na concepção de Signo desenvolvida por Peirce, o agendar encerra sempre uma possibilidade que passa para frente um agregado de coisas que poderão ser utilizadas mais tarde.

Mauro Wolf (2002) revê o conceito de agenda sob a luz do desenvolvimento das questões fundamentais que nortearam a primeira geração de investigação em comunicação social. O autor traça importantes considerações sobre suas limitações e abrangências e sua ligação estreita com duas correntes de pesquisa no campo da comunicação: os efeitos dos *mass media* e a forma como os *mass media* constroem a *imagem* da realidade social. Tais considerações devido à importância do conceito de agendamento nessa pesquisa serão recuperadas neste momento do trabalho.

Por algum tempo, os estudos sobre os efeitos eram organizados pela *assimetria* dos processos comunicativos e pelo caráter da *individualidade* da comunicação, por sua *intencionalidade* e o aspecto *episódico* do processo de comunicação¹⁷. Houve modificações e os pressupostos científicos utilizados para os

¹⁷ Wolf (2002) cita o modelo de transferência da comunicação criado por Schulz para indicar a premissa que serve à assimetria, à individualização, à intencionalidade e ao aspecto episódico da comunicação.

estudos dos efeitos de curto prazo foram trocados por pressupostos que buscavam o entendimento das conseqüências destes efeitos num prazo mais longo. As pesquisas se voltam para uma *consciência* investigativa que tem como preocupação (re) ver as formas como as diferentes ações da mídia de alguma maneira interagem na configuração como as pessoas organizam a imagem do ambiente.

A reposição paradigmática das pesquisas sobre os efeitos transpõe o estudo das singularidades para se deter em coberturas do todo, principalmente aqueles relativos a áreas temáticas específicas. As entrevistas com o público (investigação na mudança de atitudes e opiniões) são trocadas por metodologias mais complexas de abordagem preocupadas com as modificações que as pessoas percebem na *representação da realidade social*.

O caráter da processualidade da comunicação torna-se evidente. Ao invés de uma focalização nos efeitos sobre os destinatários, se começa a pensar sobre os efeitos cognitivos que agem sobre os sistemas de conhecimento construídos pelas pessoas. Lippmann nos anos 20 e Lazarsfeld nos anos 40 já tinham consciência de que os efeitos, embora difíceis de se demonstrar/registrar, possuíam grande importância na aquisição do conhecimento (paradigmas educacionais) e na representação da realidade (construção social da realidade).

Lang, nos anos 60, chama a atenção para uma questão fundamental sobre os efeitos estudados nas pesquisas em comunicação. O autor ilumina a existência de um *plus* para além da avaliação do conteúdo e do significado a que as pessoas são submetidas pelos efeitos de curto prazo. Enfatiza a acumulação ou o *efeito cumulativo* como uma ação interposta desde quando a exposição cotidiana se normaliza e estabelece certa continuidade aos processos de exposição. Essa passagem dos efeitos limitados para os efeitos cumulativos implica, segundo Wolf (2002, p. 143), numa troca de modelo: do *transmissivo* para o modelo que dê conta do *processo de significação* agora cumulativo.

O efeito cumulativo se junta e faz eco com outras questões também importantes: a *similaridade* nos processos produtivos de informação, a *permanência* do conjunto de conhecimento construído pela comunicação de massa e as *reformulações* nas condições interativas de experiência por parte das pessoas. Tudo isso altera o quadro estrutural das discussões sobre os efeitos, remexe com uma estabilidade de análise vinda desde as entrevistas feitas com eleitores durante as campanhas – o esboço muda seus traços.

A persuasão, como patrimônio dos efeitos, é deslocada para ceder espaço à formatação daquilo que se pode chamar metaforicamente de índice de escolha. Os meios apresentam às pessoas uma listagem sobre a qual se desenham possibilidades para se opinar e se discutir. Isso não quer dizer que as coisas tenham que ser seguidas e compartilhadas a partir do índice, da lista que se apresenta. No entanto, Wolf (2002, p.145) destaca que a maior parte da realidade social se faz por *empréstimo*. Essa realidade nos chega via negociação que porta ações de mercado, ações de interesses públicos e privados¹⁸.

Neste sentido, o desenvolvimento do mercado global produz ou exacerba a complexidade. Wolf (2002, p. 146) destaca que a centralidade assumida pelos meios de comunicação promove níveis de interatividade na vida cotidiana das pessoas. Em muitas situações essa interatividade é tão acentuada que as vivências se dão no nível da mediação daquilo que se produz, ou seja, vive-se o que é lido, o que é visto. O noticiário tem aí fundamental importância interativa com os sujeitos e interpõe graus de valorização na medida em que traz para a realidade dos mesmos condições favoráveis ou desfavoráveis para a assimilação de determinado produto.

Levando-se em conta o que foi descrito até o momento sobre os estudos relativos ao conceito de *agenda – setting*, a pretensão neste ponto é a de transpor a utilização do conceito inicial pela idéia ou noção de agendamento. Na verdade, os elementos de discussão apresentados pelos diversos autores que se debruçam sobre

essa temática estão, todos eles, de certa forma, ligados à funcionalidade do sistema midiático. Os pontos divergentes e convergentes são os grandes detentores das estratégias buscadas e que, acima de tudo, refletem a intenção em manter a função, o equilíbrio, o sentido do sistema.

O que se defende é que, mesmo existindo uma diferenciação de modos na provocação/promoção dos efeitos, o agendamento é inerente ao sistema informativo e ao seu conjunto. Então, mesmo que exista uma modalização específica de agendamento para cada meio, o relevo que se produz a partir das temáticas lançadas a público, com espaços cheios (informação detalhada) e vazios (informação fragmentada), mesmo assim existe significatividade para a construção da realidade social das pessoas. Não se pensa aqui em atribuição de importância, maior ou menor de um meio em relação ao outro, se pensa isso sim na composição exercida por eles na realidade social de uma maneira geral. Para essa compreensão a noção de agendamento parece ser adequada.

Wolf (2002, p. 156 - 157) enfatiza que Benton & Frazier, em pesquisa realizada em 1976, esboçaram a constituição daquilo que hoje se apresenta como as trocas entre agendas (a funcionalidade/agendamento) e como a informação se difunde de uma para outra. Cabe destaque para o tratamento dado por eles neste estudo ao tema economia e a forma como estações de televisão, jornais e revistas entrecruzaram-se para a leitura das análises. Se não foi um trabalho pioneiro, foi ao menos um marco nas relações de agendamento entre meios e sociedade.

¹⁸ A relação entre os interesses públicos e privados é revisada quando se descreve a interação entre fonte, jornalista e aparato produtivo da notícia.

Neste sentido, Traquina (2001) apresenta um quadro¹⁹ que dá conta da inserção da noção de agendamento a partir das relações entre agendas:

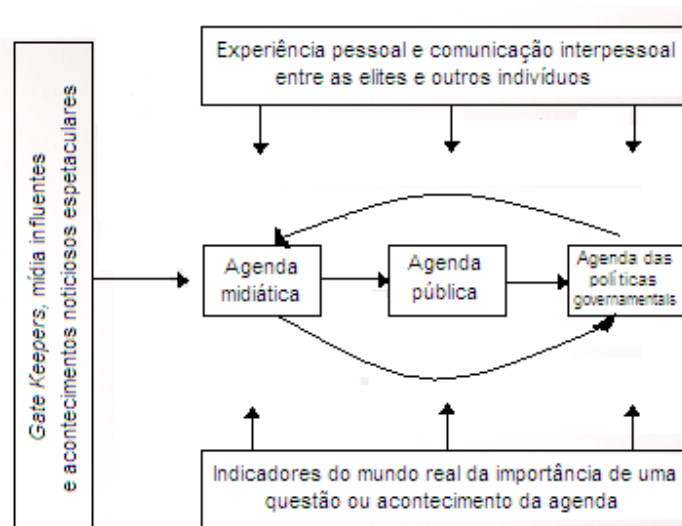


Figura 1 – Os três componentes do processo de agendamento

Na figura 1, os indicadores do mundo real sofrem ingerências ou tomam referências a partir do entrecruzar-se das agendas midiática, pública e política. Isso, sob a tutela de interesses que variam da individualidade ao coletivo. O gatilho, a propulsão parece estar no domínio da mídia e no domínio dos acontecimentos que de certa forma tende ao espetáculo. Essa é uma característica marcante da mídia moderna, mexer com grandes temáticas que abrangem também interesses maiores.

As grandes temáticas espetaculares, no caso deste trabalho, o futebol, são por si só um ponto de encontro para agendas diversas: política, esportiva e midiática entre outras. A agenda midiática, além de manter certo ponto referencial em relação às demais, oblitera através da unidade (meio/jornal) ao conjunto (sistema midiático) a tematização em curso. As relações de curto e longo prazos dos efeitos são (re)

¹⁹ Fonte: Rogers, Dearing, Bregman apud Traquina (2001, p. 19).

sintetizadas nos diferentes meios, o agendamento é, neste sentido, um patrimônio geral que circula em diferentes níveis e segmentações.

Então, a informação que aí circula (entre os meios) permite a ultrapassagem para além do acontecimento inserindo-o num contexto social maior. A interpretação agora associada é dependente do fenómeno e desloca-se ao sabor das apropriações realizadas. Isso é uma demonstração que para Wolf (2002, p. 164) existe uma outra dimensão implícita do agendamento que não se refere apenas à quantidade, mas também ao carácter público e à relevância que o tema tratado encerra. Problemática “(...) de como nasce um tema dentro dos mecanismos complexos da informação de massa, de quais são as forças, os processos e as condições que limitam ou realçam a sua evidência social”.

Wolf (2002, p. 173) apresenta três tipos de agenda do público: agenda intrapessoal, agenda interpessoal e a agenda que diz respeito à percepção que uma pessoa tem do *estado de opinião pública*. Tomaremos a terceira como a mais relevante para tratar aqui: a importância que o indivíduo atribui a um tema que supõe relevante aos demais – clima de opinião. O futebol acha-se neste contexto de tematização e no centro de análise deste trabalho. O clima opinativo sobre futebol no Brasil é facilmente verificável, a exemplo de circunstâncias já citadas (Copa do Mundo de Futebol).

Além disso, Wolf (2002, p. 142 - 143) destaca que mais do que uma formação linear o processo de *construção da agenda* (o tónus funcional – a manutenção) é um processo coletivo *recíproco*. Tal processo pode se personificar em atores que se instituem como *porta-vozes* dos interesses e que assumam o comando da atenção que se pressupõe coletiva.

Braga (1999b) também faz referência ao reconhecimento das técnicas produtivas dos livros, dos jornais, dos programas de televisão, da fotografia, das imagens, dos gestos, dos sons, da edição, das montagens como reveladores de processos interativos. “(...) Os ‘modos operatórios’ não são apenas dados técnicos,

mas, sobretudo, linguagens desenvolvidas no uso destes dados – que, aliás, interferem na construção mesmo dos dados técnicos, uma vez que o desenvolvimento tecnológico se faz na direção das objetivações pretendidas e comandadas pelos interesses na sociedade” (BRAGA, 1999b, p. 5).

Existe aí uma variação circunstancial de interlocução. A produção das linguagens dos meios e o uso que delas é feito promovem uma abertura (espaço de agendamento a montante e penetrabilidade).

Podemos assinalar então que aquelas práticas da objetivação (que geram resultados em circulação no social) se organizam na verdade em “gêneros” reconhecíveis. Sendo as linguagens estruturas específicas das possibilidades expressivas de um veículo, diversos produtos trabalham segundo configurações determinadas - segundo “gêneros” de expressividade e comunicabilidade. Estes gêneros variam, certamente, conforme as intenções dos produtores, mas também de acordo com a percepção dos interlocutores, conforme as “leituras” que são feitas no espaço social, os objetivos (sempre renováveis) de comunicação, e as respostas produzidas (BRAGA, 1999b, p. 7).

Quando os processos tecnológicos são incluídos, *adicionados*, modificam-se no interior do sistema social, sofrem *ajustes* de percepção para a resolução adequada, para o entendimento do aparato que os apresenta. Braga (1999b, p. 04) chama essa característica dos meios de *penetrabilidade* – o meio/processo de comunicação *penetra* nos processos sociais, modificando-os em função de seus próprios modos operatórios.

Neste sentido, segundo Braga (1999b), a *inclusividade*, que compete a todos os recursos de reprodutibilidade técnica, acaba se mantendo e ampliando sua abrangência. O computador, por exemplo, eleva a penetrabilidade a uma condição *extrema*. Para o autor, o caráter inclusivo se altera nas relações com esse meio (o computador). A inclusão se altera na própria socialização do uso, das apropriações que aí se efetivam. Assim, é no processo em si que se tem o local reservado às alterações, então, processualidade pressupõe efetividade e modos diferenciados de

inclusividade e penetrabilidade. “(...) A importância dos ‘novos’ meios não deriva apenas dos oferecimentos imediatos, [mas talvez e, sobretudo], de suas características modificadoras das objetivações possíveis na Comunicação: inclusividade e penetrabilidade” (BRAGA, 1999b, p. 5).

Então, o fato de a televisão “vir depois” e, considerando-se também, o aspecto universalista e abrangente que porta (a alfabetização não é preponderante para o entendimento do que ali se produz). O aspecto representacional do mundo, bem como outras maneiras de construí-lo vai transcendendo evolutivamente a simples *transmissão* e *captação* das coisas da realidade. “(...) Esse meio se caracteriza mais por sua *inclusividade* do que pela substância (imagem, som) caracterizadora de suas mensagens” (BRAGA, 1999b, p. 4).

Para Braga (1999b), as *linguagens* não verbais não se decodificam, tornam-se *compreensíveis em situação* (em totalidade), envolvem muito mais que explicação de códigos, mas sim *cálculos de convivência cultural*. Essa convivência é inerente desde as mediações *supervenientes* que objetivaram e tornaram comuns reações subjetivas de comunicar. Tal premissa se referenda à inclusão social do livro, da televisão e do rádio (assim como as pinturas rupestres).

3.2.2 NOTICIABILIDADE/NOTÍCIA/NOTICIÁRIO

O conceito de agendamento remete diretamente a outro tema relevante nesta tese, na medida em que os assuntos ou episódios trabalhados na CPI passaram por uma construção anterior no sistema jornalístico. Trata-se da noticiabilidade e dos valores que os códigos forjados nas redações, em sintonia com certa ambiência social, conforme visto na questão do senso comum, impõem no fluxo dos acontecimentos.

A legitimidade ou a caracterização do valor noticioso como *camada interpretativa* é também evidente na criação da CPI do Futebol no Senado Federal. No documento oficial de encaminhamento (requerimento nº 497/2000) à instalação

da comissão parlamentar de inquérito, existem várias passagens que dão conta da verdadeira dimensão da notícia para a validação e sustentação argumentativa.

As passagens em negrito no requerimento²⁰ auxiliam a demover pontos interessantes para se iniciar a discussão acerca dos aspectos que fazem da notícia um fato recheado de mediações. Os jornais e revistas publicaram diversas notícias e comentários dando conta da corrupção no futebol e demandaram pressão para instalação da CPI que por si mesma se converteu em fato noticioso. A diversidade fenomênica das modulações noticiosas fez surgir várias possibilidades de observação e interação com o jornalismo de um modo geral.

Para Wolf (2002, p. 189) o estado de aproximação da notícia com as diversas forças sociais detém, atualmente, importante cláusula para a formação dos critérios e das condições de relevância para a definição da noticiabilidade. Toda a experiência primeira, deslocada das noções precisas de tempo e espaço faz do acontecimento, gerado dentro das perspectivas noticiosas, primar por sua *aptidão* em tornar-se notícia.

Tal aptidão ordena-se numa multiplicidade outrora inexistente. A seletividade produtiva própria do sistema jornalístico confronta-se com o crescente aumento das situações cotidianas passíveis de veiculação. Neste contexto, Golding & Elliott *apud* Wolf (2002, p. 188) elaboraram duas perguntas que podem se ligar a essa transformação: a – **Que imagem (de) mundo fornecem os noticiários?** b – **Como se associa essa imagem às exigências cotidianas da produção de notícias?**

Para o autor, as duas perguntas salientam a problemática com que se ocupa o entorno dos *newsmaking*, e ele demonstra a articulação existente entre dois limites:

1. A cultura profissional dos jornalistas.

²⁰ Ver no anexo I o requerimento de instalação da CPI do Futebol.

2. E a organização do trabalho e dos processos produtivos (WOLF, 2002, p. 188).

Toda a problemática advinda das relações entre os dois aspectos citados promove uma ação de redução, uma atividade de seleção com vistas à elaboração das notícias.

Para Wolf (2002) existem três obrigações para que a notícia se estabeleça como tal. O acontecimento relatado deve *assumir a condição de notável*. As oportunidades de reconhecimento necessitam abrangência e aceitação, prestando-se a sustentação do quesito de notabilidade. Essa condição sofre implicação simultânea juntamente com a *forma que envolve o relato* do acontecimento selecionado e a *planificação dos acontecimentos* noticiáveis – no tempo e no espaço – determinando a organização do conjunto de situações fundamentais à elaboração da notícia.

O aspecto notável inerente ao fazer noticioso promove a derivação para formas de naturalização dos quesitos que envolvem o processo produtivo da notícia. A cultura profissional do jornalista e a sua relação com a sociedade são combinadas de maneira a *confirmar a posição de produto que a notícia ocupa*. Desta conduta que se padroniza e das diversas práticas profissionais, ocorre uma derivação constituída em forte processo de naturalização (procedimentos e práticas adotadas como naturais – funcionalidade).

Como exemplo, o jornalismo esportivo brasileiro que abarca em sua totalidade quase somente o enfoque futebolístico (basta observar a produção semanal das notícias esportivas nos diferentes meios e a especialização ou formação dos repórteres esportivos), institucionaliza em concordância com o público, uma formatação durável para os procedimentos que a construção da notícia elabora. Isso torna a especialidade esportiva (futebol) uma fonte estável e inesgotável de informação. Quando, por algum motivo esse fluxo se interrompe, como por exemplo, em situações que a derrota da

seleção brasileira é uma possibilidade, a herança tradicional retoma os feitos e as bravuras históricas culturalmente fixadas na identidade do público.

Neste contexto, alguns aspectos são interessantes de salientar, relativo às análises realizadas em trabalho anterior²¹. Na oportunidade, foi elaborada uma tentativa de analisar as críticas desenvolvidas pelo jornalismo esportivo brasileiro durante a Copa do Mundo de 1998. Cabe destacar que todas as emissoras de televisão de canal aberto transmitiram o evento e o “*Penta*” era alimentado por todas como uma conquista certa. Basta lembrar a chamada da TV Globo: *Todo mundo tenta, mas só o Brasil pode ser Penta!*

Destacou-se, desse trabalho, uma característica observável e repetida pelo jornalismo esportivo de uma maneira geral, principalmente em se tratando de seleção brasileira de futebol. A apreciação dos adversários brasileiros sempre se efetuou de maneira excludente, parece que não existia ou existe um adversário capaz de vencer a seleção brasileira. Com isso, as apreciações desconsideravam o adversário, bem como suas possíveis qualificações.

Mesmo assim, se tal situação de superioridade não era suficiente para nortear o sentido pretendido pela apreciação jornalística esportiva, o passado vinha à tona e relacionava-se com tal naturalidade com o presente, que em certos momentos parecia que o aspecto ficcional era mais forte do que o próprio jogo. Um exemplo claro desta situação foi a comparação realizada em várias ocasiões do jogador Denílson com o mito Garrincha. Em certos momentos, principalmente quando Denílson estava pronto para entrar em campo, parecia que Garrincha tinha ressuscitado e estava pronto para jogar. Ou ainda, por ocasião de debates em várias mesas redondas²², longas discussões surgiam em graus de comparação do desempenho da seleção do presente com o desempenho de seleções ou jogadores do passado.

²¹ Dissertação de mestrado intitulada: *Jornalismo Esportivo na Copa de 1998 – uma tentativa de análise crítica das críticas* (ECO/UFRJ 1999).

²² E também “quadradadas”, lembrando o programa do SBT citado na introdução deste trabalho.

Uma investida deste porte tem sua sustentação, segundo Wolf (2002, p. 200), nos *critérios substantivos* que se articulam a partir dos fatores de importância e de interesse que a notícia contém. A relevância dada pelo valor/notícia que sustenta a importância de determinado acontecimento é embalada por variáveis funcionais bem articuladas. Uma delas articula-se por matrizes culturais e demandas que se encontram na ordem do imaginário.

A “*significatividade*” – valor/notícia é destacada em Wolf (2002, p. 202-203) como sendo uma condição adaptável ao contexto cultural do ouvinte ou do leitor (uma proximidade cultural), que determina a noticiabilidade do acontecimento como *impactante* sobre o interesse nacional (nível de abrangência). Em tom de complementação ou de simultaneidade, liga-se à potencialidade de envolvimento do acontecimento (número de pessoas envolvidas e sua importância), o que determinaria o apuro da visibilidade noticiosa.

Os noticiários possuem uma composição de aspectos que ofertam ao consumidor uma série de atrativos determinantes para o estabelecimento de acordos. Mesmo no espaço jornalístico reservado ao esporte, existe a situação de destaque, de ênfase que acaba oferecendo algo especial. Isso quer dizer que, mesmo no jornalismo esportivo, o noticiário oferece alguma coisa ou algo que se diferencia dentro do próprio contexto esportivo já organizado, o que sugere uma disputa setorializada de noticiabilidade.

O critério de noticiabilidade, neste setor, passa também pelos valores instituídos através dos comentaristas esportivos. O enquadramento dos episódios extraídos da mídia pela CPI do Futebol corresponde ao papel estratégico do reconhecimento da notoriedade de quem escreve. São pessoas (especialistas) que geralmente possuem um reconhecimento técnico no mundo do futebol e grande credibilidade dentro do campo esportivo.

Na realidade, não se pode interpretar o estudo como voltado exclusivamente para a notícia, mas sim como um estudo que vê o espaço criado pela notícia como um

local de mediação social. O espaço noticioso é uma marca jornalística e neste espaço reúnem-se intervenções dos mediadores/especialistas que desenvolvem para a sociedade um modelo especial de jornalismo (atividade social do jornalismo), que por sua vez se relaciona com os outros meios como um *todo* e se relaciona com algo de fora (outros sistemas).

Dentro do jornalismo, o espaço noticioso é também o espaço da notoriedade de quem articula as informações, que podem ser distinguidas de duas maneiras:

- Fama encerrada naquele contexto (importância assumida por aquele que passa a ser citado);
- Condição de publicização, da condição de ser escrito por pessoa de notória competência ou saber que se singulariza.

O noticiário faz isso através de marcas que disponibiliza, pois não deixa de ser uma especialidade que se referenda em outros campos e participa com eles na reorganização de novas interpretações. O espaço noticioso é também um espaço de opinião que age dentro do jornal e hierarquiza uma determinada condição de poder. Seu lugar na página é um local de informações, apontamentos, indicações e, também, de opiniões. Nele reúnem-se características que possibilitam o reconhecimento de tensões (internas e externas), visto a condição de referência. O jornalista sempre é dotado de uma gama considerável de fontes que estimulam a tensão interna e externa dos embates presentes naquele espaço.

Os endereçamentos que se estabelecem na constituição do noticiário são indicativos da ordenação que se organiza especificamente para a sua produção. Um ponto importante de indagação nessa pesquisa é o entendimento de como se dá o processo de agendamento, na medida em que parte exatamente dos noticiários a temática que redundava na CPI.

Segundo Mouillaud (1997, 29 - 35), existe dentro do jornal uma predisposição que *prepara o sentido*, o jornal não funciona somente como uma rede que apresenta para o mundo uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas é também *dispositivo*. A diagramação jornalística e a disposição dos elementos que compõem uma página funcionam como um ordenador do texto que a mesma encerra (que é a própria forma/funcional do acontecimento). O dispositivo – página – não é apenas um ordenador dos enunciados ali dispostos, mas também é um ordenador dos sentidos que emanam de outros mundos com estratégias diversas daquele.

O fato de o noticiário esportivo possuir um ou mais espaços é determinante no entendimento de que esse (s) espaço (s), enquanto espaço (s) físico (s) torna(m)-se local (is) de agendamento, pois neles se hierarquiza uma informação em relação ao seu próprio espaço e no confronto com os demais espaços do todo jornalístico. Existe uma hierarquização definitiva que se expressa nas chamadas de capa que atenderá a diversos critérios, inclusive os de caráter ritual. Nas edições de segundas-feiras, o futebol tem um farto espaço de capa garantido com direito a fotos por conta das rodadas do fim de semana. A hierarquização espacial da informação é uma modalidade de agendamento, uma maneira de chamar a atenção para certo fato.

Desta forma, a qualificação de agendamento no contexto do noticiário sofre implicação:

- Da notoriedade de quem escreve;
- Do reconhecimento da especialidade e da *espacialidade* que ali se funda.

O jornalismo, portanto, lida com o espaço público, ele é um agente deste espaço. Porém, quando ele fala para esse espaço, o faz a partir de regras privadas de produção relativas ao mundo daquele veículo. Uma determinada fonte passa ao jornalista um dado que é convertido em uma matéria que vai a público. Essa relação –

jornalista/fonte – é uma relação pública, a do jornalista com o público também e tudo se passa no espaço público. Porém, o processo de produção da matéria, as transformações realizadas pelo jornalista de um ponto ao outro, se dá em um espaço com regras não publicizadas e algumas vezes ocultas. A relação é pública entre as partes, mas o processo de construção daquilo que vai ser remetido à esfera pública é um processo circunscrito que envolve interesses nem sempre transparentes²³.

São regras específicas a cada sistema de produção. A atividade de produção visa fins públicos e está condicionada a fontes que são os agentes públicos (fontes e usuários), mas o processo de produção, a ação que dá forma àquilo que vem do público via fontes e vai para o público consumidor são dirigidas por regras diversas, considerando-se que não existe uma regra universal de se fazer jornalismo. O manual de redação é o instrumento que vai indicar o “emoldurar” de cada matéria (a produção da notícia). Esse comportamento técnico-profissional tem implicações na formatação daquilo que vai a público, apesar do jornalismo ostentar certo grau de liberdade, as ações (funcionalidade das estratégias) são manifestas sob dadas normas compositivas.

Ao escrever, o jornalista o faz com critérios aparentemente privados ao seu saber, ao seu manual de redação, à divisão social de seu trabalho, do seu jornal, da sua revista, etc. Isso implica em dizer que não existe uma universalidade, são *marcas* distintas produzidas. Uma marca específica, própria daquele meio, que pode até ser uma marca autoral, mas que representa a divisão social do trabalho que ali acontece.

A mediação para fora ocorre em meio à prática de um conjunto de diferentes interesses que ocorrem simultaneamente à atividade do exercício jornalístico esportivo (interesse em patrocínios da página, da matéria, interesse no aumento de audiência, interesses comerciais maiores, etc.).

²³ A discussão aqui utilizada sobre espaço de produção toma referência nos trabalhos desenvolvidos por Antonio Fausto Neto: *Mortes em derrapagem* (1991), *O IMPEACHMENT DA TELEVISÃO: como se cassa um presidente* (1994), *Comunicação e mídia impressa: Estudo sobre a AIDS* (1999), *ENSINANDO À TELEVISÃO: estratégias de recepção da TV Escola* (2001).

O jornalismo não produz sentido de uma única forma. Existem várias maneiras de produzi-lo. E isso se dá na medida em que o jornalismo é constituído por muitas operações e por uma vasta geografia de páginas, de seções, de matérias, de fotos, de legendas, onde a produção do sentido acontece. Apoiado nesta pressuposição é que se toma o espaço noticioso como um espaço complexo de realizações, de hiper-investimentos produtivos e de ações específicas que promovem agendamentos.

Portanto, a especialização é um elemento comprovadamente constitutivo do espaço ocupado pela notícia. O especialista que atua ali é um dos promotores dos contornos que institucionaliza o gênero como um formato jornalístico específico: uma forma socialmente e culturalmente elaborada, mantenedora de papéis e de status constitutivos de identidades.

A complexidade, neste caso, é evidente na sociedade e não se pode mais deixar de considerar essa movimentação, sob pena de ultrajar inúmeras constituições elaboradas no seio de diversas comunidades. As transmutações (aquilo que se elabora por reação) e as constantes alterações específicas de construções realizadas em meios diferenciados é um exemplo significativo das diversas possibilidades de organização existentes dentro da sociedade.

As peculiaridades ocorridas neste novo contexto social tornam-se cada vez mais uma tarefa “pesada”. A carga é onerosa em pelo menos dois níveis:

- 1) No sentido de imobilizar ações até certo ponto de vista bastante simples e;
 - 2) No deslocamento constante de situações anteriormente fixas e previsíveis.
- Com isto, não se pode simplesmente achar que adequações promovidas e pré-estabelecidas de acordo com graus de eficiência serão suficientes para desenvolver análises sócio-estruturais.

Wolf (2002, p. 188) destaca que, na atualidade, a noticiabilidade é regida por uma *conjunção de forças sociais*. Nessa conjunção, existe uma luta que é travada entre as diversas instituições na busca de apresentar o “seu fato” como o único. Isso implica em dificuldades, o jornalista tem, agora, uma tarefa muito difícil para selecionar aquele episódio com mérito para ser noticiado.

A questão que se interpõe é a de como encontrar critérios para definir um grau de noticiabilidade adequado. Existe uma cultura profissional, existe uma ideologia. Ambas se misturam nas ocorrências do mundo vivido do jornalista (sua formação inicial e seu espaço de atuação profissional subsequente). É o agora, o espaço produtivo que ocupa que vai, de certa forma, determinar aquilo que vai a público e aquilo que será descartado. A noticiabilidade neste sentido (...) corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade infinita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2002, p.190).

A noticiabilidade, como um elemento seletivo do jornalismo, pressupõe fragmentação. Essa seria, para Wolf (2002, p. 193), um elemento de distorção involuntária que desloca a atenção daquelas coisas fundamentais e profundas relacionadas ao acontecimento relatado. Em certa medida, seria a compreensão das estratégias de funcionamento que se agregaram para produzir determinado fato.

3.2.3 ESPAÇO MIDIÁTICO

Existe alguma coisa que move o pesquisador, que percebe este mesmo movimento na sociedade, acionando-lhe o desejo de investigar: somos “cutucados” pelos signos das mídias mesmo que não queiramos nos envolver com eles. A mídia jornalística recorta e constrói a realidade em que nos movimentamos e na qual também nos construímos. O futebol, profundamente incrustado na nossa sociedade,

tornou-se agenda obrigatória e mesmo quem o despreze, termina por ele de alguma forma afetado. Não é o caso do pesquisador, que se deixa afetar exatamente por estar mergulhado neste universo. Parte desta paixão foi costurada ou mesmo construída na medida em que a mídia trouxe este universo para dentro da sua vida.

Dentro de um exame do *todo jornalístico* e da funcionalidade sistêmica que dissipa as fronteiras do sistema jornalístico, Henn (2002) apresenta a *produção do noticiário* como uma delimitação que traz aquilo que o jornalismo possui de mais essencial. A construção da notícia liga-se à funcionalidade produtiva e, ao mesmo tempo em que integra o núcleo e porta a identidade do sistema, se volatiliza e migra para além do cinturão de proteção sistêmico. Torna-se elemento conectivo que estabelece relações com o meio ambiente sistêmico. Relações estas, de extremo dinamismo e intensidade com a realidade.

Morin (1998, p. 43) apresenta importante argumentação que serve às conectividades sistêmicas em questão, ao destacar que “(...) o processo de formação de uma tendência é ao mesmo tempo o da legitimação cultural dessa tendência: a nova concepção torna-se respeitável e respeitada, institucionaliza-se, estabelece a regra, ou mesmo o seu princípio de normalização, na sua esfera de influência”.

Partindo-se desta pressuposição, existe uma boa maneira de se caracterizar as estratégias utilizadas pela mídia, em especial pelo jornalismo, considerando-se, sobretudo, o entendimento das possibilidades de interação abduzidas desta noção. Ou seja, a reciprocidade, a ação mútua determinante à utilização conjunta de esforços exercidos ou a se exercer em composição.

Desta forma, a onipresença midiática e o poder a ela atribuído podem ser tratados abreviando-se a disjunção comum normalmente alimentada em discussões do gênero. A adoção de tal postura toma por referência os atributos estabelecidos por Martín-Barbero (2001a) ao contexto comunicacional, quando o considera como algo que se re-significa, que se materializa e se volatiliza na mediação. Tal enquadramento

permite revolver a conjuntura midiática a partir dos usos e das apropriações culturalmente instituídas.

Neste sentido, Martín-Barbero (2001a) descreve vários traços que constituem um ambiente de mediação: as fragmentações que deslocam e descentram, os fluxos que globalizam²⁴ e comprimem as conexões que desmaterializam e hibridizam. Traços que também indicam os componentes das sociedades em evolução e antecipam algumas coisas que são atribuídas aos meios, antes mesmo de sua atuação. Isso possibilita revisar as discussões até então polarizadas na oscilação entre o domínio e a dominação. Deste modo, o entendimento da comunicação se transforma com o redimensionamento dos dados, mensuráveis e acondicionados em local específico para uma outra área de observação e análise, sua interpretação assume, sobretudo, a condição de “motor” de ajuste e ordenação a quesitos culturais.

Neste sentido, a centralidade que a mídia assume é, ao mesmo tempo, desproporcional e paradoxal se pensada a situação estratégica por ela ocupada na atualidade em relação à configuração de novos modelos sociais. Tudo acontece no viés da passagem, são convergências e complementaridades em ato. A significação cede espaço ao contraditório, torna-se um lugar de apropriações, lugar este simultaneamente de caminho e de distribuição. O espaço midiático se faz ambiente e compartilha total autonomia com autonomia relativa, um poder que se torna impreciso na sua natureza e identificação.

Ao se adotar a noção de espaço midiático como um ambiente de passagem e de registros, cabem considerações à formatação desta ambiência. No quadro da Teoria de Sistemas desenvolvida por Luhmann, o homem aparece como um meio ambiente dos sistemas. A argumentação usada por ele caracteriza o homem como uma “matriz”, que serve também ao ambiente midiático. Porém, em relação ao

²⁴ Um exemplo de fluxo globalizante atual é a contratação do jogador Tevez pelo Corinthians Paulista. A rivalidade histórica, entre brasileiros e argentinos, não assumindo aqui nenhum tipo de defesa à questão da rivalidade somente usando-a como uma questão ilustrativa, viu-se comprimida pela ação do mercado global de jogadores de futebol.

homem, a mídia, em sua centralidade, não pode ser vista apenas na condição de matriz, porque também é portadora de uma tecnicidade, de um aparato técnico que cunha decisões e fazeres. Se pensarmos a CPI do Futebol na TV Senado, temos uma matriz midiática que vai dominar o evento (sem que as demais matrizes desapareçam, ao contrário, são redimensionadas e algumas até potencializadas), cujo funcionamento deve-se às possibilidades tecnológicas de produção e transmissão.

Nesta ambiência, na movimentação dos registros, na condição organizacional e estocástica própria do sistema midiático e jornalístico, alguns fatores estimulam os diferentes percursos de alinhamento que caracterizam as estratégias utilizadas na sua manutenção frente aos diversos enquadramentos sistêmicos.

A inserção da mídia no ambiente da cultura é um deles. O capital cognitivo que se acumula e se organiza em torno das sociedades é inerente à cultura. Para Morin (1998) cultura e sociedade mantêm mútua relação geradora. A existência das sociedades e a formação das culturas materializam-se através das interações entre os indivíduos, portadores e transmissores de cultura. Existe para o autor uma ação de regeneração entre pares. Ao mesmo tempo em que se transmite e se assimila algo, independente de situação e localização, logo em seguida se restitui este algo a uma (re) elaboração.

Cuche (2002, p. 09 e 10) ajuda a compreender a lógica do “anel” utilizada por Morin quando salienta que:

(...) o homem é essencialmente um ser de cultura (...) [no transcorrer de seu processo evolutivo] (...) houve uma formidável regressão dos instintos, “substituídos” progressivamente pela cultura, isto é, por esta adaptação imaginada e controlada pelo homem que se revela muito mais funcional que a adaptação genética por ser muito mais flexível, mais fácil e rapidamente transmissível. A cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos.

A diferença entre os agrupamentos humanos está justamente nas escolhas culturais e na forma como elegem alternativas para a solução dos diferentes problemas (uma noção mais geral de educação). O capital cognitivo de uma sociedade advém de um patrimônio cultural que se reforça a cada interação entre indivíduos ou grupo de indivíduos, nas suas experiências, na sua cotidianidade, na maneira como superam obstáculos e mantêm em atividade sua própria cultura.

A noção de experiência não compreende somente um arrazoado fornecido por ingerências de diversos campos do conhecimento. Caso essa conexão fosse a preponderante, a experiência se determinaria somente na unificação de um ato experimental controlado, e os parâmetros estabelecidos nas significações seriam deixados de lado. A exclusividade de validação se daria apenas nas indicações que as experiências baseadas em técnicas de averiguação disponibilizariam à revelação de eficácias (estimativas advindas da concentração de amostragens).

Nesta conjuntura funcional, a dialogicidade²⁵ é dependente da conservação e da sincronia de um fato social com os demais fatos sociais. Com a interdependência que é mútua no contexto dialógico, ocorrem influências e contribuições objetivas à constituição dos diversos processos sociais. Dialogia, nesta gradação, pressupõe exposição, repetição de acontecimentos e termos semelhantes. O que por sua vez contribui à produção de sentido em diferentes níveis; através do cultivo em comum, do aperfeiçoamento, da educação, das diferentes mediações que se incorporam no quadro evolutivo humano. A proporcionalidade criativa, requisito para a continuidade das coisas da vida, ganha movimentação e mais sustentação com o entendimento da ação dialógica.

Neste sentido, a cultura se abre e se fecha em conformidade à necessidade de atualização, fornece aos indivíduos, dentro de uma acumulação de saber, “(...) sua

²⁵ Noção desenvolvida por Freire (1987), no texto *Pedagogia do Oprimido*, quando concebe a dialogicidade como uma organização mediada na Práxis (utilização simultânea de teoria e prática). A funcionalidade desta concepção se forma no compartilhamento de duas dimensões: a ação e a reflexão. Quando uma delas é reforçada em detrimento da outra, o diálogo cessa e a dialogia se perde no ativismo (acondicionada somente na ação) e na eloquência vazia (acondicionada somente na reflexão).

linguagem, os seus paradigmas, a sua lógica, os seus esquemas, os seus métodos de aprendizagem, de investigação, de verificação, etc.”. Mas também é inibidora quando se fecha impondo “(...) normas, regras, proibições, tabus, o seu etnocentrismo, a sua auto-sacralização, a sua ignorância de sua ignorância” (Morin, 1998, p. 24).

Contrariamente, o contexto etnocêntrico, em certa medida, permite que as diferenças culturais tomem relevo e descortinem os processos que fundamentam a dinâmica social. Para Cucho (2002), a importância do etnocentrismo como uma componente do fenómeno social deve ser considerada para o arranjo metodológico investigativo, o que, por sua vez, colabora na compreensão dos aspectos contraditórios presentes nas dinâmicas em apreciação.

São formas assumidas num transcurso histórico (MATTELART, 2000), que se alicerçam através de reajustes progressivos, sobretudo baseados numa significação centrada na mídia. Neste sentido, a comunicação aos poucos assume uma definição *totalizante* mesclando-se as tecnologias múltiplas que se apresentam para a estruturação da nova sociedade.

A canalização, a passagem, a movimentação da (s) cultura (s) se objetiva com a progressiva combinação e inter-relação que as mídias como cultura evolutiva promovem nas contigüidades sistêmicas, tornando-as ambiência.

A cultura das mídias tende a colocar em movimento (...), (...) a acelerar o trânsito entre as diversas formas de cultura, fazendo-as saltar de um setor a outro. Aquilo que costuma ser chamado de repetição ou redundância, quando se julgam as mensagens das mídias, deveria ser repensado, uma vez que, se, de fato, tudo parece se repetir, a repetição se dá dentro de uma diversidade funcional do carácter comunicativo de cada mídia. Além disso, há todo um jogo de intercâmbios de uma mídia a outra, gerando verdadeiras famílias de mídias as quais apresentam um aspecto bastante curioso: o da condensação ou brevidade (SANTAELLA, 1992, p.21).

Ao condensar em formato organizativo uma dada linguagem, Santaella (1992) destaca que essa mesma linguagem assume uma função mnemônica. Ou seja, torna-se técnica a desenvolver e fortalecer uma memória mediante processos artificiais e auxiliares. Associa aquilo que deve ser memorizado a dados já conhecidos ou vividos, contemporiza o arranjo de imagens e informações, função esta, mais acentuada nos noticiários televisivos e radiofônicos.

Com isso, Santaella desenvolve a hipótese de que não existe mais uma linha demarcatória entre processos culturais e processos culturais midiáticos. As demarcações territoriais tornaram-se, para ela, voláteis, o território cultural é movente, um transeunte promotor de intercâmbios, agenciador de sentidos, o que acaba acentuando a complexidade semiótica das mídias. Na proliferação do reaproveitamento realizado entre mídias, cria-se a síntese de uma nova ação produtiva das tradicionais mídias de massa, hibridizam-se produções entre formas culturais eruditas e formas culturais populares.

A **centralidade que a mídia vem assumindo** é outro fator preponderante na acentuação dos enquadramentos sistêmicos, fundamentalmente no quesito experimental. Como seria possível entender o funcionamento das mídias, no contexto jornalístico, agrupadas pelo trato noticioso, dando-se relevância ao seu poder de formar opinião (teoria da agenda²⁶)?

A forma como a CPI do Futebol tomou corpo é um exemplo que ajuda a compreender este funcionamento e a centralidade atribuída à mídia. A partir do momento em que denúncias sobre a má gestão da CBF circularam de forma abrangente, através da publicação de diferentes matérias em jornais e revistas Brasil afora, teve início uma reverberação pública ancorada na mídia. Provavelmente, se não

²⁶ A teoria da *agenda setting*, formulada no início da década de 1970 por McCombs e Shaw, tem como hipótese a proposta de que as pessoas pautam seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que os *mídia* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. (WOLF, 2002).

houvesse a intervenção midiática, ninguém tomaria conhecimento do assunto e o interesse em tentar solucioná-lo não teria existido.

Um forte exemplo desta reverberação encontra-se no texto de instalação da CPI do Futebol no Senado Federal. O texto contém onze passagens que fazem referência a publicações realizadas sobre a corrupção no futebol brasileiro (entre revistas e jornais). Essas publicações amparam as principais denúncias e completam as justificativas que fundamentam o documento de criação da CPI.

A base desta reverberação advém da ação de articulistas, colunistas e especialistas esportivos que, valendo-se do conhecimento pregresso na área e da facilidade em conseguir informações consistentes, passaram a publicar com regularidade, denúncias sobre a corrupção no futebol brasileiro. Dentre eles, o jornalista Juca Kfourí tornou-se um dos maiores algozes dos dirigentes da CBF. A indignação e a revolta dele contra a “cartolagem” já ecoava no programa Cartão Verde da TVE, exibido durante a cobertura da Copa do Mundo de 1998 na França.

Em entrevista à Revista Caros Amigos, em 1997, Kfourí explicita com detalhes suas denúncias ao fazer uma cronologia de como figuras influentes, políticos, dirigentes, jornalistas e jogadores punham em prática algumas falcatruas. Ele mostra a origem de uma série de desmandos e ilegalidades que aconteciam sem a menor averiguação e prolongavam-se impunemente.

Toda essa resistência feita por Juca Kfourí frente à CBF, o levou à CPI do Futebol como convidado e portador de preciosas informações. Na oportunidade, ele apresentou aos senadores vasto material em duas pastas que, segundo ele, era fruto de mais de doze anos de trabalho jornalístico.

Para Martín-Barbero (2001a), os meios de comunicação constituem hoje, no campo da experiência evolutiva, espaços-chave de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e de produção cultural. Seu maior foco de interesse se localiza no reconhecimento e no alerta de que existe algo mais do que tecnologia na “grande mediação” que se processa entre pessoas e mundo. O que é mediado hoje

pela tecnologia, de forma intensa e acelerada, *é a transformação da sociedade em mercado*, e deste em *principal agenciador da mundialização*, em seus muitos e contrapostos sentidos.

Isso reforça a noção de se compreender a mídia como um “ambiente” ou “ambiência” sistêmica. Portanto, desloca-se à idéia sedimentada pelo contexto frankfurtiano de manipulação ou pelo contexto norte-americano de integração e redimensiona-se a noção de mídia, sobretudo dentro de uma ótica interativa²⁷. Ou seja, a mídia configura um espaço onde todos os campos discursivos possuem convergência e complementaridade, estabelecendo-se como lugar privilegiado de produção de sentidos. Lugar onde coisas contraditórias têm um ambiente, onde apropriações ocorrem; lugar este que, além de ceder passagem, torna-se distributivo.

Essa transformação reforça a **condição da mídia como espaço público**, agregando para si poder de agendamento social. A ambiência midiática formata-se como um lugar de exposição e partilha. O jornalismo, nesta acepção, passa a constituir sentido a partir do funcionamento de determinados discursos quando estes são apresentados pela mídia. Determinado assunto tornar-se-á midiático, tomando a voz da mídia e suas formas de apresentação. Com a mediação dos signos, a realidade de determinado assunto é acessada. Existe, neste caso, um poder midiático que pode ser diferenciado em pelo menos duas circunstâncias excludentes:

- a) No discurso determinante que unifica os outros discursos;
- b) Naquele discurso que apresenta os demais.

Na determinação ou no posicionamento entre estas circunstâncias, ou para além delas, a natureza e a gradação do poder midiático podem ser refletidas. O

jornalismo pertence ao sistema midiático e cria, portanto, certo tipo de relacionamento com a realidade. A notícia se institui originalmente como um lugar de informação. A reportagem torna-se um ponto onde diferentes vozes têm sua chance de aparecer, espaço onde atores e campos dialogam, divergem, travam disputas, expõem e conciliam opiniões.

Com este “tom” mediador o jornalismo cresce, evolui e se movimenta. Também constrói, significa, influencia e interpreta. E, ao mesmo tempo em que age no estabelecimento de valores, necessita hierarquizar valores para se redefinir a cada nova relação sistêmica. O jornalismo não atua isoladamente: ao mediar relações, conecta-se com o todo do tecido social. A notícia, nesta funcionalidade conectiva, é o elemento de junção jornalística, ela pode muitas coisas se for considerado o caráter interpretativo que porta, e não unicamente o valor de “ubiquidade” que lhe é atribuído.

Além disso, e mesmo se considerando produções jornalísticas regionalizadas, elas desenvolvem ações típicas da manutenção para uma necessária “localização” dos indivíduos ou grupo de indivíduos. Os “(...) centros de produção de significação e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais – o que não se aplica, porém, à condição humana, à qual esses valores e significados devem informar sentidos” (BAUMAN, 1999, p. 09).

Na citação acima, duas questões interessantes poderão ajudar no desenvolvimento deste trabalho. A primeira diz respeito à ênfase proveniente do que foi citado anteriormente no contexto da contigüidade sistêmica. Quando os sistemas se aproximam, na sua expansão fronteiriça, existe a possibilidade de trocas e assimilação de informação que, por sua vez, será partilhada e servirá à manutenção dos sistemas envolvidos (sobrevivência sistêmica).

²⁷ Utiliza-se aqui o conceito de interatividade, não como restrito às possibilidades ofertadas pelos dispositivos tecnológicos que permitem uma alteração ou transmutação de papéis através da máquina, mas que contempla as semioses desencadeadas em todo o processo comunicativo.

A segunda decorre da primeira e diz respeito à formação do ambiente. Homens e mídias usufruem o espaço público criado nas ambiências como um lugar “(...) organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético, ou psicológico, especialmente preparado para o exercício [das] atividades humanas; ambiente” (AURÉLIO, 1999); ambos o gerenciam em conformidade a interesses específicos, o que é um viés da complexidade, porque ao mesmo tempo em que as coisas ganham velocidade global, elas possuem uma interpelação local que, de certa forma, altera a velocidade original do processamento informativo.

Cabe, portanto, ponderar que o signo componente do agendamento jornalístico participa de um processo dialógico. Ou seja, ultrapassa o caráter hermético atribuído somente à condição de dizer sobre o que pensar e passa a compor um contexto institucionalizado e partilhado que, mesmo em situação momentânea (período curto de ação), é presente no espaço público dado pela contigüidade sistêmica.

Groth *apud* Medina (1988), em não se satisfazendo com a análise descritiva do fenômeno jornalístico, desenvolve cientificamente e com rigor funcionalista características intrínsecas advindas das relações funcionais dadas no fenômeno jornalístico. Estabelece quatro características (*periodicidade, universalidade, atualidade e difusão*) que, por sua vez, ajudam-no a esboçar leis que regem os movimentos da informação jornalística.

Essa análise funcional realizada por Groth colabora com a compreensão de como a mídia amplia sua atuação como espaço público. As leis atribuídas às características estabelecem relações funcionais que fazem do espaço público, em contigüidade e, mesmo sob ingerências privadas, representativo de uma realidade que é partilhada. Portanto, seria mais coerente e conveniente usar aqui a noção de lugar de interpretação e não de lugar todo poderoso (onipresente) para a compreensão de como o espaço público vem se alterando de forma combinatória.

Groth *apud* Medina (1988) diz que a Difusão é uma função da Universalidade. Lei que para ele torna-se o ponto de contato essencial, o lugar onde todos se encontram. Acrescenta a Periodicidade como uma função da Atualidade. Lei que envolve temporalidade. Tudo se volta ao agora, o que se universaliza como informação é afeto à presencialidade. Coloca a Acessibilidade como terceira Lei e destaca a dependência da Universalidade a ela, e como a potencialidade de acesso à informação é determinante às condições de Difusão. Como quarta Lei, a Atualidade se combina à função de periodicidade como nova lei determinante da frequência que, por sua vez, indica a condição da matéria produzida: mais ou menos atual. Como quinta Lei, a Universalidade e a Atualidade, combinadas com suas respectivas funções, são indicativas da potencialidade de público.

Portanto, o espaço público midiático pode ser vislumbrado como desencadeador de complexidades. As regras mercadológicas, os espaços regionalizados, os fluxos informativos, a temporalidade dos acontecimentos, os interesses específicos, as lutas entre classes, os enquadramentos ideológicos, o quadro global de ação misturam-se para formar o ambiente público que é compartilhado.

No movimento da cultura citado anteriormente, apontou-se que, junto com os elementos da industrialização, a cultura torna-se mídia. Usou-se o exemplo do folhetim para caracterizar o desprendimento ocorrido a partir da *indústria de narrativas* (MARTÍN-BARBERO, 2001a), para caracterizar as apropriações de um fenômeno muito mais cultural que literário (um novo modo de comunicação entre classes).

Neste sentido, a literatura ligada à cultura é vista por Santos (1999) em estudo sobre a poesia e suas relações com o futebol. O autor aborda como a representação do futebol na literatura brasileira reforçou a incorporação do esporte às formas de expressão *culturalmente genuínas*. Porém, ao invés de defender, como ele, que a sobrevivência do futebol está fora do contexto mercadológico, pensa-se aqui que para

as *reformulações da paixão* apontadas no seu texto, as trocas entre mídia e sociedade ou mídia e esporte são necessárias. A *padronização* das vivências esportivas nutre-se do contexto onde a cultura está (classificada) como em essência e vice-versa.

É proeminente em Santos (1999) a ênfase no ritmo, no tempo, no lirismo dos poemas sobre o futebol, promotores de uma justaposição de sentidos. Situação de extração da verdade “(...) em que o todo se reflete no objeto e o objeto é o signo do todo” (RAMOS apud SANTOS, p. 80). Eles são o amálgama da própria música que, como a poesia, fixa o futebol “(...) quadro a quadro, transformando-se na tela, na fotografia, em algo, enfim, que permite dimensionar com riqueza a sua face artística, o seu tônus de arte, bem como perenizá-lo acima das contingências temporais” (SANTOS, 1999, p. 81).

Para além da poesia, o futebol se espetaculariza e toma o rumo da paixão acionada midiaticamente. Abaixo, se tem algumas partes da transcrição de um promocional em vinil, feito pela CINZANO, em comemoração ao Bi-Campeonato Mundial de 1962 (7ª Copa do Mundo de Futebol). A idéia aqui é a de resgatar alguns traços da espetacularização narrativa que se sobressai deste material. São locuções e motes que referendam a maestria do jogo brasileiro. A CINZANO pelo que se percebe levou para o Chile cem torcedores.

Vejamos algumas passagens:

O promocional começa saudando todos os brasileiros pela conquista do bicampeonato (...) amigos vamos lhes contar mais uma história do futebol do Brasil, gostosa com aquela escrita em campos da Suécia (...), (...) fazendo com que nossa República ganhasse um Rei Negro (...). (...) A copa do mundo era a namorada que o mundo cobiçava (...), (...) o Brasil estava presente com as honras de campeão do mundo (...), (...) era a grande vedete, (...) ia subir o pano para o grande espetáculo apaixonante da sétima copa do mundo (...). Aos onze minutos do segundo tempo no jogo frente aos mexicanos, Garrincha e Pelé, (...) entortavam a defesa mexicana (...), Zagallo marca o primeiro gol da partida, Pelé faz o segundo gol, o narrador explode de emoção: (...) gol de Pelé, a jeito de Pelé, com cheiro de Pelé, a gosto de Pelé (...), o Brasil vence o México.

No segundo jogo o Brasil enfrenta a Tchecoslováquia, (...) são noventa minutos monopolizando 70 milhões de brasileiros (...). (...) Garrincha sempre marcado, vigiado, trancado, começava a botar os tchecos na roda, inventando João (...). Pelé se machuca após um chute ao gol tcheco, (...) um teleguiado de Pelé que fez a torcida estrangular na garganta um grito de gol, mas o esforço fora demasiado para o Rei Negro, ele sentiu uma dor aguda e caiu ao terreno (...), (...) os próprios jogadores tchecos, olhavam-no respeitosamente; sua majestade fora da batalha (...). O placar permaneceu sem alteração até o final da partida, o locutor salientava que isso era sinal de respeito à figura de Pelé, (...), pois se há um deus do futebol, este tem como filho um jogador perfeito, Pelé (...).

Na terceira partida o Brasil enfrenta a Espanha de Puskas, a decantada fúria. O jogador Puskas havia anunciado que se perdesse para o Brasil sairia de campo sem camisa. Pelé lesionado estava fora, o jogador Amarildo o substituiu. A Espanha faz o primeiro gol com Abelardo. Começa a segunda etapa do jogo, (...) e com ela toda a pujança, toda raça, toda garra da seleção de ouro (...), o Brasil empata com Amarildo, (...) brilhava em Salsalito a seleção de ouro (...). O empate bastava para o Brasil e (...) no meio de campo Didi se agigantava, com seu caminhar tranqüilo, olhando pra frente, sem se preocupar com a bola que continuava dócil a seus pés, Garrincha, amigos, continuava inventando João (...). O Brasil desempata com Amarildo, (...) um novo ídolo surgia, Amarildo um garotão simples, que sem ser Rei já era majestade (...), (...) o mestre Mané Garrincha comandava a escola (...). Com esta vitória o Brasil ingressava nas quartas-de-final.

Brasil e Inglaterra se enfrentam na próxima partida. Garrincha vira João frente a um cachorro que invade o campo. Ele também faz o primeiro gol de cabeça numa cobrança de escanteio de Zagallo, (...) Garrincha fazia estremecer a torcida brasileira em Salsalito, estava aberta a contagem (...), os ingleses empataram. Inicia-se o segundo tempo e (...) os companheiros de Nilton Santos começaram a remunciar o endiabrado Garrincha que começa a se agigantar ante aos olhos assustados dos ingleses (...). Vavá desempata após um chute de Garrincha, o locutor animado destaca que: (...) percebia-se claramente que o ferrolho inglês ia se desmanchando (...). Garrincha faz mais um, uma bola de curva, o locutor se exalta, (...) deve ter havido um foguetório em raiz da serra (...), (...) começa a consagração do melhor ponteiro do mundo (...).

Na semifinal, o Brasil enfrenta a seleção do Chile, donos da casa. O Brasil marca primeiro com Garrincha, que também faz o segundo (...) golço de seu

Mané, uma cabeçada de derrubar a cordilheira, muito passarinho cantou por este Brasil afora, saudando o gol de seu irmão. O Chile faz o seu primeiro gol. Tem início o segundo tempo. Vavá faz mais um gol para o Brasil, (...) com juiz ou sem juiz o Brasil tem chute bom para ganhar do Chile. Em seguida o juiz marca um pênalti contra o Brasil, João Saldanha, repórter de campo da rádio Guanabara, explode de raiva: (...) é o primeiro aluno do covil de ladrões, porque a FIFA é um covil de ladrões (...). O Chile cobra o pênalti e faz mais um gol. Em seguida Vavá amplia o placar (4x2), (...) apesar de espoliado, apesar de roubado o Brasil vai à frente com categoria de campeão, (...) o Chile caía ante a classe superior do Brasil (...).

A final da Copa é frente à equipe da Tchecoslováquia. Os tchecos começam marcando, Amarildo empata (...) um gol, impossível, da linha de fundo, uma cacetada, (...) o garotão botafoguense, enfiava a mercadoria verde-amarela no barbante tcheco (...). Começava o segundo tempo, (...) era o futebol caboclo e simples, era ginga, samba, macumba (...), Zito faz o segundo gol, (...) tudo era festa, delírio, o Brasil dava o passo decisivo, rumo ao Bi-campeonato (...). Vavá faz mais um gol (3x1), o Brasil (...) passava o pano na estatueta de ouro que, por mais quatro anos, ficará entre nós (...).

Poesia e futebol são enfaticamente complementares neste depoimento que o compositor Chico Buarque de Holanda deu para o canal a cabo MULTISHOW (programa *Chico Buarque e as Cidades*, 2000):

(...) livremente inspirado no Football Association, a pelada é a matriz do futebol sul-americano, e hoje em dia mais nitidamente do africano, é praticada, como se sabe, por moleques de pés descalços, no meio da rua, em pirambeira, na linha de trem, dentro do ônibus, no mangue, na areia fofa, em qualquer terreno pouco confiável, em suma, pelada é uma espécie de futebol que se joga apesar do chão, neste esporte descampado, todas as linhas são imaginárias, ou flutuantes, como a linha da água no futebol de praia, e o próprio gol é coisa abstrata, o que conta mesmo é a bola e o moleque, o moleque e a bola, e por bola pode se entender um coco, uma laranja ou um ovo, pois já vi fazerem embaixada com um ovo, daí quando um moleque encara uma bola de couro, mata redonda no peito, e faz a embaixada com o pé nas costas, e quando ele corre de testa erguida no gramado, liso feito um mármore, com a passada de quem salta poças por instinto, é uma elegância, mas se a bola de futebol, pode ser considerada a sublimação do coco, ou a reabilitação do ovo, ou uma laranja em êxtase, para o peladeiro, o campo oficial, às vezes, não passa de um retângulo chato, por isso mesmo, nas horas

de folga, os nossos profissionais correm atrás dos rachas e do futvolei, como o Garrincha que largava as chuteiras no Maracanã para bater bola em Pau Grande, é a bola e o moleque, o moleque e a bola (...). (...) Na minha mesa Tostão não chegou a ser botão, eu já era bem crescido quando ele apareceu, e fica um pouco ridículo, fazer botão, de um jogador mais novo que você, vi Tostão deslizar nos gramados, sem querer desmerecê-lo, era mesmo um homem com braços e pernas, nem por isso há de nascer um centro-avante que se lhe compare, como nunca haverá um ponta-esquerda semelhante ao canhotoiro que só eu vi jogar, desde já discordo de quem, concordando comigo, sustenta que o futebol era muito mais bonito no passado, ao contrário de nós mortais, que éramos todos mais bonitos no passado, os craques do passado são ainda melhores hoje, penduraram as chuteiras, mas a permanente edição da nossa memória, vão produzindo novos lances memoráveis, Tostão não fazia idéia dos gols que continua a marcar dentro da minha cabeça...

O cineasta italiano Pier Paolo Pasolini (2005), ao escrever um artigo logo depois da final da Copa de 70, é como Chico Buarque, um admirador da poesia que emana do futebol. No artigo ele destaca que o futebol também se organiza através de um “sistema de signos” com seus subcódigos, a partir do momento que transcende seu caráter explicitamente *instrumental* e adquire *expressividade*.

(...) Há, no futebol, momentos que são exclusivamente poéticos: trata-se dos momentos de gol. Cada gol é sempre uma invenção, uma subversão do código: cada gol é fatalidade, fulguração, espanto, irreversibilidade. Precisamente como a palavra poética. O artilheiro de um campeonato é sempre o melhor poeta do ano (...). (...) O momento poético do futebol parece ser (como sempre) o momento individualista (drible e gol; ou passe inspirado) (...). Quem são os melhores dribladores do mundo e os melhores fazedores de gol? Os brasileiros. Portanto, o futebol deles é um futebol de poesia e, de fato, está todo centrado no drible e no gol (...). (...) Se o drible e o gol são o momento individualista-poético do futebol, o futebol brasileiro é, portanto, um futebol de poesia. Sem fazer distinção de valor, mas no sentido puramente técnico, no México [em 1970] a prosa estetizante italiana foi batida pela poesia brasileira (p. 1-5).

Os recortes são bons exemplos da interação do esporte com determinada cultura. Se considerarmos a peculiaridade do primeiro (uma narrativa épica da conquista de 62), e a posição que ocupou entre a primeira vitória (Copa de 58) e o tricampeonato no México (Copa de 70), pode-se se ter uma noção de como as questões que envolvem o futebol foram se avolumando em nossa cultura. Por outro lado, o texto de Chico Buarque é uma excelente demonstração de como o futebol reside em outras paragens e de como a pelada (via contexto poético) possui papel fundamental na manutenção do futebol por aqui. Em complementação, Pasolini maximiza a admiração que se forma em volta do jeito brasileiro de jogar futebol, rende-se a uma poesia que se descreve pela técnica, pela apropriação que é, segundo ele, uma especialidade do jogador brasileiro.

3.3 SISTEMA CULTURAL/ESPORTIVO

3.3.1 A CULTURA COMO SISTEMA

A integralidade como parâmetro sistêmico apresenta o *todo jornalístico*. A funcionalidade/esboço acaba por destacar as partes do todo e o critério funcional lança a identidade do sistema para as suas fronteiras, esse é um processo que promove as relações sistêmicas nas confluências. Como já visto, a integralidade é geradora de subsistemas, o que garante a permanência do sistema. Cultura e ideologia portam essa mesma propriedade (integralidade), esboça-se uma continuidade recíproca a constituição do sistema em si e de suas relações com os demais.

Para a introdução da noção de cultura como sistema, adota-se aqui a aplicação utilizada por Morin para o desenvolvimento de suas reflexões: *a adoção de uma recusa permanente à simplificação*. Procedendo desta forma, quesitos sobre a introdução da complexidade passarão a compor os atos reflexivos integrantes dos variados gêneros investigativos em curso.

Morin (1998) considera a cultura como um todo especial, como uma poesia. E para estimular sua compreensão de forma ajustada (conforme seu caráter polissêmico e evolutivo), faz-se necessário o estabelecimento do “princípio da conjunção”, ou seja, voltar a unir o que foi concebido de forma separada. Esse procedimento é para Morin um modo de organização e entendimento das idéias, funcionado como bússola dos atuais embates.

Neste sentido, tolerar estaria à frente das necessidades que desencadeariam a utilização do “princípio da conjunção”, porque englobaria os diferentes acordos e desacordos instituídos. Esta visão ajuda em muito a visualizar a complexidade como algo que cede espaço a procedimentos antagônicos, o que pode também ser entendido como uma saída para o caráter anulatório que muitas descobertas científicas pressupõem.

Para tanto, Morin (1998, p. 20) coloca o conhecimento em relação direta com a cultura quando destaca que:

É verdade que todo o conhecimento, inclusive o científico, está enraizado, inscrito em e dependente de um **contexto cultural**, social e histórico. Mas o problema consiste em saber quais são essas inscrições, enraizamentos, dependências, e de perguntar-se se pode aí haver, e em que condições, uma certa autonomização e uma relativa emancipação do conhecimento e da idéia (grifo nosso).

O conhecimento é, para Morin, integrante do pensamento complexo. É nele que nossas idéias se posicionam, e ao se posicionarem movimentam nossas condições de apreensão do mundo. Neste turbilhão, idéias e mundo se envolvem, se transformam e se recriam mutuamente. A ecologia do conhecimento (pensamento complexo) torna-se dependente das condições sócio – culturais – históricas que instituíram sua formação. Também é preponderante se agregar a esta situação o exame noológico que prescreve a organização e a existência das crenças e das idéias.

A cultura como sistema possui uma emergência, uma origem. Ela ebule, carregando consigo a junção do que é original, próprio. Ela é criadora. “(...) Todo conhecimento humano emerge incessantemente do mundo da vida, no sentido biológico do termo (Cf. La Méthode 3, pp. 35-36), insisto em observar que todo conhecimento filosófico, científico ou poético emerge da vida cultural comum” (MORIN, 1998, p. 14).

Com essa orientação, Morin chega aos componentes nucleares da cultura como sistema: tradição, educação e linguagem. Eles são, por sua vez, articuladores dos diversos momentos socioculturais que fixam (restringem) ou liberam (ampliam) as limitações e as condições para o conhecimento. Cultura e sociedade mantêm aí mútua relação.

A sociedade comporta um capital cognitivo acumulado pela memória social. Admitindo-se a ação dos componentes nucleares, a cultura neste contexto, torna-se “(...) uma máquina cognitiva cuja práxis é cognitiva” (MORIN, 1998, p. 24).

“(...) Desde o seu nascimento, o ser humano conhece por si, para si, em função de si, mas também pela sua família, pela sua tribo, pela sua cultura, pela sua sociedade, para elas, em função delas” (MORIN, 1998, p.25). A cultura é interior e vive nos espíritos, que por sua vez vivem na cultura. Indivíduo, sociedade e cultura são, simultaneamente, produto e produtor. Cada componente possui o todo, como *instâncias co-geradoras* do conhecimento. São fluídos, substâncias, envoltórios que integram o jogo dialógico dos pluralismos.

(...) A esfera sócio-cultural introduz-se no ser humano antes do seu nascimento, no ventre da mãe (influências do meio-ambiente, sons, músicas, alimentos e hábitos maternos) e, depois, nas técnicas do parto, no tratamento do recém-nascido, no ensino/educação familiar/social. (...) Interdições, Tabus, Normas, Prescrições incorporam em cada um, um *imprinting* cultural freqüentemente sem retorno. (...) A educação, através da linguagem, fornecerá a cada um os princípios, regras e instrumentos do conhecimento. Assim, de todas as partes, a cultura age e retroage [modela] as estruturas cognitivas (...) (...) sempre ativa[s] como produtora[s] de conhecimento (MORIN, 1998, p. 29).

É assim que Morin entende a cultura como co-produtora da realidade, onde cada indivíduo aprende e concebe e acaba por entender seu mundo. Na produção de modos de conhecimento a cultura interage com os homens, que com o seu modo de conhecer, reproduzem a cultura produtora destes modos de conhecimento. Com a concepção do *imprinting* cultural o homem é ‘carimbado’ pela cultura desde a família, passando posteriormente pela escola, pela universidade e pela profissão (quando tem acesso a estas instituições).

Essa é uma faceta da “dialógica” cultural que permite intercâmbios. Existe nesta miscelânea a possibilidade de encontros e desencontros, criam-se condições necessárias à multiplicidade das trocas informacionais. Permite antagonismos e conflitos, gerando combustível para a movimentação e continuidade da dialógica. O pluralismo, fruto da dialógica, promove a movimentação da cultura, a faz circular, fervilhar. Esta movimentação é animada no interior da sociedade pelo “comércio” e pela “dialógica” cultural.

(...) Uma ativação “calórica” das trocas, debates, antagonismos. Essa ativação comporta certamente muito desperdício de energia [entropia] e muitos imprevistos, mas produz múltiplas possibilidades para o desenvolvimento das idéias e dos conhecimentos (MORIN, 1998, p. 46).

São possibilidades de visões de mundo renovadas que têm suas ocorrências nos desajustes, nas ondas criadoras e criativas, surgidas na enxurrada, na falação, no abuso; próprios da fricção, do desgaste, do calor da movimentação, que aquece e resfria, amacia e robustece, e depois se dissipa.

A cultura, dada sua complexidade, é um espaço de conflitos. Por um lado, tende a fechar-se em núcleos para garantir sua permanência e tal fechamento, entretanto, implica em bloqueio informativo e redução de potencialidades. Por outro lado, aberta às mobilidades, fica mais vulnerável aos processos entrópicos. Com a midiaticização e globalização, forças conservadoras de vários quilates entram em

disputa, às vezes, ferozes, exatamente pela porosidade das fronteiras que estes novos ambientes delimitam.

Para Henn (2002, p. 89 - 90), a cultura impõe-se como subsistema com a função de garantir o sistema mais amplo formado pela espécie humana.

As sociedades humanas são estruturas com tal grau de complexidade, que necessitam produzir uma série de subsistemas que lhe garantam certa estabilidade e integralidade, pois se tornam facilmente vulneráveis a perturbações de todas as ordens. Ideologia e cultura talvez formem os subsistemas com maior ação nesse sentido, já que eles têm a capacidade de agregar sociedades inclusive em diáspora. Se esses subsistemas tentam produzir um fechamento, até conseguem uma certa estabilidade no tempo, mas não avançam, não evoluem: a eclosão de uma crise pode ser definitiva. Quando há mobilidade, as flutuações são intensas e freqüentes, mas por outro lado, geram-se subsistemas que incrementam as capacidades adaptativas e de enfrentamento. Pressupõe-se disso que, todo o pensamento hegemônico, como qualquer sistema que se fecha, tende ao colapso, à morte térmica.

3.3.2. O ESPORTE COMO INTEGRANTE DO SISTEMA CULTURAL

Neste caso, é preponderante ao desenvolvimento deste texto a situação biográfica do (s) sujeitos (s), das instituições, dos fazeres, das normas e métodos, do momento histórico; enfim, das diversas combinações que caracterizam determinado período. Entendemos que a compreensão de como se constituiu o acúmulo e o fortalecimento destes conhecimentos em determinadas situações da vida do pesquisador seja fundamental para o entendimento deste processo que aqui se descreve.

As descrições e as apreciações tomarão como base a compreensão de ideologias e culturas que se fundaram dentro de um dinamismo: o esportivo. Também se aproveitará do amadurecimento decorrente de inúmeras vivências do pesquisador (na área esportiva), o que permitirá a experimentação de um exercício argumentativo que mistura realidade, sonhos, desejos, humor, crítica, análise, desconfortos, otimismo, pessimismo e tudo mais...

Cabe, portanto, perguntar: como a questão cultural/esportiva vem se processando na abrangência dada pelas coisas da vida? Os novos contornos e os processos de transformação, advindos de diversos setores do conhecimento, são partes atuantes no estabelecimento de condições específicas de interação. O que amplia a abrangência da rede planetária de interesses, bem como sua complexidade.

Toda esta condição de transformação é ambivalente. Traduz-se simultaneamente por uma experimentação que se dá em vias opostas. Uma de configuração cultural anterior, atualizada por outra com novas configurações culturais. Ambas acionadas por uma série de mecanismos justapostos e de origens muitas vezes incompreendidas. Neste contexto, poderes e direcionamentos ascendem a um grau de complexidade distributiva, bastante específica ao momento e confusa em relação à sua integração com o todo.

O esporte, no Brasil, se constitui e se integra à cultura com peculiaridades bem próprias. A bola, o jogo de futebol, as regras, os maneirismos na criação dos movimentos técnicos tornaram-se especiais. Os craques do passado e os grandes jogadores de hoje surgiram nas peladas de rua. Embora existam centros de formação de jogadores com minúcias estruturais de excelência esportiva, a surpresa de “embalar a bola” como quem embala um nenê, ainda vem da magia e da vivência simples.

A técnica é para o jogador brasileiro uma possibilidade artística. A bola pode possuir tamanho diferenciado, pode estar cheia ou vazia, velha ou nova, ser jogada entre carros, mesmo assim ela é conduzida com um carinho e um cuidado que a faz desenhar trajetórias que contêm a mais pura simplicidade e beleza de movimento. Chutar bola no Brasil, certamente não é a mesma coisa que chutar bola em outros países.

3.3.2.1 O FUTEBOL NA CULTURA BRASILEIRA

O esporte passa a compor com os demais fluxos culturais os elementos constitutivos da construção de identidades nas sociedades. No Brasil, o futebol ganhou protagonismo nesta construção, promovendo diversos entrelaçamentos sociais. Diariamente, brasileiros são lançados, através de muitas experiências, a um cenário próprio e específico, alimentando todo um imaginário composto de sonho, ficção e ancorados em uma densa realidade de profundas contradições. Juca Chaves, na música “Caixinha Obrigado”, caracterizou muito bem a força que impacta o futebol no dia-a-dia do brasileiro: “(...) o ‘rocanbol’ nesta terra é uma doença, o futebol é o ganha pão da imprensa, vença ou não vença **o Brasil é o maioral**” (grifo nosso).

A questão aqui não se resume a um julgamento da ação diária da imprensa. Ao contrário, trata-se da busca da origem de um interesse que se alimenta ou se institui a partir de algum ponto comum, de um acontecimento público, popular.

Alabarces (1998), ao levantar uma série de aspectos relativos ao quadro panorâmico esportivo das sociedades latino-americanas, chama a atenção para a necessidade de que as ciências sociais devem se interrogar sobre o fenômeno da *desportivização* que, por sua vez, passou a compor amplamente a agenda cotidiana e na maioria dos casos se naturaliza como uma *futebolização*. A essa ação, Alabarces (1998) vincula a possibilidade de o esporte ser visto como cultura, privilegiando-se sua centralidade metafórica, seu renovado convite e sua *persistência identificatória*. O que o transforma em um objeto de primeira ordem na vida cotidiana, ocupando espaços, preenchendo vazios, tornando-se presencial, aumentando sua visibilidade e atingindo uma gama de pessoas cada vez maior.

O futebol no Brasil assume junto com o carnaval uma posição que possibilita ao país se rever, se dizer, se identificar: Brasil, país do FUTEBOL e do CARNAVAL. A ginga do samba de imediato contagia e leva qualquer um a sentir o seu intenso apelo. É estética, é movimento que traz para a cultura e a formação de

nosso povo traços preciosos. Sambar é ação que, unida ao jogar futebol, representa a essência do ser brasileiro, conhecida mundialmente. Por mais que tal dinâmica reforce estereótipos redutores e diluidores de assimetrias, há nela uma profusão de forças que merecem redimensionamentos.

Rosenfeld (1993, p. 101 e 102), descreve uma festa celebrada ao redor do Maracanã em 1954, que talvez preconize essa união:

(...) Músicos negros tocavam instrumentos de percussão africanos, meninos e moças de cor faziam suas acrobacias, balançando bandeiras e estandartes, enquanto negros e negras das escolas de samba premiadas, ricamente fantasiados, no passo ao mesmo tempo solene e descontraído do ritual carnavalesco, equilibrando-se com jeito e, contudo, como que arrastados pelos círculos dos estandartes pesados, dançavam lentamente à volta do grande estádio.

Diversas relações que o Brasil constituiu como Nação, o SAMBA e o FUTEBOL, compuseram o tempero que harmonizou e prepararam as condições para a efetivação dos acordos. Não se pode, portanto, desconsiderar a importância e o significado de ambos, sob pena de eliminar uma parte do Brasil que se originou na escuridão e no sofrimento das senzalas e nos cinturões humildes das cidades em formação. Ao mesmo tempo, não se endossa aqui uma celebração ingênua ou ufanista destes traços identificatórios construídos socialmente e sedimentados midiaticamente, pois se entende que eles carregam as contradições mais profundas da própria constituição da sociedade brasileira. Desta perspectiva, a CPI do Futebol é uma expressão viva destas contradições.

Rosenfeld (1993), quando se refere ao estilo de jogo brasileiro, traz para a sua definição o que Gilberto Freyre denominou de “mulatice brasileira”, transportando para o futebol uma *retórica física* incomparável. São gestos, trejeitos, maneirismos de uma dança ornamental que mescla manobras, truques manhosos de capoeira, inconfundíveis e avessos aos formalismos técnicos pré-determinados do jogo.

O futebol é uma moeda de negociação e conversação universal. Diversos países estão, de alguma maneira, envolvidos com o jogo de bola. Sua popularidade e

difusão não possuem precedentes, e sua penetração em diferentes culturas é uma realidade. Para o brasileiro, de um modo geral, o futebol representa um selo identificável e pode ser comparado a questões de caráter religioso. Para grande parte da população, o futebol é a própria vida, e o seu desaparecimento seria o prenúncio do caos.

Damo (2002, p. 11) faz uma analogia interessante: o futebol, dentro de um quadro de identificação social, funciona para o brasileiro como vestuário. No Brasil é normal “(...) entreter-se com as coisas do futebol que, por vezes, isso parece natural. Em um país em que a rua é um espaço privilegiado na socialização dos meninos e que o futebol é uma das brincadeiras preferidas, desdenhá-lo equivale a andar nu”.

Esse sentimento frutifica-se a partir de uma origem particular e especial que reforça o entendimento de como o futebol adquiriu força cultural no Brasil. São situações relatadas por Rosenfeld (1993) que denotam a forma como o futebol cresceu e se representa socialmente por aqui.

Sabe-se que Charles Miller foi um dos grandes entusiastas, senão o mais importante, da prática futebolística em nossas terras. Somando-se a peculiaridade advinda de seu entusiasmo (apreendido em escolas inglesas); Rosenfeld (1993) destaca o nome de outro jovem, Hans Nobiling (hamburguês), que organizou jogos com funcionários do comércio rompendo o tradicional enfrentamento entre ingleses.

Esta situação originou um contexto diferenciado no Brasil daquele aplicado inicialmente na Inglaterra. Além de servir de suporte, como jogo, ao ensino tradicional (escolas, colégios militares, Ginásios, etc.), o futebol, por aqui, seguiu caminhos mais populares.

O rótulo de popularidade propagado obteve colaboração da administração municipal de São Paulo (1908). Treze anos depois do primeiro jogo ocorrido na Várzea do Carmo (1895), os terrenos foram liberados à prática pública do futebol. Surgem, então, os elementos formadores do embrião/originário que amálgama o futebol no Brasil: jogo<>várzea<>rua<>prática pública.

As escolas fortaleceram a prática do futebol no Brasil e ajudaram a fomentar o gosto pelo jogo já carregado por um viés popular. O jogo, como elemento da cultura, é *relativizado* por Huizinga (1999, p. 33), como um componente da essencialidade humana, e eterno participante deste processo evolutivo. O autor revela, a partir de uma definição abrangente de jogo, alguns aspectos relevantes para o entendimento do conceito...

(...) o jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”.

Na abrangência sugerida por Huizinga, a conceituação de jogo é compreendida evolutivamente dentro das diversas linguagens e na incidência maior ou menor de sua significação nas várias culturas. Os sentidos e as possibilidades para o seu entendimento têm estreita ligação com os aspectos culturais, passados de geração a geração. Como também com a introspecção, que leva o indivíduo a um exame de seus próprios pensamentos e sentimentos, estabelecendo diferentes referenciais à significação do jogo para si.

Com esta pequena síntese, pelo menos duas nuances merecem destaque e tornam-se fundamentais na discussão do entendimento do jogo como componente cultural. O que não se pretende, de forma nenhuma, é a produção de um parecer definitivo. Pelo contrário, procura-se estabelecer alguns quesitos de reflexão.

Uma nuance que não pode ser desprezada refere-se ao espetáculo esportivo. Além do pesado fardo que lhe é atribuído como entretenimento mercadológico moderno, o espetáculo constitui e comporta um cerimonial pré e pós-modernista. Ou seja, carrega uma série de aspectos essenciais que faz com que o jogo possa “(...) aparecer no interior do domínio do cerimonial” (HUIZINGA, 1999, p.47).

Assumindo-se a premissa acima, surge outra nuance: o jogo não se elimina das atividades humanas e nem se exclui arbitrariamente, conforme vontade própria.

Mesmo porque uma determinação oficial não tem força decisória nas possíveis significações que já foram profundamente experimentadas no coletivo e que são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas. O jogo, por sua vez, tem autonomia, lógicas próprias e um certo grau de liberdade. Sua funcionalidade integra toda a ambientação cultural, adquirindo singularidades. Um jogo pode ter regras universalmente estabelecidas, mas ganha cores próprias nas apropriações que cada cultura faz dele.

Neste contexto, Rosenfeld (1993) destaca que a criação do *The Bangu Athletic Club*, uma entidade do subúrbio carioca, foi fundamental à democratização do futebol. Como as demais equipes da época, sua criação se baseou em uma grande fábrica de tecidos sediada no local. Como o subúrbio era distante da cidade, os ingleses se viram obrigados a incluírem os operários da fábrica para a realização dos jogos. O clube acabou se tornando mais conhecido do que a fábrica e muitos jovens foram admitidos no trabalho não só pela mão-de-obra, mas, sobretudo, pelo bom desempenho no jogo. Aqui se tem uma demonstração destas apropriações culturais.

Para se pensar como o futebol dinamiza-se na nossa cultura, recorreremos a Huizinga (1999, p. 51). Ele propõe uma análise mais detalhada do confronto *jogo-seriedade*. Para o autor, a significação de seriedade aponta para a ausência de jogo ou da brincadeira. Já a significação de jogo não elimina a possibilidade de seriedade. O jogo é uma entidade autônoma e, como tal, eleva-se a ponto de possibilitar a inclusão do conceito de seriedade.

A partir das proposições de Huizinga relativas ao conceito de jogo, ao conceito de seriedade e ao conceito de cerimonial, o próprio conceito de esporte não pode ficar restrito a setores específicos (alto nível, lazer e escolar). Os cerimoniais que institucionalizaram a operacionalização destes conceitos são perpassados pela noção própria de jogo que carrega, sem maiores problemas, o conceito de competição.

A competição, em muitos casos, é apartada da noção de jogo sem que se faça preliminarmente uma abordagem descomprometida do processo evolutivo gerador da

prática analisada. Basta se tomar o exemplo da essencialidade identificatória entre jogo e combate – “(...) é possível um jogo ser mortal sem por isso deixar de ser um jogo, o que constitui mais uma razão para não se estabelecer separação entre os conceitos de jogo e de competição” (HUIZINGA, 1999, p. 47).

Aristóteles (Et. Nic., X, 6, 1176 b 6), quando discute a natureza da felicidade, traz o jogo (como divertimento, como entretenimento, como relaxamento) à condição relacional com a natureza da felicidade. Destaca que ambas são atividades que se constituem pelo desejo de realização em si, se completam na execução pura e simples, própria dos aspectos que se organizam no percurso de realização da atividade.

A felicidade de jogar é mais um componente de democratização do futebol no Brasil. A pelada talvez seja a maior expressão desta felicidade, do jogo livre e descomprometido. À noção de *pelada* existem pelo menos dois entendimentos atribuídos: o primeiro se refere à compreensão de que a pelada é aquele jogo realizado em um campo impróprio para a prática, guardando pouca relação com as regras do jogo formal. A segunda compreensão é aquela que considera a pelada como um jogo de baixo nível técnico.

A primeira compreensão dá conta de determinar as condições estruturais do jogo e é interessante no sentido de que acaba estabelecendo algumas indicações da adaptação que o jogo de futebol sofreu, situando características específicas de prática. Crianças, jovens e adultos, principalmente no Brasil, arrumam um jeito para o joguinho de futebol.

Neste novo contexto, as regras assumem um caráter de extremo valor. A pelada torna-se uma atividade essencialmente democrática (todos podem jogar). Todos terão um lugar assegurado, mesmo que suas habilidades não contemplem os interesses dos demais. Se por acaso alguém não joga muito bem futebol, é muito grande, “desajeitado”, provavelmente seu lugar estará garantido no ataque se o chute for potente e preciso, ou na defesa para impedir o jogo dos adversários. Se, em último

caso, o praticante não conseguir uma posição no campo de jogo, provavelmente acabará no gol.

Torna-se difícil sustentar o entendimento de que a pelada é lugar de jogo com nível técnico baixo, visto que várias situações técnicas do jogo formal são estabelecidas na informalidade (a exemplo da brincadeira de chutes a gol). Além do mais, a relação da técnica com o executante não pode ser somente avaliada pelo contexto estético, mas também pelo contexto perceptivo, fornecedor de inúmeras condições de reformulação e adaptação ao executante.

Rosenfeld (1993) descreve como os meninos negros aproveitavam as bolas que saíam do campo de treinamento dos ginásios e como estas crianças passavam seu tempo jogando bola nas famosas “peladas”. “(...) formaram-se equipes, cujos jogadores adolescentes muitas vezes não tinham mais nada para fazer o dia inteiro do que se exercitarem, uma vez que nem iam à escola, nem pensavam em trabalhar e que, em consequência disso, desenvolveram logo uma técnica sedutora” (p. 82).

Mesmo com a existência de inúmeros centros de treinamento para jovens jogadores, a pelada foi, e ainda é, o reduto de muitos craques suburbanos. Considerá-la um evento desprovido de técnica seria desconsiderar a formação natural tão peculiar ao jogador brasileiro.

A constituição do futebol como jogo e suas origens no Brasil, como visto, estruturam uma significação especial para sua inserção cultural. A Várzea, neste contexto, tornou-se um ambiente determinante para que isso se processasse. Claro que não deixa de ser uma obviedade tal afirmação. No entanto, algumas características, que compuseram o jogo em sua origem, são repetidas até nossos dias. Existe aí uma tradição em construir a atividade na Várzea que é cercada por uma série de aspectos culturais - formativos.

Considerando-se que a situação de “estado formativo” do jogo revela uma continuidade do processo de aprendizagem (o que é passado de geração a geração), ela não se situa apenas no contexto escolar, familiar ou de clube, ela também se

contempla por uma série de vivências que são oriundas de locais não institucionalizados para sua ocorrência. Neste caso, “a rua” ou o campinho de “pelada”, o pátio, a garagem, a praça, etc., são locais de re-processamento do futebol no Brasil.

Por outro lado, é possível considerar que, se o jogo de futebol estiver sempre vinculado ao exemplo do jogo formalizado, utilizando-se inclusive as normas e os regulamentos, bem como a dinâmica administrativa vigente; fica complicado estabelecer algumas condutas de interação sócio-culturais, visto que a lógica que rege o comportamento neste meio guarda pouca ou nenhuma relação com o caráter democrático atribuído.

Talvez, o que possa ser sintetizado de todo esse envolvimento sócio-cultural, tenha relação com a beleza e a plástica do jogo que preserva a natureza brasileira de interagir com ele. Ou seja, gestos técnicos e comportamentos frente às diversas situações imprevisíveis parecem ser a garantia de que o futebol, no Brasil, é algo relativo a “passe de mágica”.

A magia, neste caso, é garantida pelo caráter de improvisação que tem sua maior representatividade no cotidiano da rua. É ali que crianças e adultos estabelecem um grau de empatia com o jogo sem precedentes. São lances e mais lances que não comportam narração suficiente para descrever sua grandeza e sua beleza.

Neste sentido, a relação aristotélica proposta para o jogo – como uma atividade que visa o prazer pela atividade – possibilita que se estabeleçam princípios funcionais que lhe são inerentes: o biológico, o educativo, o estético e o social (o mais recente).

Abbagnano (2000) indica aspectos desta inerência, destacando que a funcionalidade biológica do jogo é um princípio trabalhado por Kant que coloca o jogo na filosofia e na pedagogia (a partir do séc. XIX), como constituinte de atividades vitais de conservação do organismo em relação ao meio. A educativa se funda no romantismo de Schelling e é utilizada por Froebel, que apresenta a seguinte

relação: o jogo está para a criança como o trabalho está para o homem e a criação está para Deus. Nasce daí a idéia de que o jogo é fundamental na formação básica infantil (primeira infância) e garante as disposições futuras do homem com as coisas e com os outros homens. A funcionalidade estética é análoga à atividade artística e coloca o sentido do jogo em dimensões criativas (o que não deixa de ser uma ponte para um outro reconhecimento do conceito de técnica). A social é um princípio funcional de ocorrência mais recente, e baseia-se na relação do jogo como atividade direta e como espetáculo. O jogo passa a convergir com as perspectivas modernas de utilização do tempo livre da massa trabalhadora.

Ao jogo agrega-se o nacionalismo, um sentido de ser nacional que revela ao povo um estado de espírito, uma comunhão. O povo se reconhece como nação através da tradição e persegue um destino comum. Na maioria dos casos, são instituições nacionais representantes de um verdadeiro amor pela pátria. Elas fixam os indivíduos e a comunidade a um local de pertença, dando-lhe significado a sua existência através da identificação com algo, eu sou aquilo.

Rosenfeld (1993, p.80) traz partes de dois artigos publicados por Monteiro Lobato, em 1905, que são reveladores do entusiasmo e da força de pertença que o futebol despertou no povo brasileiro.

(...) jogo nativo com uma fúria quase assustadora neste país de bananas. Do dia para a noite, surgiram mais de 250 clubes esportivos [...] e a “seleção natural” fez com que quatro clubes brasileiros há anos lutassem com dois clubes estrangeiros pela taça de ouro do campeonato [...]. No primeiro ano, a população eletrizada viu-se colocada diante de uma nova questão social. Tratava-se de verificar se o paulistano tinha capacidade para sair vitorioso ante a enorme oposição dos filhos de Albion. O povo compreendeu de imediato o extraordinário alcance deste duelo [...]. Essa luta tinha para a população de São Paulo um significado moral dez vezes maior do que a eleição de um presidente do Estado. Parava nas ruas para apontar com os dedos os jogadores – aqueles renovadores do nosso sangue. São Paulo reconhece que cada um desses jovens é socialmente mais importante do que todos os deputados estaduais e federais somados, multiplicados e elevados à

sétima potência [...]. O último gol do Clube Paulistano contra os ingleses provocou a maior tempestade de aplausos jamais conhecida em São Paulo. Milhares de mãos, acenando chapéus, ergueram-se em delírio, milhares de gargantas gritaram um titânico hurra, um hurra gigantesco e ensurdecedor que fez a terra tremer [...]. Fedelhos de quatro anos já chutavam a bola, com sete já faziam ataques e com oito gazeteavam a escola para treinar no campo vizinho [...]. Esta é uma perspectiva consoladora [...]. Só assim se está, com vinte, preparado para o *steeplechase* da *struggle-for-life*. É dessa espécie de homens que precisamos. Menos doutores, menos parasitas, menos senhores feudais, menos deputados, menos promotores, menos bajuladores e mais *struggle-for-life*, mais “homens”, mais nervos, mais corpúsculos vermelhos, para que um Camilo Castelo Branco não possa repetir que ele tem sangue corrompido nas veias e farinha de mandioca nos ossos.

As duas palavras inglesas utilizadas por Monteiro Lobato nos artigos – corrida de cavalos e luta pela vida – não deixam de ser uma afronta para a época à tentativa de colonialismo e domínio estrangeiro, bem como a separação que desde o início os ingleses objetivaram para a prática do jogo de futebol no Brasil.

Neste recorte dos artigos de Monteiro Lobato é possível se ter uma noção clara de como o futebol se enraizou e se institucionalizou de forma contrária àquela imaginada por seus introdutores em terras brasileiras. Desde o começo, a força popular do jogo pedia passagem à formatação aristocrática e seletiva imaginada (reserva à prática). Não demorou muito e o povo teve acesso ao jogo e nunca mais o deixou...

3.3.3 A MUDIATIZAÇÃO DO SISTEMA CULTURAL/ESPORTIVO

A cultura se movimenta junto com os elementos da industrialização, torna-se mídia. O espaço inicial de desprendimento se faz a partir da *indústria de narrativas* que faz do folhetim um “(...) fenômeno cultural muito mais que literário (...), (...) um espaço privilegiado para [o estudo da] emergência não só de um meio de comunicação dirigido às massas, mas também de um novo modo de comunicação entre as classes” (MARTÍN-BARBEROa, 2001, p. 182).

A partir dos preceitos da escola frankfurtiana, pode-se refletir como a cultura foi sendo envolvida pela ascendência da chamada indústria cultural. Mesmo que a análise possua algumas limitações e sofra críticas por restringir espaços distintos de cultura (alta e baixa), a grande contribuição desta teoria é a de dar destaque aos elementos da ação mercadológica em curso no mundo moderno.

O consumo, elemento indispensável da ação mercadológica, segundo Adorno (1971), começou a agir simultaneamente à produção e fruição de bens simbólicos, fato que transforma o homem em “objeto” da indústria cultural e descaracteriza sutilmente a sua condição de “sujeito”. Nesta situação, vendem-lhe, por todas as vias possíveis, *consentimentos totais* de aquisição, desvinculando-o do alcance de possibilidades críticas mais aguçadas. Sua serventia é a de consumidor potencial.

Existe também, dentro desta mesma lógica reflexiva, uma interessante abordagem de Adorno (1971, p. 289) que aponta para aspectos importantes na compreensão e discussão do processo de evolução cultural dentro da escola frankfurtiana.

(...) o que na indústria cultural se apresenta como um progresso, o insistentemente novo que ela oferece permanece, em todos os seus ramos, a mudança de indumentária de um sempre semelhante; em toda parte, a mudança encobre um esqueleto no qual houve tão poucas mudanças como na própria motivação do lucro desde que ela ganhou ascendência sobre a cultura (destaque nosso).

No cerne da reflexão, percebe-se a indicação e a pontuação incisiva do encobrimento de fazeres culturais que passam (com certa velocidade) de um estado de atualidade para um estado de fora de tempo. Este jogo de articulação não é novo e representa uma ação muito forte no sentido de reverter posições sem que as mesmas sejam devidamente absorvidas em sua essência. A persuasão toma vulto expressivo, por intermédio do exemplo e dos costumes; e as coisas “novas” assumem um contexto de importância revalidado por uma ação consumista de descarte (jogar fora, pôr no lixo, etc.). O que fica de fora fica por ordem da ação mercadológica que

promove a absorção da coisa nova a qualquer custo, uma imposição das lógicas fabris (táticas de demanda).

A disposição em adquirir determinada mercadoria, serviço ou **conhecimento**²⁸ (sob a tutela de costumes e exemplos) condiciona-se pela quantificação mercadológica dos serviços ofertados a um consumidor ou conjunto de consumidores, junto com a preparação dos mesmos para a compra (aceitação dos valores fixados e normas de troca). É o instante, o momento presente (as vivências) que se torna chave no agenciamento dos diversos interesses e faz uma validação emergente, cuja força de compactação:

- Comprime para diminuir volumes, reduz espaços vazios com o intuito de adensar, estabiliza (torna resistente).
- Elimina as dispersões e otimiza a ocupação de espaços, através de dispositivos de armazenamento continuado.

Concordando, ao menos em parte, com as reflexões realizadas acima, a questão que se apresenta à midiatização do sistema cultural/esportivo é a seguinte:

- Como seria possível, através da constante revitalização mediada pelos dispositivos advindos dos diversos setores do conhecimento, levando em conta o redimensionamento das diversas experiências culturais construir, aperfeiçoar ou manter práticas sociais originais?

Dois elementos podem ajudar na tentativa reflexiva de resposta. O primeiro é atrelado à neutralização da sociabilidade no contexto da vida cotidiana. O segundo

advém do primeiro e compreende os processos de descentramento advindos das condições assumidas pelos dispositivos de informação e de conhecimento e sua conversão em dispositivos de regulação e de normalização.

Neste contexto, o esporte (futebol) vai aos poucos incorporando valores industriais e, ao se profissionalizar, passa a ser um grande negócio. Esta é uma característica que o jogo como espetáculo carrega: à medida que multidões passam a acrescentar o futebol espetáculo a seu dia-a-dia, sua importância e popularidade aumentam.

Em decorrência, as equipes começaram a incrementar seus quadros de atletas numa clara relação de dependência à sua condição de espetáculo. Os jogadores, por vezes anjos míticos, por vezes vilões destruidores, fazem a paixão aflorar e saltar a graus infinitos. A animação passa a se revestir como negócio, como fonte de trabalho, uma vitrine com interesses financeiros cada vez mais extensos.

O futebol tornou-se para “(...) muitos homens de cor (sic), de antemão desencorajados pela dificuldade de ascensão, tornados interiormente incapazes de enfrentar as exigências da vida (...), a grande saída para o desequilíbrio ocasionado ainda pela abolição ocorrida há poucas décadas” (ROSENFELD, 1993, p. 84 e 85).

De repente, chutar uma bola passa a ser uma possibilidade de promoção. O homem humilde e sem perspectivas de melhores condições de vida vislumbra oportunidades de pular rapidamente de um estado social a outro. Isto, segundo Rosenfeld (1993, p. 85), aconteceu muito cedo, talvez desde 1910, quando o pagamento de “bichos” instituiu-se para atrair jogadores mais humildes.

Com este ato, o profissionalismo começa a pedir passagem no futebol brasileiro, e simultaneamente se define uma centralidade baseada numa *indústria de diversão* poderosíssima, aguçada pela concorrência e pela pressão entre os clubes em disputa. Neste contexto, a profissionalização serviu para assegurar uma discrepância

²⁸ Considera-se o conhecimento na acepção de Morin (1998, p.20). Para ele, o conhecimento é algo enraizado e dependente de um contexto cultural, partícipe da ecologia das idéias.

social muito maior que a atual entre as classes. Jogadores negros só podiam ingressar em clubes requintados se compusessem o seu quadro social. Daí a necessidade de os profissionalizar, ultrapassando a situação de recebimento de bicho por uma de salário fixo.

Mesmo com elementos precoces para a formação do profissionalismo no futebol brasileiro, existiu uma longa disputa entre entidades paulistas e cariocas frente à FIFA para assumir a representação única do Brasil. Esta atitude de enfrentamento, além de retardar a difusão do futebol, regionalizou ainda mais o jogo.

De acordo com Klein (1996), no ano de 1916 houve uma trégua nesta disputa, que além de representatividade, discutia também a questão do amadorismo x profissionalismo. Com a calma e com a participação de estados fora do eixo Rio - São Paulo, fundou-se a Confederação Brasileira de Desportos em 6 de novembro do mesmo ano. Paralelo à CBD, cria-se a Federação Brasileira de Futebol.

A CBD preocupou-se com o amadorismo e a criação de um campeonato brasileiro de seleções que, ao invés de aglutinar as forças do futebol nacional, acirra ainda mais o regionalismo. A FBF preocupa-se em fomentar o profissionalismo e as ligas regionais, aglutinando alguns clubes que previam a inevitável associação do futebol com o dinheiro.

Klein (1996, p. 31) descreve que, mesmo com o reconhecimento da CBD pela FIFA, em 1923, como representante oficial do futebol brasileiro, um fato pitoresco em relação à formação da seleção brasileira para a disputa da Copa do Mundo da Itália em 1934 deixa evidente como as questões envolvendo amadorismo e profissionalismo eram disputadas.

(...) Os clubes [pertencentes à FBF] se recusavam a ceder seus atletas [centro dos principais jogadores brasileiros] e, para evitar o assédio da CBD, o Palestra Itália (hoje Palmeiras) chegou a “esconder” o time numa fazenda no interior de São Paulo. A CBD conseguiu uns poucos atletas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O resultado é que o Brasil terminou eliminado do Mundial, pela Espanha, no primeiro jogo.

Houve ainda muitas disputas entre CBD e FBF, e muitos torneios e campeonatos diferenciados foram criados, por fim a FBF acabou filiando-se à CBD que, mais tarde, em 1941, tornou-se sólida com a criação do Conselho Nacional de Desportos. Logo em seguida, extinguiu-se a Federação Brasileira de Futebol. A CBD passou a representar, desde então, a agregação de todas as modalidades esportivas brasileiras.

A ela convergiam todos os repasses financeiros que, por sua vez, eram transferidos às entidades representativas que estavam à frente de cada modalidade. Diante de um colapso estrutural, a CBD é desmembrada como entidade participante do sistema nacional de desporto, cedendo espaço a uma nova entidade e sua sigla – a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

O requerimento de solicitação de abertura da CPI do Futebol no Senado Federal enfatiza a importância da entidade, quando destaca que:

A propósito, registre-se que a CBF, apesar de ser pessoa jurídica de direito privado, participa do sistema nacional de desporto (art. 13, parágrafo único, III), estando, pois, obrigada a respeitar o princípio da soberania nacional, inscrito no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.615/98, que instituiu normas gerais sobre desportos, regulamentando o art. 24, IX, da Constituição Federal.

A relação existente no requerimento dá relevo ao valor que o esporte possui no contexto político-social brasileiro. O nivelamento da instituição CBF/pessoa jurídica de direito privado, com o princípio de soberania nacional, bem como de sua participação no sistema nacional de desporto, são reflexos do que dita a Constituição Federal, fazendo por sua vez, remissão à educação, cultura, ensino e desporto como integrantes de um mesmo patamar – seção IX do art. 24.

Esta referência à Constituição Federal oferece forte indício material de que o esporte/futebol é algo mais do que uma manifestação popular. Mas exatamente por ter

esta força popular, o futebol aciona algo também instalado na tradição brasileira: a necessidade de tutela.

Pode-se dizer também que este dispositivo constitucional reflete uma indicação de como o homem é visto e interpretado em um determinado contexto histórico-político. No momento de elaboração do texto final da constituição brasileira, o esporte, a educação e a cultura foram vislumbrados pelos parlamentares e por aqueles que participaram do processo de discussão e elaboração do texto constitucional, como integrantes de um conjunto maior. Provavelmente, consideraram para tanto o aspecto educacional em detrimento de outros. Desta forma, implicitamente e tomando como referência também o texto constitucional, tornam-se proeminentes algumas nuances para a reflexão de uma noção do futebol como esporte em nossa sociedade.

Com a sedimentação institucional da CBF, o futebol passou a despertar interesses econômicos de maior vulto. Ao assumir a FIFA, João Havelange torna-se figura decisiva neste contexto. Faz do futebol o esporte mais popular do mundo e o transforma em um grande negócio. Ao ingressar na presidência da FIFA em 1974, redimensiona a estrutura da entidade e passa a organizar oito torneios: a Copa do Mundo, o Torneio Olímpico, a Copa do Mundo Feminina, o Mundial de Futsal (chamado, na época, de futebol de salão), dois torneios para menores de 17 anos e dois para maiores de 20 anos.

Na Copa do Mundo de 1994, por exemplo, a FIFA já contabilizava 191 países filiados, a participação de 24 seleções na Copa, uma audiência de 31 bilhões de pessoas, uma receita de 300 milhões de dólares e um orçamento administrativo de 40 milhões de dólares²⁹. O negócio futebol vingava e para que isso acontecesse, uma estratégia foi planejada para a eleição de 1974, simples, mas objetiva: trazer para o mundo futebolístico as equipes que sempre estiveram à margem dos acontecimentos mundiais (as africanas e as asiáticas).

²⁹ REVISTA VEJA, p. 91 – 15/julho de 94/nº 1344.

Nesse meio tempo, Havelange elaborou novo passo. O futebol africano e asiático necessitava de desenvolvimento e aperfeiçoamento para chegar nos campeonatos mundiais em condições de jogar em igualdade com as demais equipes. Com o poder aquilatado, contatos e espaços, faltava-lhe o dinheiro. Aconteceu então o que se pode chamar do primeiro grande contrato de Marketing esportivo da história. A Adidas, primeiro aliado que, a partir de 1977, somou-se à Coca-Cola, estimulou, definitivamente, através de cursos, qualificações e produção de vasto material didático, o futebol nos países africanos e asiáticos, solidificando um império, que mais tarde seria disputadíssimo por sua magnitude.

Com o poderio criado e sustentado em torno do futebol mundial, formou-se uma empresa de Marketing esportivo (ISL) que monopolizou e negociou os contratos de grandes patrocinadores para os eventos da FIFA. Obviamente que Havelange fez a retaguarda desta empresa, com contrato de exploração das Copas até 2002.

Como exemplo deste poderio de articulação e transformação, cabe destacar o envolvimento das redes de televisão mundial. Como grandes interessadas no acontecimento futebolístico, pagaram mais de 400 milhões de dólares para terem o direito de transmissão da Copa de 1994. Neste caso em especial, a “avalanche” dos patrocinadores foi algo assim como descomunal. A Mastercard, por exemplo, pagou 75 milhões de dólares por sua cota de patrocínio, usando como garoto-propaganda nada menos que o rei Pelé, acontecendo o mesmo em 2002 com a Coca-Cola.

Na época, as negociações mínimas de patrocínio começaram com 1 milhão de dólares, passando rapidamente para 3 milhões, e passaram a caracterizar uma nova corrida do ouro em terras norte-americanas, tendo como pano de fundo o prazer de assistir a espetáculos futebolísticos de nível internacional. Este é um forte indicador do poderio financeiro que cerca o futebol, considerando-se que a Copa do Mundo de 1994 foi realizada em um país que não se interessa muito por este esporte.

Este poderio capitaneado pela FIFA e, conseqüentemente, incorporado pela da CBF despertou um novo comportamento nos jogadores de futebol brasileiros, que

passaram, em pouco tempo, da ingenuidade, característica de nosso estimado Garrincha, a uma notável capacidade em tratar com questões financeiras.

Um exemplo das realidades vividas pelas celebridades do meio futebolístico, que marcaram e continuarão marcando a forma como o esporte vem se modelando no Brasil, é o de Romário. Quando jogava no futebol espanhol, ele ganhava um salário anual de um milhão de dólares e embranquecia o rosto com pó-de-arroz para ganhar mais duzentos mil dólares em comerciais para a televisão espanhola.

O trato profissional aguçou-se tanto que papais e mães fazem o maior esforço e apostam, por vezes, um orçamento excessivo ou inexistente em uma provável glorificação futura de seus bebês - jogadores - milionários. Transferem uma formação, que num passado recente, voltava-se à educação, para uma “catequização futebolística” nos menores detalhes e nos mais requintados retoques. A caligrafia de correção faz-se em linhas desenhadas em gramados e a escrita se estabelece a partir do domínio técnico e refinado de passes, chutes, cabeceios, lançamentos e gols. ***O futebol torna-se, definitivamente, um negócio.***

O problema da transformação do futebol em negócio insere-se nos processos de globalização da cultura e da economia. Como a cultura local é afetada por uma cultura que se globaliza? Essa é uma pergunta significativa que se coloca a partir de várias ciências. Ou então, e um pouco mais especificamente, se poderia perguntar: como o novo arranjo mundial interfere nas diferentes formas de se lidar com as coisas cotidianas?

É possível começar com a noção de *mundialização*, termo que surgiu com a intenção de dar sentido a uma nova movimentação de capital acumulado (entre grandes corporações mundiais), e com o surgimento das empresas *transnacionais*. Mas o que isso teria haver com o futebol e com o contexto deste estudo? Pensa-se aqui que a relação está exatamente no processo de *transnacionalização* que retirou das empresas o seu caráter eminentemente local, elas não precisam guardar ou não possuem a necessidade específica de se vincular a um determinado local, apesar de o

local ser o ponto de origem de tudo. Neste sentido, se considerando o caráter de produto que o futebol possui na atualidade, assim como no passado também possuíram a borracha e o café brasileiros, ele adquire no mercado internacional uma peculiar condição de se movimentar livremente por diversos lugares (tanto reais como simbólicos). Isso é significativo da potencialidade do futebol brasileiro como atividade globalmente reconhecida.

A idéia de rede e a sua implementação, através do uso efetivo da Internet, ajudam a compreender como se dá o remanejamento de vultosas quantias de capital de um lado ao outro do planeta (na globalização). Neste espaço, as coisas acontecem em tempo e velocidade diferenciados. Os valores, tanto financeiros como culturais, proliferam e se misturam em virtude das ações expansionistas. Nesta movimentação, hábitos e culturas inteiras se envolvem e por vezes são retomadas por óticas estranhas. Um bom exemplo desta situação se dá com a negociação dos jogadores brasileiros de futebol (na movimentação dos craques) que ora são de uma torcida local e logo em seguida são de uma torcida global. O jogador Ronaldinho Gaúcho provavelmente é um demonstrativo do efeito de migração do produto nacional futebol. Aqueles que o admiraram como jogador do Grêmio (num contexto regional/local) continuam admirando-o como craque do Barcelona (num contexto internacional/global), ainda mais agora como melhor do mundo.

Mas isso não se deu de forma abrupta. Como visto anteriormente, entraves raciais, lutas regionais de poder, estratificações institucionais, disputas entre amadorismo e profissionalismo, entre outros, obstruíram, em vários aspectos, a evolução do futebol. A mídia também desdenhou o esporte em sua origem, retardando sua institucionalização como entretenimento popular. A própria indústria cultural brasileira estabelecia suas bases nas décadas que vão de 1930 a 1950, momento em que o futebol ainda não fazia parte dos seus interesses.

Num depoimento à Gazeta Esportiva (1942), reeditado pela Folha de São Paulo, Charles Miller descreve como a imprensa reagiu ao seu convite; “(...) para o

primeiro jogo interestadual, solicitei dos jornais de então que dessem curso à notícia. Pois a resposta de três deles foi uma só: 'Não nos interessa o assunto'" (FSP. 16 jan./1994). Para aqueles que vivem o futebol no formato midiático de hoje, é estranho imaginar como o jogo, em um dado momento, não figurava como um fato jornalístico importante.

Com a popularização do rádio e, na seqüência, da televisão já na década de 1960, o futebol ingressa definitivamente nos meandros do mercado midiático. Vale lembrar que, em 1970, a transmissão da Copa do Mundo no México foi um extraordinário acontecimento nacional, graças à televisão e o próprio empenho do Regime Militar em estabelecer, a partir dele, aquilo que entendia como integração nacional. Desde então, mídia e interesses políticos habitam o mesmo espaço que o futebol. A televisão já havia demonstrado sua força de gerar discussão política a partir da cultura midiaticizada com os festivais da canção na década de 1960.

Mas o futebol no Brasil é muito maior do que pequenos entraves históricos. Promove e provoca agregações sem fim, causa perplexidade, fascina, como fascinante é o jogo para o povo. "(...) O mais fascinante em estudar o futebol é não transformá-lo em uma miniatura da cultura ou da sociedade. Ele vai além disso. Ele não se deixa interpretar tão facilmente quanto outros temas" (GUMBRECHT, 1997, 3º cad./p. 11 FSP).

Talvez a melhor alternativa seja a de não reduzir o futebol a uma questão cultural menor, e sim, fazer como fazem os jogadores, considerá-lo pela "(...) simples perspectiva que é dada por sua significação primária" (HUIZINGA, 1999, p. 7), e chegar-se à condição de relacionar o jogo de bola ao jogo estabelecido na linguagem, essa *maravilhosa faculdade de designar*, utilizada pelos homens na instrumentalização do poder de dominar, de falar, de escrever e de educar. Mesmo totalmente midiaticizado e a serviço de grandes negócios, o futebol, como toda uma série de atividades humanas que migraram para esta nova lógica, ainda conserva, em

boa medida, sua magia. Por maior que sejam os planejamentos, as previsões, a imprevisibilidade e a incerteza ganham corpo quando a bola começa a rolar em qualquer gramado.

(...) É como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza (HUIZINGA, 1999, p. 7).

A questão que se interpõe de forma poética na citação acima apresenta uma importante consideração em relação ao jogo: a de um acontecimento anterior à cultura. Companheiro de viagem, que muito antes de seu início, já se fazia presente ao passeio humano de viver. Jogo que transpassa este estudo e a vida, indicando caminhos de análise que o contemplam sob a perspectiva de uma “(...) forma de atividade específica, uma forma significativa com função social” (HUIZINGA, 1999, p. 6).

É intenção habitar a região de confluência entre essas duas atividades de jogo, o de bola - brasileiro (futebol) e o dado pela faculdade de designar - linguagem. É nesse entrelaçamento que se processa o caso futebol/cultura, objeto que conduz este estudo a um patamar diferenciado.

O recorte analítico dobra³⁰-se ao reconhecimento de um fenômeno que se desencadeou na origem do futebol brasileiro e se estabeleceu pelo joguinho, pelo aumento no número de praticantes, pelo desinteresse > interesse dos jornais, elevando ao palco decodificador talentos insistentes, permanentes, regulares. Parece até uma viagem de volta ao tempo, e que de alguma maneira, talvez ficcional, seja possível ser envolvido pela iniciativa dos percussores e seus amigos, varzeanos, na rua,

³⁰ Dobra, para Deleuze (1996), quer dizer que cada movimento, dependendo do seu traçado, pode desencadear novas percepções. Fluxos que independem do código, referência a variáveis que determinam mutações, um constante devir.

organizando pelepas, renovando compromissos de novos jogos, novos jogadores de rua, acabando de chutar uma bola qualquer, quebrando vidraças encantadas...³¹

O *voyeurismo* mescla sensações. O momento virtualiza-se e é transpassado pela participação ativa e específica do jogo e pela participação embriagada/apaixorada do indivíduo sufocado pelo fardo do mundo real. Essa mistura faz com que as coisas relacionadas ao futebol, de um momento para o outro, assumam um valor diferenciado, transbordem.

A notícia esportiva se traveste de entretenimento e assume uma centralidade jornalística importante. As editorias esportivas se sobressaem às demais...

(...) até bem pouco tempo não existia em nossos jornais diários uma estrutura definida para o noticiário esportivo. Este fazia parte de outras editorias que lhe davam tratamento igual às demais notícias corriqueiras (...) os fatos ligados ao esporte não mereciam muito mais atenção e espaço do que (...) as notícias “triviais” da cidade (FREITAS FILHO, 1985, p. 53).

O mercado passa a impor o crédito de visibilidade e a disputa entre as mídias ultrapassa a disputa de jogo, passa a se localizar nas estratégias diferenciadas de sustentação criadas para a conquista e o aumento do mercado consumidor. O futebol se mantém por aquilo que Martín-Barbero (2001a, p. 217), ao falar de indústria cultural, entende como o...

(...) valor do popular [que] não reside em sua autenticidade ou em sua beleza, mas sim em sua representatividade sócio-cultural, em sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica e o integram e fundem com o que vem de sua memória histórica.

Assim como o folhetim que, na acepção de Martín-Barbero (2001a, p. 186), inaugura *condições de produção cultural* ímpar, que implica no “(...) surgimento de

³¹ A mídia do mundo todo se deliciou com o episódio em que o jogador Ronaldinho Gaúcho, durante a gravação de um comercial na Espanha, em março de 2004, espatifou um vitral da Catedral de Santiago

um novo tipo de escritura a meio caminho entre a informação e a ficção, rearticulador de ambas, e a emergência de um novo estatuto social para o escritor, agora profissional assalariado (...)", a mídia esportiva estabelece, também, novo campo profissional com algumas matrizes que migraram da literatura.

Os processos culturais, neste movimento de migração, ficam a meio caminho de muitas outras coisas que o mercado assume para si. O ritmo e o modo das coisas assumidas são emoldurados, *mediados institucionalmente*. O mercado orienta e reorganiza os diversos dispositivos de relação com o público. Não se pode...

(...) continuar programando políticas que separem aquilo que acontece na Cultura – maiúscula – daquilo que acontece nas massas – na indústria e nos meios massivos de comunicação. Essas não podem ser políticas à parte, pois o que acontece culturalmente com as massas é fundamental para a democracia, se é que a democracia tem algo a ver com o povo (MARTÍN-BARBERO, 2001a, p. 299).

Para entender este movimento, necessita-se de um lugar cartográfico que permita a utilização de mapas apropriados. Necessita-se mudar de lugar, criar uma diferenciação de olhar. O mercado não transpassa apenas a sociedade, mas também os modos criados para explicá-la. Cabe dar curso ao espaço que o consumo popular efetua...

(...) O consumo pode falar e fala, nos setores populares, de suas justas aspirações a uma vida mais digna (...) daí a grande necessidade de uma concepção não-reprodutivista nem culturalista do consumo, capaz de oferecer um marco para a investigação da comunicação/cultura a partir do popular (MARTÍN-BARBERO, 2001a, p. 301).

Em sintonia com uma popularização esportiva, primeiro o rádio, depois o jornalismo impresso e, finalmente, a televisão, incorporaram a sua grade de

espetáculos o futebol. Cria-se uma simbiose, e este torna-se um gênero³² midiático, potencializando seu poder de negócio. O futebol invade a cotidianidade, torna-se ritualístico, produz identidades e se inscreve na planilha de produção da cultura que também se industrializa.

Diversas rádios do país abriram departamentos esportivos há muito tempo, cruzaram o mundo atrás de grandes equipes e do selecionado nacional, constituíram um patrimônio em coberturas de partidas e campeonatos nos diversos níveis hierárquicos que o futebol brasileiro formou. São a própria história do futebol. Uma boa rádio comercial não prescinde ou despreza uma programação de esportes. O rádio possui “(...) um ingrediente que conduz à concentração industrial (além do já citado): a formação de cadeias de empresas jornalísticas” (MEDINA, 1988, p.48).

Os programas esportivos radiofônicos, na sua maioria, “(...) têm um conteúdo quase que exclusivo sobre futebol. Raramente, outro esporte merece grande destaque. Mensurar essa discriminação chega a ser imponderável” (RAMOS, 1984, p. 83). Os programas de esporte no rádio são, na verdade, programas com base no futebol e têm neste o grande agenciador de patrocínio e manutenção dos mesmos.

A transmissão de partidas de futebol pelo rádio é a porta de acesso de muitos jornalistas ao trabalho. O PASQUIM (1971, p. 74) aconselhava em manchete: **Seja locutor, seja herói.**

(...) Você está preocupado? O jornalismo não dá mais pé? Não há emprego para os economistas que se formam? Os professores ganham mal? As Ciências Sociais estão acabando? Ninguém dá bola para a Física Nuclear? Besteira sua preocupar-se. Falta de imaginação. Há muitos caminhos a explorar. Não precisa pensar ainda em vender letra de câmbio ou abrir botequim de batidas ou pastelaria em Ipanema. Bote a imaginação para funcionar. E você descobrirá de saída uma profissão que o levará a conhecer o mundo todo, a varar as cortinas de ferro e de bambu, a conhecer reis, rainhas e príncipes, a ser adorado pelas multidões, a ser conhecido e reconhecido, abraçado e cortejado. Seja um locutor esportivo.

³² Em Martín-Barbero (2001a), o gênero é produtor de unidade e possibilita a análise da cultura de massa. Um ponto exterior onde o sentido da narrativa se produz e se consome. Ponto de leitura e compreensão que se afasta da cultura culta.

Com a revolução esportiva promovida no rádio, o jornal não ficou para trás. Foi cedendo espaço ao esporte espetáculo, criou colunas específicas, arregimentou equipes de articulistas, implementou cadernos específicos. Hoje, o jornalismo esportivo é uma especialidade de peso.

Estas transformações ocorrem em concomitância com as próprias mudanças que o jornalismo brasileiro como um todo passa a ensaiar a partir da década de 1950. Tais mudanças têm origem no desencadeamento do jornalismo moderno, ainda na segunda metade do século 19. Tudo aconteceu num processo *social abrangente e modelador*. Sá Marques (1997) destaca que o texto jornalístico foi envolto por efeitos de uma realidade contemporânea. São efeitos próprios da modernidade, constitutivos de uma realocação do espaço público contemporâneo e definidores do campo específico de ação da informação.

Ação essa que, para Medina (1988, p.61), aconteceu numa segunda etapa de modernização (1900 em diante), quando os jornais migraram para a formação de uma estrutura menos literária e mais popular. O espaço jornalístico abriu-se a novas linhas de abrangência na tentativa de chamar uma gama nova de leitores. “(...) Surge o noticiário esportivo, até então, inexistente. E tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar”.

A televisão ingressa neste cenário a partir dos anos 50 e pretende-se cultural. Mas para a perspectiva apocalíptica de Bordieu (1997, p. 68), a televisão, já nos anos 90 se preocupa com a audiência e oferece ao público produtos brutos capazes de satisfazer formas de *voyeurismo* e *exibicionismo*, “(...) como nos jogos televisionados dos quais se deseja ardentemente participar, mesmo como simples espectador, para ter acesso a um instante de visibilidade”.

Ao abordar a temática sobre televisão e o consumo, Silverstone (1994) destaca que a *mercantilização* cabe a um processo de manutenção do capitalismo, sustentado por lógicas necessárias ao intercâmbio das mercadorias (aquisições e trocas). A

mercantilização denota processos comerciais e industriais criadores de artefatos não somente materiais, mas, sobretudo simbólicos, convertidos em mercadorias vendáveis. Estes artefatos são detentores de processos ideológicos e das operações que os definiram como produtos. São portadores de valores e idéias dominantes fixados pela sociedade que os produziu.

Fausto Neto (1994, p. 10), ao desenvolver uma hipótese de trabalho para descrever o *impeachment* de Collor via televisão, apresenta como preponderante o...

(...) modo particular [como a TV se constitui], não apenas como um dispositivo de representação daquilo que se passa em outra cena, no caso, a instância política. Pelo contrário, a televisão – e o telejornal – se convertem, através de originais, regimes de discursividades, em dispositivos que não apenas narram, mas agem sobre o espaço político (...) [apontando] os caminhos e os destinos da política e, também, de seus atores .

A CPI do Futebol nasce deste processo. Ela só tem sentido em função do enraizamento popular deste esporte, potencializado pela mídia. Ao mesmo tempo, ela é um produto da mídia, pois nasce do material jornalístico sobre corrupção neste setor. Como evento político, agrega nova visibilidade: a TV Senado.

3.4 O SISTEMA POLÍTICO MUDIATIZADO

O espaço midiático é um espaço que agencia para si os temas, os debates de todas as questões sociais. A política migrou para a mídia, onde boa parte dela acontece, não toda, se considerando a existência dos bastidores, do ambiente, do não visível, onde, via de regra, se localizam as estratégias, os embates entre campos, e até mesmo as falcatruas.

A temática da política no contexto comunicacional aparece desde cedo nas sociedades, por conta de uma prática: a disputa do poder. São forças que promovem mudanças de posição e organizam novos modos de atuar. Esse comportamento é dependente de arranjos institucionais e da forma como a sociedade dispõe os sujeitos nos espaços de convívio que ela mesma cria. Rubim (2000) aponta que, num primeiro momento, e por ordem de uma apreciação de cientistas políticos, a posição da mídia neste contexto se dava de forma instrumental, ou seja, atribuíram-lhe um valor de *subalternidade*.

Gomes (2004) também faz referência ao início da relação entre política e comunicação e aponta um *novo meio-ambiente midiático* da comunicação política. Para ele, a comunicação política se altera de forma significativa no sistema de práticas externas e internas da política. No entanto, ele salienta que existem “(...) mais coisas em comum entre a política de opinião praticada no passado e a que agora se pratica do que sonha o deslumbramento hipermidiático contemporâneo” (p.11). Para o autor é possível ampliar a discussão em torno da temática da política na mídia, contanto que se entenda a atividade política como um complexo *decomponível* de *procedimentos elementares*: “praticados de vários modos e através de múltiplos instrumentos” (p. 19).

No momento em que se começa a investigar a temática da política na mídia, a partir da mídia, surgem posições interessantes. Alguns atribuem à mídia peso e importância tão grandes que sugerem o fim da política. Pensando melhor, talvez o fim de algo seguramente situado em local específico. A política na mídia se (re)

configura, adapta-se e se faz também midiaticamente, a exemplo da TV Senado. Segredo e cotidianidade, temperos da política continuam a existir, só que com marcas renovadas.

Para Verón (1995), a *fala* política inicia sua midiaticização por caminhos não comuns à sua origem. Os meios atuam como promotores desta transformação nos modos de pensar e de fazer política. Neste sentido, o autor descreve as estratégias, os atores e a construção dos coletivos na midiaticização do político durante as eleições francesas de 1974. Sua análise referenda o enfrentamento de um político pré-televisual (Mitterrand) contra um político já televisual (Giscard d'Estaing), enfrentamento tomado como indício de estratégias complementares que inauguram uma nova era para a arena política.

Mata (2001) defende que neste ingresso existem pelo menos três mudanças substanciais que devem ser consideradas: a *substituição* das instituições dedicadas ao longo dos tempos como os locais de representação política, a *troca* dos atores e dos papéis previamente organizados neste espaço, e a *mudança* de cenário da ação política – para o set televisivo e para a platéia (uma teatralização).

A idéia de passagem da *fala* política para o contexto midiático e sua teatralização no Brasil referenda-se em estudo conduzido por Fausto Neto (1997). Nele, o autor aborda o *impeachment* do presidente Collor na televisão e demonstra ao longo de suas análises como os telejornais se converteram em um lugar *simulatório* de prática e exercício democrático para grandes questões sociais. Neste episódio de repercussão política nacional e internacional, o *setting* televisivo tornou-se para o autor um dispositivo que absorveu o espaço parlamentar e agenciou o debate e a articulação dos problemas sociais em curso.

Para Fausto Neto (1997), o papel da televisão, neste episódio, se fez via *dispositivo ativo* que se mesclou às malhas do poder e ao tecido social. Através da TV, criou-se um cerimonial que não foi apenas o de registrar a atualidade, mas sim de tematizar o sentido, os objetivos e a *razão de ser da própria realidade*. Estabelece-se

aí, via *moderna noção de praça pública*, a publicização dos fatos políticos. A televisão ofertou seu modelo como único possível na construção da política naquele momento. Rubim (2000) também faz referência à utilização da tela como sendo um dos *modernos locais de embate da política*. O autor se apóia nas análises de Castells (identidade) e Mata (localização) para caracterizar a conversão da tela em espaço público, como ocupando o antigo lugar reservado à rua.

Em continuidade a esta abordagem, Fausto Neto (1997) retoma as questões de *coação* da fala política através dos *referenciais midiáticos*. Enfatiza como prodigiosos os estudos realizados pela COMPÓS dentro dos grupos de trabalhos sobre a temática de “Mídia e Política” e “Estudos do Discurso”, especificamente relacionados ao funcionamento do conjunto de problemas relativos aos processos eleitorais compreendidos entre 1989 e 1994.

Alguns são aqui retomados para referendar tal apreciação:

(...) No circo da televisão têm sido realizadas as disputas eleitorais determinando fronteiras e os dialetos necessários ao candidato para conquistar a mídia, o adversário e o eleitor. Este se deixará **seduzir muito mais pelo processo de comunicação** do que propriamente pela política (...), (...) mas para além da utilização de uma retórica publicitária modernizada tem sido necessário participar dos *games* eletrônicos que exigem a precisão do xadrez, o encaixe do *puzzle* e as táticas de guerra. Este roteiro visa persuadir, aumentando ou diminuindo as diferenças ideológicas e as individuais, e **estas singularidades têm de ser traduzidas por uma estética que privilegie o meio** (WEBER, 1996, p 27)-(grifo nosso).

(...) Busquei classificar os elementos básicos do discurso político nos programas do HGPE³³, tendo em vista a função comunicativa que eles cumprem (...), (...) a classificação dos segmentos que compõem os programas do HGPE abre novos caminhos para o estudo da propaganda política no Brasil, uma vez que torna possível ao pesquisador analisar não apenas o conteúdo do discurso político veiculado por esses programas, como também **o estilo particular de abordagem adotado com relação aos telespectadores** (ALBUQUERQUE, 1996, p.74)-(grifo nosso).

³³ Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

(...) A disposição dos políticos em adquirir canais de rádio, TV ou similares advém antes de tudo de uma ação estratégica que avalia como **essencial a circulação das imagens públicas no espaço midiático** (GONÇALVES: 1996, p.51)-(grifo nosso).

(...) Espetáculo e política não apenas não são mais incoerentes juntos; o **espetáculo** se torna **essencial** para a **nova comunicação política** e para a **nova política habitante** do mundo-*media*. O que quer dizer, nada mais, nada menos, do que isto: adaptar-se à lógica mediática finda por significar, para a política, transformar-se, de algum modo, em mimesis, representação, encenação. **A política massmediática, como quer que a observemos, é fundamentalmente mise en scène** (GOMES, 1996, p.45)-(grifo nosso).

Com os exemplos acima, é possível perceber a forma como o processo de legitimação da política foi inicialmente revisado via telejornalismo brasileiro e como a política passou a se constituir em *material da cotidianidade* dos mesmos. Os estudos permitem visualizar algumas das estratégias utilizadas para o deslocamento do espaço democrático, outrora experimentado em outras *praças*.

O que se percebe, a partir dos recortes citados, é a ocorrência de um movimento legitimador da política via telejornalismo. Ou como Fausto Neto (1997) aponta: o surgimento de um dispositivo de gestação política, de estratégias de agendamento e, sobretudo da linguagem como um vetor de poderes.

(...) Tais vozes se lançam e estruturam o discurso da atualidade política, se desdobram também, ao mesmo tempo, no interior deste discurso (...). (...) Política e mídia dão as mãos para instituir e estruturar o processo político, especialmente para apontar os caminhos que a ‘outra ponta’ – os usuários – [devem] fazer para [tomar] a política [como uma realidade]. (...) É possível até que em várias circunstâncias os mundos da informação e da política estejam distantes, porém sem abrir mão dos seus duplos vínculos... e dos seus regimes de complementaridades (FAUSTO NETO, 1997, p. 522-523).

Neste sentido, Rodrigues (1997) salienta que um dos simulacros mais eficientes das sociedades atuais se dá justamente durante as crises, o discurso da crise torna-se perfeito para dissuadir opiniões. “(...) Tudo nele resulta de uma gestação, de uma espécie de procriação institucional. Daí a importância que o processo de naturalização a que o [espaço midiático] submete o [espaço] político para camuflar a sua natureza contingente e histórica” (p. 171).

Esse é o jogo de poder onde se localiza a disputa entre a transparência e o segredo. Autonomia e poder travam relacionalmente uma encenação pública com vistas a criar imagens emprestadas. Os políticos lançam-se às estratégias de diversão e sedução e moldam-se às lógicas da publicidade e do marketing que os embalam para consumo.

O produto político – midiático é um produto híbrido. Sofre alterações em sua velocidade, seu ritmo. No processo de adequação da política para a mídia a espetacularização é uma das chaves da atenção e também uma renovação dimensional. A política potencializa suas ações e tenciona o seu fazer com os demais fazeres em jogo. No palco a visibilidade aumenta, as estratégias (agendamento de temas) ingressam no jogo da publicização midiática da política e refinam a sintonia com os critérios de noticiabilidade, o que não deixa de ser um paradoxo relacional, visto que muitas ações políticas para se efetivarem, precisam de outra esfera: a do sigilo/segredo.

“(…) Os enlaces entre política e comunicação, simultaneamente complementares e conflituosos, ao se (re) adequarem à nova circunstância de ambiente configurada pela mídia, possibilitam a emergência de novas configurações da política, pois ela se vê afetada pela presença de novas possibilidades de espaços, formatos e ingredientes, bem como pela redefinição de alguns de seus antigos componentes, desenvolvidos, em especial, desde os primórdios da modernidade” (RUBIM, 2000, p 46).

Neste enlace a política se singulariza em sentido interativo com a comunicação. A política entremeada com a mídia difunde um tipo novo de realização

para o ato público. As transmissões das CPI's pela TV Senado caracterizam o emergir do espaço público através de novas formatações, são os *modernos locais de embate da política* – é a política midiaticizada. Isso se faz e se constrói também através dos *efeitos da mídia*, através da articulação de dispositivos produtivos e recorrentes: “(...) [a] espetacularização, [as] adequações as gramáticas telecomunicacionais, [as] aproximações às lógicas midiáticas de representação da realidade-mundo, [aos] investimentos em critérios de noticiabilidade, [e] à radicalização de contrastes inscritos na realidade” (RUBIM, 2000, p.59).

No mesmo contexto, no sentido dos enlaces entre política e mídia, Rodrigues (2002), como representante dos estudos sobre a midiaticização do parlamento no Brasil, destaca que a tematização de fatos comuns provoca a simultaneidade de agendamento entre política e mídia. A autora aponta a circularidade como preponderante no ato de agendar estabelecido entre diferentes esferas de interesse (opinião pública, congresso e imprensa). Para ela, esse comportamento parece determinar a forma como as pessoas (o público) são envolvidas pelas questões políticas.

Matos (2001) enfatiza as iniciativas do parlamento em envolver de forma mais participativa a população. A grande preocupação dos parlamentares foca-se no estabelecimento de uma *comunicação pública* mais envolvente.

Cientes disso, os próprios parlamentares concluíram que a afirmação da imagem do parlamento e do parlamentar, institucionalmente, depende de atitudes de médio a longo prazo. Este posicionamento, no caso do Senado Brasileiro, resultou em mediadas concretas, a partir de 1995. Na época, foram disponibilizados os meios que proporcionaram a criação e implantação definitiva da TV Senado, em 5 de fevereiro de 1996, além do Jornal do Senado (de circulação nacional), Rádio Senado (FM e Ondas Curtas), serviço 0800 Fala Cidadão (de atendimento direto ao público, por telefone) (SANTANA DE FREITAS, 2004, p. 61).

Essa nova estruturação de apresentação do parlamento muda o contexto de visibilidade política. Neste sentido, Conti (2001) enfatiza o ingresso do marketing como mais um componente da realidade que apresenta o conjunto da política para a

sociedade. Duda Mendonça e Chico Santa Rita são exemplos da potencialização, apresentados pelo autor, para caracterizar esse tipo de atuação profissional especializada junto à política. Ambos promoveram transformações significativas na apresentação dos políticos, via propaganda eleitoral. Para Conti (2001) os políticos tornaram-se produtos de marketing.

Isso não quer dizer que a soberania do mercado tenha demarcado uma insuficiência da política em se (re) apresentar. Pensa-se que a mescla funcional entre fazeres e interesses tenham definido uma forma diferenciada para o fazer político na mídia. É nesta nova localização que as coisas da política se processam, não se pode negar. “(...) A mediação televisiva passou a constituir, a fazer parte da trama dos discursos e da própria ação política, já que o que essa mediação produz é o adensamento das dimensões simbólicas, rituais e teatrais que a política sempre teve” (MARTÍN-BARBERO, 2001b, 40).

Não se pensa aqui no fim da política, mas, sobretudo nos novos relevos advindos da composição da midiatização do político. A performance dos atores políticos foi alterada (manifestações na plenária do senado). Anteriormente, os desempenhos estavam sob a tutela de registros impressos, a visibilidade era algo que acontecia de vez em quando, agora tudo acontece em tempo real. Um desafio a ser vencido. Se por um lado se tem maior visibilidade, por outro, a fiscalização e o controle dos atos (inclusive os falhos) aumentaram. Os políticos, obrigatoriamente, precisam cuidar da sua imagem e do desempenho frente às câmeras. Neste caso o ambiente midiatizado (via TV Senado) não é somente um ambiente de passagem para a atuação do poder, o ambiente torna-se a “(...) própria arena das disputas, além de determinar as regras [encaminha] a agenda a ser discutida” (SANTANA DE FREITAS, 2004, p.77).

O sistema político midiatizado cria subsistemas, funcionalidades próprias, específicas, que se esboçam no processo. Essa é uma característica do parâmetro sistêmico: integralidade. Existe nele a inerente criação de subsistemas que garantem

“(...) a permanência do sistema frente a flutuações críticas” (HENN, 2002, p. 33). A midiaticização, neste caso, ao invés de apreender o político, cercando-o com suas amarras produtivas, fornece-lhe elementos para uma nova roupagem, uma nova funcionalidade.

3.4.1 A ASCENSÃO DAS CPI's

As comissões parlamentares de inquérito são oriundas da cultura inglesa. Embora tenham sido incluídas no texto da primeira constituição brasileira (1934), as comissões passaram a ter força efetivamente a partir da constituição de 1988. Na verdade, neste texto, especificamente, lhe atribuíram competência parlamentar extraordinária e transitória, conferindo-lhe poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciais, com a função específica de apurar fatos relevantes e determinados.

(...) As comissões parlamentares de inquérito, no exercício do mister investigatório, só podem atuar na apuração de fato determinado. O contrário disso é cometer abuso, porque a missão do Legislativo está demarcada no ordenamento jurídico. Uma comissão parlamentar federal, por exemplo, não interferirá na esfera de atribuições que a constituição reserva aos Estados e Municípios. Se a Câmara dos Deputados cria uma comissão, esta não poderá usurpar a área funcional do Judiciário, julgando e decidindo, como se ele fosse (BULOS, 2001, p. 26).

Percebe-se, na análise interposta acima, que mesmo possuindo amplos poderes investigativos, uma CPI não pode sentenciar, punir ou julgar. Foi o que aconteceu com a CPI do Futebol: promoveram-se diligências, depoimentos foram tomados de autoridades e demais envolvidos (ou supostos envolvidos), inquiriram-se testemunhas específicas sob juramento, informações foram requisitadas de órgãos públicos (Receita Federal, Banco Central, Polícia Federal, etc.), inclusive com a obtenção de documentos de natureza sigilosa. Porém, em virtude das limitações

legais, tudo redundou num relatório final encaminhado aos órgãos competentes solicitando que medidas oportunas fossem tomadas.

As CPI's podem ser criadas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, em conjunto ou separadamente. Algumas conseguiram grande visibilidade, em virtude do assunto tratado/investigado, a exemplo da CPI do Judiciário, criada para verificar denúncias sobre a existência de irregularidades praticadas por integrantes dos tribunais superiores, dos tribunais regionais e dos tribunais de Justiça, da CPI do Banestado criada para investigar a evasão de US\$ 30 bilhões para paraísos fiscais, e da famosa CPI de Paulo César Farias ligada ao impeachment de Fernando Collor de Mello.

Durante a era Collor, por trás de uma fachada de bom moço, esportista e caçador de marajás, cria-se um grande esquema de corrupção e tráfico de influência envolvendo os altos escalões do governo. Pedro Collor, irmão do então presidente brasileiro, concede entrevista na qual acusa Paulo César Farias (o PC Farias), tesoureiro da campanha presidencial de seu irmão, de fazer frente e articular um esquema de corrupção baseado no tráfico de influências, no manejo de cargos públicos e, sobretudo na cobrança de propinas dentro do governo. O povo sai às ruas pedindo pelo impeachment daquele que foi o primeiro presidente eleito em 29 anos. Como consequência, o Congresso Nacional instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso. No percurso das investigações surgem protagonistas importantes. Ana Accioly (secretária de Collor) e Francisco Eriberto (seu ex-motorista). Eles confirmam na CPI as acusações, descrevendo detalhes de todo o esquema organizado por PC Farias.

O negócio consistia em abrir contas "fantasmas" para realizar operações de transferência de dinheiro (operação Uruguai) conseguido com as propinas e com o desvio das verbas públicas. Existiu, também, o alvoroço em torno da casa da Dinda, residência oficial de Collor, cujos gastos eram pagos com dinheiro das empresas de PC Farias. Sobre todas estas questões aprova-se o relatório final da CPI que culmina

com o pedido de impeachment do presidente. A juventude (um dos selos de Collor) protagoniza o movimento dos caras-pintadas e grita: "Fora Collor" e "Impeachment Já". Collor, por sua vez, insiste em afirmar sua inocência. Dizia estar na mira de uma conspiração. De qualquer maneira, tornou-se um símbolo do político mentiroso e corrupto.

O fato de se promover uma mudança deste porte e possibilitar ações com essa natureza (o impeachment) não veio ao acaso, foram sucessivas modificações que culminaram com a especificação das atividades de uma CPI dentro do texto da Constituição Federal de 1988.

(...) Foi extraordinária a alteração introduzida pelo Texto de 1988 na disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito. (...) O tratamento que lhes foi conferido pela Carta Magna fortaleceu a atividade fiscalizatória do Poder Legislativo. (...) A disciplina ampla do instituto aumentou a sua difusão entre nós (...). O Diploma Político de 1988, portanto, prestigiou as comissões parlamentares de inquérito, concebendo-as como formidáveis instrumentos de controle do Poder Executivo (BULOS, 2001, p. 190).

3.4.2 A TV SENADO

Baseada na Lei 8.977/95, a TV Senado é inaugurada no dia 05.02.1996. O então presidente do Senado, senador José Sarney, apoiando-se na primeira norma legal que dita a lei recém sancionada toma providências para concretizar a criação de canais legislativos no país. O parlamento agiu rapidamente para por em prática o que dispunha a nova legislação, tendo em vista que o Presidente da República, na oportunidade, sancionara a lei há pouco mais de um ano (06.01.1995). GASTAL (1995, p. 74) salienta que a lei e a portaria de número 84, de março de 1995, definiram as mudanças para as autorizações de Distribuição de Sinais de TV por assinatura em concessões para o serviço de TV a Cabo.

(...) Em 1992, a Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados convocou, para orientar a discussão do projeto, um “grupo informal de assessoramento” composto pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (ainda informal naquele momento, mas em plena atividade); a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); as Organizações Globo, proprietárias da Globosat, uma modalidade de televisão por assinatura via satélite, e da Globocabo; a TVA Brasil, do Grupo Abril, a principal operadora de televisão por assinatura do país à época; a Sociedade dos Engenheiros de Telecomunicações; e a Universidade de Brasília (SANTANA DE FREITAS, 2004, P. 21).

Cabe também destacar que as TVs legislativas, do judiciário e comunitárias, constituíram-se graças a uma luta da Federação Nacional dos jornalistas, que fez um *lobby* na lei regulando as transmissões. A mobilização da FENAJ se constituiu como mais um elemento de apoio à criação de emissoras de televisão legislativas Brasil afora. Com a visibilidade em curso, estabelece-se no Senado Federal no mínimo um duplo vínculo: ao mesmo tempo em que os parlamentares asseguraram uma abrangência maior para as suas ações, elas também passaram à *ágora televisiva*, tornando-se visíveis para além de suas intenções.

Antigamente, a luta do Senado Federal para produzir um noticiário ou alcançar a sociedade era bem mais penosa. DUARTE (2004, p. 03) destaca que isso só foi possível com a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/27.08.1962) que possibilitou ao Senado inserir um noticiário de dez minutos durante a programação do programa *A Voz do Brasil*. A situação evoluiu a partir da década de 80 e o sistema de comunicação do Senado se ampliou com a instalação de cabines de TV em parte da galeria, reservada ao acesso público.

Com a Assembléia Nacional Constituinte em evidência (1987), a estrutura comunicacional da casa se especializou no sentido de informar a sociedade e de promover sua participação nas decisões em curso. Aprovada a constituição ampliou-se a atuação do Senado Federal com a criação da Secretaria de Comunicação Social.

Na legislação atual existe o resguardo, que considera como benefício à sociedade a reserva em caráter obrigatório de canais para o acesso público, canais básicos de utilização eminentemente gratuita. Segundo a lei, as operadoras de cabodifusão devem destinar e oferecer aos assinantes, em sua programação, tais canais.

GASTAL (1995, p. 76) apresenta, como se definiu, segundo a lei, a reserva de seis canais para esse fim:

- 1- CANAL LEGISLATIVO MUNICIPAL/ESTADUAL – para uso compartilhado entre a Câmara de Vereadores do município, onde ocorre a prestação do serviço, e a Assembléia Legislativa do Estado.
- 2- CANAL PARA A CÂMARA DE DEPUTADOS – canal reservado para a documentação dos trabalhos da Câmara de Deputados.
- 3- **CANAL PARA O SENADO FEDERAL – canal para a documentação dos trabalhos do Senado Federal.**
- 4- CANAL UNIVERSITÁRIO - canal para a utilização compartilhada entre as universidades localizadas no município onde o serviço é prestado.
- 5- CANAL COMUNITÁRIO – aberto para a utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos.

Nesta delimitação descrita pela lei, a operadora de cabodifusão é dispensada de toda a responsabilidade sobre o conteúdo constante da programação a ser veiculada e da infra-estrutura de suporte à produção dos programas.

No início, a TV Senado transmitia apenas para assinantes de TV a cabo, atualmente abrange um universo mais amplo de telespectadores. O sinal está disponível em todo o território brasileiro levado por emissoras de TV a cabo e por antenas parabólicas de tipo analógico e digital. Atualmente discute-se a possibilidade de disponibilizar sua transmissão em sinal aberto de UHF. Segundo Santana de Freitas (2004, p. 29-30), estão em andamento projetos que pretendem universalizar o acesso ao sinal, gratuitamente, com instalação em cada cidade de retransmissores na frequência UHF, receptível pela maioria dos televisores fabricados no Brasil. Existe inclusive uma Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL)³⁴, criada em julho de 2003, que luta pela expansão do sinal.

(...) Para o presidente da entidade, Rodrigo Lucena, da TV Assembléia de Minas Gerais³⁵, a principal bandeira da Astral, neste primeiro momento, é a universalização do acesso do cidadão ao sinal dos canais de televisão e rádio gerado nos parlamentos. Pela legislação atual, apenas quem dispõe de televisão por assinatura ou antenas especiais pode assistir à programação dos canais legislativos, o que exclui a grande maioria dos cidadãos brasileiros. A rádio Senado e a Rádio Câmara, em FM, podem ser sintonizadas gratuitamente, mas apenas na área do Distrito Federal. A Rádio Senado faz, ainda, transmissões em ondas curtas para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (SANTANA DE FREITAS, 2004, p. 30).

Segundo estimativas constantes na página da Internet da TV Senado³⁶, as transmissões simultâneas atingem pelo menos oito milhões de antenas parabólicas instaladas no país e mais de três milhões de televisores com TV por assinatura. Santana de Freitas (2004) cita em seu trabalho avaliação da ANATEL que estima um público potencial de 45 milhões de pessoas para a programação das televisões legislativas.

³⁴ Segundo dados apresentados no trabalho de Santana de Freitas (2004), na ata de fundação da entidade, fez-se presente a representação de 14 canais legislativos de televisão e um de rádio.

³⁵ Primeira TV legislativa em funcionamento no Brasil, colocada no ar pelos mineiros em 30 de novembro de 1995 (RENAULT, 2003).

³⁶ Disponível em:

<<http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=33332&url=http://www.senado.gov.br/tv>>. Acesso em 7 out. 2004.

O Senado sustenta, desde 1993, uma central de vídeo para o registro das sessões e reuniões, produz vídeos institucionais e distribui material para televisões comerciais.

(...) [Embrião da TV Senado que] documentou momentos políticos históricos do Brasil, como a Comissão Parlamentar de Inquérito de Paulo César Farias, o Processo de Impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento e as atividades da Revisão Constitucional (DUARTE, 2004, p. 04)

A partir da aprovação da lei de cabodifusão, a evolução para uma emissora seguiu o curso natural. Desta forma, a estruturação da TV Senado surgiu como uma importante alternativa de levar aos eleitores informação a respeito do Legislativo e suas atuações.

As transmissões ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões possibilitou o acesso a uma realidade conhecida por poucos (formalizações, as disputas entre partidos, os ritos da casa e pitorescas encenações dos políticos). Inicialmente, se transmitia quinze horas de programação restrita a Brasília. A partir de maio de 1996, o sinal da TV Senado foi liberado para todo o Brasil através do sistema de satélite digital. Antes mesmo de um ano de atividade, a TV Senado já transmitia vinte e quatro horas de programação, incluindo também os finais de semana.

No seu trabalho intitulado - A midiaticização do Parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro, Santana de Freitas (2004, p. 109) apresenta interessante proposição, quando aborda as transformações nas atividades político-parlamentares dos senadores:

O senador Paulo Paim afirmou que a emissora 'inovou a televisão brasileira e deu outra dinâmica às atividades desta Casa, quando passou a transmitir ao

vivo os trabalhos do Plenário e das comissões, abrindo ao país uma realidade conhecida por poucos'. Segundo Paim, graças ao incremento dos instrumentos de comunicação entre legislativo e sociedade, **o parlamentar, hoje em dia, se sente num grande Big Brother**. Com as câmeras de televisão em vigília permanente sobre as atividades legislativas, **o cidadão pode escolher melhor aquele que merece, pelo seu trabalho, ficar na casa** (parlamento) **ou dar lugar a outro, nas próximas eleições** (grifo nosso).

Nas informações de apresentação sobre a história da TV Senado, contidas no site da Internet, a estrutura inicial da TV se limitava a dois equipamentos para edição de matérias, um de pós-produção e cinco câmeras de filmagem. Três delas ficavam permanentemente no plenário para a transmissão ao vivo das sessões. As outras duas cobriam as comissões e outros eventos. Um pequeno estúdio e um gerador de caracteres bem simples eram usados na produção dos trabalhos, não existiam recursos como os de computação gráfica, cenários ou mesmo efeitos de vídeo, dificultando uma produção de boa qualidade.

Atualmente, a TV Senado cobre todas as sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional, bem como as reuniões das comissões permanentes e temporárias. As sessões plenárias têm prioridade de exibição sobre qualquer outro programa da TV Senado. As transmissões são ao vivo e reapresentadas às 21h30 do mesmo dia, exceto nos dias em que ocorrem sessões conjuntas do Congresso ou reuniões de comissões que se prolongam durante a noite.

A TV Senado ampliou sua estrutura, o que permite a distribuição de suas equipes para cobrir as comissões permanentes do Senado, comissões parlamentares de inquérito, comissões especiais e comissões mistas, compostas por senadores e deputados. As imagens produzidas são disponibilizadas às emissoras comerciais em tempo real ou via satélite.

Quando não são exibidas ao vivo, as reuniões das comissões são gravadas e programadas para os intervalos que se seguem dentro da programação, no mesmo dia ou nos dias seguintes. O que resultou na criação de uma programação específica:

transmissões ao vivo, íntegras de reuniões pré-gravadas, entrevistas e produção de especiais e programas jornalísticos. Existe, inclusive, uma linha direta que permite aos telespectadores analisar e criticar o esquema de produção³⁷.

3.4.3 TV E SUAS ESPECIFICIDADES

A experiência televisiva é permeada por sensações, são *estados factuais* que se agregam de acordo com um manancial cognitivo. Integrante deste campo cognitivo, a TV assume na cotidianidade um significativo grau de importância. Garantia que lhe é atribuída pelo poder de visibilidade e penetração alcançadas. A transmissão simultânea de grandes eventos como os shows, as competições esportivas e as coberturas jornalísticas é um exemplo concreto da interligação que se promove, nesta situação, entre várias culturas.

A partir do momento que a Televisão passa a se integrar ao espaço doméstico, sua força representativa se amplia, assume referencialidade de grande valia na apreciação de tendências e ações institucionais outrora vistas em espaços específicos. Hoje, com muita frequência, várias instituições, aos moldes das religiosas e políticas, utilizam o espaço televisivo para impor e recompor ações de domínio descentradas pela atuação e abrangência estabelecida na programação comercial da televisão. Verifica-se uma renovação nos comportamentos institucionalizados, especialmente os relativos à manutenção de espaços conquistados, influenciados pelas leis de mercado e pela audiência.

Para além de sua *força mercadológica*, a televisão transpassa os fatores atrelados às ingerências econômicas. Ao se inserir, ao se apropriar dos diferentes discursos cotidianos e deles participar ativamente, se sobressai sua relevância cultural, como mais um integrante de um *jogo dialético*, e de papéis assumidos e consumidos socialmente.

³⁷ As informações sobre a estruturação e funcionamento da TV Senado, contidas neste item, foram compiladas do portal da TV Senado, já referido.

(...) A televisão é um meio que exerce considerável poder em nossa vida de todos os dias e que adquire grande significação para ela, porém esse poder e essa significação não serão entendidos, se não se levar em consideração as inter-relações de sobredeterminação e subdeterminação que esse meio mantém com os diferentes níveis da realidade social que intervêm (SILVERSTONE, 1994, p. 12).

Existe uma tensão constante e produtiva da televisão com a vida social, uma inter-relação do meio televisivo com vários quesitos cotidianos. Cria-se uma “(...) matriz, articulada por capas de ontologia e psicologia individual, por espaços domésticos e suburbanos, e por estruturas industriais e tecnológicas: a dinâmica de consumo as relaciona em seu ajuntamento e contradição” (SILVERSTONE, 1994, p. 13).

A televisão não produz sentido e conhecimento sozinha, nem tampouco é a grande interventora do cotidiano. Sua compreensão deve elevar-se a um contexto maior e convergente, onde a cultura se hibridiza através de relações *tecnológicas, midiáticas, de computação e de telecomunicação*.

A televisão ajuda na focalização e auxilia no exame de certas confrontações sistêmicas que se revisam simultaneamente à imposição de suas lógicas de sobrevivência e equilíbrio. O entrelaçamento de fatores sociais, políticos e econômicos, que se fazem na e para a televisão, são decisivos ao entendimento da complexidade e da multifuncionalidade que ela oferta. Tal oferta é uma necessidade compartilhada em diversos níveis: o ritualístico, o tradicional, o individual, o institucional, o comunitário, o rotineiro e o natural. São ingerências que compactam a desordem, sem as quais seria difícil sobreviver. Desta forma, o pânico do caos se dissipa.

Por conta disso tudo, se questiona: a televisão é ou não é um elemento da cultura? Claro que (não) é! Esse é o eixo de discussão sobre a televisão. Alguns desmazelados anões da Branca de Neve vêem bruxas em tudo aquilo que a televisão

produz. Outros ufanistas do mundo do além a acham o grande espetáculo humano, o triunfo da nossa evolução. Brincadeiras à parte, a televisão é esticada, supervalorizada, escrachada, endeusada, demonizada e mais qualquer outra terminação em “ada” que se fizer possível. O caso não é para tanto: nem tanto para *Epa* como nem tanto para *Oba*³⁸.

Ao ingressar no bolo da discussão, assume-se aqui uma questão bem posta por Machado (2000, p. 13): não se pode *desligar a televisão da realidade*. Isso tem as mesmas implicações de algumas propostas pedagógicas para o ensino (também propostas didáticas): tudo se resume na assepsia do erro, bani-lo do estatuto da educação é a grande saída apontada, como se o errar não fosse tão importante para a aprendizagem como o acertar. Na televisão ou na discussão que se pretende ter sobre ela, as coisas parecem se configurar da mesma forma: isso pode, isso não pode, assim cabe, é possível transmitir. Mas qual é o limite dessa possibilidade? Parece que o ‘onze de setembro’ ainda é um modelo, ou um especialíssimo *gênero de transmissão ao vivo* bastante recente desse limite.

Não que o viés da qualidade seja alguma coisa *démodé*, descartável, tipo a televisão tudo pode. De certa forma, pode sim: a bruxa televisão é maquiavélica e ninguém pode com ela. Só que neste embalo tem um pequeno detalhe, conforme aponta Arlindo Machado (2000) a tal de televisão tornar-se-á aquilo que dela nós fizemos, somos também responsáveis na formação de um conceito e de uma prática televisiva.

A questão está exatamente aí, na qualidade existente na televisão, no hibridismo como uma inerência, na condição estrutural dos produtos culturais, no fazer a coisa ao vivo. Mesmo porque ao vivo dói e a dor é conjunta. Ao vivo se tem a essência que está por trás de todo o contexto produtivo da tevê. Foi fazendo ao vivo que a televisão se constituiu como meio e é na idéia edificada pelo fazer ao vivo que os programas pré-gravados formatam sua construção.

³⁸ Plágio duplo assumido: da manchete do *Pasquim* e de parte do título do livro de José Luiz Braga.

As sessões da TV Senado usadas neste trabalho têm essa característica, do gênero ao vivo. “(...) Talvez isso se explique por imperativos técnicos e econômicos: o depoimento oral, a entrevista, o debate, o discurso do âncora constituem as formas mais baratas de televisão e **aquelas que oferecem menos problemas para a transmissão direta ou para o ritmo veloz da produção**” (MACHADO, 2000, p. 72) (grifo nosso).

Evidente que, na transmissão ao vivo, outros gêneros televisivos são naturalmente incorporados (telejornal, narrativas seriadas, entrevista, debate, mesa redonda, etc.). Neste contexto, as sessões da CPI do Futebol, podem ser consideradas como *episódios unitários*, ou seja, podem, mesmo que produzidas ao vivo, e com certa serialidade, serem assistidas independentemente umas das outras que o argumento instituído para o seu início/criação faz-se presente (as falcatruas). Essa característica traz para o evento analisado peculiaridades que migram de outros gêneros e de outros formatos. Opção que se evidencia no item 4.1.4 ANÁLISES, por ocasião das observações feitas sob (em perspectiva cartográfica) as planilhas dos depoentes escolhidos³⁹.

Diversos autores se posicionam contra ou a favor da televisão, como referido na discussão acima. Como forma de enriquecimento deste debate, algumas apreciações serão colocadas a seguir.

No texto de Bordieu (1997), *Sobre a Televisão*, algumas fundamentações desenvolvidas por ele ofertam possibilidades para que os jornalistas, entre outros profissionais do campo jornalístico, de forma mais direta aqueles que atuam na televisão, movimentem-se no sentido de uma *libertação*. Ele vê isso como uma

³⁹ Os conceitos e os formatos televisivos aqui descritos foram tomados de Machado (2000) do texto: A Televisão Levada a Sério. Da página 9 a 152 o autor descreve a multiplicidade de formas e gêneros televisivos e como eles se imbricam. O interessante é que, ao abordar a linguagem televisiva, Machado enfatiza o peso que essa linguagem porta de comportamentos historicamente construídos. Neste sentido, ele toma referências nas textualidades oriundas do teatro e do rádio e caracteriza, a partir deles, o viés textual como preponderante no fazer televisivo em si e na oralidade que ali se constrói. A partir daí o autor cria possibilidades interpretativas interessantes, visto a maneira como liga as formas e

retomada de consciência, que passa pelo reconhecimento das *influências dos mecanismos* encontrados na constituição do universo televisivo em movimento. A tônica da discussão em Bordieu (1997) é perpassa por uma insurgência do autor contra o pouco espaço que a televisão concede ao pensamento crítico (imposição da velocidade de produção).

Neste sentido, o autor vislumbra pontos influenciadores que reestruturaram o contexto de como a televisão se apresenta para nós. Para ele, o princípio de legitimidade na televisão comercial consagra-se na visibilidade. A produção cultural ou política existente neste contexto legitima-se democraticamente pela lógica regente do mercado. Bordieu entende que a autonomia dos diversos campos de produção cultural sofre sujeição dos apelos lucrativos, que interferem nos julgamentos e orientam as escolhas. Diversos poderes se agregam na imposição de julgamentos críticos e nas avaliações da produção cultural. As escolhas são orientadas e submetidas ao índice de audiência e a lista dos melhores – best-sellers. A visibilidade carrega a acessibilidade que altera o formato do caráter cultural, atenuando o efeito do valor científico e artístico, misturando-os a valores oriundos do senso comum. A autonomia do campo cultural torna-se dependente do modo de pensamento/velocidade da ação jornalística, os especialistas dão o tom do esvaziamento e de outras posições a respeito do caráter cultural, artístico e científico (BORDIEU, 1997, p. 110, 111 e 112).

(...) Você está impondo a quem está em casa uma série de informações, notícias, e reportagens sem que a pessoa possa se defender, a não ser que mude de canal. Mas como o hábito ainda é permanecer assistindo àquele programa de notícias, ela vai sendo levada pelo editor (CURADO, 1995, p. 43).

(...) “Quando você olhar para a televisão”, disse Nicholas Negroponte, pergunte para si mesmo: - o que está errado com ela? Resolução de imagem? É claro que não. O que está errado é a programação (HOINEFF, 1996, p.21).

os gêneros televisivos para a composição de um esboço interativo mais apurado de análise para a qualidade daquilo que se produz na tevê.

(...) Parece mesmo, para cúmulo da ironia, que a realidade termina por se adaptar às especulações (intempestivas). A opinião acaba por confundir-se com as sondagens; em todo o caso, não existe mais outro espelho da opinião além desse (há uma boa razão para isso: é, como diz Bordieu, que ela não existe). A economia real termina por confundir-se com o espelho da Bolsa, onde toma seu último rosto de fluxo instantâneo, de operação ilimitada sem finalidade precisa, de espetáculo coletivo. Pouco a pouco, o modo de flutuação da Bolsa, de compra e venda, de transferências e de dumping, de futurologia e de especulação a fundo, tomou conta dos setores da produção e de gestão da economia real (BAUDRILLARD, 1997, p. 62 – 63).

De qualquer forma, a televisão parece não se desligar da realidade com facilidade...

(...) Na televisão aberta, a construção de um evento, de um ídolo ou de um demônio é uma criação definitiva. Deus não faria melhor, tendo nas mãos um programa de grande audiência. É uma sensação agradável. Tão agradável que torna fácil esquecer como ela pode ser maligna. O limite para isso pode estar em qualquer dos lados – da própria televisão ou da sociedade. O limite depende da extensão de uma ou de outra (HOINEFF, 1996, p. 33).

(...) Está havendo uma globalização muito rápida e violenta da distribuição de programação de televisão, cuja consequência será o que se poderia chamar de o fim dos guetos nacionais. Assim, como já ocorreu com o cinema nacional e a música brasileira, vamos sair do gueto em que vivemos em termos de televisão. A explosão é inevitável, não há como impedi-la (GLEISER, 1995, p. 12).

(...) Neste momento, todas as setas estão apontadas para esta convergência, ou seja, a fusão de três indústrias de ponta básicas da atualidade – a informática, a televisão e as telecomunicações – que vão revolucionar o conceito que temos hoje de televisão. Provavelmente, nós, os produtores de entretenimento e informação jornalística de televisão, seremos apenas uma espécie de vitrine colorida deste novo conceito, centrado na interatividade (GLEISER, 1995, p. 20).

(...) Se cristaliza junto aos núcleos decisores da sociedade, a idéia segundo a qual os processos de negociação e regulação entre instituições e atores sociais – se movem segundo sistemas distintos e complexos de comunicabilidade e de

interesses, elementos que não podem ser administrados única e exclusivamente, por uma das pontas do processo. Conforme assim orquestrou longamente, a tradição de determinados enfoques sociológicos e comunicacionais interessados no fenômeno das mudanças e das inovações técnico-sócio-culturais (FAUSTO NETO, 2001, p. 11).

(...) Tais potencialidades se disseminaram com a emergência e disponibilidade das chamadas 'novas tecnologias', quando temos novas modalidades de experimentação audiovisual. A isso se soma a irrupção das chamadas 'rádios-livres' ou, comunitárias, fenômeno que coloca um problema que nos parece altamente pertinente: as novas tecnologias trazem consigo a compreensão implícita de reconhecimento da existência de uma multiplicidade de usuários/receptores e de imaginários, para além da concepção estratificada de uma teoria (dominante) da comunicação, que unifica a noção de recepção em trono de categorias e universais, construídos pelos núcleos de produção de mensagens (FAUSTO NETO, 2001, p 12).

Neste sentido, partir para a análise da televisão ou com a televisão é uma questão que requer zelo. O papel por ela assumido na sociedade é, segundo Silverstone (1994), fruto de uma realidade ontológica e fenomenológica. Implica o reconhecimento de uma experiência televisiva, cotidiana e factual, o que por si só convida para a averiguação de fatores complexos e entremeados, mantenedores de certa funcionalidade.

Como já dito, o formato televisivo é também cultural. Não pode ser concebido apenas em sentido interventor, mas para além de "(...) uma mera fonte de influência, simplesmente maléfica ou benéfica, [é necessário revisá-lo] (...) como um meio inserido nos múltiplos discursos da vida cotidiana" (SILVERSTONE, 1994: P. 12).

SILVERSTONE destaca que o caráter processual da experiência em situação espacial e temporal na televisão implica na compreensão do surgimento da cultura. É "(...) um espaço potencial de transição dado por uma multiplicidade de sentidos, [um] (...) espaço de ilusão: a atitude de imaginar; em realidade, a atitude de criar sentido, significação" (p. 28 e 29).

Ciente de que sua imagem tornou-se um grande ponto de ligação com a sociedade, a performance dos senadores dentro do sistema parlamentar se aperfeiçoou por ordem das transmissões ao vivo. A própria natureza das exposições públicas a que são submetidos os parlamentares, os ritos por eles encenados, começaram a aportar características de show. Isso acabou por potencializar performances vistas e conhecidas através da televisão comercial. A ritualística original da casa sofreu inúmeras adaptações. Os parlamentares se transformaram em âncoras, analistas, animadores de auditório, debatedores de mesa – redonda, jornalistas, etc., assumindo atribuições típicas da mídia comercial.

Alguns relatos dão conta desta nova formatação:

Tomada 1: (...) A TV Senado continua a ser um programa para os que buscam a alma brasileira na televisão. Sem dúvida com alterações bem mais autênticas do que as novelas regionais (...) (...) e que expõem com menos exotismo o jeito brasileiro de ser. A chantagem emocional, por exemplo. Outro dia foi dona Regina do Prodasen que levou o filho adolescente ao Senado para assistir sua expiação pública. Lágrimas nos olhos dos dois. No início da semana foi a vez de o senador Arruda, queixo trêmulo, voz embargada, dizer que os seus filhos sentiram vergonha dele, do que ele havia aprontado na votação de cassação do indecoroso colega Luís Estevão. Não pensaram nos filhos antes de fazer a fraude – e isso é bem típico. Estes só passam a ter existência crítica real, só passam a ser um olho acusador, magoadamente acusador, depois que a tramóia fica visível. Então, em vez de deixá-los protegidos dos respingos malcheirosos do ventilador, invocam-nos, passam a usá-los como atestados da sua sinceridade tardia (ANGELO, 2001, p.01).

Em alguns casos, a TV Comercial reforça a leitura daquilo que os canais legislativos produziram em níveis fragmentados:

Tomada 2: (...) A semana parecia dominada pelo governador Garotinho. Tentando convencer o país de que seu governo era responsável pela prisão de Fernandinho Beira-Mar, deu-se ao desfrute de participar do ‘Cidade Alerta’, da Rede Record. Algumas horas depois, estava no ‘É Show’, de Adriane Galisteu, onde acabou apresentado desfile de modas para noivas. De Ronaldo Esper, é claro. Quem mais aparece em programa paulista mostrando vestidos de noiva? Era difícil acreditar que algum concorrente pudesse superar a cara-de-pau do governador fluminense (XEXÉO, 2004, p. 02).

Em outras, assume a condição de evento eminentemente comercial, com chamadas típicas de programas de auditório:

Tomada 3: (...) Suplicy começou sua pergunta chamando a atenção para o fato de que o país estava parado para ouvir a versão de ACM. Continuou dizendo que a transmissão pela TV a cabo deveria estar quebrando recordes de audiência. Prosseguiu afirmando que, talvez, aquele depoimento estivesse despertando mais curiosidade que o capítulo da telenovela ‘Um Anjo Caiu do Céu’. E encerrou lembrando que seu filho Supla estava estreando na tal novela (XEXÉO, 2004, p. 02).

A mídia então faz a política. Mídiação e espetacularização, aqui entendidas como processos similares, amalgamados pela prevalência da mercadoria e do entretenimento, [constituem] uma poderosa, inevitável e indissociável lógica produtiva... (RUBIM, 2002, p.16).

Mesmo que a política compareça na mídia em *modalidades diferenciadas de exposição*, existem aí tendências, que embora arrefecidas quanto ao formato e sem grandes recursos estético-culturais do gênero “(...) dificultam, mas não impedem a implementação dos dispositivos de espetacularização” (RUBIM, 2002, p. 16).

Para o autor, a mídia em sua potencialidade espetacular pode ser vista em quatro modalidades possíveis de investigação: eventos não espetacularizados nem pelos políticos nem pela mídia, eventos espetacularizados pelos políticos e divulgado pela mídia, eventos não espetacularizados pelos políticos é transformado em espetáculo pelo campo midiático e .os (...) **eventos espetacularizados pelos campos político e midiático**; [neste] o duplo procedimento de espetacularização (...), (...) configura, em toda sua potência, os espetáculos do contemporâneo, por excelência” (RUBIM, 2002, p. 19 -20) – (grifo nosso).

Na ambientação social dada neste contexto midiático existe a tendência ao espetacular. “(...) Tal tendência deriva de **variados eixos de força** que perpassam e parecem convergir na atualidade: por uma sociabilidade de acentuada complexidade, por uma profusão crescente de acontecimentos que disputam visibilidade e pela

proliferação numérica e a multiplicidade de modalidades de mídias (máquinas de espetacularizar)” (RUBIM, 2002, p. 20).

4 CPI DO FUTEBOL

O cenário que se delineia, ocorre pouco após dois fatos terríveis ocorridos à Seleção Brasileira de Futebol, a derrota na final da Copa do Mundo de 1998 para a França, além da decepcionante, para os brasileiros, participação do Brasil na Olimpíada de 2000.

Os dois fatos tiveram repercussões e considerações distintas. Na Copa de 98, houve um problema não bem esclarecido com o jogador Ronaldo, que teve supostas convulsões antes da partida final contra a França e, mesmo assim, acabou sendo escalado, sendo conjecturado, à época, que a Nike, patrocinadora do atleta e da Seleção Brasileira, teria exigido a escalação do mesmo no jogo, para cumprimento de contrato.

Na Olimpíada de 2000, em Sidney, havia uma polêmica e um grande descontentamento popular, inclusive por parte da imprensa, pela não-convocação de Romário, um grande e experiente ídolo, para a Seleção Olímpica, que foi desclassificada, prematuramente, por Camarões. O treinador era Wanderley Luxemburgo, considerado o grande vilão nos dois “crimes”: a desclassificação do Brasil e a não-convocação de Romário.

No Brasil, o futebol é considerado mais que um esporte. Sua relação é mais que uma paixão, na maioria dos casos, é uma religião. O brasileiro idolatra, dessa maneira, jogadores de futebol, como se fossem santos ou, até, deuses. No alto dessa religião, quem se comporta de maneira contrária aos ritos místicos concebidos pelo povo, ignora suas divindades ou, pior, leva sua nação à derrota pode ser considerado como uma espécie de herege e merece pagar por seus pecados.

Baseada nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, é criada uma comissão parlamentar de inquérito, conhecida por CPI do Futebol, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, tendo como presidente, o Senador Álvaro Dias, vice-presidente, o Senador

Gilberto Mestrinho e relator, o Senador Geraldo Althoff. Para investigar no prazo de cento e oitenta dias fatos, como sonegação de recolhimento de contribuições da previdência social e de imposto de renda por clubes de futebol, jogadores e técnicos de futebol, irregularidades referentes a vendas de passes de jogadores brasileiros para o exterior, irregularidades envolvendo clubes de futebol e bingos, possíveis ilegalidades existentes no contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol – CBF e a empresa de artigos esportivos Nike.

A proposta inicial é apurar as causas da má administração do futebol no Brasil, seus problemas gerenciais, financeiros e, inclusive, éticos. Para tanto, conta com as parcerias de diversos órgãos da administração pública, como Banco Central do Brasil, Receita Federal, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Ministério da Previdência, Ministério da Justiça, entre outros. O objetivo é que todas as informações possíveis sejam levantadas e cruzadas. O Relator, inclusive, sentencia: “o futebol brasileiro não será mais o mesmo, após esta CPI”.

Em paralelo, temporalmente, e com o objetivo de colher sugestões que pudessem alterar a legislação do futebol, além de ampliar o envolvimento de participantes na discussão em relação à regulamentação do esporte, foram definidas audiências públicas nas Assembléias Legislativas dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Foram convidados a participar das discussões jogadores, ex-jogadores, árbitros, dirigentes, políticos e outros profissionais envolvidos com o futebol. Merece destaque, aqui, a participação de Pelé, na audiência pública do Paraná. Sua aparição provocou grande euforia e a audiência foi mais um ato de tietagem do que propriamente um ato parlamentar.

Os trabalhos se iniciam e, imediatamente, a final da Copa de 98 na França é citada, e a perda do título considerada um “divisor de águas” para o futebol brasileiro. A citação desse fato na abertura dos trabalhos demonstra que a derrota alavanca e justifica as investigações da CPI. Em nenhum momento é dito que tais averiguações deveriam ser propostas em uma situação diferente.

O relato incorpora à derrota, erros administrativos, falhas na relação entre “dirigentes amadores” e atletas profissionais, normas obsoletas, métodos “amadores” de gestão, fórmulas de campeonatos desgastantes e outros fatores. Destaca, ainda, sempre impulsionado por denúncias da imprensa, que tem por objetivo trazer vários dirigentes citados pela mídia para averiguação, além de treinadores e outros envolvidos em diversos esquemas, como “caixa 2” e salários “por fora”.

O debate iniciou com foco nas transações envolvendo jogadores e possíveis irregularidades que teriam ocorrido e estavam sendo investigados. Para tanto, depôs Ricardo Liao, chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, que acompanha operações envolvendo o mercado de câmbio. Ele destacou que as multas eram pesadas, em caso de operações irregulares, e que a Receita Federal, em consequência das apurações, havia instaurado 22 processos. Colocou ainda que, em relação a lavagem de dinheiro ou envolvimento ilícito de dirigente, não houve denúncia a respeito.

Na seqüência, foram colhidos os depoimentos do Ministro da Previdência Social, Dr. Waldeck Ornelas, e do Secretário de Previdência Social, Sr. Vinícius Carvalho. O Ministro relata as principais artimanhas utilizadas pelos clubes para burlar a Previdência, como a utilização dos clubes como fachada para outras atividades e o recebimento por este uso em dinheiro, sem registro nos livros contábeis e outros desvios, como a contratação de funcionários e serviços como pessoa jurídica, para o não-pagamento da previdência pelos clubes borderôs de espetáculos incompletos, além de irregularidades nos contratos com os patrocinadores.

No dia 9 de novembro de 2000, em Brasília, a CPI toma o depoimento da Sra. Renata Carla Moura Alves, ex-secretária de Vanderlei Luxemburgo. Ela denunciou um esquema envolvendo dirigentes, treinadores, jogadores e empresários na compra e venda de jogadores. Apontou, também, a existência de uma casa na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, denominada “Embaixada”, onde técnicos de futebol, dirigentes,

empresários e doleiros se reuniam para decidir desde negociações de jogadores até convocações para a Seleção Brasileira.

Renata contou que era procuradora de Luxemburgo para leilões no Rio de Janeiro, negociava com documentos e cheques assinados e em branco e não tinha sua bagagem inspecionada, em viagens, pois movimentava negócios de Luxemburgo que se considerava muito “rico” e “importante”. A depoente coloca que, após sua demissão, ficou com muitas questões pendentes com o então patrão, além de saber de informações comprometedoras sobre as transações supostamente agendadas a partir da “Embaixada”. Temia por sua vida e de seus familiares, mas estava disposta a denunciar todo o esquema.

No dia 21 de novembro de 2000, em Brasília, o depoimento foi de Juca Kfourri. O jornalista manifestou desaprovação quanto ao que considerou “abusos” de autoridade do dirigente Ricardo Teixeira, presidente da CBF. O principal fato mencionado foi a liberação da fiscalização obrigatória da bagagem de dirigentes e jogadores, como claro caso de desrespeito às leis e normas vigentes no país. Manifestou que o problema do futebol brasileiro é estrutural e que muita coisa precisava mudar. Denunciou, também, contratos firmados pela empresa de artigos esportivos Nike e pela Traffic com e a CBF. Disse conhecer a existência do local “Embaixada”, mas desconhecer sua localização.

A Sra. Adrienne Giannetti Nelson de Senna, Procuradora da Fazenda, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (Coaf), depôs contra esquemas de lavagem de dinheiro, que incluíam narcotráfico, casas de Bingo, eventos e federações esportivos e negócios envolvendo atletas.

Vanderlei Luxemburgo da Silva, ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol, apresentou-se, em Brasília, no dia 30 de novembro de 2000. Era um dos depoimentos mais esperados na CPI. Questionado sobre rendimentos não declarados à Receita entre 1955 e 1999, não revelou nada a respeito, além de dizer ter “esquecido” que

possuía 30 contas bancárias. Quanto ao que foi citado anteriormente, no depoimento de Renata Alves, declarou que havia sido chantageado pela mesma, pelo que ela denunciou à Polícia Federal, desconhecia a tal “Embaixada” e não explicou com clareza se havia algum esquema na convocação de jogadores à Seleção.

Foi denunciado também por possuir duas certidões de nascimento, culpando seu pai por erros no registro. Quando questionado por recebimento de valores de empresas como a Nike, disse que não declarou porque não possuía os recibos destas (o que deixa transparecer uma confissão de culpa por sonegação).

José Havila depôs em 7 de dezembro de 2000 e procurou justificar denúncias de envolvimento ilícito da empresa Traffic com Vanderlei Luxemburgo e com Kleber Leite, que foi presidente do Flamengo/RJ, e com a CBF. Quanto a Kleber Leite, Havila afirma que não houve negócios com ele enquanto era presidente do Flamengo. Em relação a Luxemburgo, coloca que a empresa pagou-lhe um cachê por uma entrevista à televisão, mas que o ex-treinador da Seleção doou a maior parte do dinheiro a instituições filantrópicas.

Declarou que promoveu a aproximação entre a Pepsi e a CBF e apontou que Ricardo Teixeira, ao assumir a CBF, não possuía recursos e dependia do governo, mas hoje, possui autonomia e recursos próprios, o que considerou um grande avanço. Destacou a importância da parceria com a CBF, não tanto pelos valores, mas pela importância de trabalhar com a Seleção Brasileira. Citou cifras de transações envolvendo Traffic, Nike, Pepsi e CBF. Declarou que nem ele nem a Traffic influenciavam em qualquer decisão da CBF. Reconheceu que a empresa possui sede nas Ilhas Cayman, mas que ele não tem conta bancária no local. Não explicou por que valores que entravam na conta da Traffic no Bradesco eram transferidos no mesmo dia para outras instituições.

Outro depoimento bastante aguardado, o do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, ocorreu no dia 13 de dezembro de 2000. Ele declarou que foi mal interpretado, quando afirmou que “sonegar impostos era um ato normal” e que

demitiria Luxemburgo da Seleção, se ele se envolvesse em ato ilícito a envolvendo. Declarou que os empréstimos contraídos pela CBF, no exterior, foram melhores negócios do que feitos no Brasil. Disse reconhecer que tanto a CBF como ele próprio foram autuados pela Receita Federal. Confessou que a CBF patrocina partidos políticos e que contribuiu para a eleição dos deputados Eurico Miranda e Perondi.

Enumerou os campeonatos administrados pela CBF; afirmou que os horários dos jogos são adaptados à conveniência da televisão, porque ela é a principal fonte de renda dos clubes; negou acusação de extorsão envolvendo o clube Gama/DF; afirmou desconhecer envolvimento do narcotráfico, lavagem de dinheiro, transações ilícitas de jogadores, no futebol. Afirmou que se a “Embaixada” apontada por Renata Alves existisse, ele saberia.

Vários depoimentos de advogados especialistas em desporto, jogadores e dirigentes foram tomados, em relação à lei do passe. Havia uma expectativa, à época da CPI, de como as negociações aconteceriam. Foram feitas comparações em relação à Europa e a expectativa era positiva. Era apontado um quadro de “liberação” do jogador e um claro menor poder do clube em relação a ele. Clubes de futebol, através de seus representantes, foram indagados a respeito do formato das eleições dos seus Conselhos e Diretorias, envolvimento com bingos e transferências de jogadores, sem nenhum fato merecendo destaque.

Entre os depoentes que representaram as federações estaduais, destacou-se o de Eduardo José Farah, da Federação Paulista. Ele enfatizou o expressivo crescimento financeiro da entidade e destacou o “voto qualificado”, atribuído aos clubes de acordo com os títulos conquistados. Declarou que o Clube dos 13 causa prejuízos ao futebol brasileiro, pois representa os interesses um pequeno número de equipes. Como outros representantes e presidentes de federações, ele declarou problemas com o fisco, mas que já estavam resolvidos.

Outro presidente, da Federação Carioca, Eduardo Augusto Viana da Silva (Caixa D’água), denunciou o monopólio, por uma empresa, da comunicação

esportiva. Negou que sua federação tivesse colocado obstáculos à criação da CPI, esquema de pagamento a Eurico Miranda e processo falimentar da federação.

No relatório final da CPI, tem-se praticamente dois volumes especialmente dedicados a listar e quantificar os dados relativos aos ilícitos e desvios praticados por Ricardo Teixeira/CBF e Luxemburgo. Recai sobre os dois depoentes a maioria das acusações e conexões a outros delitos:

- Teixeira/CBF: a CPI destaca que há “irrefutáveis” indícios de ilícitos nas operações da entidade. Para tanto, encaminha denúncias ao Ministério Público Federal, ao Banco Central do Brasil e à Receita Federal, em relação a, entre outros, desrespeito ao Estatuto da CBF, orçamento mal elaborado, contratos sem justificativa plausível, má administração de eventos, desvios de recursos e arrecadações, contabilidade não fidedigna, sonegação de impostos pelos dirigentes, má gestão da entidade, operações financeiras e de câmbio mal esclarecidas, sociedade entre Ricardo Teixeira e a SANUD e outras empresas.

- Luxemburgo: a CPI conclui que ele vem de origem humilde e não pode ter acumulado o vasto patrimônio de milhões de reais que possui, mesmo por herança. Fica claro que recebeu grande parte dos clubes e não declarou ao fisco. Então, a Comissão encaminha à Receita Federal que proceda à ação fiscal contra ele, em relação à diferença de dez milhões de reais declarada por ele e a apurada entre os anos de 1995 e 1999; rendimentos da empresa UNICOR em 1997; operações de empréstimo; propriedade de diversas empresas; pagamentos e recebimentos envolvendo pessoas físicas e jurídicas. Recomenda que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras apure atividades de empresas ligadas ao ex-técnico da seleção. Ao Ministério Público, a avaliação de crimes tributários praticados por Luxemburgo⁴⁰.

⁴⁰ O relato da CPI DO FUTEBOL tomou referência no Relatório Final da CPI composto por 4 volumes e nas Proposições Legislativas disponíveis na Internet, em

4.1 MÓDULO DE ANÁLISE/DECUPAGENS

Para as análises, foram escolhidas, entre as sessões gravadas pela TV Senado, as que contêm depoimentos de personagens emblemáticos desta CPI e que, ao mesmo tempo, encenam a convergência das várias dimensões sistêmicas de que se ocupa este trabalho. O sistema esportivo é aqui representado pela oitiva de Wanderley Luxemburgo que, na condição de técnico, é oriundo dos gramados. Do sistema esportivo sai também o dirigente da CBF, Ricardo Teixeira, representando os cartolas. Do sistema jornalístico, emerge a sessão protagonizada por Juca Kfourri.

Ao extrair elementos de composição estratégica (de sentido) ⁴¹, este trabalho se ocupa em analisar a posição tomada pelas diversas fontes jornalísticas durante as transmissões da CPI do Futebol via TV Senado. Ao mesmo tempo, busca-se entender as conexões que são operacionalizadas no decorrer do processo, de uma perspectiva midiática. O esporte, a política e a mídia organizaram um universo próprio composto de articuladores sistêmicos à atuação e à gestão dos *interesses nacionais* relacionados ao esporte. Os articuladores interagiram, complementando-se na articulação e na manutenção do equilíbrio sistêmico.

Os articuladores sistêmicos gerados no processo da CPI constituíram-se a partir de ações negociadoras, ações persuasivas (de pressão) e ações performáticas. Eles se configuraram através dos componentes da cena da CPI em si: gestos, comportamentos, ritos do espaço e dos seus espaços de origem, negociados para a constituição daquele texto, daquela cena da CPI. Marcas e indicadores foram produzidos nos momentos de ênfase das ações políticas, esportivas e midiáticas. Para cada indicador colocado “em cena”, nas sessões analisadas, existe diferenciação de tratamento. É a diferenciação e a mescla entre os indicadores (elementos diversos) e o

<http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=33412&url=http://webthes.senado.gov.br/silo/processo_comm_cpil.htm>.

tratamento dado a eles que interessam a essa etapa da análise. Cabe enfatizar que a escolha dos articuladores sistêmicos e o tratamento estimado no segundo movimento de análise são fruto da passagem das primeiras planilhas (planilhas sujas) para as planilhas de análise. O próprio trabalho de edição dos depoimentos já se vale destes articuladores.

Para descrever os tipos de indicadores e os modos de tratamento, optou-se pela utilização de marcações. Além da perspectiva de extração adotada na formulação das primeiras planilhas (módulo sujo – planilhas na íntegra), se utiliza, neste segundo movimento, as legendas ***IP/IM/IE/IF*** – em negrito e itálico: ***IP*** para a identificação do indicador político, ***IM*** para a identificação do indicador midiático, ***IE*** para a identificação do indicador esportivo e ***IF*** para a identificação do indicador financeiro. Conforme a relação e a ordem de aparição, caso exista mais do que um indicador, eles serão separados por barras. Por exemplo, se o indicador midiático antecede o esportivo a apresentação será ***IM/IE***⁴².

A marcação para o tratamento é indicada pela letra ‘tê’ maiúscula em itálico – ***T***. A extração do tratamento ocorre isoladamente ou associada aos indicadores selecionados. Em alguns casos, tanto os indicadores como o tratamento dado, estão distribuídos no corpo do texto, conforme sua ocorrência.

Os pronunciamentos e os diálogos extraídos das sessões analisadas e inseridos no corpo do texto estão formatados em itálico. Nos diálogos, se utiliza o negrito para caracterizar a ação dos diferentes atores. Quando o nome das pessoas envolvidas no diálogo não estiver indicado no corpo do texto, utilizam-se as iniciais do nome para o reconhecimento de quem se pronuncia.

⁴¹ Sentido entendido aqui como as estratégias utilizadas pelo sistema ou pelos sistemas para manter a função. Também se considera, de forma relacional, a posição do noticiário (da notícia) como elemento de migração para este sentido.

⁴² Utiliza-se para a localização das marcas, a mesma estratégia utilizada por ROLNIK (1989), à citação dos autores em seu trabalho. Ela adota o aspecto antropofágico como norma às citações utilizadas: autor que digere autor, que pode ter digerido outro ou ser digerido por outro autor. Essa conduta ajuda a entender como os indicadores se ordenaram e de que forma um se sobressai em relação aos demais.

As sessões da CPI são apresentadas em sua ordem cronológica: em 21.11.2000, realizou-se a 8ª Reunião Ordinária da CPI do Futebol destinada a ouvir o jornalista JUCA KFOURI; em 30.11.2000, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária da CPI destinada a ouvir o técnico WANDERLEY LUXEMBURGO DA SILVA; e em 13.12.2000, realizou-se 12ª Reunião Ordinária da CPI destinada a ouvir o presidente da CBF, RICARDO TERRA TEIXEIRA.

4.1.1 PLANILHA – JUCA KFOURI

A revista ISTOÉ, de 10 de novembro de 2000, destacou em manchete: **A vez da imprensa – CPI's do futebol começam a investigar enriquecimento de jornalistas esportivos**. A matéria evidenciou a intenção das CPI's do Futebol na Câmara e no Senado em dar “uma bolada no estômago da imprensa esportiva brasileira”.

Tudo isso fruto da reverberação do depoimento que o jornalista Juca Kfourri prestou em 7 de novembro de 2000 à Câmara de Deputados. Na oportunidade, ele formalizou uma grave acusação. Disse aos parlamentares que repórteres pagos para cobrir ou comentar jogos de futebol vinham se tornando agenciadores de atletas e intermediários em contratos entre clubes e empresas.

Com as denúncias em curso, ainda na quinta-feira, dia 9 de novembro, o presidente da CPI da Câmara, deputado Aldo Rebelo iniciou investigação sobre a origem do patrimônio do ex-repórter de campo da Rádio Globo Kleber Leite e do ex-repórter da Rádio Bandeirantes de São Paulo e ex-comentarista da Rede Globo, José Hawilla.

Leite, ex-presidente do Flamengo, foi chamado a explicar o enriquecimento obtido através da venda de placas nos estádios e da intermediação em contratos de patrocínio. Já Hawilla, sócio majoritário da empresa de marketing esportivo Traffic, foi chamado a explicar como conseguiu intermediar o contrato de US\$ 400 milhões

entre a CBF e a Nike. Ainda no rastro das denúncias de Kfourri, outros ex-repórteres da Rede Bandeirantes e Rádio Globo de São Paulo, bem como o ex-sócio-diretor da Traffic, Ciro José, foram convidados a depor na CPI da Nike.

Kfourri disse ainda que a promiscuidade não era restrita aos gramados. Após 25 anos de trabalho na REVISTA PLACAR, viu-se obrigado a sair devido a proibições em relação a críticas à CBF. O GRUPO ABRIL, dono da TVA, desejava garantir para si os contratos dos jogos da seleção brasileira. A mesma situação motivou a interrupção de matérias críticas relacionadas com a CBF na REVISTA VEJA⁴³.

Reconhecido nacionalmente por suas críticas constantes aos desmandos administrativos produzidos pela CBF no futebol brasileiro e somando-se sua participação na CPI da Nike na Câmara dos Deputados, o jornalista Juca Kfourri foi convidado a colaborar com a CPI do Futebol no Senado.

Como Kfourri recentemente havia participado da CPI da Nike (Câmara dos Deputados), o presidente da CPI do Futebol no Senado explica a presença do jornalista: *IP/IM/IP/T (...) a presença do jornalista Juca Kfourri se impõe em função da farta documentação que traz e da possibilidade que tem de trazer novas e importantes informações a essa CPI, inclusive, por esta razão, estaremos dividindo nossos trabalhos em duas etapas, primeiramente uma sessão aberta, para o questionamento dos senhores senadores e posteriormente uma sessão sigilosa onde o jornalista poderá prestar novas informações com o caráter do sigilo.* Percebe-se que a primeira aparição do jornalista (Câmara de Deputados) desencadeou uma agregação de indicadores (Senado Federal), o que potencializou um tratamento todo especial na midiaticização do relato que se produziria (TV Senado) naquele momento.

⁴³ **A VEZ da imprensa – CPI's do futebol começam a investigar enriquecimento de jornalistas esportivos.** Disponível em: <http://www.terra.com.br/mundo/noticias/agencia_estado>. Acesso em 03 nov. 2004.

A sessão inicia com os microfones abertos e se nota como as coisas se organizam. Assessores se aproximam do senador Álvaro Dias e lhe passam as informações sobre o que será discutido e encaminhado na sessão. O senador Geraldo Althoff começa a sessão com a solicitação de recolhimento de depoimentos junto à Polícia Federal com a participação de assessores designados pela CPI. Dois jornalistas: Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, e o jogador Macula são o alvo do requerimento. O relator expõe os motivos da solicitação, ***IM/IP (...) é que a matéria publicada por estes jornalistas, no dia 19 do corrente, contém denúncias do jogador Macula, no sentido de que na sua transferência, do Juventude para o Palmeiras, o senhor Wanderley Luxemburgo teria recebido algum tipo de comissão, algum tipo de benefício em função desta transferência.*** Exemplo de indicadores midiáticos pautando ações parlamentares. Percebe-se que a movimentação da CPI do Futebol estava de olho nos fatos que se midiaticizavam, e que por sua vez a mídia também estava de olho na midiaticização produzida pela CPI.

Quando inicia a votação do requerimento, o senador Maguito Vilela intervém, ***T (...) se é uma informação tão importante, por que não na CPI e sim na Polícia Federal? G.A.: Somente por questão de funcionalidade, para nós o valor legal é o mesmo. Agora se os senhores senadores acharem oportuno e pertinente que aqui seja não há problema...*** O tratamento é um indicativo de que a visibilidade dos relatos para os parlamentares já é uma realidade na ritualística da casa. A TV Senado modificou a performance de tribuna outrora limitada à descrição e reconhecimento por outros veículos oficiais (jornal impresso e rádio).

T A presidência imediatamente pondera que são muitos depoimentos e o tempo é curto para que tantos relatos sejam ouvidos. Longa discussão é travada sobre o local adequado para a realização dos depoimentos. Aqui se tem um exemplo de ação simultânea dos parlamentares ao surgimento dos indicadores midiáticos e políticos, embora pertencentes à mesma instituição (Senado Federal), tratamentos específicos são acionados. A plenária chama a visibilidade do episódio para si, prevendo oportunidades de inserção nesta situação. Os dirigentes da CPI, por seu

turno e com a visibilidade de certa forma assegurada, querem distribuir as funções a outras instituições para agilizar o processo de investigação.

Ainda sobre a importância dos depoimentos em discussão, o senador Romeu Tuma pede um aparte e pondera: *IM/IM (...) ontem o Wanderley foi ao programa da Hebe Camargo⁴⁴ e refutou a acusação deste jogador (o senador Maguito Vilela aparece em segundo plano gesticulando e dando importância ao episódio como se tivesse assistido ao programa), então talvez ele venha aqui depor, talvez seja importante o depoimento dos dois aqui, me parece que o Wanderley vai ser convidado também?* Neste exemplo, se percebe o surgimento de uma sobreposição de indicadores de mesma ordem. Um indicador midiático usado para ampliar o poder persuasivo de outro indicador midiático já acionado, o que por sua vez determina o grau de tratamento a ser estipulado. A importância do recolhimento dos relatos na CPI é de certa forma pautada por ingerências midiáticas que por sua vez também se serviram de ordenações feitas a partir da CPI, o que permite uma metáfora: “as coisas aconteciam como uma dança frente ao espelho”.

O relator se pronuncia em apoio à posição anterior adotada pela presidência e reforça a imposição do aspecto tempo, *T G.A.: (...) eu entendo que na realidade houve uma especulação junto à imprensa dessa possibilidade, e se nós tomarmos por base que toda especulação, ela venha a colocar-se através de depoimentos de pessoas posta e colocadas junto a esta comissão, com certeza absoluta, nós haveremos de se tornar numa situação inesgotável.* O tratamento dado se rege pelas regras processuais da casa, colocadas para envolver o episódio com resguardo, caso contrário os indicadores midiáticos, além de se sobrepor aos indicadores políticos, assumiriam o lugar dos mesmos. Testemunho de disputa intra-sistêmica (sistema político), este tratamento intenciona preservar o equilíbrio do sistema e sua conseqüente valorização e sobrevivência frente aos demais. Reserva funcional em ato

⁴⁴ O mapeamento das fontes jornalísticas acionadas nos depoimentos não se limita aos produtos convencionalmente atribuídos a este campo. Programas de televisão como os de Hebe Camargo e

que entremeia ajustes de equilíbrio e manutenção da estabilidade performática do sistema em si.

O ingresso do jornalista Juca Kfourri é menos glomouroso em relação aos outros depoentes. Sua participação se dá em forma de convite (ele não é depoente). Mesmo assim, faz questão de prestar juramento e assumir compromisso em dizer a verdade sobre o que sabe. Na parte inicial do seu depoimento percebe-se o tom de palestra, suas colocações são ouvidas com bastante atenção. O grau de importância atribuído ao depoimento no início da sessão evidencia-se no comportamento da plenária. *T* Sua fala introdutória é pautada por indicadores midiáticos relativos a episódios históricos e tradicionais do futebol: feitos épicos futebolísticos de grandes nomes do passado, falcatruas da cartolagem amplamente divulgadas, etc. Todos já emoldurados com certo grau de “senso comum”, como algo disseminado que passou a ser aceito como verdade por todos.

T Kfourri destaca inicialmente fatos relativos à sua vida profissional: empresas jornalísticas em que trabalha e trabalhou, além das diversas funções exercidas dentro do jornalismo esportivo. Dá ênfase à CPI do Futebol. Destaca a abrangência e a oportunidade que o futebol brasileiro possui para se organizar, apoiando-se nas investigações produzidas pela CPI. Neste tratamento inicial, o jornalista agora depoente, caracteriza a ingerência do sistema político sobre os demais sistemas. Demonstra que a partir da criação da CPI do Futebol, reformula-se nova localização sistêmica para a discussão de fatos produzidos especificamente dentro do sistema esportivo em expansão (considerando-se inclusive aspectos relativos à sua globalização). As instituições colocadas no jogo⁴⁵ parecem criar a ambiência necessária à relativização dos mais diversos assuntos advindos do esporte/futebol. Neste ponto, em especial, o sistema político, com o tratamento atribuído pelo depoente, assume maior importância frente aos demais sistemas.

Ratinho, de tons essencialmente espetaculares, produzem, em algum nível, e de forma híbrida, jornalismo.

Indicadores midiáticos são despregados do passado e ingressam na CPI via retórica do depoente agora orador: - **IM/T** (...) *o futebol brasileiro precisa retomar aquilo que ele um dia foi (...), (...)* *o futebol hoje infelizmente é um mau exemplo, para quem se acostumou, eu já tenho 50 anos de idade (...), (...)* *a ver como exemplos, homens como Gilmar, como Newton Santos, como Didi, como Pelé, como Zito, como Gerson, como Tostão, a gente olha hoje e diz: quais são os homens do futebol, nos quais a nossa garotada pode se mirar?* A alusão ao bom exemplo dado pelos jogadores citados do passado é uma comparação já conhecida, e de certa forma “desenhada” pelo jornalismo esportivo. Geralmente ela ocorre quando se procura julgar o desempenho e a escassez do mesmo tipo de comportamento nos jogadores atuais. A mídia de modo geral produz este tipo de sensação: certa nostalgia iminente que alimenta a agenda e a pauta, certo saudosismo, passível de verificação em épocas de carnaval (o samba no passado é que era samba de verdade). Essa incompletude parece não ter solução, mas cabe considerar que, tanto o samba de fundo de quintal ou de roda, como o futebol de rua ou de várzea, sobrevive aos apelos mercadológicos e de certa forma alimentam o mercado com sutilezas que são produzidas somente ali.

T Juca dá curso ao tratamento anterior de maus exemplos, (...) *o povo brasileiro em regra tem contato com conceitos e noções de justiça, quando vê o seu time sendo julgado na justiça esportiva, ou o seu ídolo sendo julgado na justiça esportiva (...), (...)* *ele vê a justiça esportiva brasileira, transformando um cartão vermelho em nada (...), (...)* *sem dúvida nenhuma, alguma, a porcentagem da violência do nosso torcedor está relacionada a este mau exemplo geral, que nós vemos no nosso futebol, ele vê uma seleção tetracampeã mundial chegar sob acusação de contrabando, **IM** o famoso vôo da muamba, e vê o presidente da entidade, o presidente da CBF ameaçar jogar no chão e mandar os seus atletas fazerem o mesmo com a medalha que havia acabado de receber do presidente da*

⁴⁵ Remissão a metáfora do jogo “ovo podre” utilizada na metodologia deste trabalho, situação em que atores e instituições são dispostos à visibilidade e à análise dos demais jogadores.

República... Exemplo do uso de um indicador midiático recente como reforço para o tratamento do argumento apresentado.

T E continua, (...) *são maus exemplos do ponto de vista da justiça, são maus exemplos do ponto de vista do comportamento, são maus exemplos do ponto de vista das atitudes e dos negócios (...); (...)* nos negócios o que nós vemos, nós vemos um grande cartório, na junção de uma entidade com uma e apenas uma empresa de marketing esportivo, quero lembrar aos senhores que a seleção brasileira (...) (...) não precisa de vendedor, basta que ela anuncie, olha nossa camisa está à venda, certamente dez, doze grandes empresas de material esportivo se aproximariam (...), (...) não precisava ninguém para intermediar, rigorosamente ninguém, mas admitamos a hipótese que a CBF não tenha Know-how suficiente para administrar tamanho potencial, e ela poderia perfeitamente contratar o melhor profissional de marketing desse país, e pôr lá, como seu funcionário, pagando um preço alto, certamente muito menor do que o preço que paga de comissão declarada para a Traffic, mas eu vou mais longe, digamos que a CBF não quisesse ter esse profissional de marketing, achasse que de fato essa não é a praia da CBF, e quisesse ter uma agência intermediadora, para administrar o contrato (...), (...) se pagasse 1% de comissão estaria pagando bem, 2%, assustadoramente bem, 5% chega a ser um escárnio, 10%, que é o de tabela então, eu não quero nem comentar... O tratamento se agrega aos indicadores para persuadir, avaliar e denunciar comportamentos. Ao mesmo tempo em que expõe seus argumentos, Juca Kfourri aponta os rumos, as entidades, as pessoas e especificamente a forma como agem aqueles que administram a CBF.

IM/T Juca fecha um primeiro ataque à CBF. (...) *E o exemplo do negócio é tão ruim, que no momento em que é pego na mentira, quando ao enfim, manda o contrato da Nike com a CBF, para ser discutido em duas casas, nas duas casas do povo deste país, o que faz a CBF, manda o contrato frio, o contrato velho, o contrato que não tinha as cláusulas mexidas (...), (...) e hoje leio uma entrevista do presidente da entidade, dizendo que foi apenas um equívoco, que não foi um gesto de má fé, e*

longe de mim imaginar que possa ter sido má fé (...). (...) Eu chego aqui, minha primeira preocupação é perguntar, aos assessores do Senado, se de fato a cópia que chegou aqui, enviada pela CBF, foi a cópia atualizada, e recebo a informação que não, que a cópia que a CBF mandou não é a atualizada... O uso dos indicadores simultaneamente ao tratamento demonstra, neste exemplo, o peso que o sistema jornalístico, neste momento, assume frente aos demais. A capacidade investigativa inerente à prática jornalística é esboçada quando o jornalista/depoente/orador descreve suas últimas descobertas. Percebe-se também, na ambiência da CPI, um embate sistêmico bastante evidente: entre a força do acúmulo de informação, operada a partir do interior do sistema jornalístico, contra a habilidade de auto-organização dos grandes administradores do futebol nacional, de certa forma dispostos como os réus fornecidos pelo sistema esportivo.

T/IP/T Juca acredita no fim da impunidade por ele relatada, (...) o futebol brasileiro acostumou-se, a partir do momento que virou grande negócio que virou, a ser uma terra de ninguém. Confundiu-se autonomia das entidades e dos clubes, com a absoluta ausência de leis, como se o futebol não precisasse ser fiscalizado, como se não houvesse necessidade de nenhum tipo de controle social, como se o futebol fosse realmente uma outra esfera na vida nacional (...). (...) Eu posso fazer qualquer coisa que ninguém me pega, eu posso fazer qualquer coisa que ninguém me fiscaliza, e tudo que eu faço está justificado, porque eu sou um dos homens do futebol no Brasil... Juca, neste ponto, faz referência à arrogância do técnico Zagallo ao depor na CPI da Nike. Aproveita-se de um indicador gerado politicamente e o “recicla” para usá-lo novamente no parlamento. É o sistema midiático de olho na midiaticização produzida pelas CPI’s.

T/IF/T O depoente avança na especificação das denúncias, descreve falhas de um grande clube com seu patrocinador (Adidas), e salienta que o referido contrato pode ser objeto da “conversa fechada”, e que os senadores entenderão como um contrato de antecipação de receitas para um grande clube do futebol brasileiro vira um empréstimo que este clube acaba por pagar mais à frente. O tratamento utilizado

desloca para relato posterior (sigiloso), a condição de grande denunciante. Isso, porém, fica suspenso numa certa ficcionalidade que se produz com o “segredo”, que também pode ser considerado “um nunca mais”.

IF/T Outro exemplo reforça o formato “falcatrua” apontado: (...) *não foi outro o escândalo que explodiu não faz nem 15 dias, dos famosos amortecedores do Morumbi, que a Federação Paulista de Futebol, doou ao Morumbi, com todos os documentos, eu por acaso os tenho aqui, e esta doação depois se transformou num empréstimo que o São Paulo devolveu à Federação Paulista de Futebol (...). (...) Eu dêo, boto nos meus documentos contábeis, depois esse dinheiro volta, e provavelmente não entra nos meus documentos contábeis, e sabe-se lá como é que esse dinheiro, e nas mãos de quem esse dinheiro vai acabar (...), (...) é o caso de verificar os livros, para saber se aquela doação que está voltando como empréstimo, está voltando para os cofres da Federação, que é uma Federação rica, milionária, e se orgulha disso, enquanto os clubes estão à mingua...* Ao mesmo tempo em que apresenta a denúncia como tratamento, traz documentação comprobatória para reiterar a denúncia. O tratamento procedente, nesta primeira etapa, traz quase sempre um indicador financeiro, como um antecedente às falcatruas. Desta forma, Kfourri descortina uma série de ações corruptas oriundas do sistema esportivo.

IE/IF/T Kfourri discute sobre a bagunça no calendário do futebol brasileiro: (...) *a banalização do jogo, o fato do torcedor virar as costas, o fato das audiências de TV caírem, nada disso importa, em função do volume, que o calendário do nosso futebol propõe e permite àqueles que o dirigem. Eu tenho dito sempre que se eu fosse começar, eu pessoalmente, qualquer CPI no futebol brasileiro, eu começaria de atitudes singelas, pegaria as principais direções das entidades, as principais direções dos clubes e faria um simples levantamento, o que tinham antes de estar no mundo do futebol, o que tem a partir do momento que entraram no mundo do futebol...* Como o jogo tornou-se elemento de mercado, o espetáculo e as condições de visibilidade parecem nocivos à qualidade do mesmo, o que não deixa de ser contraditório. As leis de mercado, presentes tanto no sistema jornalístico como no esportivo acabam por

determinar algumas lógicas de funcionamento para o sistema esportivo, representado pelo futebol.

T Juca continua acreditando que a CPI pode “higienizar” o “nosso futebol”. Aponta como missão dos parlamentares a proposição de uma legislação contemporânea para o “nosso futebol”. Enfatiza que a questão é estrutural e que os dirigentes dos clubes e das entidades esportivas precisam ser patrimonialmente responsabilizados pelos desmandos. Para ele, os clubes devem ser transformados em empresas, (...) *eu, meses atrás, quando estive participando das discussões da medida provisória da lei Pelé, e disse que o futebol brasileiro era subsidiado, tive uma reação fortíssima da chamada bancada do futebol...* O tratamento expõe uma atitude pessoal, o jornalista assume publicamente os enfrentamentos que vem travando com os administradores do futebol e seus pares políticos. Com sutileza, cristaliza no seu discurso a existência da “bancada da bola”, como mais um componente de entrave à modernização do futebol brasileiro.

IP/IE/T Juca ressalta que a Lei Pelé, de alguma maneira, ensaiava a abertura para a mudança necessária no futebol brasileiro, mas ela foi modificada de maneira fatal, a ponto do próprio Pelé não admitir mais que a Lei levasse o seu nome. (...) *O que se quer não é manutenção do passe, em nome dos clubes que revelam jogadores, quer se manter o passe, porque é da venda de passe que se ganha comissão, quer se manter o passe, porque é o passe que permite a existência do intermediário...* Tratamento que exemplifica como, na formulação das leis, interesses sistêmicos divergentes podem alterar uma série de possibilidades de avanço para o esporte. É o passe (indicador financeiro) presente no sistema esportivo que acabou alterando a conduta dos clubes, dos dirigentes e dos jogadores (indicadores esportivos) frente à formulação das leis elaboradas a partir do sistema político.

T Uma rede organizada de empresas que se ligam para o controle das falcaturas no futebol é apresentada via indicadores esportivos, financeiros e em tom de revelação. Aos poucos, se lista uma série de nomes, exemplo do conhecimento

específico produzido sistemicamente que permite ao jornalista obter e apresentar informações preciosas à CPI do Futebol (provavelmente a CPI sem a colaboração do depoente e de outras intervenções jornalísticas não conseguiria aprofundar suas investigações).

T Como não é considerado réu Kfourri defende posições, impõe à bancada lógicas do sistema jornalístico, domina a cena, chama para si o ritual da casa. Aponta empresas e mostra como elas se uniram para a negociação de jogadores, exemplifica com a transação entre a ISL e o Flamengo, na compra do jogador Petkovit. Dá ênfase à necessidade de se fazer uma legislação esportiva de qualidade, (...) *uma legislação que contemple o atual momento que o mundo atravessa este mundo globalizado, e que dê ao mesmo tempo os instrumentos para a sociedade fiscalizar as coisas do mundo do futebol...* Nesta etapa final, o depoente revela nomes e empresas envolvidas em transações obscuras do futebol. Percebe-se mais uma exemplificação da imposição de lógicas: o sistema jornalístico sobrepujando em importância os outros sistemas (retenção de valiosa bagagem informativa).

T O senador Geraldo Althoff agradece a participação inicial de Juca Kfourri e enfatiza mais uma vez que as informações trazidas por ele serão de suma importância para a CPI. A primeira pergunta reveste-se de ironia. (...) *G.A.: O senhor foi freqüentador da Embaixada? (...) J.K.: Eu sou um homem de bem, senador, eu jamais passei na porta dessa Embaixada!* Apesar do tom irônico, Juca diz saber da existência de outros locais que substituem a Embaixada, e promete que, no depoimento sigiloso, tentará demonstrá-los aos senadores. O tratamento irônico imposto por parte do relator é revelador de “um senso comum” entre eles, uma realidade que se objetiva na relação e nas avaliações que se faz das falcatruas em processo.

IF/IM/T O relator pede que o jornalista indique os pontos que ele considera negativos do contrato entre a CBF e a Nike. *J.K.: (...) Se o senhor me perguntasse isso sexta-feira, eu lhe daria uma resposta. Hoje (...) (...) eu já tenho outra resposta*

(...), (...) obviamente são perniciosos ao futebol brasileiro, o artigo que obriga a seleção a fazer 5 jogos por ano para Nike (...), (...) obviamente é pernicioso para o futebol brasileiro aceitar a exigência de 8 jogadores, dos chamados principais, nos jogos da Nike, porque quem escala o time, deve ser o treinador e não a parceira (...). (...) Porque a Nike, como a Folha de São Paulo vem mostrando, vai abater aqueles jogos que eram dela (...), (...) o presidente da CBF diz que isso não traz nenhum prejuízo para a CBF, porque existem outros jogos que são da própria CBF, e que esses jogos rendem até mais do que aqueles que serão abatidos da Nike. Como se ele não soubesse a diferença entre prejuízo e deixar de receber. Se ele tivesse feito um bom contrato com a Nike desde o início, teria feito pelo montante que fez, e continuaria a ter os jogos que tem para auferir o que auferia, então certamente e cada vez mais, o tal melhor contrato do mundo, não só não é o melhor como eu diria que nem é desse mundo, senador. A pergunta do relator possibilita a utilização de tratamento com tom analítico – revelador. Mais uma vez, Juca Kfourri assume a condição de principal protagonista do processo e o ritual de investigação se centra nas suas avaliações.

A avaliação do contrato da CBF com a Nike se estende, Juca Kfourri pondera: **T** (...) anos atrás a CBF anunciou que tinha vendido os seus direitos de imagem pra Traffic, por 4 milhões à época, uma semana depois, a Traffic anunciou que havia vendido os direitos de imagem da seleção pra Coca-Cola por 8 milhões, algumas pessoas entre elas eu, estranharam, que em uma semana, houvesse aparecido um negócio que simplesmente dobrava o que a Traffic havia pago à CBF, e a resposta que a opinião pública brasileira teve por parte da CBF foi que isso revela a competência da Traffic... Estas interferências são reveladoras do grau de profunda midiaticização do sistema esportivo no que ele tem de crucial (o valor da imagem), a sobrevivência do sistema esportivo em si, como produto, se garante nas condições criadas de ser sempre um espetáculo apresentável e negociável a cotações sempre mais ambiciosas. A CPI, na mídia, provocada por indicadores midiáticos, tem um fomentador de base que são as negociatas geradas a partir da própria condição ultra

mediatizada do futebol. A existência do futebol, até como jogo, e não só como produto, é dependente da ação midiática que se faz em torno dele.

O relator pergunta a Kfourri se ele tem algum conhecimento das relações formais ou informais da CBF com a Traffic. *IF/T J.K.: (...) as informais são públicas e notórias, J. Ávila e Ricardo Teixeira são grandes amigos, estão sempre juntos, viajam juntos, desfrutam do mesmo avião, de férias praticamente na mesma região de Miami, não sei até que ponto isso seja revelador de algum outro tipo de relação (...), (...) sei informar também ao senhor que, no começo dos anos 70, eu depus num inquérito do Ministério Público Federal sobre o futebol em São Paulo, na quinta Vara Federal (...), (...) este inquérito redundou numa autuação fiscal que a Traffic e o empresário J.Ávila tiveram que pagar de um lado, e que a Federação Paulista de Futebol e a pessoa física de Eduardo José Farah tiveram que pagar do outro (...). (...) Eu diria ao senhor que as relações da Traffic com a CBF, são promíscuas, são indevidas, são inaceitáveis, mas são absolutamente idênticas ao modelo criado na FIFA com a ISL, e se estabelece uma relação, em que apenas uma e uma empresa, pode trabalhar com a entidade, como se não houvesse mais nenhuma outra no mundo (...). (...) O presidente da CBF garante que não tem nenhum tipo de sociedade com J.Ávila, e J. Ávila garante que não tem nenhum tipo de sociedade com Ricardo Teixeira.* Indicador financeiro com o alto grau de ironia, conteúdo especulativo e com poucos dados factualmente objetivos, reporta-se ao início da década de 70, época que, no começo do depoimento foi relacionada à *pureza* das relações no esporte.

Continua a discussão em torno dos desmandos administrativos. Debate-se o desempenho da seleção na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, Juca Kfourri destaca que o preocupante em primeiro lugar não é a interferência no desempenho da seleção principal, e sim que a garotada não vê motivo para ir aos estádios com a maioria dos nossos bons jogadores atuando fora do Brasil. *T J.K.: (...) Aqui, senador, não se vende o filme do Pato Donald, vende-se o Pato Donald, não se vende o espetáculo, vende-se o artista, somos exportadores de pé-de-obra, somos aquele país rural do começo do século, exportador de matéria-prima, apesar de termos o decantado,*

melhor futebol do mundo, e não sermos capazes de encher os nossos estádios... Mesmo que o tratamento dado siga o formato das discussões, das avaliações, das análises praticadas em programas de mesa-redonda, percebe-se que o tom midiático de origem se politiza aos poucos. Como o depoente tem sua base de argumentação ancorada em indicadores midiáticos, a sua fala frente aos parlamentares e no ambiente da CPI, mesmo fortemente relacionada com o que se produz na mídia, acaba por incorporar a lógica do sistema político e se (re) produz relativamente a ele.

T O depoente complementa com mais tom de mesa-redonda, acrescido de opiniões dispersas. *J.K.: (...) O Brasil é aquilo que era antes. Disputa em situação de igualdade com os melhores do mundo, sempre tem chance de ganhar, como ganhou em 94, como quase ganhou em 98, agora que essa cartolagem atrapalha uma barbaridade o desempenho técnico das nossas seleções e dos nossos times, eu não tenho dúvida, até porque os nossos times jogam três vezes por semana e não há Cristo que agüente.*

T Os senadores iniciam sua participação. O primeiro inscrito é o senador Gilvam Borges, ele pergunta sobre as relações de Juca Kfourri com Ricardo Teixeira, se em algum momento o jornalista teve algum interesse contrariado pelo presidente da CBF. Juca responde que não e que jamais entrou no gabinete de Ricardo Teixeira, *J.K.: (...) conheço o gabinete da presidência da CBF, se ele se mantém o mesmo, no período em que Giulite Coutinho foi presidente, estive lá com o presidente Giulite Coutinho duas vezes, com Ricardo Teixeira eu tive uma relação inicial, digamos, pouco amistosa, porque a revista que eu dirigia, a Placar, ao se referir à eleição que o levou a presidência da CBF, caindo de pára-quadras por ser genro de João Havelange, disse que aquela eleição não podia de forma nenhuma ser comparada a um colégio de freiras, e ele durante um bom tempo, recusou-se a falar para a Placar e pra mim (...). (...) A partir da derrota da Copa de 90, e pra mim, da clara demonstração de que ele não iria cumprir nenhuma das promessas que havia feito para se eleger, no sentido da modernização do futebol, eu comecei a criticá-lo, criticá-lo, criticá-lo, e a partir daí deixamos de nos falar, e aí passou a me processar*

com alguma frequência e nos vemos no fórum. Neste ponto em especial, existe um deslocamento da condição de colaborador para a condição de réu. Juca Kfourri, por ordem do tratamento que o senador dá as questões, vira um sujeito da ação que está sendo investigada e não um comentador denunciante como até o momento.

T O senador continua a redesenhar perguntas e utiliza uma estratégia de tratamento que tenta colocar a imprensa sob suspeita. Busca na relação do esporte com a publicidade e a propaganda os motivos de uma suposta perversidade: a imprensa, ao se submeter aos pagamentos dos anunciantes, estaria de certa maneira, refém dos mesmos. *G.B.: (...) As revistas de esportes têm verba publicitária da CBF? Eu lhe confesso que não conheço. J.K.: Que eu saiba não, o senhor sabe que eu saí da Placar em 95, eu dirigi Placar entre 79 e 95, foram 16 anos, nunca teve publicidade nem da CBF, nem da Federação Paulista. G.B.: Nem para outras revistas, ao nível de imprensa, de um modo geral? J.K.: A CBF não é anunciante, não é senador? G.B.: Ela não é anunciante? J.K.: Não. G.B.: Não tem verbas publicitárias para a imprensa em nível nacional? J.K.: Não, nunca vi a CBF fazer anúncio nem coisa alguma...*

O senador Geraldo Cândido é o próximo a questionar Juca Kfourri. Inicia concordando com a colocação do jornalista sobre a questão do futebol brasileiro na atualidade (uma caricatura do futebol do passado). Em seguida, enfatiza a ingerência que a Nike possui sobre a seleção brasileira, pois além de possuir o contrato com a CBF, detém o contrato sob oito jogadores da seleção principal (contrato de chuteira). Juca concorda com o senador e reforça a argumentação se utilizando de metáforas típicas do jornalismo opinativo, *IM/T (...) eu acho que é exatamente isso senador, quer dizer, o futebol é um negócio grande demais para estar na mão de tão pouca gente. Parodiando Churchill quando disse que a guerra é um assunto muito sério para deixar na mão dos militares, eu diria ao senhor que o futebol é um assunto sério demais e grande demais para ficar na mão desta cartolagem que infelicita o nosso futebol...*

T E continua a reforçar o tratamento, utilizando-se do caráter persuasivo que é próprio do jornalismo esportivo e da publicidade. *J.K.: (...) E há uma piada a respeito disso, quando Deus criou o mundo ele resolveu pôr no Brasil os melhores jogadores, e o italiano reclamou, mas porque que lá no Brasil os melhores jogadores, ele disse, você vai ver os cartolas que eu vou pôr lá, vão ser os piores. É isso, é exatamente isso!*

A maioria dos senadores deixa para questionar Juca Kfourri na sessão secreta que se realizará posteriormente. Essa sessão merece atenção especial, visto que questões caras às teorias do jornalismo estão aqui pressupostas: o quanto do real que a notícia abarca. O que é deixado de fora, o que se constrói como realidade. Ele, envolto pela posição de jornalista, ostentada com tanta proeminência perante a CPI, deveria publicizar o que sabe, e ao contrário do que prega, deixa para a reunião secreta os dados provavelmente mais quentes, depois de um depoimento de pura especulação.

T O senador Ney Suassuna assume um discurso de senso comum, popular, quase ficcional. (...) *É incrível, a comissão de economia tem menos importância do que essa CPI, porque é um assunto que todo brasileiro quer saber, e todo brasileiro quer que conserte, por isso eu acho que a responsabilidade nossa, nessa CPI, é muito grande, e se pudermos fazer algo que traga de volta o nosso futebol arte eu estarei aqui colaborando.*

IM/T O senador Álvaro Dias encerra a sessão aberta para dar início à sessão secreta. Antes, porém, Juca pede um aparte. (...) *Eu só gostaria, na sessão pública, de entregar ao senhor, eu não vou dizer que aqui tem fruto de 30 anos de trabalho, mas certamente tem aí uns 12 anos de trabalho e eu ponho a sua disposição, da mesma maneira que evidentemente me ponho à disposição para ajudar a quem de direito, digerir tudo que está aí (entrega ao presidente duas grandes pastas).* Utiliza-se da biografia profissional nos documentos das pastas de cujo conteúdo pouco se sabe para legitimar, mais uma vez, o seu papel.

4.1.2 PLANILHA – WANDERLEY LUXEMBURGO

O técnico Wanderley Luxemburgo ingressa na CPI acompanhado pelo senador Romeu Tuma (anfitrião). Sua entrada se dá sob as luzes de flashes e holofotes – uma celebridade – em descontração igual à entrada de coletivas que anunciam a escalação da seleção brasileira. Os advogados, em uma deferência dos senadores, sentam-se ao lado do depoente na mesa principal.

Luxemburgo tem um comportamento bem diferente ao do seu antecessor. Ele é um depoente da CPI, mas ao invés de se comportar como tal, age como se fosse um ilustre convidado. O peso dos questionamentos faz com que ele se dê conta de que as coisas estão esquentando para o seu lado e comete uma série de trapalhadas.

Por ordem das confusões do depoente e também por uma imprudência protocolar, os seus advogados são convidados a se retirar da mesa principal. Luxemburgo desorienta-se, escapam-lhe as referências, o que reforça ainda mais o personagem tragicômico constituído por ele durante a sessão. Não bastasse essa situação constrangedora, ele replica o tempo todo, as denúncias apresentadas contra ele, por sua ex-secretária (Renata), o que deixa em suspenso a idéia de que ambos mantiveram de fato um relacionamento amoroso.

IM/T O senador Álvaro Dias inicia a sessão destacando a importância do depoimento, (...) *a opinião pública brasileira acompanha os trabalhos desta comissão, em função da notoriedade do depoente (...), (...)* esta sessão da CPI está sendo transmitida por emissoras de rádio ao vivo, por emissoras de televisão, toda a imprensa brasileira relatará os fatos que aqui ocorrerão. O indicador midiático utilizado dá conta de apontar os rumos da visibilidade produzida pela transmissão da sessão. O sistema jornalístico monopoliza essa visibilidade e acopla-se ao tratamento como selo de garantia à publicização dos fatos.

Em continuidade, o presidente da CPI reforça o tratamento anterior e destaca a oportunidade que o depoente terá para esclarecer denúncias feitas contra ele *T (...)* não apenas aqui, mas através da mídia brasileira. Exemplo de como o sistema

esportivo e aqueles que o representam dependem das apreciações formuladas pela mídia de um modo geral.

Já no protocolo da casa, Wanderley assina um termo de compromisso, empenhando-se em relatar a verdade. Inicia seu depoimento falando alto, claro e levanta o dedo em riste em muitas oportunidades. De imediato apresenta uma cronologia de chantagens praticadas por sua ex-secretária, que segundo ele, se utilizou da mídia para produzi-las.

IM/T (...) A dona Renata disse diversas vezes à imprensa que ela foi intimada a comparecer à Polícia Federal, ela foi (...) (...) por livre e espontânea vontade, quando ela falou para todos da imprensa que tinha sido intimada para prestar o depoimento. Todos podem ver no processo que é usado o termo de entrevista, então ela faz a primeira denúncia contra mim nesta entrevista.

E complementa com uma tentativa anunciada de extorsão. *IM/T (...) Como os senhores, com certeza, têm acompanhado os noticiários, não sei se é uma semana ou tem dez dias, no Jornal da Tarde. (...) Isso em entrevista que ela deu ao Jornal da Tarde. (...) No Jornal da Tarde e outros veículos também.*

Em seguida, generaliza a ação da imprensa, dizendo que sua ex-secretária usou a *IM/T (...) imprensa todinha*, para mostrar que possuía uma procuração com plenos poderes para realizar compras em leilões no seu nome, e se queixa, sentindo-se injustiçado: *(...) a imprensa nunca leu e nem noticiou que ela era simplesmente arrematante, licitante de leilões.*

Luxemburgo não se segura e escracha de vez o confronto pessoal com Renata. Agarra-se mais uma vez ao argumento da mídia como fiel colaboradora da ex-secretária. *IM/T (...) Pela primeira vez que ela se apresentou publicamente, ela se apresentou em um programa de 40 pontos de audiência, de costas, com um pano na sua frente para não mostrar o rosto e fazendo acusações diversas como se eu fosse um bandido (...). (...) E foi isso que ela deixou passar para a imprensa, que ela estava com medo, a partir daquele programa, daquela primeira entrevista, com medo de*

morrer (...), (...) me chamando inclusive de homicida. Naquele programa ela não mostrando a cara, ela deu a entender que estava com muito medo.

Enfatiza também o proveito que ela obtém com a visibilidade que lhe dão. **IM/T** (...) *Hoje ela está aí, posando nua e todos os programas que eu vejo de televisão ela mostra o seu rosto, pra todo mundo. Por que naquela época ela não mostrou o rosto falando do técnico da seleção brasileira? Por que o interesse em ficar atrás de um pano não mostrando o seu rosto?*

IM/T Nesta etapa do depoimento, Luxemburgo, a pedido do relator, lê um fax que lhe foi enviado pelo advogado de Renata. Neste fax ela o denuncia por suposto armazenamento e transporte de drogas (cocaína). Novamente, a imprensa surge como colaboradora. Luxemburgo enfatiza que ao se utilizar da imprensa, ela (Renata) estaria subestimando a capacidade de interpretação da imprensa. Neste momento, a TV Senado insere uma tomada, em plano detalhe, com passeio da esquerda para a direita dos jornalistas e cinegrafistas presentes.

Luxemburgo finaliza a leitura: **IM/T** (...), *porém agora com a cobertura da imprensa esta se sentiu mais confiante para levar às autoridades brasileiras estes fatos que devem ser apurados. (...) Requer a noticiante que seja garantida a sua vida e do seu filho menor, bem como eles sejam incluídos no programa de proteção à testemunha...*

A mídia mais uma vez surge como testemunha da “briga do casal”. **IM/T** (...) *uma fita gravada no diálogo entre o advogado (...) (...) apareceu na Rádio Globo, aonde ela claramente diz (...), (...) que era uma tentativa de extorsão, de chantagem (...). (...) Ela já foi indiciada por isso, e está respondendo não só a esse processo, como mais quatorze processos que eu coloquei contra ela em função destas denúncias todinhas.*

Mais imprensa e conflito. **IM/T** (...) *Ela postergou todas as vezes, as provas que ela ia mostrar, usando a imprensa, ou até subestimando, me permitem vocês da imprensa, a capacidade da imprensa de interpretação, ou então o interesse da*

imprensa em querer que a coisa também caminhasse dessa forma. Porque, depois daquela entrevista minha, ela marcou uma entrevista coletiva que ela ia apresentar a agenda e nome de jogadores.

Ao finalizar sua fala introdutória, a imprensa entra mais uma vez na briga do casal (colher de pau). **IM/T** (...) *Ela usou a imprensa o tempo todinho para ficar na mídia (...), (...) tanto usando a mídia com inteligência que ela hoje está convidada pra posar nua numa revista masculina. E ela está escrevendo um livro, e mostra tudo aquilo que ela realmente sempre quis neste processo todinho. De início, senador, era isso que eu queria apresentar para os senhores...* Nesta primeira parte o depoente usa os indicadores midiáticos para caracterizar (ou forçar) um posicionamento da mídia (uma não neutralidade) contra si e a favor de sua ex-secretária. Parece que, por conta de uma estratégia (dele com seus advogados), a mídia é disposta de modo a configurar coma a grande vilã. Os assuntos e as informações usadas como exemplo sempre o desfavoreceram. Percebe-se o mesmo “clima” na relação entre jornalistas esportivos, técnicos e jogadores. São comuns as divergências de opiniões entre eles e por vezes acabam em tapas. Ao denunciar as estratégias usadas por Renata, Luxemburgo a ajuda na divulgação de seus futuros trabalhos.

O depoimento tem início, o relator quer saber de Luxemburgo a razão do uso do sobrenome Silva estar suprimido em sua família. **T** (...) *Gostaria que seguisse na família, com as minhas filhas, o nome Luxemburgo, em homenagem ao meu avô que colocou o nome da minha mãe Rosa Luxemburgo...* O tratamento antecipado exemplifica o uso de perguntas que por si só apresentam indícios para o anúncio de determinada culpa. É o sistema político em ato, é o parlamento vestido dos poderes de investigar que a CPI lhe proporciona.

IM/T Em reforço à questão anterior, utiliza-se uma cópia de matéria publicada pela revista *Época*. **G.A.:** (...) *A imprensa, mais especificamente a revista Época desta semana, ela traz uma reportagem a respeito da existência, por parte da sua pessoa de duas certidões de nascimento. Uma certidão de nascimento com data de*

nascimento original, o dia 10 de 05 de 52, onde consta o seu nome Vanderlei com 'V' e com 'i', na outra de 10 de 05 de 55, consta o seu nome Wanderley com 'W' e com 'y', eu acho que seria interessante e oportuno, que o senhor pudesse nos explicar os fatos sucedidos com relação à sua idade; fato esse que, sem dúvida nenhuma, o envolve num processo de falsidade ideológica. Exemplo de indicador midiático que serve como peça de inquérito (estipula pontos de verificação à investigação) e serve como reforço ao caráter inquisitorial. Esse modelo é usado com frequência nesta CPI (observe-se, inclusive, o requerimento de instalação).

Luxemburgo, ao ser questionado sobre o momento em que soube da duplicidade das certidões, utiliza a disposição do mesmo indicador para responder. **IM/T (...)** *W.L.: A única forma que surgiu foi agora, através da revista Época, que até então a minha mãe falava, mas nunca discutimos, mas o único documento que eu tinha era de 1955. Neste exemplo, o indicador que serviu para apontar a culpa (a imprensa tão atacada até então), também serviu para afastá-la, mesmo que momentaneamente.*

IM/T O senador Geraldo Althoff pede a Luxemburgo que conceitue a entidade CBF. Luxemburgo responde positivamente. De imediato, o senador apresenta registros em jornais da época (novembro de 1997) com declarações feitas por Luxemburgo, como técnico do Santos, durante o campeonato brasileiro, dizendo que havia uma conspiração da CBF contra o clube. Indicador midiático usado como peça de inquérito e tratado como elemento de acareação. Confronta-se o que o depoente relata (ação do sistema político) com o que os jornais registraram (ação do sistema midiático).

O relator pede que Luxemburgo faça o reconhecimento de sua assinatura numa declaração em que ele afirma que a Nike, patrocinadora oficial da seleção, não interfere na convocação de jogadores e na escolha dos adversários, bem como nos locais para jogos amistosos (essa carta aparece com destaque no depoimento de Ricardo Teixeira).

IM/IF/T Exibe-se uma gravação do programa Cartão Verde da TVE. Nesta gravação, Luxemburgo confirma a participação de um representante da Nike junto à comissão técnica. Indicadores são dispostos para apoiar o tratamento investigativo.

IF/IP/IM/T O relator enfatiza, (...) *num dos depoimentos do jogador Edmundo, ele afirmou categoricamente a existência de um representante da Nike junto à seleção brasileira de futebol (...), (...) ele inclusive não só acompanhava a seleção brasileira, como também tinha livre trânsito dentro da concentração do Brasil.* Luxemburgo confirma e lembra que o episódio do Edmundo foi motivo de confusão. (...) *E isso ficou uma confusão em São Paulo, me parece na Jovem Pan, essa fita apareceu foi na Jovem Pan, e deu uma confusão.* O tratamento é de confirmação e apóia-se nos indicadores financeiro, midiático e político. Os sistemas, cada um a sua maneira, impõem lógicas, que ao invés de serem descartadas pelos sistemas conforme suas necessidades, passam a ser compartilhadas. Para sobreviver ou manter o equilíbrio, o sistema incorpora a lógica dos demais.

A imprensa, pela primeira vez e depois de tanta indisposição, surge como aliada de Luxemburgo na tutela dos jogadores da seleção. **IM/T** (...) *Nós ficávamos num hotel, não só com os jogadores, mas sim toda a imprensa também ficava no mesmo hotel da seleção brasileira, os jogadores tinham que ter responsabilidade, saber que estavam representando o Brasil, que não poderiam cometer nenhum equívoco...*

A gravação do programa Cartão Verde volta à cena, é exibida uma parte que Luxemburgo responde ao jornalista Flávio Prado: **IM** (...) *Wanderley, os empresários, eles oferecem dinheiro aos treinadores, algum empresário...? W.L.: Já me ofereceram! Quem te ofereceu dinheiro? W.L.: Não vou falar não! Não, não, aí você já quer demais, Flávio, eu não vou falar nome, você vai falar nome de algum repórter que você conhece que leva bola? Eu não! W.L.: Então, você não vai falar, então eu não vou falar nome de nenhum empresário que... Mas isso existe? W.L.: Claro que existe, é normal que exista, o treinador também quer levar alguma coisa,*

isso é normal que exista... Na seqüência o jornalista Zé Paulo reforça o questionamento: (...) Mas como técnico de clube ou de seleção, Wanderley, esse caso de alguém te oferecer alguma coisa? W.L.: Na seleção eu já levei alguma cantada para convocar um jogador que de repente valorizaria o passe... Zé Paulo: (...) De empresário? (Wanderley aparece em tomada de plano médio, gesticulando com a cabeça afirmativamente). Flávio Prado interpela: (...) Você não vai citar quem foi? W.L.: De jeito nenhum, não tem por que citar, o importante é não ter feito. A retomada da gravação do programa é fundamental para o desenrolar do depoimento. A partir do momento que este indicador midiático é utilizado insistentemente, o depoente sofre acareações sucessivas. Fica difícil não ligá-lo a algum tipo de suborno ou falcátria. Neste caso, a repetição não deixa de ser um tipo de tratamento.

T Como na gravação, o relator exige que Luxemburgo forneça os nomes das pessoas que tentaram lhe subornar. Luxemburgo enrola, fala das acusações feitas pelo técnico Levir Culpi, de que ele havia recebido “vantagens” na negociação do jogador Evanilson, desconversa com outras histórias, mas não aponta nomes. Age como se estivesse escondendo uma jogada ou uma armação tática do adversário.

IP Como Luxemburgo se nega a responder, o senador Geraldo Althoff solicita que a assessoria repita o trecho da fita. Wanderley aparece em primeiro plano – zoom out – virando-se e conversando com os advogados. O trecho da fita é exibido novamente. Após a exibição, o presidente da CPI, com um toque de campanha pede aos advogados de Luxemburgo, compreensão. Solicita a eles para que evitem responder pelo depoente, como ficou claro durante a exposição do vídeo. Esse indicador político exemplifica os raros momentos que o ritual da casa age incisivamente no depoimento. O que não deixa de ser um indicativo de que o próprio parlamento se adaptou aos efeitos da visibilidade da TV.

T Como Luxemburgo não aponta nomes, o presidente da CPI oferece-lhe a oportunidade de fazê-lo em sessão secreta. O Técnico escapa mais uma vez (...) os

jornalistas perguntando, muito questionamento, posso ter falado, mas realmente eu não tenho um nome que eu possa passar para os senhores.

***T** Com mais uma negativa de Luxemburgo, o relator faz nova tentativa: (...) eu solicito à nossa assessoria que pela terceira vez volte a rodar o vídeo, ou melhor, a parte da entrevista a que nós nos referimos...*

Mais uma vez Luxemburgo “sai pela tangente”, e se nega a revelar o esquema de propina por ele admitido no programa de televisão. **T** O presidente e o relator “apertam” o depoente. Um chama a atenção da plenária para a não colaboração o outro ameaça utilizar medidas mais drásticas. A TV Senado insere uma tomada em plano detalhe dos jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Faz-se silêncio, para um clima de incerteza. O tratamento revela toda uma sintonia produtora de sentido: entre os parlamentares, os cinegrafistas, o responsável pela edição, os assessores, a platéia, etc.

***IM/T** Como o sistema esportivo se afina com a mídia, e ela por sua vez detém todo um repertório do futebol, é impossível não utilizar a potencialidade deste histórico como peça de inquérito. Neste ponto, o relator indaga Luxemburgo sobre seu relacionamento com Eduardo Sakamoto e se ele havia feito algum convite para o depoente transferir-se para o futebol Japonês. Luxemburgo confirma o relacionamento de amizade, mas diz não lembrar do convite. O relator apresenta, então, uma matéria com entrevista publicada pelo jornal O Globo do Rio: (...) *eu tenho aqui um jornal a época, do dia 31 de maio de 1995, em que o Senhor declarou ter recebido duas propostas para transferir-se para o Yokohama Fulges, e que a segunda era irrecusável!**

T Uma parte da entrevista concedida ao programa Cartão Verde é mais uma vez utilizada. Luxemburgo está claramente desconfortável, ele se vira para o lado do senador Geraldo Althoff, fica de costas para os seus advogados, como que tentando encobri-los. Recosta-se e se aproxima como se ninguém percebesse tal movimentação. O advogado mais próximo fica atrás dele e observa tudo, é possível

vê-lo cochichando informações a Luxemburgo. Simultâneo às estratégias do depoente e de seus advogados, o senador Álvaro Dias solicita ao serviço de som a regulação do microfone do depoente. Pode-se considerar como um exemplo dos aspectos reguladores que a visibilidade da TV Senado impôs aos parlamentares, pela segunda vez o ritual da casa pesa sobre o depoimento e chama para si a responsabilidade de mantê-lo. (...) *Eu vou pedir ao serviço de som que, se possível, eleve um pouco o som dos microfones, especialmente do senhor Wanderley Luxemburgo, da mesma forma, se for possível, ao senhor Wanderley Luxemburgo elevar um pouco o tom de voz para um perfeito entendimento dos que se encontram mais atrás. Eu pediria aos visitantes, a imprensa e aos senhores Senadores também, que limitassem o uso do telefone celular, porque está havendo uma interferência prejudicial ao sistema de som.*

IF/T Começam os questionamentos sobre as movimentações financeiras do depoente (contas e poupanças). Luxemburgo se socorre várias vezes com os advogados. Suas declarações de renda são esmiuçadas e ele solicita a documentação utilizada ao relator. Quando os documentos chegam a suas mãos, ele os leva até o advogado que folheiam a documentação e a analisam. A TV Senado mostra a cena em plano detalhe da conversa dos dois. O senador Álvaro Dias, com um toque de campanha, chama mais uma vez a atenção dos advogados para a responsabilidade do depoimento e da não interferência dos mesmos. Em relação ao sentido que se constrói, se percebe que, com a tomada feita pela TV e com o posicionamento do presidente da CPI, as coisas estão fervendo para o lado do depoente. Exemplo de como o sistema político apoiado pela ação midiática (TV Senado) impõe certos limites e retoma para si a condução do processo parlamentar.

T Ao ser acochado pelas perguntas do relator em relação a suas movimentações bancárias, Luxemburgo age evasivamente, como havia feito com os questionamentos anteriores. O relator parece perder a paciência, Luxemburgo nota que o tempo esquentou mais do que o planejado e pede ao presidente para ir ao banheiro. É atendido. Estratégia típica do futebol, quando as coisas não vão bem, o jogador faz um “cai – cai” para possibilitar que o técnico passe informações a equipe.

IP/IP/T Na volta o senador Maguito Vilela tenta salvar Luxemburgo da pressão, solicita uma alteração protocolar devido à exaustiva exposição de fatos financeiros e a não possibilidade de participação dos outros senadores na sessão: (...) *também em função um pouco do cansaço desta reunião, eu acho que nós podíamos falar um pouco do objetivo maior, do futebol, dos problemas da CBF, da desorganização, do calendário, da questão Romário, enfim acho que nós poderíamos, até para abrir uma participação maior aqui também dos Senadores.* O presidente chama a atenção do solicitante para que seja mantida a linha de investigação e pesquisa realizada pelo relator: (...) *o fundamental desta CPI é ver o futebol como atividade econômica, esta CPI está investigando os negócios do futebol, o que o país perde pelas irregularidades, pela evasão de divisas, pela lavagem do dinheiro, pela sonegação fiscal, pela elisão fiscal, o que o povo brasileiro perde em razão disso, e que uma interrupção neste ponto atrapalharia o processo da CPI.* Percebe-se que, ao mesmo tempo em que o sistema político se revê, trava disputas internas e interesses corporativos ecoam destes posicionamentos. São os interesses político-financeiros agindo a partir dos bastidores da CPI.

T Com toda a discussão de mérito dos propósitos da CPI interposta pelo presidente, a mudança protocolar é concedida. No entanto, o presidente, como um âncora de TV, volta a chamar a atenção para os desvios que serão realizados neste momento do depoimento. Um exemplo de como o protocolo da casa assume aspectos inerentes da televisão comercial.

T O caso Renata é retomado na participação da plenária. O senador Romeu Tuma pergunta: (...) *O Senhor freqüentava a casa da Renata? W.L.: Tive duas ou três vezes só. O Senhor sabe se a Rua Tirol número 28... W.L.: Foi nessa casa que eu estive. Foi nesta casa que o senhor esteve. Quem pagava o aluguel, o telefone? W.L.: Ela mesmo que pagava tudo. O telefone estava no nome dela também? Não era no seu? W.L.: Não! O senhor fez algumas ligações do telefone dela para algumas pessoas do futebol? W.L.: Não me lembro, mas se eu fui a casa dela, posso até ter feito algum telefonema. Eu fui lá porque ela tinha o escritório na casa dela.*

Deixou alguma coisa de ordem pessoal na casa, documento, roupa, alguma coisa?

W.L.: *Não senhor, não lembro... Nada que pudesse ligá-lo, como ela disse, a um romance...* Esse diálogo é significativo, porque o senador assume duas personagens, o de parlamentar e o de homem da lei (conhecido nacionalmente). O caráter investigativo potencializa-se (em sentido) com a argüição do senador.

T O senador Maguito Vilela não perde a chance, entra no assunto Renata, mas percebe-se que facilita ao depoente desprender-se do vínculo afetivo construído entre eles (uso de perguntas ensaiadas). **M.V.:** *(...) eu gostaria que ele esclarecesse, ele dava essa comissão de 20 %, ele pagava esse salário fixo, ou não tinha vínculo nenhum com a Renata, essa é uma questão para eu chegar a uma outra?* **W.L.:** *Ela não tinha nenhuma remuneração de salário, o que ela tinha era uma participação de 10 % nos leilões que fossem adquiridos, e que tivessem lucro...*

T O senador continua com a estratégia da utilização de perguntas ensaiadas. Questiona Luxemburgo sobre o local chamado de Embaixada, se ele conhecia e freqüentava este local. **W.L.:** *(...) ela não tinha o que apresentar (à mídia), apresentou a Embaixada como a coisa que ela encontrou. E eu não conheço, nunca tive lá, não sei onde é, nem sei a casa, não sei precisar pro senhor, onde é que é, que rua que é, que tamanho que era, não sei nada disso (...)* (...) nunca estive lá! Luxemburgo por sua vez aproveita e se afasta da “coisa” o mais que pode.

IM/IF/T O senador José Eduardo Dutra volta à questão da propina na venda de jogadores e pergunta a Luxemburgo se ele já havia recebido vantagens na venda de algum jogador. O questionamento refere-se à compra do jogador Arinelson, na época que Luxemburgo dirigia o Santos. A explicação dada ao senador é de que a compra foi motivada pela imprensa do Paraná que o apresentava como grande revelação. Tratamento indicativo do poder de influência que a mídia possui sobre o desempenho e a performance dos jogadores. O circuito midiático que dá visibilidade ao futebol é influenciador, mesmo que velado, nos negócios que se produzem no meio esportivo.

IP/T O senador Antero Paes de Barros retoma o assunto Renata e o trata com certa ironia apoiado em um indicador político produzido na CPI. Se pega ao fato de que Luxemburgo reclama o tempo todo ter sido lesado por sua ex-secretária. **A.P.B.:** (...) *Tem uma informação pública, do depoimento público da senhorita Renata, aqui à CPI, onde ela afirma que assinou mais de 30 folhas em branco para o senhor (...), (...)* o senhor se considera lesado, ela comprou com o seu dinheiro e vendeu depois? **W.L.:** *Fui lesado por ela (...), (...)* ela pegou o meu dinheiro, comprou e vendeu, ela nunca fez nenhum depósito na minha conta (...), (...) *não me lembro de ela ter feito nenhum depósito, não me lembro dessas 30 folhas.* **A.P.B.:** (...) *Esses bens, o senhor declarou todos eles ao fisco?* **W.L.:** (...) *Declarei aqueles bens que estão na minha declaração, que ela disse que tava aqui no meu nome.* **A.P.B.:** *E aqueles que o senhor comprou com o seu dinheiro e não veio pro seu nome, o senhor não tem nenhuma reclamação da justiça para reaver estes bens?* **W.L.:** *Não, ela pegou e vendeu e ficou pra ela. E o senhor não fez nenhuma ação...* **W.L.:** *Não senhor, não fiz nenhuma reclamação...* Ao final, transparece, mesmo que Luxemburgo negue, certo acerto de contas em final de romance. Exemplo de como os indicadores, por vezes, se deslocam, e se aproximam mais do espetáculo do que propriamente do ritual parlamentar.

IP/T O senador Antero Paes de Barros pergunta: (...) *Eu não sei se eu entendi mal, nós vamos ter depois desta sessão a sessão secreta?* **A.D.:** *Não será aberta. O depoente não solicitou a sessão secreta, a menos que ele solicite ainda para revelar os nomes que não foram revelados na sessão aberta, isso fica a critério do depoente...* Indicador utilizado para tentar persuadir o depoente a apontar nomes. Uso que exemplifica tratamento específico da casa, situação em que os parlamentares, através de acordos tácitos, jogam para obter o que desejam.

T Quando menos se esperava, quando todos os senadores já haviam desistido de perguntar nomes que haviam tentado subornar Luxemburgo, o senador Sebastião Rocha consegue o impossível: (...) *eu queira que o senhor fosse definitivo nesta Comissão (...), (...)* se o senhor alguma vez recebeu proposta de empresário com esta

finalidade, de contratação de jogadores (...), (...) o senhor recebeu alguma proposta de algum empresário com esta finalidade? W.L.: (...) Eu observei a fita três vezes (...), (...) eu queria dizer para Vossa Excelência que, por telefone uma vez, uma pessoa se identificou como “Vadinho” e disse que tinha uma proposta pra um jogador que se fosse convocado poderia..., e por telefone eu descartei e joguei pro lado (...). (...) Qual é o jogador que ele gostaria que fosse convocado, que ele lhe propôs que fosse convocado? W.L.: (...) O jogador do Sport Recife (...), (...) jogava junto com o Jackson, eu levei o Bosco do Sport Recife e o Jackson para a seleção brasileira, era um outro jogador que jogava junto com o Jackson lá. Como o tratamento se acumulou em relação ao assunto e ficou pendente, Luxemburgo parece que resolve amenizar um pouco a culpa da recusa em apontar nomes, o que pode ter sido uma estratégia, visto que a sessão encaminhava-se para o final.

T A ironia é usada mais uma vez para tentar dissuadir o depoente. O senador Antero Paes de Barros faz um apelo para que Luxemburgo aproveite o lanche (do intervalo) e procure “melhorar a memória” para fornecer à CPI os nomes das pessoas que fazem parte do esquema de convocação e valorização de passe de jogadores através de benefícios financeiros.

IM/T Durante o intervalo, o senador Romeu Tuma encaminha uma comunicação: (...) *Conforme eu tinha conversado com Vossa Excelência, havia uma denúncia, através de um jornalista, Taltognolo, que eu respeito muito (da Jovem Pan), que havia alguns jogadores brasileiros na China, em situação quase de escravidão (...), (...) recebi a informação que um deles, Maurício Molina Cogo, ia chegar, ai solicitei à Polícia Federal, no aeroporto, que o ouvisse, para ver até que ponto estas denúncias teriam fundamento. Ele procurou sair um pouco fora, e segundo as informações que eu recebi, ele estava com medo de algum tipo de represália. Se Vossa Excelência permitisse (...), (...) e se fosse o caso, pedir à Polícia Federal junto à Interpol que desse continuidade à investigação...* Um bom exemplo de como um indicador midiático pauta toda uma linha de investigação e conduz um tratamento próprio do meio policial.

IM/IP/T Ao retornar da pausa, os advogados ajudam Luxemburgo a explicar os motivos do recebimento de um cheque de 600 mil reais da CBF. A TV Senado mostra em plano geral a conversa de Luxemburgo com seus advogados. O relator pede a Luxemburgo outros esclarecimentos sobre relações pessoais, empréstimos de dinheiro, amizades e o reconhecimento de mais algumas firmas e pessoas. Neste momento, os advogados ajudam incisivamente Luxemburgo, o senador José Eduardo Dutra se manifesta e solicita que os advogados sejam retirados da mesa principal. A presidência acata o pedido e salienta mais uma vez a situação extraordinária concedida aos advogados do depoente. A partir daí, se percebe que Luxemburgo fica visivelmente desconfortável, responde e procura a confirmação das repostas olhando para os advogados, agora distantes. A nova posição afeta a condição até então razoavelmente estável do depoente. A ação parlamentar marca definitivamente a imposição da lógica política sobre as demais. Mesmo que o depoimento tenha se tornado uma espetacularização, o parlamento chama para si a responsabilidade sobre a CPI.

T/IM Nos tratamentos finais do depoimento se percebe, tanto por parte do relator como do presidente, que a hierarquização dos postos os coloca em posição de destaque. Ambos assumem a posição de “âncora” e dão o tom de julgamento à conclusão da sessão. Embora neguem que tal procedimento seja um quesito da CPI. G.A.: (...) *Eu gostaria de fazer um comentário referente a uma nota que saiu no jornal O Estado de São Paulo (...), (...) do dia 25.08.93 (...), (...) exatamente nesta data, a Sociedade Esportiva Palmeiras jogava algumas partidas na Itália, mais especificamente na cidade de Parma. Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, eu gostaria (...) (...) que o senhor reconhecesse esse documento que eu estou a lhe passar, enquanto toma conhecimento deste documento, ele é um fax oriundo da cidade de Parma, com o seguinte teor: Parma, Itália, 24.08.93, aqui está tudo bem, empatamos os dois jogos no tempo normal, ganhamos um nos pênaltis e perdemos o outro, com certeza tudo está bem aí no Brasil, já que você tem competência para tocar a sua vida particular e os negócios, passe um fax para mim, dê um beijo no*

menino e outro para você. **W.L.:** *É meu, em 24.08.93, dentro do início dos negócios, eu tinha um relacionamento com a dona Renata, normal (...), (...) era o início de um negócio, então não tinha nenhum problema, então foi passado um fax pra ela, ela tinha um filho, e carinhosamente eu mandei um carinho pro filho dela, e o fax realmente é meu.* Após a confirmação o relator parte para a finalização de sua argüição: (...) *A letra é sua?* **W.L.:** *Presta atenção, Vossa Excelência, o que eu estou dizendo é o seguinte, tudo o que diz aqui, aqui é meu... É verdadeiro. A letra também é sua? É sim senhor, só se o Palmeiras estivesse excursionando lá, com certeza absoluta...* Tendo a certeza e a afirmação do depoente de que a letra desse fax é sua, e foi passada nesta data conforme nós colocamos os fatos, eu caracterizo como verdadeiras todas as informações assinadas. A semelhança da letra por parte do senhor Wanderley Luxemburgo, nessa agenda (gesticula mostrando a agenda ao público e a plenária), chamada pela sua arrematadora de agenda do casal, eram essas as perguntas que eu teria a fazer.

T Em seguida o presidente começa o ritual de encerramento: (...) *Temos o dever em função daquilo que eu considero mais grave, relatado hoje nesta reunião, oferecer mais uma oportunidade de esclarecimento, já que a ausência de resposta é sempre extremamente comprometedora, todos nós fomos informados de que o senhor Wanderley Luxemburgo é de origem humilde, não recebeu uma fortuna como herança. Todos nós sabemos que a partir do seu sucesso como técnico de futebol, no interior de São Paulo, não temos muitos anos decorridos, os vencimentos como técnico, como profissional, como técnico de futebol, não seriam suficientes para esta alentada movimentação financeira dos últimos anos. Quando o senhor senador Geraldo Althoff, fez a indagação sobre uma movimentação financeira em quatro anos, no Brasil, exclusivamente no Brasil, da ordem de 18 milhões de reais, contrastando inclusive com a declaração do Imposto de Renda, de uma movimentação da ordem de 8 milhões de reais, portanto com uma diferença de 10 milhões de reais, ficamos extremamente impressionados. Obviamente, todos sabemos que 18 milhões de reais, é uma fortuna inatingível para a maioria esmagadora dos*

brasileiros, 8 milhões de reais já é uma fortuna inatingível para a maioria dos brasileiros, a diferença de 10 milhões de reais é valor de uma fortuna também inatingível para a maioria dos brasileiros. Os depósitos em “cash”, os depósitos em dinheiro, que superam 4 milhões de reais, valor também equivalente a uma fortuna inatingível também para a maioria esmagadora dos brasileiros. Creio que isso merece uma explicação: afinal, qual a fonte destes recursos? Qual a origem destes recursos? Esta é a explicação que solicitou o relator ao senhor Wanderley Luxemburgo, e como eu imagino, ele possa não ter entendido a indagação, eu estou a formulando novamente, até porque ele teve de lá para cá, tempo suficiente para refletir sobre esse assunto, que é a meu ver o ponto agudo desta sessão, que é a meu ver, o momento mais alto desta investigação. O fato mais grave, merecedor, portanto, de um esclarecimento mais convincente da parte do senhor Wanderley. Como obviamente nós teremos que concluir com o relatório que será submetido a esta comissão e posteriormente ao plenário do Senado, é importante registrar os esclarecimentos do senhor Wanderley Luxemburgo, para que a nossa conclusão não seja equivocada, para que nós não possamos ao final dos trabalhos desta comissão, oferecer uma avaliação que se afaste da verdade, daí, senhor depoente, a oportunidade que nós lhe oferecemos, antes do encerramento desta reunião, para os esclarecimentos definitivos a respeito desta excepcional movimentação financeira, aliás, é uma movimentação financeira excepcional para quem é bem organizado, é mais excepcional ainda para quem não é organizado, por isso nós queremos lhe conferir essa oportunidade de esclarecimento mais uma vez.

T Luxemburgo agradece e se coloca à disposição para quaisquer outras informações, afirmando que nunca levou vantagem nenhuma em relação a transações com empresários de futebol, o senador Álvaro Dias intervém: (...) *desculpe interrompê-lo, nós não estamos fazendo esta afirmação, nós estamos indagando qual a fonte destes recursos, estamos lhe oferecendo oportunidade para dizer qual a origem destes recursos, nós não encontramos, a assessoria técnica desta comissão, ao analisar os documentos, as informações bancárias, fiscais, mobiliárias, a nossa*

assessoria, competente que é, não encontrou origem suficiente para justificar esta inigualável movimentação financeira, num curto período de tempo, pra quem exerce uma atividade profissional, embora bem remunerada, mas cuja remuneração é evidentemente insuficiente para atingir este patamar de movimentação financeira. Luxemburgo continua agindo evasivamente, o senador intervém novamente: (...) mais uma vez para esclarecer, ocorre que não se encontrou, nos cartórios de imóveis do país, imóveis suficientes para resultar neste volume financeiro, e evidentemente aquilo que foi comprovado como remuneração referente a contratos, quer seja diretamente pelo clube ou através do patrocinador, também não é suficiente para alcançar esse volume de movimentação financeira. Luxemburgo diz que todos os valores foram aferidos pela Receita Federal e apresentados à sessão. O presidente retoma o discurso: (...) nós vamos concluir os trabalhos desta comissão, evidentemente não recebemos a resposta ao indagado (...), (...) de qualquer forma os trabalhos desta comissão prosseguem; nós obviamente não estamos hoje promovendo nenhum tipo de avaliação precipitada, não é esse um cenário para um julgamento antecipado, de qualquer forma os indícios estão colocados, as informações foram oferecidas à sociedade brasileira, para que ela própria possa fazer o seu julgamento, e é o que nós esperamos. Sem dúvida, a sociedade brasileira é o grande tribunal capaz de antecipar o seu próprio julgamento diante dos fatos...

4.1.3 PLANILHA – RICARDO TEIXEIRA

A CPI do Futebol fez com que a CBF renovasse o contrato de uma mansão em área nobre de Brasília. Alugada desde 97, serviu como base para lobby na discussão da Lei Pelé. A estrutura montada soluciona problemas dos jogadores com passaporte frente à Polícia Federal, estabelece contatos com o corpo diplomático e acompanha projetos em tramitação no Congresso.

Na casa alugada, políticos e assessores "amigos da CBF" (a bancada da bola), mantinham encontros regulares com dirigentes da entidade, de clubes e de federações.

Realizavam-se jogos de futebol e reuniões que na maioria das vezes se prolongavam com festas⁴⁶.

Ricardo Teixeira admite em seu depoimento à CPI o apoio financeiro a algumas candidaturas à Câmara Federal. A bancada do futebol se formou a partir de *dirigentes - parlamentares* que nos últimos anos atuaram a favor da CBF e dos clubes nas discussões da Lei Pelé e sua reformulação. Graças a essa representatividade houve modificações em pontos importantes da Lei, como no caso da formação dos clubes-empresa.

Na época da CPI, o chefe do escritório da CBF em Brasília (contratado para o cargo de diretor de relações legislativas) tinha o objetivo de melhorar a sintonia entre a entidade e os parlamentares. Vandenberguer Santos Sobreira Machado trafegava livremente no governo e no Congresso. Trabalhos anteriores de assessoria ao ex-presidente José Sarney e ao ex-ministro da Justiça, Renan Calheiros (senador durante a CPI), credenciavam tamanha mobilidade⁴⁷.

Se, por um lado, Ricardo Teixeira se defendeu da CPI retardando ao máximo sua aparição frente aos parlamentares, por outro, sua situação tornou-se delicada. Kfoury, seu desafeto declarado depôs antes, prestou um depoimento sigiloso, preparou os parlamentares para o depoimento do presidente.

Em comparação à entrada célebre de Wanderley Luxemburgo, Ricardo Teixeira se movimenta de maneira visivelmente incomodada. O depoente ingressa na CPI antecipadamente. Nota-se o desconforto aparente dos parlamentares à mesa devido ao anúncio para a votação de vários requerimentos (em bloco), inclusive com a solicitação da quebra de sigilo bancário e fiscal do presidente da CBF, o que se torna motivo de disputa declarada entre dois blocos da plenária: aqueles a favor da quebra e os a favor de que se desse a chance ao depoente de oferecer a quebra do seu

⁴⁶ CBF mantém mansão em Brasília para enfrentar CPI. Disponível em: http://www.terra.com.br/mundo/noticias/agencia_estado. Acesso em 03 nov.2004.

⁴⁷ CBF mantém mansão em Brasília para enfrentar CPI. Disponível em: http://www.terra.com.br/mundo/noticias/agencia_estado. Acesso em 03 nov.2004.

sigilo. Também se discute o motivo da votação dos requerimentos em bloco. Toda movimentação retardou o depoimento.

Percebe-se que, por ocasião do anúncio da entrada do depoente, o relator Geraldo Althoff, primeiro em “off” e em seguida em plano médio saindo para um zoom “out”, pondera que: ***IP/IM** (...) ele (o depoente) não pode entrar ainda. (...) Como vamos fazer isso agora?* O relator e o presidente conversam sobre a situação, afastados dos microfones, mas se pôde ouvir a argumentação do relator sobre a necessidade de se retirar o depoente naquele momento. (...) *Isso vai demorar, se ele pudesse aguardar lá e depois nós retornaríamos.* Imediatamente o senador Álvaro Dias pondera, (...) *uma sugestão do relator Geraldo Althoff, há apresentação de requerimentos inicialmente e nós gostaríamos que o doutor Ricardo Teixeira pudesse aguardar na sala ao lado para que o relator possa apresentar os requerimentos que devem ser motivo de deliberação na reunião de hoje.*

A sessão avança e o senador Bernardo Cabral se manifesta: ***IP** (...) senhor presidente, pela ordem, os requerimentos são sigilosos com a sala fechada? **A.D:** Não, não são!* Após responder, Álvaro Dias anuncia a apresentação dos requerimentos pelo relator. O senador Geraldo Althoff inicia expondo os motivos da sua participação como relator na CPI (substituto do senador Wilson Kleinubing, falecido) e destaca a condição investigativa que a CPI suporta. Faz a leitura da Constituição Federal, no ponto em que a mesma estabelece os critérios para a constituição das comissões parlamentares de inquérito (ênfase ao poder investigativo próprio de autoridades judiciais) e lê também o requerimento de criação da CPI do Futebol. Expõe uma transparência com o quadro orientador das avaliações e investigações que a comissão executa, destacando que dentre as 27 Federações de Futebol existentes no país, cinco foram escolhidas por abranger 90% da representatividade do futebol brasileiro (RJ, SP, MG, RS, PR, DF). Apresenta requerimentos para votação em bloco, solicitando a quebra de sigilo bancário de vários dirigentes esportivos, a convocação de algumas pessoas para prestar

depoimento junto à Polícia Federal e o envio de documentos pela Receita Federal da movimentação financeira de algumas empresas, entre outros.

A plenária se manifesta quando o presidente solicita a aprovação dos requerimentos em bloco. O senador Bernardo Cabral se manifesta: *IP (...) eu não tenho nada contra o encaminhamento à secretaria da Receita Federal, eu apenas indagaria do senador Geraldo Althoff, se a secretaria da Receita Federal oficiou, solicitando que seja encaminhado, se não solicitou eu sugeriria a vossa excelência para que ficasse nos arquivos, como nós fizemos na CPI dos Precatórios, que a iniciativa fosse deles... G.A.: Oficialmente nós não recebemos essa solicitação, de maneira oficiosa, sim! B.C.: Então eu pediria a vossa excelência, pode requerer que eles mandam oficialmente G.A: Com certeza, e nos resguarda de eventuais adversidades futuras, obrigado!*

Em continuidade, solicita-se a votação de requerimentos sobre a venda de jogadores para o exterior e a declaração de renda relativa a esse tipo de operação. Neste ponto, o noticiário televisivo entra em cena, o senador Romeu Tuma pede a palavra e chama a atenção. *IM/IP (...) senhor relator, ontem a televisão mostrou alguns fatos de negociação no exterior e o não fechamento de processo cambial, declarado até por presidentes de clubes, será que alguém anotou os nomes e tudo? Faz referência a esse requerimento... G.A: A esse requerimento que nós apresentamos e a solicitação deste processo... R.T: Perfeito então, porque ontem foi muito... G.A: Muito claro e muito contundente... R.T: Contundente, e deixou claro pelo próprio reconhecimento de quem fez a operação, entrou o dinheiro e não houve a operação cambial. G.A: Muito obrigado pela sua colocação, senador Romeu Tuma.*

IF/IP Tem início a votação para a avaliação de algumas parcerias entre clubes e patrocinadores. Os requerimentos apresentados na seqüência buscam a verificação de como foram realizados os contratos entre alguns clubes e seus respectivos patrocinadores. Como existe o indício de lavagem de dinheiro no exterior, o relator

convida o deputado Robson Tuma a depor na CPI, se considerando o trabalho por ele realizado junto à CPI do narcotráfico. Na continuidade e com a quebra de sigilo bancário da CBF, o relator solicita a transferência do sigilo bancário e fiscal dos dirigentes da entidade, no período de 1995 a 2000 para a secretaria da Receita Federal e ao Banco Central. O presidente procede à votação em bloco dos requerimentos apresentados. Percebe-se um embaralhamento da incorporação dos interesses na forma de performance política. Ela é uma representação já propensa aos embates sistêmicos. Nota-se que a discussão originada a partir da quebra ou não do sigilo bancário e fiscal do depoente é um misto de disputa entre blocos políticos (alianças previamente costuradas), de dados colhidos sigilosamente de outros depoentes e de ingerências protocolares e argumentativas de perspectivas variadas.

A sessão ingressa no ritual da casa, desprende-se dos mecanismos de mediação e torna-se cansativa. A plenária pondera na tentativa de encaminhar o processo. O senador Romeu Tuma intervém para que a votação em bloco prossiga: *IP (...) eu compreendo a preocupação do senador Bernardo Cabral, mas apenas para poder esclarecer o que tem ocorrido nesta CPI, a conduta do relator e do seu presidente, nenhum dos depoimentos ou providências solicitadas, tem sido feita no calor de uma discussão.*

As discussões em torno da quebra ou não do sigilo do depoente atrasam a sessão. O senador Antero Paes de Barros aciona a representatividade da crônica esportiva para se interpor às colocações do senador Renan Calheiros, contrárias à posição do relator. *IP/IM (...) pela experiência que nós temos em relação a acontecimentos no futebol brasileiro, os depoimentos aqui do senhor J. Ávila. Eu trabalhei durante muito tempo na crônica esportiva do meu estado, Mato Grosso, eu tenho certeza absoluta que qualquer rádio, qualquer emissora de rádio, não precisa ser televisão não (...) (...) que tivesse aquele contrato de 250 mil por ano, com a CBF, teria lucro com uma partida da seleção brasileira (...) (...) bastaria uma, sem precisar de transmissão direta para o Brasil inteiro (...) (...) os cronistas esportivos do Brasil inteiro que me assistem sabem que é assim, sabem que isto é verdadeiro. A*

mistura de indicadores (político e midiático) mostra uma característica bastante comum, uma peculiaridade do meio político, a do personagem midiático que se torna um político, afinando-se com a agenda midiática construtora da própria CPI.

O senador Antero Paes de Barros continua: *T (...) o depoimento aqui, a sessão secreta do jornalista Juca Kfourri, também foram colocados fatos aqui, que não podemos comentar, mas são exageradamente suficientes, isso é uma questão de foro íntimo e de convicção pessoal, a minha convicção pessoal me impõe votar a favor da proposta do senador Geraldo Althoff.* A CPI fez-se um acontecimento público, amplamente midiaticizado, mas os fatos quentes e definitivamente comprometedores ficaram para sempre fechados na “caixa preta da CPI”, a sessão secreta que ouviu o jornalista Juca Kfourri.

Após longa discussão sobre a quebra ou não do sigilo bancário e fiscal do depoente e de uma votação igualmente extensa de requerimentos, inicia-se o depoimento. O relator questiona o depoente sobre o orçamento anual da CBF. Ricardo Teixeira responde que: *IF (...) para esse ano, a previsão de orçamento para a CBF, gira em torno de 70 milhões de reais, eu não posso lhe precisar o número exato (...) (...) mas eu poderia lhe dizer, por exemplo, que no ano de 1999 foi de 70.620.344,60 reais, até o dia 31 de outubro, nós já temos 52.390.791,66 reais. A nossa estimativa é que nós tenhamos em 2000, mais ou menos, o mesmo número de 99, em torno de 70 milhões de reais.* Na seqüência, o relator pergunta sobre a remuneração dos dirigentes da CBF. Ricardo Teixeira responde que: *(...) todos os diretores que trabalham na CBF, durante a semana inteira (...), (...) somente aqueles que praticam o dia-a-dia da entidade, o diretor da CBF hoje deve ter um salário da ordem de 17 mil reais por mês líquido, e o seu presidente teve um rendimento de 296, perto de 297 mil reais/ano, no ano que passou.* **IM/IP/T** O senador Geraldo Althoff destaca que Luxemburgo, ex-técnico da seleção brasileira declarou à imprensa ser um sonegador contumaz, e que também, ele (Ricardo Teixeira) havia dito à imprensa que isso seria um fato normal no futebol. O presidente da CBF agradece a oportunidade e responde: *(...) não acho normal ninguém sonegar imposto, eu acho que todos nós*

temos obrigação de estar em dia com os impostos, sejam quais forem estes impostos, e foi interpretada diferentemente a entrevista que eu dei, eu diria que qualquer coisa de vinte dias antes de a seleção brasileira embarcar para as olimpíadas, surgiram na imprensa as denúncias da senhora Renata, contra, na época, o técnico Wanderley, da seleção brasileira. Nesta passagem se tem um exemplo da informação noticiosa tratada como uma "interpretação" ou com viés interpretativo. Conforme as implicações, a notícia se revela favorável e desfavorável, versatilidade explorada com frequência em vários momentos dos depoimentos analisados. O do técnico Wanderley Luxemburgo é recheado com este tipo de tratamento, mesmo porque houve nele uma *lavação de roupa suja* (Luxemburgo x Renata), via imprensa de um modo geral e, especificamente, nas sessões da CPI. Seria mais ou menos como o sentido que se tenta dar após uma gafe, quando se tenta salientar que não era bem isso que se queria dizer.

O relator continua a questionar o depoente sobre suas declarações de renda. Teixeira responde que: *T (...) fui fiscalizado, pessoa física, pela Receita Federal, e nesse momento, quando terminou, essa fiscalização em agosto de 2000, não houve nenhum auto de infração, consideraram completamente legais todas as minhas declarações dos anos de 95, 96 e 97.* Neste ponto da sessão, o depoente, pressionado com os diversos questionamentos fiscais, aproveita-se da condição de réu e se apresenta como um injustiçado, se situa pontualmente como um ator social do processo e como *uma pessoa isenta de suspeitas.*

A referência ao sistema financeiro serve como um sinalizador, um elemento que participa com regularidade da CPI e colabora à noção de falcatura em processo. Quando responde sobre as operações financeiras da CBF, Ricardo Teixeira esclarece a situação contratual entre a entidade e o Banco Delta. *IF (...) O Banco Delta, ele pertence ao mesmo acionista, que era o acionista majoritário do Banco Real, as nossas ligações com o Banco Real são ligações muito estreitas, até geograficamente falando, pois o prédio da CBF é literalmente em cima do Banco Real.*

O relator faz agora referência ao depoimento do técnico da seleção brasileira, Wanderley Luxemburgo. Retoma uma informação sobre a emissão de um cheque de 600 mil reais, em favor da própria CBF. Cheque emitido um dia após a CBF ter pago a Luxemburgo um milhão e meio de reais. **IF/IP/IM/T** G. A: (...) *eu escutei também na imprensa, o senhor dar explicação, que achou que assim faria, que assim foi feito exatamente para o efeito de uma transparência maior da transação, o senhor achava realmente necessário isso?* **R.T:** (...) *em maio de 99, foi feito um adiantamento para o Luxemburgo de 400 mil, depois, em setembro de 99, outro adiantamento de 200 mil e ele recebeu, 27 de setembro, ele tinha a receber da CBF, 2 milhões e 96 com 552 reais, que lhe foram pagos e, imediatamente no mesmo ato, descontado o imposto de renda, o que deu um valor líquido de 1 milhão 520.* Um exemplo contundente, como no depoimento de Luxemburgo, da banalização natural de grandes somas de dinheiro. De alguma forma, esta lógica está presente na produção jornalística de entretenimento, sobretudo nas publicações que cultuam celebridades em cujas páginas, muitas vezes, comparecem personagens com fortunas de origem discutível.

Comenta-se a carta de isenção escrita por Luxemburgo e Zagallo a pedido da CBF, elaborada com a finalidade de desmentir o que vinha sendo divulgado pela imprensa sobre a suposta influência do patrocinador na convocação de jogadores. O senador Antero Paes de Barros questiona o depoente: **T** (...) *Os técnicos tinham conhecimento do contrato com a Nike?* **R.T:** (...) *o contrato integralmente eu não entreguei a nenhum dos técnicos.* O senador também questiona a existência dos procuradores, dos agentes e de empresários sem o credenciamento estabelecido pela FIFA. O presidente da CBF responde que esse credenciamento é uma criação da FIFA. Segundo ele, o jogador é registrado em nome dos clubes e não no nome de empresários. Outro exemplo de tratamento a denúncias já postas anteriormente, sobretudo pelos jornais, sugere a mesma perspectiva de utilização do enfoque noticioso favorável e desfavorável já citado. Aparentemente, o tom é de uma justificativa de réu, mas conecta-se com a relação dos sistemas que tem como amálgama o par publicidade-patrocínio, coluna sobre o qual se sustentam a mídia e o

esporte. Há aqui uma contradição, fruto da relação sistêmica. Uma coisa não existe sem a outra, pelo menos neste patamar. O esporte que se midiaticizou necessita obrigatoriamente da força financeira do patrocínio para ter visibilidade e continuar a existir como negócio.

O senador Antero Paes de Barros retoma a discussão sobre o contrato com a Nike. **IF** (...) O senhor realmente acha que as condições do contrato da Nike são favoráveis a CBF? **R.T:** (...) eu tenho convicção disso (...), (...) vou fazer um dado comparativo, porque a única forma que nós temos de padronizar e verificar realmente como é o contrato da Nike em relação ao mundo (...), (...) nós recebemos 16 milhões de dólares por ano, de média (...), (...) a Inglaterra tem como patrocinadora a Umbro, que lhe paga 11 milhões de dólares, a Itália tem a Capa que lhe paga 7, a França tem a Adidas que lhe paga 8, a Alemanha também tem a Adidas que lhe paga 7, a Holanda tem a Nike que lhe paga 5, os Estados Unidos a Nike 7 milhões, a Espanha tem um contrato de oito anos que lhe dá, mais ou menos, ao ano, 2.278 milhões de dólares, a Argentina tem a Reebok que lhe dá 8 milhões e o Brasil tem a Nike que lhe dá 16 milhões de dólares, então, se nós fizermos um comparativo da CBF/Nike e outras Federações com seus patrocinadores, nenhuma delas chega a 60% do valor da Nike.

IE/IP A transferência de poder sobre a administração do futebol brasileiro entra em pauta, Ricardo Teixeira concorda com os comentários feitos sobre o monopólio do Clube dos Treze e apóia sua resposta em um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (um pré-projeto), que indica que a CBF deve retomar o controle do futebol brasileiro. O sistema esportivo, ao se rever, e nesta associação de indicadores, acaba expondo suas disputas e interesses internos.

IP/IE/T A próxima participação é do senador Maguito Vilela. Ele questiona a vinculação da CBF com o Clube dos Treze. Ricardo Teixeira esclarece que não existe nenhuma relação formal entre a CBF e o Clube dos Treze como instituição. Retoma-se a questão sobre as transações entre jogadores e clubes, o presidente diz que a CBF é apenas uma anuente neste processo, não retira taxas ou recursos destes contratos.

Segundo Teixeira, a CBF funciona apenas como um cartório (faz registro das operações). Os indicadores apontam para a utilização de perguntas ensaiadas, representativas dos interesses políticos – esportivos já manifestos publicamente. É possível perceber objetivamente como a costura na organização de blocos opositores durante a CPI acontece.

Na continuação, entram em pauta questões como os horários dos jogos e a falta de respeito com os torcedores, que muitas vezes são obrigados a ir ao estádio em horários de risco (tarde ou cedo demais). Surgimento de indicadores que reforçam a questão macro que é a da relação direta da televisão com a ordenação dos horários de jogos e, conseqüentemente, com a organização do campeonato em si. Fator preponderante na hierarquia de visibilidade e na importância entre as equipes, interposição de valores que organiza o próprio sistema: “times grandes e times pequenos”. *IM/IE (...) R.T: O componente televisão, no contexto da renda dos clubes brasileiros, no Brasil, é absurdamente grande (...), (...) isso deve girar hoje em torno de 70%, da receita dos clubes (...), (...) na Europa isso gira em torno de trinta e poucos por cento (...).* Teixeira argumenta que os clubes, de um modo geral, não podem prescindir do patrocínio da televisão. O horário proposto pelas redes é vinculado ao patrocinador. As emissoras decidem junto com os clubes a organização do próprio campeonato. O senador aproveita o gancho e argumenta *que o maior motivo do futebol é o torcedor e que os contratos com a televisão deveriam resguardar o direito dos torcedores, que são a alma do futebol.* Neste ponto, em especial, os indicadores revelam a intencionalidade de tratamento produzida pela CPI. É possível perceber as disputas entre os diferentes blocos de interesses. O sentido (estratégias funcionais sistêmicas) balança entre a objetividade investigativa dos responsáveis pelo relatório final da CPI e o poder de organização e persuasão que os dirigentes de clubes e a *cartolagem* do futebol detém.

Os indicadores reforçam a estratégia de perguntas ensaiadas utilizadas pelo senador Maguito Vilela. Ocorre um deslocamento do problema da corrupção organizada no futebol para outro ator do processo (a secretária). A pergunta permite

que Ricardo Teixeira lance a idéia de desconhecimento dos fatos apontados. Ele responde para o senador que só tomou conhecimento sobre a existência da Renata através da imprensa e das denúncias feitas nos últimos dias. Diz desconhecer o lugar apontado por ela chamado de Embaixada. *IP/IM/T (...) R.T: A primeira vez que eu ouvi falar nessa Embaixada foi exatamente o primeiro dia que saiu isso no jornal (...), (...) acho estranho que eu, como presidente da CBF, nunca tenha ouvido menção, nunca eu tenha ouvido falar sobre a Embaixada (...), (...) nunca ouvi ninguém comentar que existisse um “baixada” (...), (...) para mim é uma coisa completamente nova, volto a dizer, até o dia em que eu li isso no jornal, ou ouvi na televisão, isso eu não me lembro bem.* Segue-se aos indicadores um tratamento que reforça a condição de afastamento estratégico ao quesito *falcatrua*. Na seqüência, o senador Renan Calheiros solicita um aparte ao colega e ressalta o valor da quebra de sigilo concedida de imediato por parte do depoente. Em seguida, Teixeira e o senador trocam opiniões como se participassem de uma mesa redonda, comentam a escolha do atleta do século via Internet e estabelecem juízos sobre a competência esportiva de Pelé e Maradona. O critério de dissimulação do aspecto investigativo parece continuar.

O próximo senador a interrogar Ricardo Teixeira é José Eduardo Dutra. Ele o interpela sobre empréstimos junto ao Banco Delta, sobre a compatibilidade das contas com as declarações de imposto de renda apresentadas. Teixeira responde dizendo que toda a sua movimentação bancária é compatível com sua declaração de imposto de renda. Teixeira insiste em usar um tratamento de reforço à linha de desconhecer fatos e negar denúncias contra si. O senador José Eduardo Dutra, em comparação ao seu antecessor, é mais incisivo, indaga Teixeira sobre a realização de uma partida amistosa com a seleção Russa em 1996. Quer saber se o jogo foi uma reciprocidade ou se houve pagamento de cota por parte dos russos. *IF/IE/T (...) R.T: Eu não posso lhe responder de pronto, mas me comprometo de, chegando no Rio de Janeiro, amanhã, verifico isso na contabilidade da CBF, eu diria que normalmente esses jogos com antigos países da cortina de ferro são de reciprocidade, porque eles*

normalmente não têm recursos para pagar os jogos, mas eu não quero lhe afiançar, eu quero verificar na minha contabilidade... O senador José Eduardo Dutra representa interesses políticos divergentes ao dirigente da CBF, utiliza-se de perguntas provocadoras e tenta deixar o depoente de saia justa. (...) J.E.D: Só para registrar, que esse jogo já foi pós “chamada cortina de ferro”, é 96... R.T: Desculpe, excelência, mas o que eu quero dizer é o seguinte, esses países, por exemplo, mesmo depois que não pertenciam mais à cortina de ferro, por exemplo, a Tchecoslováquia, todos eles, normalmente eles fazem de reciprocidade, porque eles não têm muito recurso para pagar as cotas das grandes seleções... O senador José Eduardo Dutra se reporta então a uma afirmação anterior do depoente, da não existência de relação entre a CBF e empresários, deseja saber do depoente se houve especificamente no jogo em questão algum tipo de intermediação. Teixeira diz não lembrar, com a negativa do depoente o senador diz que é possível deduzir que a afirmação categórica anterior, da não relação entre a CBF e os empresários, parece não ser tão categórica, pois existe a possibilidade de intermediação na marcação de amistosos da seleção. Teixeira tenta se esquivar do ataque, mas o senador diz que os seus questionamentos são baseados em documentação recebida pela CPI. Lê alguns e enfatiza mais contradições. Faz questão de registrar que, de acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central, não há no período em discussão (do jogo), ou imediatamente posterior ou anterior, nenhum comprovante de depósito nas contas da CBF, de recursos oriundos da Rússia. Neste sentido, ele volta a questionar Teixeira sobre a intermediação verificada nos documentos traduzidos. Se de fato houve tal intermediação, se a cota estabelecida existiu ou não. Teixeira adia mais uma vez o embate, (...) eu tenho que chegar na CBF, para verificar na contabilidade da CBF e no departamento de seleções, tudo com relação a esse jogo, que eu volto a lhe dizer que eu não me lembro... O senador insiste para que o depoente tente se lembrar do episódio. Teixeira se evade mais uma vez, (...) é isso que eu tenho que verificar. Se por ventura esse acerto, esse fechamento do jogo foi feito com o Kolossov ou através do Juan Figer, eu tenho que levantar, eu tenho que ver a documentação do

departamento de seleções. Um raro exemplo em que o depoente cai efetivamente em contradição. A ação incisiva do senador, a apresentação de documentação comprobatória e a argüição constante, deixam Ricardo Teixeira, aparentemente, sem saída.

O próximo parlamentar a participar é o senador Sebastião Rocha. Ele reitera perguntas anteriores sobre a Embaixada, sobre a participação da CBF na venda de jogadores. Pergunta, também, sobre a venda dos direitos de transmissões de TV a terceiros a outros países e se a CBF ganha alguma coisa com isso. Ricardo Teixeira diz que desconhece tais procedimentos. Discute a questão dos contratos da CBF com a Nike, se a Traffic possui um contrato de cedência de direitos com outra empresa, uma licença mundial não exclusiva para uso de imagem e marca da CBF. Pergunta se a Traffic é a única detentora dos direitos de imagem, logotipo, marca registrada, da CBF, desde 01.12.14. Teixeira responde: *IF/T (...) agora eu sei qual é o fato que o senhor se refere, quando nós assinamos o contrato com a Nike, a Nike exigiu que nós anexássemos todos os contratos que, de alguma forma, poderiam influenciar no relacionamento da Nike com a própria CBF, um dos contratos, que existia na época e que poderia influenciar no contrato da Nike, era o contrato que já existia entre a Traffic e essa empresa, Trade Marc Licences Ingrement...* O indicador financeiro presente ao final do depoimento mostra como o contrato com a Nike é insistentemente aferido. Na realidade o grande identificador das *falcatruas* tem sua base de investigação na forma como esse contrato se realizou.

A gravação com o depoimento de Ricardo Teixeira é interrompida durante a argüição do senador Sebastião Rocha, conforme verificação junto à síntese do depoimento de Ricardo Teixeira, publicada no relatório final da CPI volume Ia. Não existe lacuna ao relato do depoente e a interrupção na gravação não omitiu dados importantes para este trabalho.

4.1.4 ANÁLISES

A TV Senado é uma emissora não comercial, um veículo ligado ao poder legislativo, e criado por ele e em função dos seus interesses. Ela possui especificidades que fazem da sua programação algo diferenciado frente às programações comerciais. O esporte/futebol, quando tratado dentro da CPI, ingressa neste contexto como uma temática que atravessa a sociedade. Mesmo que ele conserve uma série de ingredientes que são típicos do tratamento da mídia convencional, ganha uma outra especificidade dada à sobreposição aguda dos embates sistêmicos que estão em jogo neste processo. O futebol continua sendo o centro articulador de todo esse processo, mas, entretanto, no contexto da CPI, exponencia-se as marcas dos embates sistêmicos ulteriores que se constituíram na própria natureza deste esporte no processo de profissionalização e midiaticização.

Ora, dentro da temática de confronto político, temos elementos do folclore, quase que sustentados unicamente pelo viés mítico (futebol como uma religião). Em outros momentos, o arranjo é tão grande que os enfeites, os adornos utilizados nas discussões levam a questão para um construto eminentemente televisivo. Em outros momentos, os elementos de conflito e as dramatizações produzem exatamente o inverso – ao invés de uma representação ou organização exclusivamente televisiva, se tem ali características que são exclusivas do acontecimento parlamentar (sua natureza em ato, do ritual político). Mas o empolamento da questão/CPI se faz justamente na capacidade que o evento tem de tratar de forma igual e com a mesma importância tanto os aspectos advindos dos bastidores como aqueles puramente políticos (de estratégia).

Neste sentido, o esporte torna-se peculiar para a observação da mídia e recheado de possibilidades interpretativas. Isso talvez tenha sua ocorrência já na constituição do sistema esportivo, quando o jogo passou a ser motivo de análise e se espetacularizou, passando a se organizar pela mídia (um agendamento a montante)⁴⁸.

⁴⁸ A idéia de agendamento a montante é discutido no item 3.2 SISTEMA JORNALÍSTICO/MÍDIA.

Outros interesses que estavam fora do âmbito esportivo vislumbraram no esporte e nesta articulação a grande possibilidade de se sustentar, de sobreviver. Uma das personagens envolvidas no inquérito, a ex – secretária do técnico Wanderley Luxemburgo, transformou-se em capa de revista masculina que estampou sugestivo título: A Musa da CPI. Como acontecesse com qualquer celebridade instantânea, a exemplo dos participantes de *reality shows*, essa figura chave da CPI recebeu o mesmo tratamento da mídia colateral que se aproveita dos acontecimentos agendados em outros fóruns.

No caso da CPI, o sistema midiático se apresenta de pelo menos três maneiras, a de cobertura, a de participante direto (exemplo de Juca Kfourri) e nas peças fornecidas para o inquérito (matérias jornalísticas de revistas, jornais e programas de TV). A própria TV Senado comparece como um quarto elemento que funciona como uma espécie de articulador dos demais, na medida em que ela tem suas especificidades como uma emissora do parlamento, mas impõe transformações no próprio ritual da casa, conforme se demonstrou nas descrições dos depoimentos.

Nesta dinâmica, o sistema esportivo fornece os réus, representados pelos poderosos do futebol que vão ao centro do jogo expor o motivo de suas atitudes e negociatas. O sistema político tem a posição do grande inquiridor, do grande julgador. Fica nas mãos dos políticos a possibilidade de conduzir o foco e a luz necessária para a realização dos enfrentamentos. Já o representante concreto do sistema midiático no processo de depoimentos, o jornalista Juca Kfourri, mesmo ocupando posição ritual semelhante à dos representantes do sistema esportivo, desloca-se da condição de réu e reitera o personagem que desempenha na mídia: o articulador de denúncias. Em boa parte do seu depoimento, os parlamentares o trataram com este perfil. A exceção ficou por conta do senador Gilvam Borges, que fez considerações sobre a possibilidade de a CBF comprar espaços publicitários nos veículos e, desta forma, comprometê-los com seus propósitos.

Este episódio é significativo da presença ambígua e complexa da mídia nesta CPI. Além de todo o seu papel tradicional no agendamento – denunciar, tematizar, dar cobertura e transmitir – os meios de comunicação têm uma ligação direta com a própria lógica que gera os problemas discutidos e analisados na comissão. A questão do patrocínio da Nike possui uma relação estreita com a visibilidade midiática. O próprio gerenciamento na organização dos campeonatos, desencadeador de tantas críticas, é assumido em grande medida pela televisão para atender interesses diversos, inclusive o de adequação à sua grade de programação. Entretanto, todas essas peculiaridades que poderiam fazer da mídia a grande ré dessa investigação diluem-se na focalização de prováveis negociações que se deram no varejo com o envolvimento de dirigentes e técnicos de futebol.

Quando se fala da centralidade da mídia no mundo contemporâneo, tem que se pensar essa condição sem perder de vista a gigante complexidade em que se constituem os próprios processos midiáticos. No caso em análise, nos parece nítido o alto teor de paradoxo que a mídia exhibe. Pela matriz do jornalismo, ela evoca alguns princípios clássicos, como o de retratar a realidade com fidelidade e ser a defensora do interesse público⁴⁹. Na sua matriz mercadológica, tem que dar conta da sua sustentabilidade além de gerar lucros significativos. Pela sua matriz cultural, ela lida com o imaginário do público e as demandas simbólicas oriundas de vários contextos. Todas essas construções ganham corporeidade nessa CPI midiaticizada. Entretanto, a matriz jornalista tradicional prevalece e faz desaparecer a condição de vilã que a mídia poderia ter.

As diversas angulações sistêmicas colocam os atores em posições diferenciadas. Ricardo Teixeira, em algumas circunstâncias, pode ser considerado um político, em algumas, um analista de esportes, em outras um dirigente de multinacional. Juca Kfoury, em suas posições saudosistas, pode ser considerado um ator esportivo muito mais do que um ator jornalístico. Já Wanderley Luxemburgo,

⁴⁹ Esses princípios devem ser entendidos como uma idealização, já que a noção de jornalismo como um dos agentes da construção da realidade, os relativiza.

talvez ainda com o reflexo de ter sido técnico da seleção brasileira (aquele que mais representaria o sistema esportivo), é uma pastelada de amante, anti-herói, mafioso e uma ingenuidade meio plastificada de ex – jogador de futebol (mais ou menos no estrilo Garrincha).

As relações sistêmicas ocorridas na arena específica da CPI podem ser pautadas, inicialmente, em dois níveis ou dois campos: o de relação sistêmica e o de construção de um campo polêmico específico (a CPI) na arena esportiva (o esporte fornecendo o réu). O esporte como um *todo* não é o réu, ele estabelece os modos de penetração para o tema em disputa (lógicas midiáticas de enquadrando, submissão às lógicas do futebol, negociações entre as lógicas políticas). É a temática “futebol brasileiro” que propicia à política apropriar-se do esporte, o que, de certa forma, ajuda a política a enquadrar a mídia para, com ela e através dela, se colocar ao público (uma nova *ágora*). O esporte é quem sistematiza as ações políticas, as cenas típicas dos embates políticos, é a matriz que canaliza os demais enfrentamentos, fornece através de sua estruturação: administrativa, competitiva, mercadológica e, fundamentalmente, de poder, a base que sustenta as investigações e o rumo das discussões. A criação da CPI é, por si só, um exemplo de como o futebol alcança os elementos necessários para que os enfrentamentos sistêmicos se façam. São dados econômicos, políticos e esportivos que se entrecruzam no e pelo futebol brasileiro.

É nessa especificidade que ocorrem os atravessamentos sistêmicos de que se ocupa esta tese. É aí que se criam os elementos de articulação, dentro das peculiaridades acionadas por cada sistema a seu modo. É no jogo entre sistema e ambiente, é na fricção, que o elemento esportivo, acionado por diferentes perspectivas (política, midiática e esportiva), traz particularidades sistêmicas que ocorrem somente nestas circunstâncias, fornecendo indicadores para a costura da análise.

A partir da análise dos tratamentos e das aparições e junções dos articuladores sistêmicos estabelecidos (componentes da cena da CPI em si), gestos,

comportamentos, ritos do espaço e dos seus espaços de origem, negociados para a constituição daquele texto, daquela cena da CPI é que se tornou possível destacar alguns resultados em torno daquilo que se considera como as variações sobre um mesmo eixo temático, baseado, sobretudo, no entrelaçar das diversas situações.

A formação da ambiência sistêmica, como já visto, se dá na contigüidade, ou seja, no avizinhamiento entre diferentes sistemas. É na contigüidade sistêmica que os sentidos (estratégias) e as informações migram, são trocadas. Esse é o local de leitura das necessidades adaptativas, da construção dos articuladores. É local fértil de transformações e complexidades específicas, que só acontecem ali, porque as coisas se agrupam daquela maneira e não de outra. Exemplo de algumas características que podem ser apontadas, a partir dos desempenhos individuais dos atores analisados: Kfourri o grande denunciante, Teixeira o perspicaz administrador e Luxemburgo o trapalhão romântico.

Com o caráter global (que se supõe) assumido no mundo, as trocas e as situações complexas se tornaram corriqueiras entre os sistemas. Um bom exemplo pode ser tomado a partir do ingresso de João Havelange como presidente da FIFA. Para assumir a entidade, ele promoveu uma ampliação no mercado do futebol, estabeleceu grandes contratos de patrocínio (exemplo da Coca-Cola) e aumentou o número de participantes na Copa do Mundo de Futebol (países asiáticos e africanos). Tais estratégias somadas ao espaço que o futebol já possuía a nível mundial, aceleraram as coisas do esporte/negócio futebol. A CBF, a seu turno e nessa mesma movimentação mundial, se filia à Nike e adquire muito rapidamente status de uma entidade multinacional ou transnacional. Esta peculiaridade das movimentações contemporâneas demanda a construção de perspectivas teóricas e metodológicas que permitam o esboço de algumas interfaces.

Dentro da instrumentação criada para analisar a CPI do Futebol, a partir da TV Senado, considera-se a influência do gênero transmissão ao vivo (sessões produzidas pela TV Senado) e o que ele reboca dos demais gêneros televisivos.

Pensa-se também que já não é um rebocar em si, mas sim um arrastar de roldão, visto que o gênero ao vivo é ele próprio constituinte da essencialidade dos demais. Neste sentido, as sessões da CPI tornam-se primorosas unidades a nos ofertar elementos textuais também valiosos⁵⁰.

Apesar de ser ao vivo, esses textos⁵¹ são recheados de elementos da ordem do ficcional. Tanto a política como o esporte usam muito bem essa característica, apóiam-se na condição de espetáculo midiático que o futebol carrega e trabalham com o argumento produtivo ficcional para a televisão. Extraem da televisão aquilo que lhe é semelhante no teatro: a possibilidade de construir a ficção em tempo presente.

Quando o jornalista Juca Kfourri traz do passado lembranças de um futebol que não mais existe, a ficcionalidade é seu maior trunfo dentro das argumentações. O belo, a preciosidade, a plástica do bem jogar está em outro lugar e não mais aqui (no presente). Com a ficcionalidade fica em suspenso, e até mesmo como um proclame geral, a situação de se encontrar, a qualquer custo, onde foi parar toda aquela magia. Futebol e magia dos jogadores do passado são a própria intenção ficcional, na medida em que são evocações que se materializam como uma espécie de projeções fantasmáticas.

No depoimento de Wanderley Luxemburgo, inclusive nas suas declarações, transparece um ar de romance proibido acabado. A maioria dos senadores se esforça por manter até o final essa sensação. Cada um, a seu modo, incita Luxemburgo em relação ao assunto Renata. Fica nas entrelinhas das perguntas certo clima de *já sabemos*. Esse comportamento não deixa de ser uma ficcionalidade que faz pairar a culpa do depoente o tempo todo – *Luxemburgo, ex-técnico da seleção brasileira é infiel*. Quando se fala em ficção, não se quer dizer que o suposto romance está sendo

⁵⁰ Para Machado (2000), a televisão é vista dentro de um ritual coletivo e a qualidade da televisão pode estar exatamente na condição de mobilizar a participação das pessoas em torno das grandes temáticas, um tipo de abordagem que se identifica muito bem com os políticos.

⁵¹ A condição textual do fazer televisivo é vista no item 3.4.3 TV e suas Especificidades.

inventado pelos senadores. Mas a forma como ele é insinuado nas falas remete ao universo midiático, típico da ficcionalidade, como os da chamada *imprensa do coração*⁵². O que ele ganha com o futebol e declara ou não, chega a ser um assunto menor.

Quando o senador José Eduardo Dutra questiona Ricardo Teixeira sobre um jogo realizado frente à seleção Russa, se tem uma ficcionalidade parecida com aquela dos filmes de 007 (*O Espião que Veio do Frio*). Surge farta documentação digna de uma ação de escritórios internacionais de investigação, nomes e conversas telefônicas transcritas e contatos confusos entre as partes são o tempero da discussão.

Percebe-se, em algumas passagens, uma interlocução que zela por um outro momento para o futebol na CPI que não o de réu: o futebol espetáculo e aquilo que ele representa para o espectador. Dois pronunciamentos do senador Maguito Vilela são ilustrativos deste comportamento. Um deles caracteriza a participação do parlamentar como se estivesse participando de um programa de mesa redonda. Ao mesmo tempo em que o senador pede tempo, em nome de Wanderley Luxemburgo, pauta os assuntos que devem ser tratados na seqüência, um deles o motivo do corte do jogador Romário para as Olimpíadas. Luxemburgo, inclusive, se estende nas explicações ao senador. O outro é durante o depoimento de Ricardo Teixeira, ocasião que ambos discutem a escolha do atleta do século via Internet. Tanto o senador Maguito Vilela como o depoente Ricardo Teixeira são verdadeiros protagonistas de um programa de debates ou analistas de esportes estabelecendo juízos de valores sobre a forma de escolha e a injustiça cometida contra Pelé.

Embora contido dentro dos protocolos da casa, especificamente no trato investigativo, o formato entrevista de televisão se configura na CPI. Tem-se bom exemplo quando o relator senador Geraldo Althoff questiona o depoente Wanderley Luxemburgo. Ao mesmo tempo em que investiga a duplicidade das certidões de nascimento (apoiado em reportagens), o senador dá continuidade ao que as

⁵² Fausto Neto (1991): Mortes em Derrapagens: os casos “Corona e Cazuzá” no discurso da

reportagens pautaram. O espaço parlamentar cede para a mídia condições de ampliar o caráter noticioso do assunto.

A presencialidade dos elementos que ampliam a tradição do futebol se encontra adjacente ou fora de alcance, momentaneamente, e se atualiza a cada instante na CPI. Existem mecanismos, resultantes de processo acumulativos de informação, formador de repertórios, que favoreceram a convergência das denúncias. A forma de utilização do Programa Cartão Verde (peça de acareação), no depoimento de Luxemburgo, é um bom exemplo do processo de acumulação citado. A relatoria e a presidência da CPI utilizaram o programa insistentemente, forçando Luxemburgo a denunciar atos de propina no futebol. Ele se negou a denunciar o que causou certo incômodo durante a sessão.

Mais eloqüente neste sentido é o desfecho que o senador Geraldo Althoff *arranja* para o depoimento de Luxemburgo. Para apresentar a agenda que Renata deixou na CPI como sendo a agenda do casal, ele utiliza reportagens que asseguram a localização de Luxemburgo na época (Itália). Junta também um fax enviado por Luxemburgo a Renata da Itália, pede que ele reconheça a assinatura (Luxemburgo reconhece). O senador levanta a agenda e a apresenta ao público, após confirmação da grafia de Luxemburgo na agenda, apresentando-a como a *agenda do casal* (um gesto de programa de auditório como os que transbordam no Programa do Ratinho).

Existiram outros atos ritualísticos advindos da mesma situação, da própria TV Senado, nas notícias específicas extraídas do rádio, da televisão, dos jornais, das revistas, na posição dos diferentes atores. Desta reordenação é possível extrair configurações que demonstram a seletividade cumulativa do conhecimento, determinante daquilo que é retido/guardado e daquilo que é esquecido/descartado (um reflexo do agendamento a montante).

No formato monólogo também se percebe um agendamento a montante. O relator e o presidente da CPI são os grandes exemplos. Ao chamar para si a atenção

durante os depoimentos, produzem sinais legítimos de uma marcação temática: *o nosso papel, o papel desta CPI, os fatos aqui apurados, a opinião pública irá saber*, são dados fornecidos para que o público tire suas conclusões. O formato monólogo produz um importante espaço, o espaço da *ágora televisiva*, um espaço em que a verdade pode ser restituída. O pronunciamento do presidente/âncora, ao final do depoimento de Luxemburgo, é o ponto máximo desta situação na CPI. O que não deixa de ser uma mistura gerada na posição inquisitorial, negada veementemente durante as sessões da CPI.

A oralidade mediada na transmissão e na gravação da CPI, dentro da programação da TV Senado, foge às estruturas comerciais mais densas – o fator tempo é um ou o maior deles – as sessões são longas, existem momentos de letargia. Isso ocorre geralmente quando o ritual da casa entra em cena, ou quando se fazem leituras protocolares. Alguns destes momentos são dignos de nota interpretativa, os senadores se lançam em longas discussões, situação em que o pensamento se liberta das normas da retórica escrita (dos papéis) e a coisa descamba para o confronto, tem-se a impressão que os diálogos até foram ensaiados entre as partes (acordos em relevo). Noutras situações mais pesadas, o pensamento se prende às normas e às leituras, fazem dormir...

Os planos de edição adotados são indicativos das intensidades dos diálogos, do peso de cada ator na trama e da situação que ele se encontra naquele momento do episódio. O primeiro plano e o plano médio, especificamente, são utilizados como planos temáticos, definidores dos papéis – daqueles que são do bem e daqueles que são do mal. O episódio de Luxemburgo e seus advogados é um excelente exemplo. Na medida em que o clima ia esquentando, as estratégias de cada um dos lados ia aparecendo: em primeiro plano, o senador Álvaro Dias toca a campanha e solicita dos advogados bom senso e cooperação. Em plano médio, Luxemburgo esconde o advogado em suas costas e recebe dele informações de orelhada. Depois que os advogados são retirados, Luxemburgo aparece em primeiro plano perdido sem saber a quem recorrer. Já o plano geral é um olho de captura das presenças, mostra as

chegadas e as saídas dos parlamentares, dá satisfação permanente das coisas que estão acontecendo.

Neste sentido, parte-se da representação do episódio televisivo. Essa unidade, de certa forma, é indicativa do jogo “ovo podre” utilizado metaforicamente na metodologia: a vez do Luxemburgo, a vez do Kfourri e a vez do Teixeira (de ingressar no centro da roda). Há também quem queira trocar de lugar com eles, no caso das participações dos senadores. Nas apresentações isso fica explícito, até em grau de importância em relação às demais sessões. O público e o número de jornalistas na assistência são significativamente maiores. Uma clara idéia da noção que os parlamentares fazem da audiência ligada à importância dos depoentes. No depoimento de Luxemburgo, por exemplo, abre-se uma sala auxiliar com telão para suportar a quantidade de público.

O intervalo nas transmissões é indicativo de tensões, de estratégias como o pedido de tempo durante uma partida de futebol (estratégias de jogo em ato). De certa forma, o corte que se produz com os intervalos, mesmo durante as trocas de documentos ou durante as consultas aos assessores, abre espaços para uma participação do espectador, não deixa de ser uma interação meio novelesca: *o Luxemburgo joga a toalha ou não? O Teixeira vai de fato ser desmascarado? Surgirá algum fato novo que mudará o rumo da trama? Algum dos senadores terá uma carta na manga contra o depoente?* Esses podem ser considerados como alguns dos convites do entrecho ao espectador. Claro que cada sistema a seu turno impõe lógicas que fazem pensar coisas diversas, como por exemplo: esta CPI acaba *em pizza*. De qualquer forma a coisa não deixa de ser novelesca, pois o final já é praticamente conhecido.

Talvez, antes do gênero “novela”, tenhamos representações de serialidades bem marcantes. A trama Luxemburgo x Renata pode ser considerada a própria fotonovela (fotorromance), de narração tipicamente novelesca, a ser publicada em revista especializada, apresentada no formato quadrinhos, acrescentando-se balões

com as falas dos personagens e as fotografias. O que não deixa também de ser um espaço folhetinesco, Kfourir x Teixeira, com adiamentos do fim, com dilatações para o desfecho – o desejo de empurrar o que vai acontecer um pouco mais à frente para que a trama aumente em consistência. São formatos engolidos (antropofagicamente) pela TV Senado e devolvidos ao público no estilo paródia (MACHADO, 2000). Misturam-se personagens e identidades sistêmicas, misturam-se problemas. Histórias obscuras, hilárias, tragicômicas, policialescas fazem o tempero do espaço em disputa, conseqüentemente, a fuga no foco de interesse maior da CPI torna-se comum.

Voltando ao processo de edição – ao vivo – característica da CPI, percebe-se claramente a idéia ou atribuição de sentido fornecida por quem exerce a função (o editor/diretor). Algumas marcas do formato telejornal são indicativas desta condição. Os senadores Álvaro Dias e Geraldo Althoff, sempre em primeiro plano, como apresentadores, como âncoras da CPI. Alguns senadores também se utilizaram e demonstraram conhecer o protocolo de edição, exemplos dos senadores Maguito Vilela e Antero Paes de Barros, ao olhar diretamente para a câmara ativa e se pronunciar ao público que assistia à sessão.

Têm-se ainda exemplos das posições de correspondentes: o filho do senador Romeu Tuma chamado a ajudar em determinada investigação, ou quando se fala da nomeação de alguns senadores para ouvir especificamente depoimentos fora da CPI; de analista: no depoimento de Teixeira, quando o senador Antero Paes de Barros analisa a questão do contrato da Nike com a CBF como um representante da imprensa nacional ou por ocasião da manifestação do Senador Ney Suassuna, ao atribuir importância máxima da CPI do Futebol frente a outras comissões; de repórter/olho vivo: como no caso do senador Romeu Tuma que faz referência ao programa da Hebe e a um programa da Rádio Jovem Pan.

É o telejornalismo encarnado nos parlamentares, como uma voz relatora atada a um problema comum – a corrupção no futebol brasileiro – o modelo se não assumido é efetivamente adotado. É opinativo com as entradas do senador Álvaro

Dias organizando o protocolo e indicando o que vai ser feito, é polifônico com o senador Geraldo Althoff, ao conduzir enunciados e abrir passagem para outros protagonistas (essa ação se percebe também no senador Álvaro Dias) e, principalmente, na postura interpretativa e interessada diante de fatos noticiados. Tanto o modelo opinativo como o polifônico não são um melhor que o outro. O primeiro se baseia em mecanismos de identificação entre público e apresentador, o que seria uma comunhão de sentidos. Já o segundo não induz diretamente, mas também carrega emoção e interpretação que podem, de forma mais branda, atuar na comunhão de sentidos.

Como já dito, foi o sistema político que agiu dentro da CPI como o grande inquiridor, o grande julgador. Embora a posição definida de uma CPI não seja a de julgar, mas sim a de investigar um fato determinado, sem com isso levar a cabo um julgamento, ficou nas mãos dos políticos a condição de organizar as ações e conduzir o foco e a luz necessários para que os enfrentamentos se realizassem.

No caso desta CPI, o sistema midiático se apresentou, desde a sua implantação, como importante elemento na construção da mesma (isto é evidente nas passagens destacadas no requerimento de instalação da CPI). O espectro envolvendo os fatos noticiados e sua publicização ingressou pontualmente na CPI como peça de inquérito. Várias passagens dão conta desta situação, principalmente quando a intenção foi a de jogar com a opinião pública e a gradação da verdade do que era inquirido.

Os depoimentos de Luxemburgo e Teixeira são exemplos desta situação. No de Luxemburgo, a ação judicial parece ser mais incisiva, como no caso da utilização da matéria da Revista Época e da entrevista concedida ao Programa Cartão Verde. Já no depoimento de Ricardo Teixeira, é a voz do depoente que assume, através da mídia (referência dos argüidores a entrevistas e declarações dadas por ele na imprensa de um modo geral), o caráter de atestar a verdade no momento da realização das

perguntas. Mesmo assim, tanto Teixeira como Luxemburgo usaram o tempo todo a argumentação do: *não era bem isso que eu queria dizer*.

Esses exemplos contemplam outra amplitude inerente a uma CPI. Embora a sua ação seja a de obter elementos necessários para o esclarecimento de um fato determinado (foco investigativo), ela descamba, em momentos incisivos e dentro do próprio caráter investigativo, para uma outra esfera (a de julgamento). Isso talvez redunde da própria situação inquisitorial do evento. No entanto, se percebe também que a visibilidade da TV Senado é a grande ordenadora desta situação. A ação dos parlamentares denota a proposição aqui pretendida. Dois exemplos são indicativos dessa ação: um por ocasião da forma e da construção que o senador José Eduardo Dutra usou para abordar Teixeira sobre o jogo da seleção brasileira frente à seleção Russa. O outro se dá por ocasião da finalização por parte do senador Geraldo Althoff do depoimento de Luxemburgo. A exposição midiática, via TV Senado, permite a interposição de um outro viés que não somente o investigativo, ao jogar com a idéia de uma opinião pública formada ou em formação versus depoente.

Além disso, o caráter investigativo de uma CPI, agregado à transmissão ao vivo e a utilização do espectro noticioso advindos de outros mídias, foi promotor do que chamaremos aqui de uma mistura entre inquérito parlamentar e inquérito policial. Ou seja, a incumbência de um inquérito parlamentar é a de adquirir dados necessários para a apuração de um fato determinado. Mas considerando-se a natureza sempre presente da mídia, principalmente nos assuntos relacionados ao futebol, essa natureza promove a transformação, em alguns momentos, da CPI em inquérito policial.

O inquérito policial se move por diligências que visam acima de tudo investigar e apurar a autoria de determinado delito. Considerando-se a possibilidade da idéia transmitida pelo agendamento a montante, as notícias podem ser pensadas como portadoras do caráter de diligência atribuído especificamente ao inquérito policial. São elas que vão ao local e trazem de lá as provas necessárias para que a

culpa seja atribuída a alguém. Essa é mais uma possibilidade de agendamento que se localiza no limite das relações sistêmicas aqui analisadas.

Pode-se citar, também, o efeito Big Brother dentro da CPI, mais especificamente o medo de ir para o paredão nas próximas eleições. Como a coisa se faz ao vivo, os senadores não deixam passar nenhum mal entendido em relação aos seus pronunciamentos. Isso se percebe nos pedidos de aparte, com justificativas para os espectadores, com comentários críticos ou esclarecedores, dirigidas aos espectadores por uma ou mais personagens, no decorrer da ação da peça teatral.

A assepsia do fazer ao vivo deixou alguns restos, algumas rebarbas de edição indicativas da morosidade e dos vazios produzidos pelas longas gravações das sessões. De qualquer forma, a transmissão ao vivo tem poder de modelar a memória, de integrar e reorganizar as sociedades em torno de um mito – o futebol brasileiro – que é também uma vontade coletiva culturalmente construída.

Os fluxos oriundos das mais diversas instituições promoveram uma dinâmica acelerada nos diversos mecanismos de controle e (re) configuraram as inúmeras estratégias de manutenção do poder. A mediação da política transpassou aspectos que envolveram a identidade dos sujeitos, favoreceu o curso para a articulação de interesses que atuaram nas realidades em processo. A transformação ocorrida na política midiaticizada fortaleceu um sistema de pressão sobre diversos níveis de interesses (empolados na CPI).

5 CONCLUSÃO

O arranjo metodológico realizado desde a metáfora do jogo “ovo podre”, passando pela cartografia e agregando-se às teorias, possibilitou o ingresso em um espaço promissor à realização das análises. O ambiente fronteiroço surgiu neste contexto como um elemento de suma importância para a tese, tendo em vista a condição que encerra de estar “entre instâncias”. Mas, para se chegar a esse ponto, foi necessário apontar e descrever os elementos de partida e os elementos de composição do processo.

A brincadeira infantil (ovo podre), mesmo que metaforicamente utilizada, permitiu a visualização do processo em sua totalidade (relevância dos aspectos relacionais). Com a ajuda da brincadeira, as disposições e os movimentos sistêmicos puderam ser vistos em suas diferentes faces de negociação. A partir daí iniciou-se um processo de rumo aparentemente indefinido. Mas a ancoragem de base cartográfica ajustou a metodologia durante o percurso, sobretudo na formulação/passagem de uma planilha a outra e nas construções teóricas utilizadas para sua realização. Desta forma, os diferentes relevos puderam ser interpretados e lidos de acordo com os enfrentamentos escolhidos (especificação das relações sistêmicas).

Neste contexto, o espaço fronteiroço mais uma vez foi determinante impedindo uma limitação que desmontaria a própria razão da proposta que a tese esboçou desde seu início: existe uma movimentação definidora das questões em jogo, em cujo foco concentra-se o maior motivo dos esforços analíticos. Cada movimentação (re) feita *cartograficamente* portou uma identidade ou uma negociação sistêmica de identidade. Isso necessariamente não aconteceu de forma impositiva, mas, sobretudo se definiu por um compartilhamento não desprovido de tensões.

Essa situação de compartilhamento pauta-se pela complexidade. No caso da CPI do Futebol, tornou-se impossível desconsiderar essa dinâmica, visto a simultaneidade dos enlaces sistêmicos, situação que passou a solicitar mais uma adequação para o método. A questão inicial, então, foi a de entender como um

determinado sistema funciona internamente e gera a partir daí e com negociações periféricas (ampliadas nos enfrentamentos) sua identificação (sobrevivência).

As próprias noções de mídia/jornalismo, de esporte/futebol e de política/poder descritas e analisadas a partir da CPI, por si só foram determinantes para a constituição da problematização suscitada por este evento como um objeto complexo. Por conta disso, além das referências ao que o sistema processava internamente, buscou-se entender como as produções internas eram levadas até uma situação externa. Para o entendimento desta exteriorização tomou-se a forma da diferença (LUHMANN), como base para fundamentar a verificação dos comprometimentos assumidos pelos sistemas ao se aproximarem.

Foi justamente neste ponto que o conceito de agendamento ganhou corpo no contexto do trabalho, considerando-se, sua operacionalidade para se pensar os diversos pontos de tematização que ganharam corpo na CPI. As questões levantadas durante o inquérito já haviam comparecido no espaço jornalístico, que por si só criou um ambiente público de agenda que apontou a necessidade de uma CPI. No desenrolar dos depoimentos estas questões foram incrementadas com informações ou especulações não postas de antemão o que garantiu momentos de imprevisibilidade. Ao mesmo tempo, pela sua transmissão na TV Senado e pela cobertura jornalística os depoimentos suscitaram possibilidades de novas abordagens em torno da mesma agenda. Além disso, as sessões secretas, como a de que participou o jornalista Juca Kfourri, sugerem uma camada de questões não visibilizadas, situação que se contradiz com o próprio caráter público de uma CPI, potencializado pela transmissão através do canal parlamentar. Há nesse jogo, entre fluxos de agenda e interesses, que são da ordem do político e do econômico, uma disputa sistêmica de gerências sobre esses fluxos, que na parte visibilizada da CPI deixou marcas que se buscou detectar através desta pesquisa. Esse jogo relacional permite pensar o espaço de agendamento não como uma estrutura fixa, mas de constante movimento.

Desta forma, foi possível se chegar às fronteiras relacionais, mas a integralidade, o esboço que se formou a partir daí era compartilhado (entre os sistemas). Neste ponto, a discussão entre Habermas e Luhmann sobre o sentido dos sentidos dos sistemas ingressou com mais um definidor para o encaminhamento e a definição dos articuladores sistêmicos utilizados, bem como o tratamento dado a partir da junção dos mesmos.

Quando Ricardo Teixeira, pressionado para explicar diversas transações ocorridas sob sua gestão, esquivava-se das respostas satisfatórias, temos em um só momento a confluência destes articuladores. Isso, porque Teixeira comparece como personagem do sistema esportivo que se converte a condição de réu. Por outro lado, as operações nas quais está envolvido, são próprias de negociações de ordem financeira. Além disso, essas transações remetem-se ao sistema midiático porque implicam em patrocínios e organização dos campeonatos, segundo a ordem das grades de programação das redes televisivas. É desse mesmo sistema, que partem as denúncias que deram origem a CPI, cuja composição possui políticos portadores de ligações diretas com o sistema financeiro, esportivo e midiático. A própria TV Senado, na condição de emissora parlamentar, já é na sua própria constituição um espaço midiático aglutinador de todo esse jogo sistêmico.

A noção de entropia tornou-se fundamental para o trabalho de análise. O jogo entre processos entrópicos e auto-organizacionais, além de atuar nos processos de constituição dos sistemas vivos, agencia da mesma forma as dinâmicas culturais da espécie humana (MORIN, 1998). Nesse sentido a experiência ou práxis que se codifica é o que faz a cultura se formar: são informações vindas e construídas dentro de um longo processo de tentativa – erro, passado de geração a geração. A experiência, seja ela qual for, mesmo formada dentro de um ambiente de trabalho (com no caso da CPI), esboça-se intermediada por situações culturais e ideológicas, que geram um determinado manancial de conhecimento. Certo ou errado esse manancial estabelece diferentes níveis de comportamento para uma dada condição sistêmica (interna > externa > interna). Neste entrelaçar, identidades foram mantidas

e os sistemas sobreviveram, em algumas circunstâncias, o sistema mais saliente impôs sua identidade e fez valer suas lógicas de funcionamento.

O que se defende teoricamente neste trabalho é que no campo da experiência se localiza a grande saída para o problema apresentado. A experiência porta informação de diferentes níveis, é processual, se movimenta o tempo todo, e é a partir dela que os instrumentos de análise apontaram alternativas para a verificação do processo.

Isso tudo também reflete um envolvimento maior que advém da constituição/formação de uma identidade nacional referendada em questões esportivas. Essa identidade se fundamenta no nacionalismo e na soberania popular, tema que surge do material empírico e merece consideração. No próprio requerimento de instalação da CPI essa recorrência do futebol, como um dos definidores da identidade brasileira, estava posta com todas as letras. Essa posição será reiterada no andamento da Comissão, inclusive através de falas apaixonadas, como as promovidas pelo Juca Kfourri. Isso sustenta a hipótese de intersecções sistêmicas anteriores ao próprio confronto visto na CPI. Ou seja, o sistema esportivo não se constituiu isoladamente, mas é atravessado por ingerências de diferentes ordens, inclusive as que se remetem a uma espécie de matriz constitutiva de um imaginário nacional.

Com o aumento dos fatores influenciadores e organizadores das narrativas relacionadas à nacionalidade, a exemplo dos diferentes níveis de mediatização do esporte, surge conseqüentemente, uma nova configuração para o espetáculo esportivo futebol. Tal configuração porta vestígios herdados de uma prática social comum, referendada na tradição do povo em cultuar determinado acontecimento. As condições que nos chegam daí são visíveis e dadas por uma trafegabilidade própria, formada na permanente condição de viajar entre pontos distintos ou comuns, inerentes ao futebol brasileiro.

Por ordem da cartografia utilizada e no refazer das planilhas (do primeiro para o segundo movimento), foi possível enfatizar as orquestrações advindas dos

procedimentos midiáticos e políticos, traduzidos na configuração de um novo universo. Resultou daí as interações entre diversas realidades e o estabelecimento de novas dinâmicas. O entrecruzar-se dos diversos componentes do processo parlamentar ganhou relevo o que formatou os movimentos analisados.

Ao entrar em cena nesta processualidade, os diferentes atores, Luxemburgo, Kfourri e Teixeira assumiram a centralidade do jogo (ovo podre metaforizado). A partir daí, o foco de vários mecanismos ativaram-se. A notícia, resultante de processos produtivos, passou também a acionar uma série de relações e se tornou instrumento valioso neste jogo: movimentou-se, adquiriu pesos e tonalidades diferenciados.

Cada um dos atores, por sua vez, trouxe consigo marcas sistêmicas importantes. A valorização dada ao futebol na CPI os colocou naturalmente na confluência de interesses diversos. Registros simbólicos foram transportados na posição assumida por cada um dos depoentes: papéis interpretados na TV Senado. Essas interpretações foram dinamizadas também através das diversas referências feitas ao material noticioso, nas suas novas contextualizações e nos novos sentidos dados a ele durante os depoimentos.

Pode-se dizer que o agendar oriundo do universo jornalístico praticamente pautou a totalidade dos fatos relacionados com a CPI. As diversas referências utilizadas em episódios centrados na mídia serviram como documentos no processo (exemplo da exibição do programa Cartão Verde da TVE). Mas percebe-se que esse agendamento de origem jornalística não é somente uma atribuição midiática. Os outros sistemas, ao se aproximarem do sistema midiático, absorvem dele os protocolos necessários à construção do agendar e passam também a organizar aquilo que é funcionalmente atribuído à mídia. Os sentidos e as estratégias migram.

Desta maneira, considerando-se que a midiatização da CPI é potencializada pela TV Senado e conseqüentemente traz reflexos de outras midiatizações, os articuladores sistêmicos escolhidos e os tratamentos desenhados neste trabalho dão

conta de atestar o forte grau de comunhão que o agendamento porta como mediador das disputas sociais. Não se pensa aqui só na situação de atestar certa funcionalidade e centralidade ao ato de agendar. Pensa-se que a maior contribuição do trabalho se localiza na condição de mostrar como isso tudo se deu e como as interligações permitiram o esboço para algumas análises e conclusões.

Aspectos inerentes ao jornalismo também foram fundamentais nesse processo de agendamento. Na acareação e na justificativa dos fatos tidos como verdadeiros, o espaço noticioso tornou-se uma oferta a indicar posicionamentos. A agenda jornalística cedeu lugar às diversas falas em produção e aos diversos poderes estabelecidos em disputa, o que possibilitou gradações de importância e peso aos componentes do acontecimento em si.

As condições de agendamento específicas da CPI agiram em premonição, pressagiaram e apontaram elementos para o estado futuro do acontecimento. O avizinhamo da notícia com as diversas forças sociais em disputa na CPI acabou por acionar uma série de negociações que redimensionaram o caráter estritamente jornalístico do noticiário. O jornalismo, ao provocar um fato político através de critérios de importância e de noticiabilidade, atuou na realidade na qual se inseriu, construindo sentidos que foram redimensionados em outras esferas.

Aspectos externos também contribuíram para o entendimento de uma nova configuração, dada à notícia e ao agendar. A condição de diligência própria de uma ação policial amplificou o caráter investigativo que é inerente à notícia. Um bom exemplo advém do uso que o relator fez das notícias públicas sobre a viagem da equipe do Palmeiras à Europa. No burburinho deixado pela existência de uma suposta “agenda do casal”, o senador Geraldo Althoff partiu para uma linha de investigação baseada, sobretudo, nestas notícias, o que levou Luxemburgo a reconhecer como verdadeiro um fax escrito e enviado por ele da Europa à senhora Renata. Com o reconhecimento feito pelo depoente em público, o relator expôs a agenda à plenária e confirmou como verdadeiras as anotações feitas por Luxemburgo nela.

A CPI do Futebol, como tantas outras, pode ter *acabado em pizza*. Entretanto, deixa para os pesquisadores da área de comunicação sugestivas indagações que falam muito sobre os níveis de mediação que se atravessam em boa parte dos processos sócio-culturais. Nessa pesquisa, tentou-se compreender alguns movimentos deste processo. Através deles percebeu-se que mesmo sob a centralidade do sistema midiático, ele não é de todo autônomo, mas também refém de negociações, lógicas e matrizes inerentes aos outros sistemas que participam do jogo. Muitas vezes o sistema midiático não se dá conta ou finge que o *ovo podre* está exatamente sob os seus auspícios.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, T. **A indústria cultural e a televisão, consciência e indústria**. In: _____. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da USP, pp. 287-295 e 346-354, 1971.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A Gramática do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: Observações Preliminares**. In: _____. **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, pp. 65-76, 1996.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Texto integral. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total: mito – ironias da era do virtual e da imagem**. Editora Sulina, Porto Alegre, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Comissão parlamentar de inquérito: técnica e prática**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BUNGE, Mário. **Treatise on Basic Philosophy – vol. 4: A World of Systems**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CURADO, Olga. **A Notícia de Ponta a Ponta**. In: _____. **As Perspectivas da Televisão Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Imago, pp. 11-48, 1995.

DAMO, Arlei Sander. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

ECO, Umberto. **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAUSTO NETO, Antônio. **Ensinando à Televisão: estratégias de recepção da TV Escola**. João Pessoa/PB: Editora Universitária, 2001.

_____. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. **Telejornais e a produção da política: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994**. In: _____. O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, pp. 499-523, 1997.

_____. **O Impeachment da Televisão: como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

_____. **Mortes em derrapagem**. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS FILHO, Lauro. **A cobertura esportiva no rádio e no jornal**. In: _____. Esporte e Poder. Petrópolis: Vozes, pp. 51-59, 1985.

GASTAL, Rita. **TV A CABO: origem, tecnologia e evolução no Brasil**. Pelotas: Editora da Universidade Católica/UCpel, 1995.

GLEISER, Luiz. **Novas Tecnologias – a TV Segmentada**. In: _____. As Perspectivas da Televisão Brasileira ao Vivo. Rio de Janeiro: Editora Imago, pp. 11-23, 1995.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

GOMES, Wilson. **Sobre a transformação da política na era da informação**. XIII COMPÓS, GT2: comunicação e política, CD-ROM, sistema operacional Windows, São Bernardo do Campo, 2004.

_____. **Duas Premissas para a Compreensão da Política Espetáculo.** In: _____. O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, pp. 30-46, 1996.

GONÇALVES, Elias Machado. **A Autonomia dos Sentidos como Conflito Ético na Comunicação Política.** In: _____. O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, pp. 47-64, 1996.

GUERRA, Marlene. **Recreação e Lazer.** Porto Alegre: Sagra de Luzzatto, 1993.

HABERMAS, Jürgen. & LUHMANN, Niklas. *Theorie der Gessellschaft oder Sozialtechnologie.* Frankfurt: Suhrkamp Verlag, Main 1971.

HENN, Ronaldo. **Os Fluxos da Notícia.** São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2002.

HOINEFF, Nelson. **A nova televisão.** Rio de Janeiro, editora: Rehume Dumará, 1996.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

KLEIN, Marco Aurélio & AUDINO, Sergio Alfredo. **O almanaque do futebol brasileiro.** São Paulo: Editora Escala, 1996.

LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação.** Lisboa: Editora Vega Limitada, 2001.

_____. **A Nova Teoria dos Sistemas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS e Goethe-Institut/ICBA, 1997.

_____. **Confianza.** México: Editorial Anthropos, 1996.

MACHADO, Arlindo. **A Televisão Levada a Sério.** São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios as mediações: comunicação cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001a.

_____. **O Medo da Mídia – Política, Televisão e Novos Modos de Representação.** In: _____. Desafios da Comunicação. Petrópolis: Vozes, pp. 28-46, 2001b.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação.** Bauru: EDUSC, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** São Paulo: Summus, 1988.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

MORIN, Edgar. **O Método 4. As idéias.** Porto Alegre: Sulina, 1998.

_____. **O Método I.** Mira-Sintra: Europa-América, 1986.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação/questão comunicacional e formas de sociabilidade.** Lisboa: Editorial Presença, 1997.

RODRIGUES, Malena R. **Imprensa e Congresso ou Como a Mídia Pauta a Política.** Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2002.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, Macumba e Futebol.** Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SÁ MARQUES, Francisca Éster de. **O processo de televisamento do texto jornalístico.** In: _____. **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo 15, pp. 525-539, 1997.

SALLES, C. **Gesto Inacabado.** São Paulo: Annablume, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das Mídias.** São Paulo: Editora Razão Social, 1992.

SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massas.** Portugal: Edições Asa, 1993.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O jornalismo brasileiro visto pelos correspondentes estrangeiros.** In: _____. **A Imprensa em Questão.** São Paulo: Editora da USP, pp. 26-32, 1971.

SILVERSTONE, Roger. **Televisión y vida cotidiana**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2001.

VERÓN, Eliseo. **Mediatización de lo político**. In: _____. COMUNICACION Y POLITICA. Espanha: Editorial Gedisa, pp. 220-236, 1995.

WEBER, Maria Helena. **Mídia e Eleições: Relações (Mal) Ditas**. In: _____. O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, pp. 11-29, 1996.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ARTIGOS

ALABARCES, Pablo. **¿De qué hablamos cuando hablamos de deporte?** In: _____. Revista Nueva Sociedad, nº 154. Editora: Texto Caracas. Venezuela MAR/ABR, 1998.

BRAGA, José Luiz. **Varejo**. In: _____. Revista Fronteiras. São Leopoldo, 1(1): pp. 91-119, dez. 1999a.

_____. **Meios de Comunicação e Linguagens: a questão educacional e a interatividade**. In: _____. Revista Linhas Críticas, Revista semestral da Faculdade de Educação. Brasília, 5(9): pp. 129-148, UNB, 1999b.

MATA, Cristina. **De la cultura masiva a la cultura mediática**. In: _____. Diálogos de la Comunicación. Argentina, nº 51: pp. 166-175, 2001.

McCOMBS, M. E. & SHAW, D. L. **The agenda-setting functions of the mass media**. Public Opinion Quarterly, n. 36: pp. 176 - 187, 1972.

SANTOS, Pedro Brum. **De poesias e de aves: relações entre literatura e futebol**. In: _____. Revista Comunicação Movimento e Mídia na Educação Física. Santa Maria, 2(2): pp. 71-81, 1999.

VIEIRA, Jorge de Albuquerque. **Caos e Semiótica**. In: _____. Revista Face. São Paulo, 5(1): pp. 62-82, jan./jul. 1996.

TESES E DISSERTAÇÕES

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses Cruzados: a produção da cultura no jornalismo brasileiro.** São Leopoldo: Comunicação/UNISINOS, 2004. Tese.

LIMA, Pereira. **O jornalismo e a Teoria Geral dos Sistemas: um Modelo Didático de Abordagem.** São Paulo: ECA/USP, 1981. Dissertação.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e Política nos Canais de Televisão do Poder Legislativo no Brasil.** Belo Horizonte: Comunicação Social/UFMG, 2003.

SANTANA DE FREITAS, Luiz Carlos. **A midiaticização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar do Senado brasileiro.** Brasília: Faculdade de Comunicação Social/UnB, 2004. Dissertação.

SCHMITZ FILHO, Antonio Guilherme. **Jornalismo Esportivo na Copa de 1998: uma tentativa de análise crítica das críticas.** Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1999. Dissertação.

SOETHE, José Renato. **Elementos para uma abordagem semiótica e cultural da media.** São Leopoldo: Comunicação/UNISINOS, 2003. Tese.

VIDEOGRAFIA

KFOURI, Juca. **8ª reunião extraordinária da CPI do Futebol,** Vídeo/VHS. Brasília: Arquivo TV Senado, 2002.

LANDAU, Gerhard. Acervo de 23 fitas das palestras proferidas durante a realização do **Seminário em Pesquisa: chances e restrições de movimento na infância na cidade de Santa Maria – RS,** realizado entre 25 de maio e 13 de julho de 2001.

LUXEMBURGO, Wanderley. **10ª reunião extraordinária da CPI do Futebol,** Vídeo/VHS. Brasília: Arquivo TV Senado, 2002.

TEIXEIRA, Ricardo. **12ª reunião extraordinária da CPI do Futebol,** Vídeo/VHS. Brasília: Arquivo TV Senado, 2002.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

BUARQUE, Chico. **Programa Chico Buarque e as Cidades**. Canal Multishow, 2000.

LANDAU, Gerard. **Entrevista acerca do debate entre Habermas e Luhmann sobre o sentido dos sentidos dos sistemas**. Entrevista concedida ao autor. Santa Maria, em: 10 dez. 2004.

DISCOGRAFIA

CHAVES, Juca. **Caixinha obrigado**. CD O Menestrel do Brasil. Sdruws Records, distribuição RB Music, 1996.

COZZI, Oduvaldo; SANGIRARDI, Estevam Bourroul. **Lado 1 e Lado 2**. LP Homenagem CINZANO – BRASIL BI CAMPEÃO DO MUNDO, trechos originais das transmissões da Rádio Guanabara do Rio de Janeiro. São Bernardo do Campo: Odeon, 1962.

JORNAIS

CONTI, Mário Sérgio. **A despolitização da Política**. Folha de São Paulo, p. 13, em: 20 dez. 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO, 100 Anos de Futebol, em: 16 jan. 1994.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. **Frases**. Folha de São Paulo, 3º caderno/editoria de esportes, p. 11, em: 24 set. 1997.

NOVAES, Washington. **Seja locutor, seja herói**. O Pasquim, p. 74-75, em: jan. 1971.

REVISTAS

KFOURI, Juca. **Chuta o Balde**. Revista Caros Amigos. São Paulo, 1(1): abril 1997.

REVISTA VEJA, nº 1344, p. 91, em: 15 jun. 1994.

SEMINÁRIO

LANDAU, Gerhard. **Seminário em Pesquisa: chances e restrições de movimento na infância na cidade de Santa Maria – RS** – participação no seminário de 25 de maio a 13 de julho de 2001.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

ANGELO, Ivan. **TV Senado escamoteia o jeito brasileiro de ser.** Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/circo/cir02052001.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2004.

A VEZ da imprensa – CPI's do futebol começam a investigar enriquecimento de jornalistas esportivos. Disponível em: <http://www.terra.com.br/mundo/noticias/agencia_estado>. Acesso em: 03 nov. 2004.

ALVES, Renata Moura. **Capa Revista ELE ELA.** Edição 0142. Disponível em: <<http://www.sorevistas.collector3.com/index.php>>. Acesso em: 25 mar. 2005.

CBF mantém mansão em Brasília para enfrentar CPI. Disponível em: <http://www.terra.com.br/mundo/noticias/agencia_estado>. Acesso em: 03 nov. 2004.

CENTRO ESPORTIVO VIRTUAL – notícias sobre a CPI do futebol. **REQUERIMENTO Nº 497/2000.** Disponível em : <<http://www.cev.org.br>>. Acesso em: 27 nov. 2001.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. **Central de Atendimento 0800 do Senado Federal, uma história de conquistas para o cidadão.** Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/index.html>>. Acesso em: 28 nov. 2004.

MATOS, Heloísa. **Comunicação Pública, Democracia e Cidadania: o Caso do Legislativo.** Disponível em: <<http://www.portalro.com.br/bibliotecavirtualrelacoespublicas/empresascases/0091.html>>. Acesso em: 10 nov. 2004.

PASOLINI, Pier Paolo. **O gol fatal.** FolhaOnline. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fs0603200506.html>>. Acesso em: 9 mar. 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espetáculo, Política e Mídia.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php3?codautor=42>. Acesso em: 5 fev. 2005.

TV SENADO. **Portal.** Disponível em: <<http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=33332&url=http://www.senado.gov.br/tv>>. Acesso em: 7 out. 2004.

XEXÉO, Artur. **Ataque das minorias ofendidas.** Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/circo/cir02052001.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2004.

REDE GOVERNO /SENADO FEDERAL. **CPI do Futebol: Proposições Legislativas.** Disponível em : <http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=33412&url=http://webthes.senado.gov.br/silo/processo_comm_cpil.htm>. Acesso em: 21 abr. 2002.

REDE GOVERNO /SENADO FEDERAL. **CPI do Futebol: Relatório Final – volume 1, volume 1a, volume 2, volume 3 e volume 4.** Disponível em : <http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=33412&url=http://webthes.senado.gov.br/silo/processo_comm_cpil.htm>. Acesso em: 21 abr. 2002.

ANEXOS

ANEXO I

REQUERIMENTO Nº 497, DE 2000
CRIAÇÃO DA CPI DO FUTEBOL
SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 497, DE 2000

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos que arrola.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, **para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos:**

1º) sonegação de recolhimento de contribuições da previdência social por clubes e outras entidades futebolísticas, **conforme noticiado amplamente pela imprensa;**

2º) sonegação de pagamento de imposto de renda por clubes, jogadores e técnicos de futebol, **consoante vem sendo noticiado pela imprensa e investigado pela Receita Federal;**

3º) irregularidades referentes a vendas de passes de jogadores brasileiros para o exterior, tendo o Banco Central já constatado problemas relativos a essas transações, abrangendo cerca de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares);

4º) irregularidades envolvendo clubes de futebol e bingos;

5º) possíveis ilegalidades existentes no contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol – CBF e a Empresa de artigos esportivos Nike.

As despesas dos trabalhos da presente comissão parlamentar de inquérito ficam orçadas em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

JUSTIFICAÇÃO: A sociedade brasileira e, em especial, todos os que acompanham o dia-a-dia do nosso esporte, **vêm assistindo, com estupefação, a notícias as mais diversas tratando de irregularidades que estariam ocorrendo no futebol nacional.**

Com efeito, a cada dia surgem denúncias sobre ilegalidades cometidas por diretores de clubes, jogadores, empresários e técnicos do nosso futebol: da sonegação do recolhimento de tributos a irregularidades relacionadas a vendas de passes de jogadores brasileiros para o exterior; de anormalidades envolvendo os bingos explorados por entidades desportivas à desconfiança e ao desconhecimento sobre a legalidade do contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol – CBF e a Empresa Nike, são muitos e variados os fatos levantados.

Assim, O Estado de São Paulo, edição de 26 de agosto próximo passado noticia que a Secretaria da Receita Federal está investigando sonegação de imposto de renda praticada por entidades futebolísticas, empresas patrocinadoras e, também, por clubes e jogadores.

Ademais, a Folha de São Paulo do dia 17 de fevereiro do corrente ano informa que a Receita Federal multou em US\$ 23,570,000.00 (vinte e três milhões e quinhentos e setenta mil dólares), clubes, jogadores, técnicos e empresários ligados ao futebol nos últimos dois anos.

Outrossim, não há como não registrar, até mesmo pela gravidade do assunto, a prisão do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, por ordem do Juízo da 2ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, no dia 09 de julho último, tendo o referido dirigente ficado vinte e nove dias detido, condenado a 4 anos e 2 meses de prisão, em regime semi-aberto, por apropriação indébita de R\$ 525.605,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos e cinco reais) que deveriam ter sido creditados à Previdência social entre 1995 e 1997. **A propósito, a Folha de São Paulo de 20 de janeiro deste ano informa** que os grandes clubes do futebol brasileiro são também grandes devedores do INSS.

Neste ponto, cabe anotar que só esses fatos já configuram motivo suficiente para legitimar a criação de comissão parlamentar de inquérito. Isso, porque a Lei nº 8.866, de 11 de abril de 1994 considera depositário da Fazenda Pública a pessoa a quem a legislação tributária ou previdenciária imponha a obrigação de reter ou receber de terceiro, e recolher aos cofres públicos, impostos, taxas e contribuições, inclusive à Seguridade Social (art. 1º).

Ora, quem é depositário de valores guarda esses valores, e a Constituição Federal preceitua, no seu art. 70, que cabe ao Congresso Nacional exercer a fiscalização sobre o uso de bens e valores da União, estando obrigada a prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.

E se cabe ao Congresso Nacional fiscalizar contas de pessoa física ou jurídica que guarde valores públicos, cabe também à comissão parlamentar de inquérito examinar essas contas. Isso porque, conforme rezam a doutrina e a jurisprudência – nacional e estrangeira – as comissões parlamentares de inquérito se inserem na função fiscalizadora do Parlamento. Ou seja, aquilo que está ao alcance da função fiscalizadora do Congresso pode ser investigado por comissão parlamentar de

inquérito. Assim, o não recolhimento, aos cofres públicos, de valores relativos a imposto de renda ou a contribuição previdenciária, descontados na fonte, por quaisquer entidades – ainda que privadas – configura fato ilícito que está sujeito ao poder de sindicância de comissão parlamentar de inquérito.

Por outro lado, informação mais recente, publicada pelos jornais O Globo e O Estado de São Paulo, de 2 de agosto último indica que o Banco Central do Brasil está investigando a venda de passes de jogadores de futebol do País para clubes do exterior. A esse respeito, teria sido constatada diferença de cerca de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares) entre valores que os clubes declararam haver recebido e a entrada efetiva de dólares no Brasil, ou seja, teria entrado menos dinheiro do que deveria. A respeito dessa irregularidade, seriam vinte e dois os clubes investigados em diversos Estados do País.

Registram-se, ainda, notícias sobre jogadores que receberiam parte do salário ‘por fora’, o que configuraria a existência dos chamados “Caixas 2” em clubes, e, também, **notícias sobre lavagem de dinheiro mediante operações de compra e venda de passes** e, igualmente, informações sobre valorizações adrede preparadas de atletas com o fim de elevar artificialmente os valores de seus passes no ‘mercado’ internacional de jogadores de futebol.

No que diz respeito ao relacionamento entre entidades esportivas e bingos, todos recordamos o recente escândalo que atingiu, inclusive, o então Ministro dos Esportes e do Turismo, com acusações de envolvimento da chamada ‘máfia espanhola’ e de ‘banqueiros do jogo do bicho’ nesse tipo de sorteio.

Quanto ao contrato de patrocínio firmado entre a CBF e a Nike, que remontaria a cerca US\$ 400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares), **segundo a Revista Veja de 3/9/97**, a sociedade brasileira exige informações sobre esse contrato.

Sobre os termos desse contrato, há informações de que a empresa Nike poderia, até mesmo, escolher unilateralmente adversários para a seleção brasileira de futebol.

A propósito, registre-se que a CBF, apesar de ser pessoa jurídica de direito privado, participa do sistema nacional de desporto (art. 13, parágrafo único, III), estando, pois, obrigada a respeitar o princípio da soberania nacional, inscrito no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.615/98, que instituiu normas gerais sobre desportos, regulamentando o art. 24, IX, da Constituição Federal. Assim, cabe a indagação: a CBF não estaria infringindo a soberania nacional, ao concordar que empresa que patrocina as suas atividades escolha os adversários da seleção brasileira de futebol? A resposta nos parece afirmativa, e esse fato por si só igualmente justifica o exame do contrato CBF/Nike por comissão parlamentar de inquérito.

A respeito dessa última questão, cabe aqui lembrar que é também consenso, na doutrina e na jurisprudência, o fato de que a competência de que é dotado o Poder Legislativo para fiscalizar é simétrica à sua competência para legislar.

E a competência para legislar sobre normas gerais de desporto é do Congresso Nacional (art. 24, IX, combinado com o art. 48, caput, da CF), que exerceu essa competência editando a Lei nº 9.615/98. Cumpre, de outra parte, ao Congresso Nacional, acompanhar a aplicação das leis que edita, até mesmo para reformulá-las quando for o caso.

Aliás, PONTES DE MIRANDA leciona, quanto à classificação das comissões parlamentares de inquérito, que uma das suas características alternativas é de poderem ser “preliminares à atividade legislativa”. (CF. Comentários à Constituição de 1967, Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed. revista, Tomo III, p. 62)

Por fim, devemos recordar que a importância do futebol em nosso País e o fato de que todos nós, brasileiros, devemos, muito, a esse esporte – que nos projetou no cenário internacional – impõe-nos a obrigação de cuidar para mantê-lo no elevado patamar que alcançou com a dedicação, o esforço e o suor de muitos compatriotas.

Ante todo o exposto, impõe-se a criação da comissão parlamentar de inquérito que ora justificamos, legitimada pelas assinaturas abaixo e destinada a apurar e esclarecer os fatos acima arrolados, no prazo de cento e oitenta dias.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

ANEXO II

PLANILHAS
PRIMEIRO MOVIMENTO

Dados gerais:

CPI do Futebol no Senado Federal

10^a Reunião Ordinária, realizada em 30.11.2000

Realização da oitiva do Sr. Wanderley Luxemburgo da Silva

Duração da sessão: 05:11:00

Origem: Arquivo TV Senado

Ritos iniciais:

Posição dos parlamentares – O senador Álvaro Dias, além de encaminhar as questões protocolares da casa, comportava-se como um “âncora” da TV Senado. A ele convergia todo o fluxo informativo: mediação de manifestações vindas da plenária, recebimento de requerimentos, ordenamento dos trabalhos, acolhimento das informações e documentação fornecidas pela assessoria, etc., bem como o encaminhamento das questões à plenária e ao público. O senador Geraldo Althoff, além de protagonizar as sessões na figura de relator, também fazia as vezes de “âncora”. A plenária, constituída pelos demais senadores, mediava os debates. Configurava-se como em programas de mesa redonda, através da intensa participação de comentaristas ou especialista.

Entradas e apresentações – O ingresso do técnico Wanderley Luxemburgo na CPI é anunciado e acompanhado pelo senador Romeu Tuma, uma espécie de anfitrião. O Senador busca o depoente na porta de entrada e o conduz até a mesa principal, fazendo as apresentações necessárias. Wanderley Luxemburgo entra sorridente sob as luzes de flashes e holofotes – uma celebridade – a descontração lembra a entrada de uma coletiva para anunciar a escalação da seleção brasileira de futebol. Tudo muito à vontade, com cumprimentos à plenária e aos senadores durante o percurso. Como deferência à notoriedade do depoente, seus advogados sentam-se ao lado para lhe prestar auxílio. Ao iniciar sua fala, Wanderley Luxemburgo testa o microfone de forma descontraída como ação protocolar em uma coletiva a imprensa.

Comentários do ambiente - Após as apresentações feitas pelo presidente da CPI, Wanderley Luxemburgo assina um termo de compromisso, empenha-se em relatar a verdade. Começa seu depoimento e, em várias oportunidades, vira-se para os advogados e recebe de orelhada, informações sobre o que deveria ser dito à plenária. Tem-se a impressão de que o relato e a ordenação da documentação, utilizados na exposição, não foram organizados por Wanderley Luxemburgo e tiveram, por parte dele, mínima apreciação. Em dado momento, ainda na primeira explanação de Wanderley Luxemburgo, a TV Senado, insere uma imagem, em plano detalhe (zoom in), com um passeio da esquerda para a direita, mostrando todos os jornalistas e cinegrafistas presentes ao depoimento. Ao final da exposição de Wanderley Luxemburgo, o senador Álvaro Dias chama a atenção para um telão colocado em uma sala ao lado como mais uma facilidade para a comodidade dos convidados. Depois de encerrar sua primeira participação, Wanderley Luxemburgo pede licença e faz novos apontamentos sobre uma gravação de um diálogo. Recebe novamente de orelhada, do seu Advogado, o que dizer sobre o documento. Em seguida, o senador Álvaro Dias questiona sobre a falta de identificação no exame antidopagem apresentado pelo depoente. O senador Romeu Tuma intervém a favor de Wanderley Luxemburgo, e ajuda a esclarecer a dúvida que paira sobre a identidade de quem fornece tal material (fio de cabelo e urina), para exames de antidopagem. Ele diz que em exames deste tipo, é preservada a identidade do examinado e que ela poderá ser revelada se solicitada ao médico e com autorização do examinado. Quando o depoente fala de como o exame foi feito, se inclina e mostra o topo da cabeça ao senador Álvaro Dias, todos riem. Na primeira etapa, cabe destacar que Wanderley Luxemburgo se pronuncia em voz alta, clara e de forma incisiva e levanta o dedo em riste em muitas oportunidades. Quando o depoente faz a leitura do fax, enviado pelo Advogado da Sr^a Renata, por solicitação do senador Geraldo Althoff, os advogados atuam mais diretamente na ordenação das ações de Wanderley Luxemburgo. Apontam páginas, determinam a utilização correta de termos jurídicos. E em dado momento do relato, ocasião em que é lida a denúncia de um suposto armazenamento e transporte de drogas (cocaína), um dos advogados de Luxemburgo sorri e balança a cabeça, indignado como que a negar os fatos relatados. No final da mesma leitura, novo gracejo é esboçado, agora pelos dois advogados, quando Luxemburgo enfatiza a solicitação de Renata para que seu filho e ela sejam incluídos no programa de proteção às testemunhas. Ele conclui a leitura e salienta que já havia encaminhado um inquérito policial de queixa crime e tentativa de extorsão contra a Sr^a Renata e que a mesma havia pedido 1 milhão e meio para não entrar com a notícia crime contra ele. Quando

Wanderley Luxemburgo faz referência, em seu relato, sobre a utilização da imprensa e da subestimação que a Sr^a Renata fazia da capacidade de interpretação da imprensa, é inserida uma nova tomada, em plano detalhe, com passeio da esquerda para a direita, dos jornalistas e cinegrafistas presentes. Depois concluir sua exposição, Wanderley Luxemburgo, pede ao senador Álvaro Dias para retomar uma parte do depoimento. A solicitação é aceita. Ao retomar, Wanderley Luxemburgo faz nova leitura de uma transcrição da gravação feita da fala do advogado da Sr^a Renata. Nesta nova participação, fica evidente que os advogados estão tentando reforçar algo que ficou pendente. O senador Romeu Tuma propõe que as peças citadas (fitas, transcrições, depoimentos, etc.) do Inquérito Policial em andamento (Polícia Estadual do Rio), sejam requisitadas pela CPI e anexadas ao processo. Em seguida, o relator, senador Geraldo Althoff, começa sua explanação. Surge a questão sobre a duplicidade das certidões de nascimento. Uma cópia da matéria da revista *Época* é utilizada e lida à plenária pelo relator, que posteriormente passa a Wanderley Luxemburgo para que ele veja as cópias apresentadas das certidões no corpo da matéria. Ele pega o material, mas no calor da discussão não lê, devolve, e assume a questão posta como verdadeira. Mais adiante, como Luxemburgo se nega a revelar o esquema de propina por ele admitido em programa de televisão exibido na sessão como prova. O Senador Álvaro Dias chama a atenção dos presentes à sessão para a não colaboração do depoente. Neste momento, a TV Senado insere uma tomada em plano detalhe dos jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Um zoom out da esquerda para a direita, abrindo em plano geral para toda a plenária. Faz-se silêncio e paira um clima de incerteza. O senador Geraldo Althoff, indica, caso se faça necessário, a utilização de medidas mais drásticas para colher os nomes solicitados a Wanderley Luxemburgo. Várias tentativas, no tom de indulgência, são apresentadas para Wanderley Luxemburgo apontar os nomes daqueles que tentaram comprar seus favores como técnico da seleção brasileira e de clubes. Após, o senador Álvaro Dias lê e pede para que a plenária vote o requerimento de solicitação para o depoimento do Sr. Ricardo Teixeira, presidente da CBF, no dia 13 de dezembro de 2000. Enquanto o requerimento é lido, a TV Senado mostra em plano médio, Wanderley Luxemburgo em conversa com seus advogados. Um deles, o sentado mais à ponta da mesa, gesticula e fala de forma bastante incisiva para Wanderley Luxemburgo. A reunião avança e Wanderley Luxemburgo é questionado sobre sua amizade com o Senhor Sakamoto. O senador Geraldo Althoff, apresenta uma cópia da matéria do Jornal O Globo, juntada aos autos do processo, como fez com a Revista *Época*. Além da matéria do jornal, em mais uma oportunidade, uma parte da entrevista concedida ao programa *Cartão Verde* é utilizada. Após a exibição, Luxemburgo pede para ver rever a parte do programa apresentado à plenária. Enquanto a fita é exibida, a TV Senado mostra que Luxemburgo se vira para o lado dos advogados e conversa. Estratégia igual à utilizada em jogos de futebol, quando o jogador a pedido do técnico, simula uma lesão para interromper o jogo e receber informações do médico ou do massagista. Após rever a fita, Wanderley diz que não lembra da pessoa que pediu a ele para emprestar dinheiro a Sakamoto. O senador Geraldo Althoff lembra ao depoente que calar a verdade em uma CPI também é crime. E continua seu questionamento. Novamente, a TV Senado mostra uma cena em plano detalhe, de Wanderley Luxemburgo, inclinando-se para o lado dos seus advogados para receber mais informações. Na seqüência, o senador Geraldo Althoff, questiona o depoente sobre sua declaração de renda do exercício de 1996/1997. Luxemburgo, neste momento do depoimento, está claramente desconfortável, ele se vira para o lado do senador Geraldo Althoff, fica de costas para os seus advogados, como que tentando encobri-los. Recosta-se e se aproxima como se ninguém pudesse perceber tal movimentação. O advogado mais próximo fica atrás de Luxemburgo, observa tudo e passa informações aos cochichos. Ao mesmo tempo em que o depoente e seus advogados montam estratégias, o senador Álvaro Dias solicita ao serviço de som, para que o som do microfone do depoente seja regulado. Em seguida o senador Geraldo Althoff faz a leitura de uma listagem com nomes de pessoas e empresas e pede a Wanderley Luxemburgo que diga as que ele conhece ou não. Ele não reconhece a maioria. Logo depois, o senador continua expondo a avaliação sobre as declarações de Imposto de Renda do depoente, dos últimos cinco anos (de 1995 a 2000). Destaca, sobretudo, a existência de 30 contas bancárias, entre poupanças e contas correntes, distribuídas em seis bancos. Wanderley aproveita o espaço e conversa um pouco mais com os advogados. Quando o Senador Geraldo Althoff pergunta a Luxemburgo sobre o valor de imóveis adquiridos em São Paulo, próximo ao Palmeiras, constantes das declarações de Renda, o advogado de Luxemburgo mais uma vez o acode. O senador Geraldo Althoff faz uma apreciação das declarações de renda e das empresas de Wanderley Luxemburgo. Em uma determinada empresa do ramo imobiliário, Luxemburgo solicita ao senador Althoff, os documentos que ele está utilizando. Quando os documentos chegam a suas mãos ele, de pronto, os leva até o advogado que folheia a documentação e a analisa junto com Luxemburgo, a TV Senado mostra a cena em plano detalhe da conversa dos dois. O Senador Álvaro Dias, com um toque de campainha, chama mais uma vez a atenção dos advogados para a responsabilidade do depoimento e da não interferência dos mesmos. Ao responder sobre um

apartamento de sua propriedade e sendo autorizado pelo relator para buscar informação junto ao advogado, se percebe que o ajuste na altura do som do microfone solicitado permite ouvir também a fala do advogado. Quando Luxemburgo se vê acossado pelas perguntas do relator, principalmente em relação a movimentações bancárias, começa a responder evasivamente, como havia feito anteriormente com os questionamentos sobre pessoas que lhe ofereceram dinheiro para a convocação ou a escolha de jogadores. O senador Geraldo Althoff parece estar perdendo a paciência, bate repetidamente com a caneta ao final das perguntas, como que solicitando uma resposta mais precisa. Demonstra com expressões que gostaria que as respostas fossem condizentes e objetivas, parece estar se segurando para manter o protocolo. Luxemburgo nota que o tempo esquentou mais do que o imaginado e pede ao presidente para ir ao banheiro. É atendido. Ao retornar, responde os questionamentos do relator com um pouco mais de propriedade, parece ter sido auxiliado pelos advogados na construção das respostas. O senador Maguito Vilela solicita uma alteração protocolar, tendo em vista a exaustiva exposição de fatos financeiros e a não possibilidade de participação dos outros senadores na sessão. O senador Álvaro Dias chama a atenção do solicitante para a linha de investigação e pesquisa realizada pelo relator, e que uma interrupção neste ponto atrapalharia o processo da CPI. A mudança protocolar é concedida, mesmo assim, o presidente chama a atenção (como um âncora de TV), para os desvios que serão realizados neste momento da oitiva. O senador Romeu Tuma é o primeiro inscrito. Em seguida, o presidente anuncia uma pausa para o lanche que se realizará em 30 minutos, e salienta, em pauta ao retorno, que novas indagações serão realizadas pelo relator. A divulgação da pausa estabelece um tempo para os pronunciamentos dos inscritos. O senador Maguito Vilela começa sua intervenção e destaca o trabalho relevante que a CPI do Futebol estava realizando e enfatiza a atuação do senador Geraldo Althoff. Os demais senadores inscritos, Sebastião Rocha, Antero Paes de Barros e José Eduardo Dutra, retomam questões anteriores. Eles pedem-lhe explicações sobre a relação profissional com a senhora Renata. Perguntam-lhe sobre a suposta existência de conta bancária no exterior em nome do depoente. E revisam suas relações com advogados, jogadores, empresários e dirigentes do meio futebolístico. Enfim, o senador Sebastião Rocha consegue um feito até o momento inatingível, obtém de Luxemburgo a revelação de um nome relacionado à tentativa de suborno para a convocação de um jogador para a seleção brasileira. Tal tentativa vinha sendo articulada pelo relator, desde o início da sessão, com a exibição de uma entrevista ao programa de esportes 'Cartão Verde'. Antes de iniciar a pausa anunciada para a sessão, de 10 minutos, o senador Antero Paes de Barros, faz um apelo irônico para que Luxemburgo aproveite o lanche e procure 'melhorar a memória' para fornecer à CPI os nomes das pessoas que fazem parte do esquema de convocação e valorização de passe de jogadores através de benefícios financeiros (suborno). Ao retornar da pausa, o senador Geraldo Althoff, agradece a participação dos colegas e inicia nova seqüência de perguntas sobre movimentações financeiras, relações pessoais, empréstimos de dinheiro, amizades e o reconhecimento de mais algumas firmas e pessoas. Nesta etapa, os advogados começam a ajudar Luxemburgo mais incisivamente, a plenária se manifesta. O Senador José Eduardo Dutra diz que o depoente está respondendo conforme a orientação dos advogados e solicita que os mesmos sejam retirados dali. A presidência acata o pedido e salienta mais uma vez a situação extraordinária concedida aos advogados do depoente. A TV Senado mostra, em plano geral, a saída dos advogados. O advogado que estava na ponta da mesa, quase saindo, mal o presidente acaba de fazer o pedido, já se senta à mesa ao lado. O advogado sentado ao lado de Luxemburgo é mais paciente, arruma os documentos espalhados pela mesa e sai. Nas respostas seguintes, se percebe que Luxemburgo está visivelmente desconfortável, responde e procura a confirmação das repostas olhando para os advogados, agora distantes. A nova posição afeta a condição até então estável do depoente.

Ritos imbricados (parlamentar & televisivo):

FI/Álvaro Dias/Presidente/Âncora/Apresentador – (...) Senhor Senador Geraldo Althoff, relator desta comissão, Senhores Senadores, Senhor depoente, o objetivo da CPI parlamentar de inquérito que é promover o diagnóstico da crise no futebol brasileiro e elaborar uma legislação para que o futebol de nosso país se torne também uma atividade econômica e social de maior rentabilidade. Não tem o objetivo prévio de condenar, tem isto sim a responsabilidade de investigar para esclarecer. E é sempre bom, sobretudo porque especialmente hoje a opinião pública brasileira acompanha os trabalhos desta comissão, em função da notoriedade do depoente (W.Luxemburgo), é bom dizer que o trabalho da CPI se conclui com o relatório aprovado pelo plenário do Senado e encaminhado ao Ministério Público. Não cabe, portanto, a esta CPI julgar, condenar ou absolver! O Ministério Público sim, tem a função constitucional de promover a responsabilização civil e criminal, denunciando ou não, para que o poder judiciário julgue, condenando ou absolvendo. O senhor Wanderley Luxemburgo tem hoje a oportunidade de esclarecer ao país; esta sessão da CPI está sendo transmitida por emissoras de rádio ao vivo, por emissoras de televisão, toda a imprensa

brasileira relatará os fatos que aqui ocorrerão. É, portanto, a oportunidade a que Wanderley Luxemburgo tinha o direito de expor as suas razões diante das denúncias contra ele aqui formuladas, diante de toda a nação, não apenas aqui, mas através da mídia brasileira. Inicialmente, nós solicitamos ao Senhor Wanderley Luxemburgo que assine o termo de compromisso (...)

O senador Álvaro Dias lê o artigo 204 do Código de Processo Penal e esclarece a presença dos advogados junto à mesa principal, alertando-os sobre as limitações pertinentes a suas atribuições em relação às possibilidades de auxílio ao depoente – função eminentemente de assessoria.

(...) são os esclarecimentos iniciais que julgamos ser do nosso dever fazer na abertura dos trabalhos. Eu consulto o senhor Wanderley Luxemburgo se deseja usar da palavra inicialmente, como é de praxe nesta comissão, fazer a sua exposição inicial para posterior interrogatório dos Senhores Senadores.

F2/Geraldo Althoff/Relator/Inquiridor/Âncora – O Senador Geraldo Althoff ostentou, além da condição de relator da CPI, no mínimo mais duas categorias passíveis de posicionamento: a de “inquiridor”, como oficial que interpela testemunhas e também, em alguns casos, a de “âncora”, destacando e chamando a atenção, sempre que possível, para as fases da CPI do Futebol – uma primeira fase de caráter investigativo, passando depois a uma segunda fase de caráter propositivo, determinante às decisões que deverão ser tomadas, em outras instâncias, para que o futebol retome sua posição de honra no cenário nacional, funcionando dentro da legalidade, como meio gerador de recursos e empregos.

(...) eu gostaria neste primeiro momento de lhe questionar qual o seu nome completo? **W.L: Wanderley Luxemburgo da Silva.** O senhor quando escreve seu nome, o senhor escreve com ‘W’ no início e com ‘Y’ no final ou com ‘V’ no início e ‘T’ no final? **W.L: Dáblío e ípsilon.** O nome Silva é um nome conhecidíssimo no Brasil, a colônia portuguesa que leva e que traz sobre si esse sobrenome é conhecidíssima, e de um número significativo de cidadãos brasileiros que têm o nome Silva. O sobrenome Luxemburgo, com certeza, é um sobrenome bastante mais raro que nós não temos acesso no dia-a-dia, com frequência, a pessoas que sustentem este sobrenome. O senhor poderia nos informar ou dar uma explicação da origem dos nomes Luxemburgo e Silva? **W.L: O nome da minha mãe é Rosa Luxemburgo. Meu avô, um homem de esquerda, ferroviário, colocou o nome da minha mãe em homenagem a Rosa Luxemburgo, marxista, e se o senhor perceber, só o nome da minha mãe tem Luxemburgo...** Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, eu me permitiria a lhe questionar, que o senhor nos informasse os nomes tanto de sua senhora e de suas filhas. **W.L: O nome de minha esposa é Josefa Costa Santos Luxemburgo e das minhas filhas são Valesca Santos Luxemburgo, Vanessa Santos Luxemburgo e Vanussa Santos Luxemburgo.** Chama-me a atenção que, a partir do momento que tanto sua senhora, quanto suas filhas levam o nome Luxemburgo, não levam sobre si o sobrenome Silva. Eu gostaria que o senhor nos justificasse, o porquê, exatamente de tanto sua senhora quanto suas filhas, não levarem o sobrenome Silva. **W.L: Eu gostaria que seguisse na família, com as minhas filhas, o nome Luxemburgo, em homenagem ao meu avô que colocou o nome da minha mãe Rosa Luxemburgo, que eu acho uma idéia dele interessante, e eu deixei continuar Luxemburgo em função disto.**

Tensão entre objeto de Investigação e a notícia (determinação de interesses/utilidade):

- Critérios utilizados para reconhecimento: a) referência à mídia, dando conta das questões envolvidas e b) picos de conflitos entre os embates como ingrediente dramático (o que leva ao espetáculo televisivo)

Depoente x Mídias – Wanderley Luxemburgo começa seu depoimento agradecendo a oportunidade que lhe foi ofertada pela tribuna (Senado Federal) de falar a primeira vez à nação brasileira de uma forma bem direta esclarecendo dúvidas sobre os quatro meses de denúncias e martírio público a que ele e sua família foram submetidos. Enfatiza que até então ele tinha sido ouvido conforme a conveniência de cada órgão de cada veículo (uma alusão que reforça o sentido de confronto com a mídia). Em seguida, apresenta uma cronologia de chantagens que a Sr^a Renata Carla Alves, sua ex-secretária, e também depoente a CPI do Futebol (6^a Reunião Ordinária realizada em 09.11.2000), havia conduzido apoiada em algumas aparições na mídia:

Início da cronologia - (...) **A dona Renata disse diversas vezes à imprensa** que ela foi intimada a comparecer a Polícia Federal em 96, aonde começa a primeira mentira da Dona Renata, ela não foi intimada, ela foi deliberadamente por livre e espontânea vontade à Polícia Federal e fez uma entrevista, tanto é que no termo...depoimento que não existe é termo de entrevista, e não depoimento, **quando ela falou para todos da**

imprensa que tinha sido intimada para prestar o depoimento. Todos podem ver no processo que é usado o termo de entrevista, então ela faz a primeira denúncia contra mim nesta entrevista.

A primeira ‘Tentação’ - (...) dez meses depois desta entrevista houve abertura de inquérito (junho de 97), no intervalo desta abertura de inquérito eu fui procurado por alguém, a mando da Dona Renata, que me tentou na época, tirar, fazendo uma proposta de 200 mil dólares, para que se eu pagasse aqueles 200 mil dólares, ela iria à Polícia Federal e cancelar, e desmentir, e falar as coisas que pudessem acabar com aquilo naquele momento. Eu não entendi porque, porque eu não houvera feito nada, então não entendi porque esse tipo de chantagem se eu não tinha nada que temer. Como os senhores com certeza têm acompanhado os noticiários, não sei se é uma semana ou tem dez dias, no Jornal da Tarde que eu me recordo muito bem, ela diz claramente que se eu tivesse dado a ela 300 mil, na época, não teria tido nenhum problema, nada disso teria acontecido. E 300 mil devem equivaler mais ou menos aos 200 mil da época de 96, e isso em entrevista que ela deu ao Jornal da Tarde, tem negócio de uma semana ou dez dias, eu não me recordo muito bem... Está no Jornal da Tarde e outros veículos também... Foi aberto inquérito e eu fui intimado a ir à Polícia Federal...

O desleixo da imprensa - (...) e os documentos que ela apresentou para a CPI e apresentou para a imprensa, e que a imprensa nunca leu, por que num programa de televisão que eu fui, nós perguntamos para o jornalista se ele tinha lido a procuração, ele disse: você foi procurador dela. Meu advogado perguntou ao repórter: você leu a procuração? Mais ou menos. Mais ou menos não, porque se o senhor lesse o senhor iria ver que não existe uma procuração com plenos poderes e sim uma procuração para levantamento de alvarás dos leilões adquiridos em que não houvesse sido concluída a compra. Era só esta a procuração que ela tinha e ela usou para a imprensa todinha, dizendo para toda a imprensa que ela tinha plenos poderes para comprar leilões com o meu nome, quando ela nunca teve... Nunca outorguei a ela uma procuração neste sentido, e ela usou isso diversas vezes com a imprensa, e a imprensa nunca leu e nem noticiou que ela era simplesmente arrematante, licitante de leilões. E o termo que ele usa na procuração é o de licitante, arrematante de leilões. E que eu não a procurei para isso, fui apresentado a ela por um amigo..., e ela me apresentou a compra de leilões como se fosse um negócio rentável e ela teria uma participação de 10 por cento das vendas que fossem concluídas; e ela não arrematava só para mim, ela era licitante e nunca foi minha secretária, se fosse minha secretária ela trabalharia no meu escritório, e ela trabalhava na casa dela, o escritório dela era na casa dela...

Bandido Homicida - (...) pela primeira vez que ela se apresentou publicamente, ela se apresentou em um programa de 40 pontos de audiência, de costas, com um pano na sua frente para não mostrar o rosto e fazendo acusações diversas como se eu fosse um bandido. Porque a pessoa que vai para a televisão num programa de audiência de 40 pontos e [não] esconde o rosto, tá falando de um bandido, tá com medo de morrer e foi isso que ela deixou passar para a imprensa, que ela estava com medo a partir daquele programa, daquela primeira entrevista, com medo de morrer, foi isso que ela passou para toda a imprensa, que estava com medo de morrer e me chamando inclusive de homicida. Naquele programa ela não mostrando a cara, ela deu a entender que estava com muito medo.

Mídia e Oportunidade - (...) Só que hoje ela está aí, posando nua e todos os programas que eu vejo de televisão ela mostra o seu rosto, pra todo mundo. Por que naquela época ela não mostrou o rosto falando do técnico da seleção brasileira? Por que o interesse em ficar atrás de um pano não mostrando o seu rosto?

Traficante Internacional - (...) Será que o objetivo não era de deixar a coisa dum lado obscuro? Dando a entender que era uma coisa meia de uma denúncia, com medo de morrer, como se eu fosse um traficante de drogas em bola de futebol, como ela falou; que seria um absurdo eu ser um traficante internacional de drogas, em bola de futebol! Eu teria que primeiro que lesar a Polícia Federal no aeroporto, a Polícia Internacional, o meu roupeiro, o meu massagista, os meus jogadores, os meus dirigentes, pra ser traficante internacional.

Prova e Contraprova - (...) Ela disse, entre outras coisas, que eu era um drogado. Eu fiz e vou passar depois, se o senhor quiser ver, eu fiz os exames, sem ninguém pedir, porque eu tenho a minha família e a coisa que eu mais prezo é a minha família. Eu tenho três filhas moças, se ela fala que eu sou um drogado, que exemplo eu vou dar às minhas filhas? Então eu tenho aqui o documento que mostra que eu nunca me envolvi, não é um documento, é um fio de cabelo, se o Senador quiser ver, eu tenho a marquinha aqui, que eu pedi pra fazer aqui, o exame prova pra mostra que não é um exame de colhimento de sangue agora. Porque eu tenho que

servir de exemplo para aquelas que vão seguir depois a minha vida... eu acho que é mais importante pra mim, não é nem a minha seqüência no futebol, é a minha moral, é a moral que eu posso passar para os meus filhos...

Empregador Explorador – (...) voltando um pouquinho atrás. Em 97 como eu não quis nenhum tipo de acordo porque eu não tinha nada que temer, ela entra na justiça do trabalho, tentando, através da justiça do trabalho, buscar alguma coisa, que o objetivo dela, com certeza absoluta, é o dinheiro... reivindicando, hoje, nos valores atuais, deve estar em torno de 1 milhão e seiscentos... eu devo ter contratado ela por um valor absurdo pra que chegue ao total hoje de 1 milhão e seiscentos, como secretária...

Fax de notícia crime e início da chantagem – Wanderley Luxemburgo começa a falar de um fax que o advogado da Sr^a Renata C. Alves havia enviado a seu advogado, assinado por ele e por ela, antes de entrar com a notícia de crime junto à Procuradoria Federal, destacando o episódio como uma clara evidência de chantagem. O Senador Geraldo Althoff pede a Luxemburgo que leia o fax (...) no ano de 1989, aproximadamente, a noticiante conheceu o noticiado e até 91 houve um relacionamento amoroso, logo após houve um rompimento que foi reatado profissionalmente para que ela atuasse como licitante, mais ou menos em outubro de 1992..., apesar de não existir mais nenhum relacionamento amoroso..., o noticiado inopinadamente sempre ia à casa da noticiante, na Rua Tirol, bairro de Jacarepaguá, nesta cidade do Rio de Janeiro, especialmente antes das viagens que esse fazia com o Clube Palmeiras em excursões na Europa, segundo ele, para que ela cuidasse de seus interesses no Brasil, inclusive deixando vários cheques em branco e muito dinheiro em espécie...

Esconderijo e transporte da droga – (...) a noticiante tinha que levá-lo ao aeroporto, onde ele sempre tinha livre acesso à aeronave. Jamais a noticiante o viu sendo vistoriado, bem como ele arrumava a suas malas, com algumas exceções, ou seja, as bolas de futebol que o noticiado naquela época fazia questão que ela não tocasse, sempre as levava para o banheiro, quando antes da viagem, ficava no mínimo trinta minutos (ele explica: só que as bolas de futebol sempre eram levadas pelo roupeiro e não pelo técnico), o noticiado permanecia vários minutos estranhamente no banheiro sendo que no mínimo trinta minutos de modo que numa destas... A noticiante viu através da fresta da porta, sem que ele notasse, o noticiado introduzindo nas várias bolas que levava para o exterior, uma substância branca semelhante à droga conhecida como cocaína ou outro pó branco, cabendo ressaltar que essas viagens duraram aproximadamente um ano, concomitante ao enriquecimento infundado do noticiado. Além disso, o noticiado sempre utilizou drogas na presença da noticiante que jamais testemunhou contra esse, posto que temia por sua vida e pela de seu filho menor..., **porém agora, com a cobertura da imprensa**, esta se sentiu mais confiante para levar às autoridades brasileiras estes fatos que devem ser apurados... requer a noticiante que seja garantida a sua vida e do seu filho menor, bem como eles sejam incluídos no programa de proteção à testemunha...

Rádio Globo promulga tentativa de chantagem – (...) além disso, uma fita gravada no diálogo entre o advogado..., apareceu na Rádio Globo, aonde ela claramente diz, perguntando ao advogado, ela diz claramente, que era uma tentativa de extorsão, de chantagem, desculpe de chantagem. E tem um laudo pericial também, atestando que a fita ela é, não sei o termo que se fala, autêntica. Dentro do processo também, gostaria que os senhores pudessem buscar essa fita e esse laudo dentro do processo para mostrar. Ela já foi indiciada por isso, e está respondendo não só a esse processo como mais quatorze processos que eu coloquei contra ela em função destas denúncias todinhas.

Entrevista e Desafio Público - (...) a Dona Renata, desde a primeira denúncia que ela fez contra mim, e eu fui dar uma entrevista coletiva num hotel no Rio de Janeiro, hotel me parece Plaza. E eu falei naquela entrevista no Rio de Janeiro que eu desafiava a Dona Renata a mostrar um documento, um documento sequer, não precisava trinta documentos como ela sempre disse, não, ou a agenda que ela sempre disse, não. Que ela mostrasse um documento que provasse que eu tivesse feito alguma coisa ilícita, com jogador de futebol ou com empresário de futebol, que eu tivesse levado alguma participação com o empresário de futebol. Em programa de televisão, eu a desafiei várias vezes para que ela passasse um único fax, não trinta fax, um único fax, para que ela mostrasse que eu realmente tinha alguma coisa envolvendo o empresário de futebol...

Imprensa, Interpretação e a Suposta Agenda – (...) ela postergou todas às vezes as provas que ela ia mostrar, usando a imprensa, ou até subestimando, me permitem vocês da imprensa, a capacidade da imprensa de interpretação, ou então o interesse da imprensa em querer que a coisa também caminhasse dessa forma.

Porque depois daquela entrevista minha, ela marcou uma entrevista coletiva que ela ia apresentar a agenda e nome de jogadores com documentos provando que eu, e de empresários que eu tinha alguma coisa, ela passou daquela semana e não apresentou a imprensa, ela disse que ia apresentar no dia 16 de outubro, que era o depoimento dela, que ela ia apresentar na Polícia Federal todos os documentos que provassem, que tinha algum envolvimento meu com empresário e agenda que ela prova; postergou mais uma vez. E ela disse que ia apresentar pro Senado, jogava pra frente e ia apresentar quando fosse convidada a vir ao Senado, e assim ela fez, não sei quais foram os documentos que ela apresentou. Mas, com certeza absoluta, não tem nenhum documento que prove, e isso vai ficar demonstrado ao logo desse meu depoimento, que prove algum envolvimento meu com empresário.

Mídia e oportunidade (nudez + livro) – (...) E ela usou a imprensa o tempo todinho para ficar na mídia, e usando a mídia com inteligência, tanto usando a mídia com inteligência que ela hoje está convidada, ela está convidada pra posar nua numa revista masculina. E ela está escrevendo um livro, e mostra tudo aquilo que ela realmente sempre quis neste processo todinho. De início, Senador, era isso que eu queria apresentar para os Senhores...

Mídias e Fato investigado – nesta etapa do depoimento, Wanderley Luxemburgo é questionado pelo relator sobre a origem do seu nome e qual a grafia utilizada por ele para assinar seu nome. Em seguida o Senador Geraldo Althoff apresenta uma reportagem, publicada pela Revista Época, na semana do depoimento, destacando a existência de dois registros de nascimento do depoente.

Início da turbulência – (...) a imprensa, mais especificamente, a revista Época desta semana, ela traz uma reportagem a respeito da existência, por parte da sua pessoa de duas certidões de nascimento, uma certidão de nascimento com data de nascimento original, o dia 10 de 05 de 52, onde consta o seu nome Vanderlei com 'V' e com 'i', na outra de 10 de 05 de 55, consta o seu nome Wanderley com 'W' e com 'y', eu acho que era interessante e oportuno que o senhor pudesse nos explicar os fatos sucedidos com relação a sua idade; fato esse que, sem dúvida nenhuma, o envolve num processo de falsidade ideológica. Qual exatamente a data que o senhor tem de nascimento, e melhor, mais especificamente na data, qual o ano do seu nascimento? **W.L:** Hoje, Vossa Excelência, com toda certeza 1952, e posso esclarecer para o Senhor. Meu pai, Sebastião da Silva, já falecido, é que cuidava de meus documentos, documentos da família. E o documento que ele me entregou para que eu comesse a minha vida foram todos de 1955. E assim foi feito. Minha certidão, meu CPF, identidade, todos os documentos, carteira de motorista, todos meus documentos, passaporte, todos os meus documentos feitos com o documento de 1955. E foi assim, e através não desta entrevista, mas de uma entrevista de uns tempos atrás, na época da olimpíada, a mesma revista surgiu com a possibilidade da outra certidão, fato esse, que a minha mãe sempre, fique bem claro, sempre falava que eu tinha nascido em 1952, mas eu não tinha nenhum documento que provasse, a não ser a minha mãe falando, que eu tinha nascido em 1952. E através da entrevista da revista Época, quando nós chegamos ao Brasil. Aquele viaja, não viaja, vai pra lá, vem pra cá, voltamos ao Brasil, eu fui à Polícia Federal em função deste problema, e apareceu a certidão de 1952, que é de batismo, de 1952, e através disto aí, o doutor Michel foi a... Em razão do passaporte (Senador Romeu Tuma)... **W.L:** Não... Em razão do passaporte que foi identificado no embarque... **W.L:** Não, não senhor, a é quando eu viajei, que dei a declaração dizendo que é de mil novecentos e, que é de 1955, o senhor tem razão, Vossa Excelência tem razão, quando embarquei eu tive que deixar uma declaração dizendo que o meu documento era de 1955, em função do passaporte... e apareceu a certidão de batismo de 1952, aparecendo a certidão o doutor Michel entrou na justiça, e fez a entrega de todos os meus documentos de 1955 à Polícia Federal, já está entregue à Polícia Federal, e nós pegamos a certidão de 1952, que foi, e eu vou passar para Vossa Excelência, que mesmo naquela época, o registro de 1952, foi feito aos sete dias do mês de fevereiro de 1954. Nós éramos de uma família muito pobre, muito humilde, então o registro da época de 52 foi feito no dia 7 do mês de fevereiro de 1954, o mesmo de 52. Mas isso é uma providência que já está sendo feita, cuidada pelo doutor Michel pra retificar e passar a ser um documento que para mim não muda nada se é de 55 ou de 52, não muda no meu entender, e está sendo retificado para 1952, essa a explicação que eu queria passar para os senhores... Volto a enfatizar que a reportagem da revista Época desta semana, ela traz, e não sei se o senhor tomou conhecimento, ela traz cópia de duas certidões de nascimento, uma emitida com data do dia 10 de maio de 52 e outra do dia 10 de maio de 55, eu até vou lhe mostrar... **W.L:** Vossa Excelência tem razão, é 10 de maio de 55 que eu nasci, mas o registro só foi feito

em, dia 7... Mas o senhor referiu em relação a uma certidão de batismo... **W.L: Não Senhor...** Uma certidão de 52 (vozes da plenária)... **W.L: Tem a certidão de 52, nós estamos pedindo os documentos para retificar para 1952, 10 de maio de 1952, que é a certidão que eu nasci. Só que coloquei, Vossa Excelência, um adendo de que meu pai, mesmo nesta de 1952, só pode fazer o registro no dia 7 de fevereiro de 1954.** Para, nos termos um esclarecimento definitivo, eu gostaria que o Senhor nos afirmasse categoricamente, em que data precisa o Senhor tomou conhecimento deste problema com relação à sua idade. Em que data precisa, em qual momento da sua vida, que o senhor tomou conhecimento do problema da existência de dupla certidão de nascimento? **W.L: A única forma que surgiu foi agora, através da revista Época, que até então a minha mãe falava mas nunca discutimos, mas o único documento que eu tinha era de 1955.** Eu quando tenho oportunidade de referir a minha atividade profissional de origem, assim o faço, e eu tenho novamente a oportunidade de me referir junto aos eminentes Senadores desta Comissão, que eu sou médico pediatra de origem, isso me oportuniza... Bom médico, *hem* (voz da plenária)... Muito Obrigado! Isso me oportuniza, a fazer algumas reflexões com relação ao processo do momento da identificação da dupla existência de certidões de nascimento. Acredito eu, que uma criança de 8 anos de idade, acredito não, tenho certeza, que uma criança de 8 anos de idade, convivendo com crianças de 5 anos de idade, quer queira, quer não, passa a ser uma situação extremamente inusitada. No período escolar, no primeiro ano primário, o Senhor entrou com a certidão de 1955, sem dúvida nenhuma isso lhe daria e deve ter lhe dado um diferencial de comportamento, um diferencial de compleição física, diferente daquelas crianças que lhe eram amigas e companheiras na sua atividade escolar. Eu gostaria de lhe fazer um outro questionamento, com que idade real então o Senhor se apresentou no serviço militar? **W.L: Com a certidão de 1955.** Alguma outra pessoa, além de seu pai e de sua mãe, poderia confirmar essa versão que o senhor nos colocou neste momento? **W.L: Desculpe Vossa Excelência...** Alguma outra pessoa, além do Senhor seu pai, já falecido, da Senhora sua mãe, teriam conhecimento deste fato? **W.L: Não!** Eu gostaria, por último, com referência a esse assunto, fazer um questionamento ao Senhor: o Senhor a partir de agora, vai assinar o seu nome com 'W' e com 'y', como consta na certidão de nascimento de 1955 ou o Senhor vai passar a assinar com o nome 'V' e 'i' como consta na certidão de 1952? **W.L: Vossa Excelência, a assinatura vai continuar a mesma, porque tanto tempo assinando de uma forma, eu não vou mudar a assinatura, mas com certeza todos os meus documentos serão feitos com 'V' e com 'i', porque é a certidão de 1952...**

Tensão entre o objeto de investigação e a notícia – neste ponto da sessão um programa esportivo feito na TVE surge para a determinação de interesses e de utilidade. A mesa vale-se da redundância para constantemente situar a plenária e os telespectadores sobre o que está sendo apurado naquele momento.

TV e Acoreação – (...) em tendo o Senhor convivido praticamente dois anos com a Confederação Brasileira de Futebol (como técnico da seleção), queria que o Senhor emitisse a sua opinião a respeito, não só da nossa entidade, Confederação Brasileira de Futebol. Qual o conceito que o senhor faz, tanto da nossa Confederação, quanto dos dirigentes que são responsáveis pela sua gestão? **W.L: Nestes dois anos que eu tive no comando da seleção brasileira, eu não tive nenhum problema com os dirigentes da Confederação, sempre me dando total autonomia para que eu pudesse tomar as decisões como técnico da seleção brasileira e realizamos um trabalho que está possibilitando (no meu entender), ao Brasil fazer uma renovação... os jogadores que disputaram a última Copa do Mundo de 98, na grande maioria, não estão mais pertencendo à seleção brasileira... infelizmente, passou o tempo, a geração acabou, e nós temos aí remanescentes da seleção de 98, 6 a 7 jogadores, nos procuramos nestes dois anos de trabalho, buscando formar uma nova geração, obviamente buscando formar uma geração de jogadores vencedores, visando o próximo mundial...** Wanderley Luxemburgo destaca que a quantidade de experiências realizadas com os atletas na seleção se fez necessário, na medida em que outros países, como França e Argentina, já se encontram em estágios mais avançados de preparação para o Mundial e que o Brasil, pela primeira vez, passa por uma situação de disputa de eliminatórias para a Copa do Mundo. Ele também enfatiza sua torcida pelo sucesso do técnico Leão, seu sucessor à frente da seleção. **W.L: Eu não tive nenhum problema de relacionamento com os dirigentes da CBF, sempre me deram todo o apoio para que eu realizasse o trabalho. E as decisões, que é a minha maneira de trabalhar, ela nunca foi tomada unilateral, sempre em conjunto, eu nunca fui o dono da verdade, sempre nós sentávamos à mesa e discutíamos todo o processo que havíamos planejado em conjunto, as decisões eram tomadas em conjunto, porque eu não era o dono da seleção brasileira, da CBF, eu era o técnico momentaneamente da seleção brasileira, então eu não podia ser o dono da verdade, deveríamos discutir em conjunto, em muitas vezes as decisões foram tomadas em conjunto. A única parte que era passada ao presidente da**

CBF, que eu não sou dono da CBF, era aquilo que estávamos fazendo na parte técnica...eu justificava para eles (como funcionário da entidade), mas nunca houve uma ingerência em dizer que este ou aquele jogador não deveria ser convocado, ou deveria jogar, nunca teve este tipo de ingerência, e eu tive a tranqüilidade e poder de realizar este trabalho, e no meu conceito o trabalho, vamos tirar aqui a olimpíada, que na cabeça de todos nós, com certeza absoluta foi um trabalho bem feito... De imediato, o senador Geraldo Althoff contrapõe o sentido de não ingerência da CBF apresentado, com declarações feitas por Wanderley Luxemburgo, como técnico do Santos, durante o campeonato brasileiro, **registrado em jornais da época (novembro de 1997)** e de posse do senador, sobre interferências que a CBF estaria arquitetando, através de um esquema com a arbitragem para que o Santos não vencesse a competição. O episódio faz referência à expulsão de Wanderley Luxemburgo como técnico pelo árbitro Cláudio Vinícius Cerdeira. Luxemburgo justifica, dizendo que em tal circunstância, a exemplo da pressão sobre a arbitragem, é uma coisa do meio do futebol (chamar o juiz de ladrão), utilizada para preparar o clima e as ações do árbitro em determinada partida. Um jogo que todos os técnicos, segundo ele, utilizam como estratégia de inibição, de cuidados com possíveis erros, coisas que são ditas para ficarem no meio do caminho. Em seguida, o senador Geraldo Althoff, passa a Luxemburgo, para que ele confirme como verdadeira a sua assinatura, numa declaração, em que ele afirma que a NIKE, patrocinadora oficial da seleção, não interferia na convocação de jogadores e na escolha dos adversários, bem como nos locais para jogos amistosos. Após a interpolação destes dois elementos, a exposição de Luxemburgo, o senador solicita à assessoria a exibição de um vídeo – **programa Cartão Verde da TVE** – situação em que o depoente destaca que um representante na NIKE integrava o grupo que tomava as decisões sobre a seleção brasileira (comissão técnica). O senador Geraldo Althoff retoma os questionamentos em cima da declaração lida e apresentada, e pergunta a Luxemburgo quem havia solicitado a sua assinatura no documento, ele responde que havia sido o presidente da CBF – Ricardo Teixeira. Wanderley Luxemburgo retoma a questão pendente a partir da exposição da fita (...) em momento algum, o senhor pode ver, que eu falo que a NIKE escalava ou determinava, o que eu falo, e me considerando um homem inteligente, até por que eu trabalhei com Palmeiras/Parmalat, Corinthians/Excel, nós sentamos à mesa e conversamos. E conversar por exemplo, é a NIKE ou a CBF me apresentar uma proposta de jogo amistoso e eu simplesmente achar, olha esse jogo aqui amistoso não vai caber porque teremos prejuízo técnico, então não podemos fazer esse jogo amistoso. Mas o patrocínio é da Nike. Não me interessa se o patrocínio é da NIKE, da UMBRO, da ADIDAS, o jogo não vai ser possível, porque vai trazer um prejuízo técnico. A NIKE apresentava e não dizia o que tinha que ser feito, ela apresentava a oportunidade de se fazer um jogo amistoso com tal país, eu falava: esse jogo amistoso com tal país não me interessa, agora esse aqui interessa à entidade, a seleção brasileira, porque vai trazer um benefício técnico, era feito desta forma, Vossa Excelência...

Em seguida, o senador Geraldo Althoff, introduz na sessão uma série de perguntas ao depoente visando esclarecer o momento em que o contrato como treinador exclusivo da seleção brasileira junto à CBF se efetivou (1999). Imediatamente, o senador questiona Luxemburgo sobre a origem de sua remuneração enquanto técnico da **“nossa seleção”**, se além de receber da CBF, ele também recebia da NIKE e da TRAFFIC. Luxemburgo responde que só recebia da CBF, mas o senador Geraldo Althoff traz dados constantes da declaração de renda do depoente, indicando o recebimento de uma quantia razoável (R\$ 10.041,38) da NIKE do Brasil Ltda. Luxemburgo diz que esse valor deve ser relativo a palestras realizadas. Wanderley Luxemburgo parece se perder, fica confuso com os questionamentos e novamente os advogados passam documentos e informações de orelhada ao depoente.

Após esta seqüência de perguntas, o senador Geraldo Althoff, começa a **questionar sobre a influência da NIKE** dentro dos treinamentos da seleção (...) num dos depoimentos do jogador Edmundo, ele afirmou categoricamente a existência de um representante da NIKE junto à seleção brasileira de futebol, que levava o nome de Luis Alexandre, ele inclusive não só acompanhava a seleção brasileira, como também tinha livre trânsito dentro da concentração do Brasil. No período que o senhor foi treinador da **“nossa seleção”**, havia alguma pessoa da NIKE que desempenhava essa função que hoje seria do Senhor Luis Alexandre?

Wanderley Luxemburgo inicia a resposta destacando que era uma boa oportunidade de esclarecer dúvidas sobre a ingerência da NIKE junto ao seu trabalho

Rádio Jovem Pan e Reforço Argumentativo – (...) se todos vocês se recordam e acompanham futebol, me parece que saiu uma polêmica com o jogador Edmundo logo após a Copa do Mundo, em que ele diz que a NIKE escalou o Ronaldinho, eu não sei se os senhores se recordam disso, logo após a Copa do Mundo. **E isso ficou uma confusão em São Paulo, me parece na Jovem Pan, essa fita apareceu foi na Jovem Pan, e deu uma confusão.** E eu reconvoquei o Edmundo para a seleção brasileira, e nem a NIKE e a CBF, me perguntou se

deveria convocar ou não. Achei que tecnicamente ele estava muito bem, e eu reconvoquei o Edmundo para a seleção brasileira

Imprensa e a Justificativa da Concentração Livre – (...) com respeito, Vossa Excelência, a frequência do Luis, que era chamado até de Luizão, porque ele era jogador de basquete, eu introduzi na seleção brasileira a concentração livre, por entender que, livre entre aspas, por entender que a concentração não pode ser uma prisão, a concentração, ela tem que ser uma coisa que você se sinta bem. Então nos ficávamos num hotel, não só com os jogadores, mas sim toda a imprensa também ficava no mesmo hotel da seleção brasileira, os jogadores tinham que ter responsabilidade, saber que estavam representando o Brasil, que não poderiam cometer nenhum equívoco, sabendo que toda a imprensa estava lá, e que tinham que ter a noção exata de que era um jogador da seleção brasileira. E como o Luis Viana que era o homem, funcionário da NIKE e alguns jogadores eram patrocinados obviamente pela NIKE, ia levar material de solicitação do jogador, aqueles que fosse necessário, mas só que o Rivaldo também era contratado da MIZUNO e, muitas das vezes também, o funcionário da MIZUNO foi à concentração levar o material para que o Rivaldo pudesse ter o material adequado para jogar. E o outro jogador da KELME, também o funcionário da KELME também levava porque é um instrumento de trabalho e o pessoal, e esses contratos são sempre feitos de chuteira, não é? Então o pessoal levava lá e eu não via nenhum problema no sentido de que o funcionário pudesse levar o material de trabalho...

Ao final desta parte da exposição, o senador Geraldo Althoff confirma com Luxemburgo o livre trânsito, a maneira com que a pessoa em destaque, deslocava-se no ambiente da seleção.

TV e Nova Acreação – (...) O senhor foi técnico da Sociedade Esportiva Palmeiras, no período de 93 a...? **W.L: 93, 94 e depois voltei em 95.** Como era que se processava a indicação de jogadores a serem contratados pelo Palmeiras, à época, quando o senhor era seu treinador? **W.L: A indicação sempre, ela parte do técnico, mas tem diversas indicações, tem um colega que fala, um jogador que fala, o supervisor que fala, o diretor que fala, sempre a indicação é para o técnico.** Em algum momento o senhor já recebeu algum tipo de pressão para convocar determinados jogadores, especificamente para a seleção brasileira? **W.L: Não senhor!** Eu gostaria que a nossa assessoria neste momento passasse uma parte do vídeo a que nós nos propomos a apresentar.

A apresentação inicia com Flávio Prado, jornalista do programa Cartão Verde da TVE, perguntando a Wanderley Luxemburgo: (...) Wanderley, os empresários, eles oferecem dinheiro aos treinadores, algum empresário...? **W.L: Já me ofereceram! Quem te ofereceu dinheiro? W.L: Não vou falar não! Não, não, aí você já quer demais, Flávio, eu não vou falar nome, você vai falar nome de algum repórter que você conhece que leva bola? Eu não! W.L: Então, você não vai falar, então eu não vou falar nome de nenhum empresário que... Mas isso existe? W.L: Claro que existe, é normal que exista, o treinador também que leva alguma coisa, isso é normal que exista...** Pergunta do jornalista Zé Paulo: (...) Mas como técnico de clube ou de seleção Wanderley, esse caso de alguém te oferecer alguma coisa? **W.L: Na seleção eu já levei alguma cantada para convocar um jogador que de repente valorizaria o passe... Zé Paulo: (...) De empresário, de empresário? Wanderley aparece em tomada de plano médio, gesticulando com a cabeça afirmativamente. Flávio Prado interpela: (...) Você não vai citar quem foi? W.L: De jeito nenhum, não tem porque citar, o importante é não ter feito...** Interrompe-se a exibição do vídeo e o senador Geraldo Althoff retoma os questionamentos.

O Tempo Esquenta – (...) Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, o senhor está nesta CPI sob juramento, eu gostaria, ou melhor, eu quero, que o senhor, neste momento, “*nomine*” as pessoas que o senhor acabou de dizer que existem, e que naquela oportunidade o senhor não iria referir, mas que neste momento, eu me permito a solicitar, a que o senhor faça nominalmente, a identificação das pessoas que exercitaram esse tipo e esse mecanismo de pressão? Luxemburgo aparece em primeiro plano recebendo nova orelhada e solicita que: **W.L: Se Vossa Excelência me permite, me reportar à fita, o que eu digo ali na fita, é que isso é uma coisa que corre dentro do futebol, e eu mostro bem claro ali que houve uma indicação do Levir Culpi, em cima das acusações de que eu tinha levado alguma vantagem no atleta Evanilson, e que alguém chegou pra mim, e olha Wanderley, se você...tem fulano de tal ali, isso é uma coisa que acontece toda hora, eu já recebi essas informações diversas, de diversas pessoas, não só empresário, como dirigente, como ex-jogador, diversas pessoas me indicam jogador a todo o momento, então não vou falar nome de pessoas aqui, porque eu não tenho como provar, e a conversa com técnico da seleção e técnico de clube, e constantemente indicando jogador... (...) E hoje a grande maioria dos jogadores pertencem a**

empresários, e eles estão sempre aí, falando com um ou com outro, e eu, diretamente, chegar para mim assim, Wanderley, olha você tem aqui tanto para você convocar o jogador, porque o jogador vai ser valorizado, com certeza Vossa Excelência, não tem nenhum nome que tenha chegado, a não ser por telefone, pô, Wanderley, dá uma olhadinha no fulano ali, mas por telefone é muito vago, tantos empresários já ligaram para mim, no Corinthians, no Palmeiras, no Santos, isso é uma coisa corriqueira dentro do futebol.

Tentativa de Indulgência e Puxão na ‘Orelhada’ – 1ª (...) Eu vou pedir à nossa assessoria que **repita novamente o trecho** a que eu estou me referindo. Wanderley aparece em primeiro plano – zoom out – virando-se e conversando com os advogados. O trecho da fita é exibido novamente. O senador Álvaro Dias, logo após a exibição, interrompe com um toque de campanha e destaca (...) Eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores advogados, ficou claro logo no início dos trabalhos, que os advogados poderiam fornecer documentos, orientar em termos jurídicos, mas não podem, em hipótese alguma, responder pelo depoente. Nós vimos, há pouco, que durante a exposição do vídeo, o advogado procurava orientar o depoente sob a forma como deve proceder na resposta desta questão. Nós solicitamos, portanto, mais uma vez a compreensão dos senhores advogados, para que se cumpra o regimento que organiza os trabalhos desta comissão. Wanderley pede desculpas ao presidente, argumentado que foi ele quem virou para o lado dos advogados.

Nova Oferta de Indulgência – 2ª (...) Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, nos tivemos oportunidade de rever parte deste vídeo de sua entrevista ao Programa Cartão Verde, eu volto a insistir com o senhor, de que o senhor está nesta CPI sob juramento, e mais ainda lembrar ao senhor, que calar a verdade também é crime, ficou muito claro para nós de que naquilo que o senhor referiu no vídeo apresentado, o senhor sabe nomes, ficou claro que, num determinado momento, o senhor foi procurado por alguém que lhe ofereceu dinheiro, para, especificamente, tomar uma determinada posição, e nós voltamos a insistir com o senhor, que o senhor *nomine* as pessoas envolvidas neste processo. **W.L: Vossa Excelência, vou voltar a repetir da mesma forma da vez anterior, isto é uma coisa do futebol, que as pessoas estão sempre falando, indicando, mostrando, então eu não vou indicar e falar o nome de uma pessoa, colocando uma pessoa dentro de uma, envolvendo essa pessoa, se eu não posso provar...**

Modo Especial de Indulgência – O senador Álvaro Dias faz mais uma oferta para o depoente – 3ª (...) Eu quero fazer aqui uma solicitação ao depoente. Na entrevista concedida ao **Cartão Verde**, ao ser indagado respondeu que recebeu uma proposta de dinheiro, isso ficou claro no vídeo, mas, para deixá-lo mais à vontade, eu sugiro ao depoente, se desejar citar os nomes numa sessão sigilosa ao final desta reunião, nós poderemos transformá-la em sessão secreta para que o depoente possa revelar o nome do autor da proposta de dinheiro ao técnico Wanderley Luxemburgo. (...) **W.L: Vossa Excelência, eu disse antes de vir aqui, que eu gostaria que as coisas fossem bem claras aqui na frente de todos os senhores, então eu vou voltar a afirmar como da vez anterior de que eu não tenho nome de pessoas, e posso ter falado na fita, da maneira ali, porque os jornalistas perguntando, muito questionamento, posso ter falado, mas realmente eu não tenho um nome que eu possa passar para os senhores.** (...) Agora ficou claro, e os Senhores Senadores e a Imprensa que está presente, todos tivemos a oportunidade de ouvir, ficou claro que o Técnico Wanderley Luxemburgo, ao conceder esta entrevista, declarou que recebeu uma proposta de propina, isso ficou evidente, o senhor relator com a palavra...

Insistência na Acreação Televisiva – Com a negativa de Luxemburgo, o Senador Geraldo Althoff (relator), faz mais uma tentativa (...) Eu solicito à nossa assessoria que pela **terceira vez volte a rodar o vídeo, ou melhor, a parte da entrevista a que nós nos referimos. A assessoria atende e a fita é exibida novamente.** Os Senadores na plenária fazem uma série de solicitações logo após o término da exibição, as quais o Senador Geraldo Althoff acena pedindo calma.

Caracterização de Ato Criminoso – Neste momento, o Senador Álvaro Dias pede licença e começa a ler o Artigo 4º da Lei 1579/52 (...) Constitui crime fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, ou interprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; pena, ‘a’ do artigo 342 do Código Penal: de um a três anos e multa. Portanto, mais uma vez, nós oferecemos a oportunidade ao Senhor Wanderley Luxemburgo, de *nominar* a pessoa que lhe ofereceu dinheiro, conforme o teor desta entrevista, Senador Althoff (...) Quero fazer minhas, as palavras do eminente Presidente desta Casa, calar a

verdade também é crime, e com certeza, se necessário for, ao final do término desta reunião, nós poderemos tomar inclusive as medidas cabíveis, se necessário for.

Interpelação a favor da Indulgência – O Senador Romeu Tuma tenta mais uma vez alertar o depoente para a questão sigilosa no caso de um depoimento secreto (...) Senador Álvaro Dias – Com a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma.

4ª (...) Senador Romeu Tuma – Só esclarecer que em sessão secreta, isso é mantido fechado... (...) Senador Álvaro Dias – Exatamente, a responsabilidade do sigilo é da CPI, e obviamente nós sabemos das conseqüências de natureza penal quando há vazamento de uma informação sigilosa.

Jornal e Confirmação de Relacionamento – O Senador Geraldo Althoff continua seus questionamentos ao depoente, após a aprovação do requerimento lido pelo Senador Álvaro Dias (...) Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, o Senhor mantém ou manteve algum relacionamento com o Senhor Eduardo Sakamoto? (...) **W.L: Conheço o Senhor Eduardo José Sakamoto.** (...) O Senhor foi por ele convidado para trabalhar no Futebol Japonês? (...) **W.L: Vossa Excelência, eu não me recordo.** (...) Eu tenho aqui um jornal a época, do 31 de maio de 1995, em que o Senhor, que diz o seguinte o teor da matéria: **matéria publicada no Jornal O Globo, no Rio de Janeiro**, traz entrevista com treinador brasileiro, que declarou ter recebido duas propostas para transferir-se para o Yokohama Fulges, e que a segunda era irrecusável! O Senhor tem conhecimento da participação do Senhor Sakamoto de alguma transação envolvendo o Futebol Japonês? (...) **W.L: Ele era representante de uma empresa que era dona do Yokohama Fulges.** (...) O Senhor teve, em algum momento, alguma transação comercial com o Senhor Eduardo Sakamoto? (...) **W.L: Comercial, não. Eu emprestei para ele um dinheiro, e ele me devolveu esse dinheiro com um cheque sem fundos.** O Senhor foi apresentado então ao Senhor Eduardo Sakamoto por quem? **W.L: Não me lembro, alguém do Futebol, Vossa Excelência, eu não me lembro.** E alguém interferiu junto à sua pessoa para que o Senhor fizesse esse empréstimo ao Senhor Eduardo Sakamoto? **W.L: Não, eu não me lembro, não me recordo de quem tivesse, eu sei que eu emprestei 50 mil que ele estava precisando, e um mês depois ele me pagou sem fundo, mas já cumpriu com o compromisso.** O Senhor cobrou juros dele? **W.L: Não Senhor.**

Mais Acreação via TV – (...) Eu gostaria de pedir à nossa Assessoria que... **W.L: Vossa Excelência, eu gostaria de passar para o Senhor os cheques em que eu faço a emissão para ele e aqui a declaração dele dizendo que eu não tenho mais nada...** Eu gostaria de pedir novamente à nossa Assessoria que utilizasse o vídeo mais uma vez... Programa Cartão Verde/TVE: **W.L: (...) você fala assim, Wanderley, por que você emprestou? Porque eu achei que deveria emprestar, porque um amigo pediu para eu emprestar...** Jornalista Flávio Prado: Ele é seu amigo, isso que eu queria saber... **W.L: ...se amanhã alguém fala assim, Wanderley, será que você poderia emprestar 50 paus para o Flávio Prado, e eu achar que eu pudesse emprestar, eu iria emprestar...** F.P: Você era amigo do Senhor Sakamoto? **W.L: Eu conhecia o Eduardo Sakamoto também e um amigo meu pediu para que eu emprestasse, qual é o problema?** Imediatamente à apresentação, o Senador Geraldo Althoff intervém: (...) Eu, após a apresentação desta parte do vídeo, eu vou lhe dar a oportunidade de fazer novamente um dos questionamentos que fiz anteriormente, em pedindo, ao que o Senhor, *nomine* a pessoa que o Senhor refere, sendo seu amigo comum e do senhor Sakamoto e que lhe pediu para o Senhor emprestar esse dinheiro ao Senhor Eduardo Sakamoto? **W.L: Vossa Excelência, posso dar uma olhada na fita de novo?** O Senador Geraldo Althoff permite que a fita seja exibida novamente. Luxemburgo aproveita para falar com os advogados. Após a nova exibição, o Senador Geraldo Althoff, deixa a palavra com Wanderley Luxemburgo: (...) **Vossa Excelência, eu não me recordo de quem me pediu para que eu realmente desse o dinheiro, emprestasse o dinheiro para o Eduardo, eu não me recordo, com certeza! Eu pedi para ver a fita de novo e não me recordo.** Eu volto a insistir com o Senhor que calar a verdade também é crime!

Voz Baixa – Depois de alguns esclarecimentos sobre as declarações de Imposto de Renda dos anos de 1996 e 1997, quando Luxemburgo foi treinador do Santos, o Senador Álvaro Dias faz uma solicitação (...) Eu vou pedir ao serviço de som que, se possível, eleve um pouco o som dos microfones, especialmente do Senhor Wanderley Luxemburgo, da mesma forma se for possível ao Senhor Wanderley Luxemburgo elevar um pouco o tom de voz para um perfeito entendimento dos que se encontram mais atrás. **Eu pediria aos visitantes, à imprensa e aos Senhores Senadores também, que limitassem o uso do telefone celular, porque está havendo uma interferência prejudicial ao sistema de som.**

Polissemia Bancária – Em relação às declarações de Imposto de Renda de 95 a 2000 de Wanderley Luxemburgo e a informação constante nelas de possuir uma única conta bancária, o Senador Geraldo Althoff pergunta (...) Qual o motivo, qual a razão que o levou a omitir das suas Declarações de Imposto de Renda, a informação e a referência dessas contas bancárias? **W.L: Vossa Excelência, eu não omiti, aí vem a minha desorganização. E algumas das contas, com certeza, eu devo ter falado para o meu contador, e ele não deve ter feito a declaração. Com respeito às contas, Vossa Excelência, muitas das vezes... (...) minha família mora no Rio , eu moro em São Paulo, fico mais em São Paulo, eu trabalhei em diversos Clubes, então você é obrigado a abrir contas, os Clubes têm conta num local de recebimento, e outras, a pedido do Gerente do Banco, de chegar, pô, Wanderley, abre uma conta comigo aqui, pra dar força, aquelas coisas porque você é um Técnico de Futebol...**

Puxão de Orelhada 2 – O Senador Álvaro Dias, por ocasião dos questionamentos sobre a origem de empresas e das declarações de Imposto de Renda de Wanderley Luxemburgo, é obrigado a (...) Mais uma vez, eu peço aos Senhores advogados que deixem o depoimento a cargo do Depoente...

Puxão de Orelhada 3 – O Senador Álvaro Dias concede a palavra pela ordem ao Senador Antero Paes de Barros (...) Sem pretender criar nenhum constrangimento, mas Vossa Excelência já insistiu por diversas vezes, com relação à questão dos advogados, eu gostaria que Vossa Excelência, eu não sei, eles talvez até estejam prejudicando o depoimento do Técnico Wanderley Luxemburgo, talvez arrumar um outro lugar adequado (olha para o lado da mesa principal), porque constantemente está sendo interrompido o depoimento para orientação dos advogados, então gostaria de levantar esta questão de ordem, se Vossa Excelência não determinar isso agora, pelo menos em prosseguir esta situação, que se solicite que sente em outro local, até para dar maior tranqüilidade ao depoente. O Senador Álvaro Dias responde como presidente da CPI (...) a meu juízo, até esse momento, Senador, não houve prejuízo em relação às conclusões que nós poderemos retirar do depoimento do Senhor Wanderley Luxemburgo. De qualquer maneira, mais uma vez nós apelamos para que a postura dos advogados seja estritamente aquela determinada pelo regimento; fornecimento de documentos, e evidentemente que nós sabemos que o próprio depoente afirma reiteradamente ser desorganizado, daí as dificuldades que nós compreendemos na busca das informações e dos documentos, mas isso não pode extrapolar os limites daquilo que é permitido regimentalmente. Pedimos, portanto, mais uma vez, a compreensão e, se isso não se der, a sugestão do Senador Antero Paes de Barros será acolhida pela mesa. Em seguida, Luxemburgo se justifica (...) Vossa Excelência me desculpe, só por que eu tenho dificuldade de poder, então eu peço desculpas a Vossa Excelência, porque não é o objetivo de querer, é para eu poder me situar melhor, para poder prestar melhor declaração e informação para os Senhores, desculpa então, se...

Tentativa de Fala – Por ocasião de explicações sobre a compra de um apartamento de Luxemburgo por uma empresa estrangeira, o advogado, além de ajudar o depoente com os papéis relativos à transação, tenta emitir uma explicação à plenária, a qual é interrompida pelo Senador Álvaro Dias (...) mas o advogado não pode falar, lamentavelmente, não é intransigência da presidência, é norma regimental e nós temos que obedecer. O documento pode fornecer, nós estamos aguardando a documentação...

Em Defesa do Depoente – O Senador Maguito Vilela pede a palavra pela ordem e intervém a favor de Luxemburgo por ocasião dos questionamentos feitos pelo relator acerca de suas declarações de renda e bens imóveis (...) Senhor presidente, pela ordem. **A.D: Pela ordem Senador Maguito Vilela.** Eu vou me permitir fazer uma intervenção, porque eu acho importante, e se me permite o relator. **G.A: Totalmente à vontade.** Eu gostaria de saber do depoente se ele já foi fiscalizado pela Receita Federal, ou está sendo fiscalizado, se todas estas perguntas e estes documentos, se tudo isso já está num processo na Receita Federal, se ele tem débito com a Receita Federal, se ele já reconheceu isso, eu acho que isso seria bom para esclarecer muita coisa do que está eu gostaria que Vossa Excelência formulasse. **A.D: Com a palavra, então, o depoente para responder a indagação do Senador Maguito Vilela.** **W.L:** Eu já fui e estou sendo investigado de pé a cabeça, de cabeça aos pés pela Receita Federal, tudo isso que eu estou falando para os Senhores aqui, claro que dentro do processo lá com a assistência do advogado, tem uma possibilidade das coisas, de mostrar. Inclusive, já fui multado, já foi feito recurso, já está provido o primeiro recurso que foi feito (vira-se para o advogado e o escuta), em parte foi provido, e tudo isso que nós estamos comentando aqui é um processo fiscal dentro da Recita Federal, e criminal, dentro da sonegação de impostos, dentro da Receita Federal e da Polícia Federal.

Em Resposta à Defesa – O Senador Geraldo Althoff solicita explicações sobre a diferença entre os créditos bancários e as declarações de renda analisadas (...) Nós fizemos um levantamento dos rendimentos declarados pelo Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, no período de 1995 até 1999, e os rendimentos declarados foram de 8 milhões, 503 mil, 709 reais e 82 centavos, concomitantemente nesse mesmo período de 95 a 99, os créditos em bancos somam 18 milhões, 822 mil, 76 reais e 36 centavos, existe uma diferença de 10 milhões, 318 mil, 366 reais e 54 centavos, eu gostaria que o Senhor tentasse, na medida do possível, explicar o motivo desse processo de créditos em banco e aquilo que foi pelo Senhor declarado em seus impostos de renda. **W.L.: Vossa Excelência, eu não tenho em mãos aqui essa possibilidade de mostrar para o senhor o porquê, o não porquê entendeu? Eu não tenho a mínima possibilidade de mostrar a Vossa Excelência aqui, o porquê disso aí, eu não tenho a mínima possibilidade.**

Pedido de tempo – O Senador Álvaro Dias se dirige ao Senador Geraldo Althoff e solicita, a pedido do depoente, um intervalo. Tal apelo é realizado após o relator fazer incisivamente e por duas vezes um questionamento sobre movimentações bancárias (...) 1. Os seus empregadores, os clubes e depois a seleção brasileira, efetuaram o pagamento da sua remuneração normalmente, como é que o Senhor recebia essa remuneração?...De que forma, o Senhor recebia, isso em dinheiro vivo, cheque, crédito em conta corrente, de que maneira o Senhor recebia isso? – a resposta de Luxemburgo é evasiva – Althoff retoma (...) Veja bem, a pergunta ela se sustenta porque, dentro e cerca, de 23 milhões creditados neste período de 93 até o ano de 2000, aproximadamente 4 milhões e 600 mil reais, que correspondem mais ou menos 20% do total, foram depositados em dinheiro vivo, o Senhor poderia nos explicar qual a razão deste procedimento?... – nova evasiva – (...) Eu vou voltar a repetir, porque os depósitos referidos foram feitos em dinheiro vivo, na boca do caixa – Luxemburgo pede ‘time out’.

Futebol e Escravidão – Durante o intervalo concedido, o Senador Romeu Tuma aproveita para encaminhar uma comunicação por questão de ordem e fora do depoimento (...) Conforme eu tinha conversado com Vossa Excelência, havia uma denúncia, através de um jornalista, Taltognolo, que eu respeito muito, da Jovem Pan, que havia alguns jogadores brasileiros na China, em situação quase de escravidão, jovens que foram para lá jogar futebol e teriam tido algum problema. Recebi a informação que um deles, Maurício Molina Cogo ia chegar, aí solicitei a Polícia Federal, no aeroporto, que o ouvisse, para ver até que ponto estas denúncias teriam fundamento. Ele procurou sair um pouco fora e, segundo as informações que eu recebi, ele estava com medo de algum tipo de represália. Se Vossa Excelência permitisse, eu entregaria à mesa, e se fosse o caso, pedir à Polícia Federal junto à Interpol que desse continuidade à investigação... A presidência submete o requerimento do Senador à plenária que aprova o seu encaminhamento à Polícia Federal ou ao Ministério da Justiça.

Retorno do ‘time out’ – Luxemburgo regressa e pede a palavra para responder aos questionamentos do Senador Geraldo Althoff (...) A minha vida, a minha família sempre ficou, em outro Estado, que não fosse o que eu estava trabalhando, então alguns depósitos com certeza podem ter sido feitos fazendo transferências para a minha própria família, passando dinheiro para ela, para que cuidasse, neste período, então algum desse dinheiro fazendo pode ser crédito direto, pode ser pagamento direto, pode ser depósito para a minha família, para a minha esposa, conta conjunta.

Mudanças de Rumo – O Senador Maguito Vilela faz apelo à presidência para que o rumo da sessão seja alterado (...) Eu acho, inclusive, que estes barulhos e estes transtornos, são em função também um pouco do cansaço desta reunião, eu acho que nós podíamos falar um pouco do objetivo maior, do futebol, dos problemas da CBF, da desorganização, do calendário, da questão Romário, enfim, acho que nós poderíamos, até para abrir uma participação maior aqui também dos Senadores, eu gostaria que se dividisse em duas partes, porque senão fica realmente cansativo falar só de finanças, finanças, finanças. O Senador Álvaro Dias intervém (...) Senador Maguito Vilela, eu gostaria antes de passar a palavra ao Senador Althoff, responder esta questão de ordem, discordando do enfoque que o Senador Maguito Vilela dá à questão. **O Fundamental da CPI, e como autor redigi o requerimento com os fatos determinados, o fundamental desta CPI, é ver o futebol como atividade econômica, esta CPI está investigando os negócios do futebol, o que o país perde pelas irregularidades, pela evasão de divisas, pela lavagem do dinheiro, pela sonegação fiscal, pela elisão fiscal, o que o povo brasileiro perde em razão disso, as outras questões de natureza técnica, envolvendo jogadores, escalasções, fogem um pouco ao propósito desta CPI, por isso, nós queremos pedir que o Senador Geraldo**

Althoff, que fez este extraordinário trabalho de pesquisa ao lado da assessoria, possa continuar as indagações que são de fundamental importância para a conclusão de nossos trabalhos. **M.V: Mas eu não tenho dúvida nenhuma, Senhor Presidente e enalteço o trabalho do Relator, e acho que a responsabilidade maior é dele, é ele que vai fazer o relatório, mas é importante, nós temos aí assuntos muito interessantes, muito importantes e que envolvem tudo isso, que envolvem tudo isso sobre outro enfoque, e que eu acho que seria oportuno.** Nós compreendemos a sua impaciência, já que ele quer também contribuir e tem contribuído sempre com muita inteligência, com muita competência e astúcia, mas nós estamos agora num momento muito importante do interrogatório do Senador Geraldo Althoff, e ele precisa ter tempo, liberdade e tranqüilidade para prosseguir no seu questionamento, por isso eu concedo a palavra ao Senador Althoff. **M.V: Concordo com Vossa Excelência.**

Pedido Acatado – O relator concede a alteração protocolar (...) Eu até me permitiria de, neste momento, referir um primeiro momento do meu questionamento, eu pararia neste momento e daria continuidade a *posteriori*, dando oportunidade para que os Senhores Senadores, que muito nos honram com a sua presença, que têm extrema colaboração a ser dada, ao relatório final desta CPI, de maneira tal que todos nós possamos participar da maneira sensata, ponderada e responsável, que temos feito até o momento, por esta razão, eu paro neste momento a minha oitiva...

Plenária em Ação – Pela ordem de inscrição, o Senador Romeu Tuma começa a fazer seus questionamentos ao depoente: *A Manicure de Campinas* – (...) O Senhor disse que o Doutor Márcio Thomas Bastos, que é um grande advogado, que eu respeito muito e conheço bem, foi seu advogado no caso de Campinas, da *manicure* Cláudia Laudineides Machado, foi ele? **W.L: Foi, sim Senhor.** É que aqui tem uma informação, que o Senhor Artur Eugênio Mathias, que teria sido o seu advogado neste caso. **W.L: Foi o primeiro advogado lá, que ele era de Campinas, e que na hora da confusão lá, eu pedi pra que ele pudesse, o Nenezini que é um menino do Guarani, pedi socorro a ele para que me orientasse...** Pelo seguinte, eu pergunto, porque durante as apurações da CPI do Narcotráfico... **W.L: Ele teve envolvido com isso aí...** Ele foi preso por envolvimento com o narcotráfico em Campinas, foi solto e posteriormente foi preso por 90 dias, por envolvimento com roubo de cargas, eu estou presidindo a CPI e para mim interessa esses esclarecimentos; o senhor tinha conhecimento disso? **W.L: Não Senhor! Vossa Excelência tá certo, ele teve esse envolvimento agora no negócio da CPI, mas na época...** Quero fazer algum aparte... **W.L: Posso terminar?** Pode terminar sim... **W.L: Na época, ele era de Campinas, então ele acompanhava lá e o Doutor Márcio Thomas Bastos quem tomava conta do caso, e eu não sabia de nenhum envolvimento dele com nada.** O senhor o dispensou e o trocou... **W.L: Não, o Doutor Márcio que cuidava de isso aí juntamente com ele. A.P.B: E quem indicou ele pro Senhor foi o Beto Zini?** **W.L: Não, Nenezini. Ele é filho do ex-presidente do Guarani.** **A.P.B: Que é o Beto Zini?** **W.L: Que é o Beto Zini, ele é filho do Beto Zini. Frequência à casa da Renata** – (...) O Senhor freqüentava a casa da Renata? **W.L: Tive duas ou três vezes só.** O Senhor sabe se a rua Tirol número 28... **W.L: Foi nessa casa que eu tive.** Foi nesta casa que o senhor esteve, quem pagava o aluguel, o telefone? **W.L: Ela mesmo que pagava tudo.** O telefone estava no nome dela também? Não era no seu? **W.L: Não!** Certo; fez algumas ligações do telefone dela para algumas pessoas do futebol? **W.L: Não me lembro, mas se eu fui à casa dela, posso até ter feito algum telefonema. Eu fui lá, porque ela tinha o escritório na casa dela.** Deixou alguma coisa de ordem pessoal na casa, documento, roupa, alguma coisa? **W.L: Não, não Senhor, não me lembro...** Nada, nada que pudesse ligá-lo, como ela disse, a um romance... **W.L : Não senhor. Olimpíada de Sidney** – (...) Até para o interesse do futebol, se toda essa gama de acusações, já que o Senhor disse que quando o juiz o expulsou, fez uma guerra de nervos, que é normal isso no futebol. Se esse processo de acusações, as apurações da receita surgiram num período que o Senhor estava dirigindo a seleção na Olimpíada de Sidney, esse abalo teve alguma influência psicológica na sua conduta como técnico? **W.L: Com certeza, Vossa Excelência, eu não sou robô, sou um ser humano e alguma coisa deve ter tido influência, no geral, não, eu estava muito bem, tinha condições de dirigir, mas você, por mais que eu quisesse sair do problema, tinha sempre um repórter que perguntava alguma coisa, perguntava isso, perguntava aquilo, voltando ao problema.** Em algum momento o Senhor pensou em renunciar? **W.L: Não Senhor, eu achei que tinha condição de prosseguir, tinha meus assistentes, que são competentes e me ajudaram a caminhar lá na Olimpíada. NIKE e Seleção** – (...) Sobre o problema da NIKE, o Senhor disse que discutiam apenas o número, porque a NIKE tem direito a um número mínimo de amistosos, não é isso? **W.L: Hã, hã.** E as discussões eram dentro deste número, quais seriam os tecnicamente possíveis, essa era a discussão, não tinha nenhuma outra colocação sobre contrato, escalação? **W.L: Não,**

Vossa Excelência, a discussão era tipo assim: tem um país tal solicitando pra jogar, serve ou não tecnicamente. Jovens Jogadores – (...) Outras colocações negativas é que o Senhor também intermediou negociação de jogadores para o exterior, tem fundamento isso? **W.L: Não, sem fundamento.** O senhor alguma vez, fez algum tipo de negócio, da venda, intermediando algum negócio? **W.L: Não, nunca.** Tem conhecimento de jovens que tenham ido para o exterior, em situação de dificuldade hoje, poderia nos dar um esclarecimento? **W.L: Vossa Excelência, como técnico da seleção a gente fica sabendo de muitos jovens, inclusive tem um jogador do Real Madrid, que eu conheci, ele é brasileiro, e eu conheci jogando no Real Madrid, e ninguém sabe como que ele saiu aqui do Brasil, e é um jogador, parece que agora saiu pra, Júlio César, parece que saiu agora do Real Madrid para o Milan. É assim também na Holanda, tem jogadores jovens jogando futebol. Vão como turistas e lá... W.L: Eu não sei como é que é feito. Eu sei que você viaja com a seleção brasileira, nós estivemos na Holanda, daqui a pouco tem informação, tem três ou quatro jogadores brasileiros jovens jogando aqui no futebol holandês, ou mais até, às vezes. Você vai na Itália, tem três ou quatro jogadores jovens jogando aqui na Itália. Então tem sempre a informação de jogadores jovens, que você não sabe como é que eles conseguem sair do Brasil, jogando aí pelo mundo afora. O Senhor sabe se a CBF tem um controle desses jogadores? W.L: Eu não sei como é feita essa tramitação, a legislação em si, eu não sei como ela funciona, só sei que aparece bastante jogadores jovens lá.**

Pausa Anunciada – O presidente da CPI avisa (...) Informo aos Senhores Senadores que, dentro aproximadamente de 30 minutos, faremos um intervalo, para um rápido lanche, e prosseguiremos, porque certamente ainda há um questionamento que exigirá muito tempo a ser feito para aproveitar eficientemente a presença, aqui, do Senhor Wanderley Luxemburgo, o próprio relator ainda terá inúmeras indagações a formular e nós vamos prosseguir até uns 30 minutos mais e depois faremos esse intervalo.

O próximo pronunciamento é o do Senador Maguito Vilela: **Exaltação aos Trabalhadores da CPI** – (...) Eu gostaria de justificar minha questão de ordem, dizendo do apreço pelo brilhantíssimo trabalho que essa Comissão desenvolve, e principalmente, o Senador Geraldo Althoff, homem sério, honrado, honesto, ilibado, sob todos os aspectos, e que realmente vem com muito critério, com muita cautela, desenvolvendo um trabalho extraordinário, e que o seu relatório, eu não tenho dúvida nenhuma, será o fruto precioso deste trabalho, e que vai surtir efeitos importantíssimos. Mas eu entendi de fazer aquela intervenção, não em função do trabalho dele, mas é porque, nós temos que discutir algumas outras questões, e voltar, inclusive, àquele tema, mais do aspecto aí financeiro. **Futebol e Disciplina** – (...) Vou ousar afirmar aqui que praticamente todos os treinadores de futebol do Brasil, todos os jogadores, todos os dirigentes, nenhum, talvez nenhum, cumpra rigorosamente com suas obrigações, com seus impostos, então é um mundo que precisa ser disciplinado realmente, a desorganização é um destes motivos, o treinador, o jogador ele não tem tempo realmente, neste calendário do futebol brasileiro, ele não tem tempo de cuidar dos negócios, então nomeia um procurador, nomeia uma procuradora, e deixa as coisas realmente acontecerem, e não é só o Wanderley, são todos os treinadores, são todos os jogadores brasileiros, qualquer um que vier aqui, não vai saber explicar as coisas realmente, e por isso, às vezes, lança mão de seus advogados. **Renata x Luxemburgo** – (...) O Treinador Wanderley Luxemburgo disse que a Renata não era sua funcionária, e a Renata afirmou aqui, que ganhava 10 salários mínimos fixos e 20% nas comissões de tudo que ela arrematava para o Treinador, eu gostaria que ele esclarecesse, ele dava essa comissão de 20 %, ele pagava esse salário fixo ou não tinha vínculo nenhum com a Renata, essa é uma questão para eu chegar a uma outra? **W.L: Ela não tinha nenhuma remuneração de salário, o que ela tinha era uma participação de 10 % nos leilões que fossem adquiridos, e que tivessem lucro, ela teria 10 % do lucro do leilão adquirido, do bem adquirido.** E como é que ela afirma ter tido um salário fixo de 10 salários mínimos e uma comissão de 20 %, qual é o documento que nós vamos ter de Vossa Senhoria ou dela para que nós possamos dissipar essa dúvida, porque essa é fundamental? **W.L: Eu não tenho nenhum documento, porque ela não era minha funcionária, então ela arrematava por conta dela como licitante autônoma, ela é que tem que apresentar dentro daquilo que ela fala, os documentos que provem que ela tinha alguma coisa comigo, de contrato de trabalho. E dentro dos leilões, dos bens adquiridos em leilões, poucos bens vieram pra mim, ela ficou com a grande maioria foi quando eu interrompi, ela ficou com a grande maioria dos bens adquiridos em leilão pra ela, eu tive os bens declarados na minha receita, que nem foi pra mim, ela disse que eu tinha o bem, me dava o número, um apartamento em Araruama, uns terrenos em Cabo Frio, que ela disse que adquiria pra mim, no nome dela, me deu para que eu declarasse na minha declaração de imposto de renda, só que ela vendeu todos os bens para outras pessoas, eu devo ter adquirido uns três a quatro ou cinco bens no meu nome, do**

que eu tive direito, o resto tudo ela vendeu e ficou para ela e, através dos alvarás, ela não tem nenhum crédito pra mim, na minha conta, de alvará que ela pegou, de leilão que não foi rematado, ficou com tudo pra ela. Objetivamente, ainda tem bens no nome dela, bens móveis ou imóveis no nome dela, Renata? W.L: Eu não sei precisar para o Senhor, mas que ela ficou com os bens todos, com certeza absoluta, a grande maioria. Que ela arrematou, inclusive bens imóveis, apartamentos, terrenos... W.L: Ela vendeu tudo, eu fiquei com o apartamento de São Conrado, desculpe, da Barra da Tijuca, que foi vendido, que está na minha declaração, com dois ou três ou outros bens aí que, o de Araruama está na minha declaração incorretamente por que ela disse que tinha, e os outros também de Cabo Frio também estão incorretamente, porque ela disse que eu tinha adquirido, e não veio para o meu nome, o resto todos, ela vendeu tudo, vendeu um Jet Ski, que ela disse que tinha, vendeu o Jet Ski, ela vendeu todos os bens, foi quando eu resolvi parar porque estava sendo lesado por ela. A Renata freqüentava a Embaixada, Wanderley? W.L: Oi. A Renata freqüentava a Embaixada, a casa chamada Embaixada, no Rio? W.L: Mas eu não conheço Embaixada nenhuma, Vossa Excelência! Não conhece? W.L: Não conheço. Nunca freqüentou? W.L: Nunca freqüentei Embaixada nenhuma, nem sei onde fica essa Embaixada que ela falou, nem sei aonde é que fica! E para ressaltar, Vossa Excelência, já que o Senhor entrou neste caminho, o Senhor me permite, me alongar um pouquinho mais. Em 93 e 94, eu era técnico do Palmeiras, e segundo a Renata a reunião era às quartas-feiras, como é que poderia, se os jogos dos times era nas quartas-feiras, como eu poderia tá em São Paulo e no Rio de Janeiro ao mesmo tempo, ela disse não só que eu freqüentava, como outras pessoas freqüentavam, como o Gilmar Rinaldi, o Gilmar Rinaldi era jogador de futebol, jogando no Japão e que disputou a Copa do Mundo de 94, o Luís Viana que eu falei que é procurador do Denílson, o Denílson soltava pipa naquela época, e o Luís Viana nem era procurador, então os equívocos que ela falou, e soltou isso aí, aí veio postergar, ocupar a mídia, que simplesmente ela não tinha o que apresentar, apresentou a Embaixada como a coisa que ela encontrou. E eu não conheço, nunca tive lá, não sei onde é, nem sei a casa, num sei precisar pro Senhor, onde é que é, que rua que é, que tamanho que era, não sei nada disso. Não freqüentava, simplesmente? W.L: Não freqüentava, nunca tive lá! *Romário, Olimpíada e Unanimidade* – (...) Eu vou fazer uma pequena explanação, muito rápida, muito objetiva, e quero que a resposta também seja objetiva, o Romário era unanimidade nacional para ir para a Olimpíada, unanimidade nacional, e até você como treinador experiente, que jogou futebol, nós sabemos que é importante mesclar jogadores experientes com jogadores jovens, com jogadores menos experientes. A não convocação do Romário para a seleção Olímpica, ela gerou aí, muitos comentários no Brasil, um deles é de que você teria recebido uma proposta por parte de alguém e não me compete aqui dizer nem o nome do jornalista, nem o nome da entidade, que se você convocasse o Romário para as Olimpíadas nada do que está acontecendo com você aconteceria, isso é verdade ou não? W.L: Não Senhor, posso esclarecer a pergunta do Romário? Com objetividade! W.L: Com objetividade, o Romário não foi convocado pra disputar a Olimpíada, porque foi uma coisa de consenso, e a Comissão Técnica e a diretoria da CBF, porque na Olimpíada passada, com a experiência que tinha sido feita, com os jogadores acima de 23 anos, teve problemas, que foi o caso do Rivaldo, do Aldair e do Bebeto, o relacionamento dele com o grupo de jovens, e o próprio resultado da Olimpíada não foi satisfatório, por isso nós privilegiamos, que naquele momento, da decisão, que o Romário deveria ou não ir à Olimpíada, era unanimidade, vamos dizer, unanimidade, porque quase unanimidade, que todos nós, inclusive eu, o Senhor, me permite falar isso aí, queríamos privilegiar a seleção que tava encantando o Brasil, que era a seleção sub 23, que era os jogadores jovens, que estavam encantando o Brasil, até pedido pela própria crônica esportiva, que tirassem a seleção principal e colocassem a seleção sub 23 nas eliminatórias, já que ela vinha dando resultado positivo, por isso que o Romário não foi à Olimpíada, não só o Romário, nenhum jogador acima de 23 anos, e não teve nenhum... O presidente Ricardo Teixeira, disse que arrependeu da não convocação do Romário, você diria o mesmo? W.L: Olha, depois do fato concluído, o arrependimento é, se o Romário estivesse lá seria diferente, mas se o Romário estivesse lá, ou se entra em jogo, se o Romário estivesse lá e nós tivéssemos perdido o questionamento poderia ser igual... No mínimo, a culpa seria dividida... W.L: É, mas isso ele deu uma declaração disso aí, o Romário deu, eu sabia que seria dessa forma, se eu não levasse o Romário, a culpa seria só do Wanderley, mas na Olimpíada passada, Vossa Excelência, os jogadores acima de 23 anos não deram resultado, e todo mundo criticou por ter levado o jogador acima de 23 anos, então o se entra muito no futebol. *Estrutura do Futebol Brasileiro* – (...) Qual é o motivo real da situação atual do futebol brasileiro, qual o seu diagnóstico, é desorganização, é um calendário mal feito, qual que é a sua opinião a respeito da atual fase do futebol brasileiro? W.L: Olha, nós temos e continuamos tendo os melhores jogadores do futebol mundial, a mão de obra, o atleta profissional do Brasil, é de altíssima

qualidade, mas isso não resta dúvida de que existe desencontros tremendos na estrutura do futebol brasileiro, os clubes com problemas, não conseguem organizar um trabalho, não existe um calendário, em que você possa projetar um trabalho planejado, o calendário que é a essência de você saber, eu vou jogar daqui a seis meses contra fulano, contra beltrano, o número de jogos absurdos, tem clubes que jogam até 93, 94... Tá acontecendo com o Vasco que joga hoje novamente... 93, 94 jogos por ano, eu participei de competição, com clube, em que você joga Domingo, Terça, Quinta e Domingo, Domingo, Terça, Quinta e Domingo, oito jogos praticamente em quinze dias, não há nenhum atleta que possa resistir, e as lesões que os atletas têm, lesões importantes, às vezes até inutilizando o atleta profissional por causa de sua carreira, em função deste número de jogos, dessa quantidade, você joga, às vezes, três a quatro competições num semestre... Então você admite que o futebol brasileiro está desorganizado ou mal dirigido? **W.L:** Você não começa um prédio pelo décimo segundo andar, você começa pela estrutura, então eu acho que a estrutura do futebol brasileiro precisa ser revista, as pessoas sentarem na mesa, espero que essa CPI possa contribuir pra isso, para que as pessoas possam sentar e começar a criar esta estrutura do futebol brasileiro, você vê, os treinadores de futebol não têm nenhuma lei que garanta a permanência dele durante algum tempo numa equipe, ele pode perder dois, três jogos, a responsabilidade toda é jogada para ele, ele sai fora e entra um outro, não existe ética entre os treinadores, então é um processo que precisa ser re-estudado para fazer uma reformulação nesta estrutura do futebol brasileiro. O próximo senador a participar é José Eduardo Dutra, ele intervém, perguntando a Luxemburgo se ele já havia recebido algum tipo de comissão (dinheiro) de alguém em venda de jogador. O assunto gira em torno da compra do jogador Arinelson, na época em que Wanderley Luxemburgo era técnico do Santos. **Ele explica ao Senador que a compra do jogador foi motivada pela imprensa do Paraná que o apresentava como grande jogador.** O Senador pergunta o preço do passe (noticiado à época: 970 mil dólares) do Arinelson e se algum empresário intermediou a compra. Wanderley responde que não sabe. O Senador pergunta se Wanderley conhece Mauro Morichita, ele responde que Mauro era empresário de futebol : **Amizade com empresário** – (...) Sabe dizer se ele era empresário do Arinelson na época? **W.L:** **Acho que era empresário do Arinelson.** O Senhor teve algum relacionamento com esse Mauro Morichita? **W.L:** **Conheço...** Não, conhece, mas teve algum relacionamento comercial, econômico? **W.L:** **Não Senhor.** Tem certeza? **W.L:** **Que eu me lembre, não, que eu me lembre, não.** Porque os dados que chegaram à CPI mostram um depósito do seu Mauro Morichita em suas contas, o Senhor se lembra desse depósito, de quanto foi? **W.L:** **Não, não me lembro, posso ter emprestado dinheiro para ele, ele pode ter passado o dinheiro pra mim, não me lembro, não Senhor, não me lembro valores, com certeza absoluta não me lembro.** Porque há um depósito do Senhor Mauro Morichita... **W.L:** **Tudo bem...** O Senhor não tem condição de se lembrar, de justificar o porquê de um cheque do Senhor Mauro Morichita em suas contas? **W.L:** **Não, não, não Senhor, não me lembro, não Senhor.** Na seqüência o Senador pergunta sobre a existência de contas bancárias no exterior – *Esposa e Conta no Exterior* – (...) O Senhor tem alguma conta no exterior? **W.L:** **Não Senhor.** Ele questiona sobre as atividades profissionais da esposa de Wanderley, ele responde que ela não possui nenhuma (...) Ela tem conta no exterior? **W.L:** **Que eu saiba, não.** O Senhor não tem informações se ela tem conta no exterior? **W.L:** **Não Senhor, não tenho.** Mas o Senhor pode afirmar categoricamente que ela não tem? **W.L:** **Não tenho nenhuma informação que ela tenha conta no exterior, eu não tenho nenhuma informação que ela tenha conta no exterior.** Queria lembrar a Vossa Senhoria, que Vossa Senhoria está prestando depoimento sobre juramento... **W.L:** **Tá certo, Senhor...** Existe uma investigação que a CPI está fazendo, que ainda não é conclusiva, porque pode até se tratar de caso de homônimo, então por isso eu queria que o Senhor respondesse de forma categórica a pergunta, a Senhora Josefa Costa Santo Luxemburgo, sua esposa, tem alguma conta no exterior, particularmente, mais especificamente em Miami? **W.L:** **Que eu saiba, não. Eu não me lembro.** Mas acha que é possível que tenha. **W.L:** **Não me lembro que ela tenha essa conta, não me lembro.** Vossa Senhoria disse que a sua esposa não tem atividade profissional, ela é dona de casa, Vossa Senhoria acha que existe algum motivo, é possível que a sua esposa tenha alguma conta no exterior? **W.L:** **Não vejo motivo, não tem, não vejo nenhum motivo para ela ter conta no exterior.** Mas tem condições de afirmar categoricamente que não tem, ou? **W.L:** **Eu não posso afirmar para o Senhor, a coisa é complexa, e se ela fez alguma coisa que eu não vi, que eu não saiba, aí como é que fica?** Eu não quero entrar nessas... **W.L:** **Eu não sei, eu não posso afirmar para o Senhor.**

O Senador Antero Paes de Barros começa destacando mais uma vez a questão das duas certidões e das vantagens que Luxemburgo obteve como integrante da seleção sub 20 do Brasil, em seguida aborda a questão de Campinas: *Manicure de Campinas* – (...) Quando o Senhor respondeu sobre os seus advogados, o Senhor fez questão absoluta de falar apenas do Doutor Márcio Thomas Bastos, que é o seu advogado, a posterior, no

caso da Manicure de Campinas, falou dos advogados que o acompanham aqui na CPI, e deixou de falar no Senhor Arthur Eugênio Matias... **W.L: Foi um esquecimento...** Posteriormente, lembrado pelo Senador Romeu Tuma, esse esquecimento foi voluntário, ou foi para que o depoimento ficasse mais positivo, uma vez que esse advogado saiu preso lá em Campinas, em questão da... **W.L: Não, eu esqueci porque o advogado era realmente o Doutor Márcio que tomava conta, então eu tinha mais contato com o Doutor Márcio, ele só teve o contato inicial, e o Doutor Márcio é que tinha mais contato com ele, não foi esquecimento...** Não, só pra colocar cronologicamente, o Doutor Márcio é o advogado a posteriori, depois que o Senhor tirou... **W.L: Foi, foi, no início quem foi, foi o Doutor Arthur, num primeiro momento, depois ficou decidido o Doutor Márcio Thomas Bastos, é ele que tinha mais relacionamento, então foi esquecimento mesmo, peço desculpas ao Senhor, foi esquecimento.** O Senador também aborda questões envolvendo a Sr^a Renata – **Renata x Luxemburgo** – (...) O Senhor disse, respondendo a uma pergunta do Senador Maguito Vilela, que muitos destes imóveis a própria Renata vendeu, ela arrematava os imóveis e depois ela vendeu, ela vendia e repassa o dinheiro ao senhor? **W.L: Não, não repassa não.** Ela vendia e ficava com o dinheiro? **W.L: Vendia e ficava com ela.** O Senhor fez com que ela assinasse algumas procurações em branco para o Senhor? **W.L: Procurações em branco?** Sim, ela assinou vários documentos em branco, várias folhas de papel em branco, ela assinou e deixou assinada pro Senhor? **W.L: Ela assinou pra mim?** Sim! **W.L: Não me lembro, não me lembro de ter assinado algum documento em branco pra mim não, Vossa Excelência, eu não me lembro.** Como que o Senhor define a Senhora Renata Alves? **W.L: Oi? Defino... É!** **W.L: Eu não tenho uma definição dela específica, eu não tenho uma definição dela específica.** O seu relacionamento profissional com ela, o Senhor já expôs aqui, o Senhor teve algum relacionamento social com ela? **W.L: Não Senhor.** Em quantas oportunidades o Senhor já esteve no apartamento da Senhora Renata? **W.L: O que eu falei para o Senhor, duas ou três vezes que eu me recorde.** O Senhor disse que tinha um acordo com ela baseado exclusivamente em comissões, daí porque ela não tinha carteira assinada? **W.L: Ela tinha um percentual na compras dos leilões.** E esse acordo, é um acordo exclusivamente verbal ou ela tem um contrato de prestação de serviço, entre o Senhor e a Renata Alves? **W.L: Não me lembro, não me lembro.** (...) Quem que selecionava os bens que a Renata arrematava, ela própria? **W.L: Ela mesma.** Como que se dava o pagamento desses bens, quem era o responsável pelo pagamento e em nome de quem esses bens eram transferidos? **W.L: Olha, o que tem arrematado no meu nome, tá no meu nome, eu acho que a maioria dos bens foi todos arrematados no nome dela, e quando ela arrematava um bem e dizia que tinha um valor, eu depositava na conta dela, mas o nome de quem eram os bens passados eu não sei, não Senhor.** Tem uma informação pública, eu vou repetir a indagação, tem uma informação pública, do depoimento público da Senhorita Renata, aqui à CPI, onde ela afirma que assinou mais de 30 folhas em branco para o Senhor, os rendimentos dela vão bater, se são compatíveis ou não para ela comprar isso, ou o Senhor se considera lesado, ela comprou com o seu dinheiro e vendeu depois? **W.L: Fui lesado por ela, ela comprou todos os bens, ela pegou o meu dinheiro, comprou e vendeu, ela nunca fez nenhum depósito na minha conta, nunca fez nenhum depósito, não me lembro de ela ter feito nenhum depósito, não me lembro dessas 30 folhas.** E quanto tempo o Senhor demorou para perceber isso? **W.L: Eu não tinha tempo para cuidar, eu sempre achava que ia resolver e falava isso e aquilo, foi um período, parece de dois anos, eu não tenho a precisão do tempo não, mas foi um período de 2 anos.** Esses bens o Senhor declarou todos eles ao fisco? **W.L: Não, declarei aqueles, declarei aqueles bens que estão na minha declaração, que ela disse que tava aqui no meu nome.** E aqueles que o Senhor comprou com o seu dinheiro e não veio pro seu nome, o Senhor não tem nenhuma reclamação da justiça para reaver estes bens? **W.L: Não, ela pegou e vendeu e ficou pra ela.** E o Senhor não fez nenhuma ação... **W.L: Não Senhor, não fiz nenhuma reclamação...** O Senhor emprestava automóveis para a Senhora Renata, com que finalidade? **W.L: Não! Emprestava automóvel, não!**

Mais indulgência – O Senador Álvaro Dias indica a intervenção do Senador Sebastião Rocha como a última antes do intervalo e salienta que no retorno será realizado mais um importante trabalho do Relator. Em meio às indicações do Presidente, o Senador Antero Paes de Barros pergunta: (...) Eu não sei se eu entendi mal, nós vamos ter depois desta sessão a sessão secreta? **A.D: Não, não, será aberta, o depoente não solicitou a sessão secreta, a menos que ele solicite ainda para revelar os nomes que não foram revelados na sessão aberta, isso fica a critério do depoente. Com a palavra o Senador Sebastião Rocha...**

O Senador Sebastião Rocha faz menção à entrevista concedida ao Programa Cartão Verde, exibida por três vezes, como fundamental à elucidação de inúmeros pontos debatidos na sessão: **Cartão Verde e “Vadinho”** – (...) O Senhor menciona que treinadores, técnicos seriam procurados por empresários com oferta de dinheiro para a contratação de jogadores, eu queira que o Senhor fosse definitivo nesta Comissão, que é o que fica

claro na entrevista, mas é preciso que fique de fato esclarecido nesta Comissão, se o Senhor alguma vez recebeu proposta de empresário com esta finalidade, de contratação de jogadores, ou de convocação de jogadores, o Senhor recebeu alguma proposta de algum empresário com esta finalidade? **W.L: Olha, eu observei a fita três vezes, eu lembro da coisa, da entrevista que eu dei no Cartão Verde, e ali falei muitas coisas ali, e você é entrevistado, e você fala isso, fala aquilo outro, e eu queria dizer para Vossa Excelência que, por telefone uma vez, uma pessoa se identificou como “Vadinho” e disse que tinha uma proposta pra um jogador que se fosse convocado poderia, por telefone eu descartei e joguei pro lado. O Senhor tem outras informações a nos oferecer sobre esta pessoa, “Vadinho” ou “Badinho”? W.L: Vadinho! O Senhor tem outras informações... W.L: Oi? O Senhor tem alguma informação da origem dessa pessoa, o Senhor conhece essa pessoa, conheceu, conhece, tem alguma referência a respeito desta pessoa, com a CPI pode identificá-lo, não é uma pessoa conhecida sua? W.L: Não Senhor. E qual é o jogador que ele gostaria que fosse convocado, que ele lhe propôs que fosse convocado? W.L: O jogador que ele propôs que fosse convocado, o jogador do Sport Recife. Nome do jogador? W.L: Nome do jogador, na época que ele jogava, tava junto com o Jackson lá, não me lembro o nome do jogador, jogava junto com o Jackson, eu levei o Bosco do Sport Recife e o Jackson para a seleção brasileira, era um outro jogador que jogava junto com o Jackson lá. O jogador referido por ele, o Senhor não convocou? W.L: Não Senhor! E foi a única vez que o Senhor foi procurado, que o Senhor lembra, recorda que foi procurado por um Empresário... W.L: Por telefone, foi sim Senhor... Pessoalmente, nunca? W.L: Não, não Senhor. Em seguida a questão envolvendo a Senhora Renata Alves é pautada novamente: *Renata x Luxemburgo* – (...) A Dona Renata Alves, ela fazia os arremates nos leilões em seu nome e com recurso de sua propriedade, recurso seu, o dinheiro, a forma de pagamento, o cheque, era sempre seu? W.L: Vossa Excelência, é o que eu digo para o Senhor, muitas das coisas eram pra mim... Mas a origem dos recursos? W.L: Pra mim, eram meus, que eu dava pra ela, eram meus... Mesmo aqueles bens que ela não transferiu pro seu nome, que não foram registrados no seu nome, mas que o Senhor é quem fornecia os recursos pra que ela arrematasse? W.L: Alguns, sim Senhor. E ela não repassou, chegou a não repassar pro seu nome? W.L: Sim, Senhor. O Senhor sabe informar se a Dona Renata arrematou alguma Usina, em Campos, no Rio de Janeiro para o Senhor? W.L: Posso informar ao Senhor, eu estive neste leilão, era o leilão de uma Usina, que tinha caminhões vendidos, foi a única vez que eu fui em leilão, que ela disse que era um leilão muito bom, que tinha isso e aquilo, eu fui lá presenciar, e eu fui com ela a Campos nesse leilão, mas não era a Usina, era leilão de algumas coisas da Usina. O Senhor lembra o nome da Usina, não? W.L: Não lembro, não Senhor. O Senhor tem conhecimento de alguns dos automóveis arrematados pela Senhora Renata, tiveram como destino o Uruguai? W.L: Não Senhor! Não tem conhecimento? W.L: Não tenho conhecimento nenhum disso aí. Quanto aos imóveis, um da rua Santa Clara 84, apartamento 702, e o da rua Figueiredo Magalhães, que foram arrematados, em Copacabana, ambos, que foram arrematados pela Senhora Renata, ela transferiu esses apartamentos pro seu nome? W.L: Não, ela vendeu direto. O Senhor tem conhecimento de que ela adquiriu os apartamentos em seu nome? W.L: Tenho conhecimento... Ela adquiriu em seu nome? W.L: Que ela arrematou em leilão e que ela vendeu direto, tenho conhecimento, sim Senhor. E não transferiu os recursos pro Senhor? W.L: Não Senhor. E o Senhor chegou a doar algum apartamento para a Senhora Renata? W.L: Eu, que eu me lembre doar, não Senhor.**

Quando a participação dos Senadores já havia sido finalizada, o Senador Antero Paes de Barros faz um apelo (...) Esse “Vadinho”, o Senhor não se lembra... W.L: Ele se identificou por telefone, dizendo que era “Vadinho” e indicando jogador, a gente recebe telefonema no Clube toda hora... Ele não se identificou assim... W.L: Eu tava no Corinthians na época... Já foi, já foi... W.L: Não Senhor... Já foi massagista, já foi fisioterapeuta e tal... W.L: Não Senhor... Não identificou assim... W.L: Não Senhor... Eu gostaria Senhor presidente, nós vamos para o intervalo, eu gostaria de fazer um apelo ao depoente, o Wanderley Luxemburgo, que ele reflita e decida, e depois do intervalo, porque é o depoimento de uma das principais testemunhas do atual estágio do futebol brasileiro, eu acho que Vossa Senhoria poderia contribuir enormemente com esta Comissão Parlamentar, cujo objetivo é melhorar as relações do futebol, se fizesse um esforço de memória para citar realmente, porque na entrevista, você admitiu que alguns treinadores aceitam isso, Vossa Senhoria não, mas alguns treinadores aceitam, admitiu que tem até jornalista que leva bola, admitiu que existem pessoas que fizeram propostas, mas se lembrou apenas vagamente do “Vadinho”, então talvez com o lanche a gente consiga melhorar essa memória, eu faço esse apelo a Vossa Senhoria, porque seria melhor como contribuição ao futebol brasileiro. W.L: Eu tô tentando passar para os Senhores, as informações todas aquelas que eu posso dar dentro do meu conhecimento, então eu tô procurando passar todas as informações possíveis, e que Vossa Excelência, nós no futebol, tem muitas coisas que se fala bastante, que antigamente tinha isso, que existia Empresário, que isso e aquilo, então você fala como se fosse uma

coisa do futebol, aquele negócio do juiz, vamos apertar o juiz, vamos dar uma peitada no juiz na hora de entrar no túnel, aperta o juiz, xinga o juiz, então esse negócio de empresário, a fulano, sempre tem negócio de empresário levou isso, levou bola, levou isso, aquilo, então a resposta foi mais em função dessas coisas que nós estamos, sabe assim, incorrendo no futebol no meandro do futebol... A Sessão se encaminha para o intervalo anunciado, mas o Senador Sebastião Rocha retoma e ingressa mais uma vez com a questão das duas certidões apresentadas à CPI (...) não sei se o Senhor já pode até ter fornecido à Comissão, a cópia desta certidão (de 1955), já está de posse da mesa? Em resposta o Senador Álvaro Dias expõe à plenária uma cópia da reportagem da Revista Época e conclui antes do intervalo (...) Senador Sebastião Rocha, a Revista Época publicou as duas certidões não é, fac símile das duas certidões, mas de qualquer forma a CPI vai requerer aos cartórios a certidão oficial... **S.R: Mas na matéria consta o cartório, a data em que ela foi expedida...** O Senador Álvaro Dias revê em ato a matéria e confirma a existência de indicação do cartório.

Finalizações: O Senador Geraldo Althoff volta e agradece a participação dos Senadores no processo investigatório da CPI. Em seguida, começa falando sobre um depósito bancário e da relação do mesmo com uma agência de automóveis. Logo após, salienta a emissão de um cheque de 600 mil reais nominal à CBF e solicita explicações do depoente a respeito, Luxemburgo explica que foi um adiantamento de 'luvas', antecipação de contrato; se junta a esta solicitação de explicação mais uma, relativa à emissão de outro cheque de 200 mil reais a COMPO GRAPHICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Os advogados ajudam diretamente para solucionar o impasse de reconhecimento do cheque, a TV Senado mostra em plano geral a conversa de Luxemburgo com seus advogados.** Ele retorna, reconhece a assinatura, não reconhece o preenchimento do cheque e diz que não lembra para quem passou o cheque. Em novo impasse de reconhecimento e da origem de depósitos bancários, os advogados prestam mais ajuda, principalmente em relação aos depósitos feitos pelas empresas COPAG e INTERVENÇÃO, agências que, segundo Luxemburgo, o pagavam pelo patrocínio recebido do Banco EXCELL, à época do Corinthians. Na continuidade, em função de mais averiguações sobre o relacionamento de Luxemburgo com outras pessoas, empresas e movimentações bancárias, surge o nome do Senhor José Carlos Santiago Andrade, apontado como antigo sócio do depoente. Nesta etapa Wanderley Luxemburgo explica quem é o Carlinhos, (...) *o José Carlos, é o Carlinhos que eu cito, que me apresentou a Dona Renata, foi ele que me apresentou a Dona Renata, e eu dei uma procuração pra ele, porque a Renata tava usando indevidamente aquela procuração que lhe foi outorgada, pra arrematar bens, no meu nome, dizendo que tinha procuração, então eu dei a ele uma procuração em 94, pra que ele pudesse cuidar e tomar conta dessa situação, que eu não tinha tempo, em 93 e 94 eu tava trabalhando no Palmeiras, então o José Carlos, foi lhe outorgado uma procuração, pra que ele pudesse interferir diante da Renata, que ela tava usando o meu nome indevidamente, com a procuração que ela tinha, que não dava o direito dela de comprar os imóveis.* Em seguida, o Senador Geraldo Althoff recorda as relações de Luxemburgo com o Senhor José Carlos. Elas vão desde sociedade em firmas, a representações e assinaturas por procuração dos Impostos de Renda do depoente. O relator então, pede que Luxemburgo que explique o motivo dos depósitos feitos de Janeiro de 95 a Fevereiro 2000, em número de 20, em favor do Senhor José Carlos, totalizando a quantia de 333 mil reais. O depoente justifica que tais pagamentos devem ser referentes à compra de imóveis. Em decorrência, o Relator realiza mais aferições de nomes e depósitos bancários, o depoente presta algumas explicações, os advogados ingressam com mais ajuda quando o Relator pede esclarecimentos sobre um cheque a favor da Senhora Maria Zenaide Gomes (175 mil reais), no Bando Real. **A TV Senado mostra em plano geral, os advogados revisando a cópia do cheque apresentada e conversando com Luxemburgo.** O senador Álvaro Dias observa a situação, em seguida se pronuncia em relação ao apoio dos advogados (...) *Nós estamos sendo condescendentes em excesso, permitindo aos advogados (...), (...) passar o documento, é possível, e evidente que no momento em que se mostra o documento, se transmite também a resposta, não é, isto é que têm sido o questionamento dos meus colegas Senadores.* Em apoio, o Senador José Eduardo Dutra se manifesta (...) *Eu queria insistir nesta questão que já foi levantada pelo Senador Antero de Barros, concretamente existem respostas, vou dar um exemplo de uma pergunta do relator a respeito deste cheque de 160 mil reais, do advogado Maluchelli para o Wanderley Luxemburgo, quem deu a resposta foi o advogado, foi o advogado que deu a resposta...* **A.D: É, foi o advogado e o emitente do cheque...** *Eu sugiro, já que a...* **A.D: Eu confesso aqui que a mim, esse tipo de resposta não convence, obviamente o Senhor Wanderley Luxemburgo pela movimentação financeira que demonstra possuir não necessitaria deste tipo de empréstimo, mas é evidente que a CPI está anotando estes fatos para depois, obviamente, oferecer o relatório final...** *Tudo bem, presidente, é lógico que isso vai ser levado em conta, mas até para que a gente não volte a tocar no mesmo assunto de novo, como a função dos advogados é assistir o depoimento e assessorar do ponto de vista de repassar documentos, então não há necessidade de eles ficarem sentados ao*

lado do depoente, quero lembrar na CPI dos Bancos, os advogados sentavam ali (à direita, fora da mesa principal), se houver algum documento, a assessoria vai e pega na mão, nós não estamos com pressa, a assessoria vai no advogado, pega o documento, entrega ao depoente, senão nós vamos continuar aqui insistindo nesta questão... **A.D:** *Nós vamos atender o Senador José Eduardo Dutra, e vamos solicitar aos advogados que tomem assento nos lugares dos Assessores, que se deslocarão para a mesa. Procurou demonstrar total isenção em relação a este depoimento, e foi condescendente inclusive em relação à possibilidade de participação dos advogados, obviamente em função do que afirma o Senhor Wanderley Luxemburgo, não ter as informações, exatamente porque, segundo ele, não se organizou devidamente na sua atividade à margem do futebol, nós queremos pedir a compreensão dos Senhores advogados para essa nova postura em relação ao depoente...* O Relator expõe ao depoente uma série de depósitos realizados em benefício do Senhor Sérgio Maluchelli e pede explicações (...) *O Senhor depositou, até o momento que nós conseguimos fazer a avaliação dos dados que temos, em benefício do Senhor Sérgio Maluchelli, o valor aproximado de 210 mil reais, em contrapartida, nós observamos depósitos efetuados pelo Senhor, na conta do Senhor Maluchelli, no valor de 768 mil reais, inclusive um cheque no valor de 360 mil reais, que foi compensado em 06.10.99, o Senhor poderia nos explicar qual a relação dessa movimentação?* **W.L:** *Posso, o Sérgio é meu amigo, e que cuida dos meus negócios, faz aplicação pra mim, então nós temos um relacionamento de troca constante, de valores, em aplicação em bolsa, empréstimo pra ele, ele empresta pra mim, nós somos amigos e temos esse relacionamento. O Imposto de Renda em nenhum momento foi notificado das suas transações?* **W.L:** *Não, esses dinheiros todos que têm de origem pra o Sérgio, todos eles têm, tá na minha Receita, na minha Receita.* Novos questionamentos são feitos sobre a emissão de cheques para terceiros por parte de Luxemburgo; a maioria das cópias dos cheques apresentados é reconhecida pelo depoente, no entanto, ele afirma por duas ou três vezes que o preenchimento nominal do cheque não é de sua autoria, diante desta postura do depoente o Relator destaca (...) *Eu não sou muito afeito a negócios, mas não existe um valor a partir do qual obrigatoriamente o cheque é nominal, fica a pergunta?* Depois desta colocação o Relator olha para a plenária e faz um certo silêncio, esperando algum tipo de confirmação, o ambiente parece se encobrir de um certo mal estar, Luxemburgo inclusive. O Senador Geraldo Althoff, retoma mais uma vez a questão da “Embaixada”, e pergunta se Luxemburgo afirma categoricamente não reconhecer e nunca ter estado neste local. O depoente afirma que não sabe onde fica tal endereço e que nunca esteve lá. Após encerrar as questões envolvendo a “Embaixada”, o relator ingressa com novas perguntas sobre a Senhora Renata (...) *O Senhor conhece o Senhor Roberto Alves?* **W.L:** *Roberto Alves? Ou o Senhor teve com ele algum processo, alguma negociação?* **W.L:** *Roberto Alves deve ser o pai da Renata que teve, atuou como advogado meu numa ação trabalhista contra o Flamengo, se for o Roberto Alves advogado, pai da Renata. Banco Real, na rua Buenos Aires, cidade do Rio de Janeiro, uma conta aberta em junho de 1993, o Senhor tá lembrado desta conta?* **W.L:** *Foi a conta que foi aberta, juntamente com a da Renata, no mesmo Banco, que era pra que pudesse fazer as movimentações. Eu gostaria exatamente, porque o conhecimento que nós temos, que foram duas contas, abertas no mesmo dia, inclusive com números seqüenciais, uma em seu nome, outra em nome da Senhora Renata Alves.* **W.L:** *É, sim senhor... E a justificativa que o Senhor nós dá é exatamente de que, em função das relações comerciais...* **W.L:** *Em 93, porque ela disse que ficaria mais fácil, nas coisas, nas compras, ter conta no mesmo Banco, tanto é que também ela abriu uma conta, me parece, no UNIBANCO, em função disto. E o Senhor efetuava depósitos regulares nesta conta?* **W.L:** *Eu não tenho precisão, mas eu não devo ter feito muitos depósitos não, não devo ter feito muitos depósitos pra ela não, não sei precisar pro Senhor. A Arrematadora que trabalhava consigo, chegou em algum momento a lhe outorgar alguma procuração?* **W.L:** *Não lembro, mas eu acho que não. Eu gostaria que o Senhor historiasse um pouquinho, a sua relação com a atividade, mercado de leilões, foi uma coisa que nos chamou a atenção, não é, do seu trabalho e de pessoas com o Senhor, envolvidas comercialmente, com relação ao mercado de leilões, eu gostaria que o Senhor nos esclarecesse o porquê desse processo de transação, quando o Senhor iniciou essa atividade, e mais ainda, se o Senhor continua exercitando essa atividade.* **W.L:** *Eu iniciei porque a Renata me levou esta proposta de compra de leilões, não conheço, a proposta que tinha era a de fazer algum negócio que pudesse trazer alguma rentabilidade, parece que começou no ano de 93, e em 94 parece que já tinha terminado, eu terminei, não sei precisar a data pro Senhor realmente qual foi que eu comeci e que terminei, o que eu conheço de leilão é que ela sempre me disse que era uma coisa que dava uma lucratividade muito boa, e que era um negócio bom, e no decorrer deste processo de leilões, a coisa foi tomando um rumo diferente, e ela não prestava contas, usando indevidamente, e comprando, e alvará que ela tinha procuração para devolver o dinheiro ela não devolvia, e as compras dos leilões ela dizendo que era meu e não era meu, e ela vendia para outras pessoas, começou a ter um relacionamento muito complicado e eu encerrei, e tenho, comprei depois no Paraná, foram três automóveis que eu comprei*

no Paraná, da Receita Federal, e que tá minha declaração de Imposto de Renda, os três automóveis, tá na minha declaração de Imposto de Renda, de um leilão que teve na Receita Federal. Só para nós termos uma linha de raciocínio, que tipos de bens o Senhor costumava adquirir, ou diretamente, ou por intermédio de arrematantes, nesses leilões judiciais? **W.L: Olha, a Renata comprava tudo, o que aparecesse ela ia comprando, só que ela, você vai ver, tem cimento, tem telefone, ela ia comprando tudo e depois passava a relação. Olha tá comprado isso aqui, mas que é isso? E a coisa foi caminhando por aí.** O Senhor fez uma referência, há pouco, de que em determinado momento, essa atividade de arrematante de leilão judicial, foi exercitada também no Estado do Paraná, eu gostaria de saber quem era o seu arrematante, especificamente, no Estado do Paraná? **W.L: Quem arrematou pra mim foi o Sérgio, o Sérgio Maluchelli. Ele foi designado também por procuração? W.L: Não me recordo, não me recordo, não me recordo (e olha para os advogados), procuração, foi procuração, Vossa Excelência.** Luxemburgo pede tempo novamente, sai e retorna imediatamente; como havia sido anunciada pelo presidente a concessão de dois minutos ao depoente. A sessão fica interrompida momentaneamente. Luxemburgo pergunta ao Senador Álvaro Dias, fora dos microfones, quanto tempo ainda iria durar a sessão, ele responde que está quase chegando ao final, mais uns quarenta minutos, Luxemburgo sai para ir ao banheiro. Em seguida o Senador Álvaro Dias pergunta ao Senador Geraldo Althoff quanto tempo mais ele precisaria, ele responde que está no fim. Quando Luxemburgo retorna, o Relator o questiona a respeito de uma nota emitida pela imprensa (...) **Eu gostaria de fazer um comentário referente a uma nota que saiu no jornal O Estado de São Paulo, que foi o jornal a que tive acesso na busca desta informação, do dia 25.08.93, à época, o Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva era técnico do Palmeiras, exatamente nesta data, a Sociedade Esportiva Palmeiras jogava algumas partidas na Itália, mais especificamente na cidade de Parma. Senhor Wanderley Luxemburgo da Silva, eu gostaria, e lhe passo a suas mãos, para que o Senhor reconhecesse esse documento que eu estou a lhe passar, enquanto toma conhecimento deste documento, ele é um fax oriundo da cidade de Parma, com o seguinte teor: Parma, Itália, 24.08.93, aqui está tudo bem, empatamos os dois jogos no tempo normal, ganhamos um nos pênaltis e perdemos o outro, com certeza tudo está bem aí no Brasil, já que você tem competência para tocar a sua vida particular e os negócios, passe um fax para mim, de um beijo no menino e outro para você. W.L: É meu, em 24.08.93, dentro do início dos negócios, eu tinha um relacionamento com a Dona Renata, normal de, não tinha acontecido nada, era o início de um negócio, então não tinha nenhum problema, então foi passado um fax pra ela, ela tinha um filho, e carinhosamente eu mandei um carinho pro filho dela, e o fax realmente é meu.** Então o Senhor confirma categoricamente que esse fax foi emitido pelo Senhor e assinado pelo Senhor. Luxemburgo pega novamente o fax das mãos do Senador Álvaro Dias (...) A assinatura não tá aqui, se em 93 nós estávamos em Parma na Itália e se confirmar à data que o Palmeiras tava excursionando naquela época lá, com certeza Vossa Excelência... **G.A: A letra é sua? Presta atenção, Vossa Excelência, o que eu to dizendo é o seguinte, tudo o que diz aqui, aqui é meu... G.A: É verdadeiro. A letra também é sua? É sim Senhor, só se o Palmeiras estivesse excursionando lá, com certeza absoluta... G.A: Tendo a certeza e a afirmação do depoente de que a letra desse fax é sua, e foi passada nesta data conforme nós colocamos os fatos, eu caracterizo como verdadeiras todas as informações assinadas à semelhança da letra por parte do Senhor Wanderley Luxemburgo, nessa agenda (gesticula mostrando a agenda ao público e à plenária), chamada pela sua arrematadora de agenda do casal, eram essas as perguntas que eu teria a fazer. Vossa Excelência me permite dar uma olhada na agenda, me permite dar uma olhada na agenda? G.A: Essa agenda, ela nos foi passada em caráter sigiloso e nos preservamos no direito de mantê-la junto a Assessoria dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.** Com a finalização estabelecida pelo Senador Geraldo Althoff, o Senador Álvaro Dias, como presidente, intervém (...) *Senhor Relator, Senhores Senadores, eu indagaria do depoente, já que a esse questionamento, relativamente à autoria das anotações na agenda, e há também a negativa do depoente relativamente ao preenchimento dos cheques aqui apresentados, eu consulto se o depoente se oporia a deixar a sua assinatura para uma perícia através da Polícia Federal, que aqui se encontra, a Polícia Federal recolheria esse material gráfico, e faria a perícia exatamente para essa conferência.* Luxemburgo aceita o pedido, em seguida o Senador Geraldo Althoff agradece a presença de Luxemburgo e salienta que as investigações estão apenas começando e que talvez exista a necessidade de uma nova sessão com Luxemburgo, bem como, se necessário, a realização de acareações com outras testemunhas para esclarecer os fatos determinados no início da CPI, catalogados no Requerimento de origem da CPI. O Senador José Eduardo Dutra solicita a palavra e aperta Luxemburgo em relação ao depoimento como testemunha, ao compromisso com a verdade e solicita esclarecimentos sobre a existência ou não de conta no seu nome ou de sua esposa no exterior. O depoente argumenta que está tentando contato telefônico com sua esposa para a confirmação por parte dela, se existe ou não uma conta em seu nome no exterior. O Senador intervém novamente e destaca que Luxemburgo afirmou que a Senhora Renata Alves o roubou nos arremates

de bens e mesmo assim Luxemburgo não tomou providências, o Senador pergunta Luxemburgo se o que ele relatou na sessão é a mais pura expressão da verdade ou ele desejaria fazer alguma retificação. Luxemburgo responde de forma evasiva, salientando a complexidade da pergunta. Em seguida, o Senador Antero Paes de Barros fala sobre a existência das duas certidões de nascimento, reafirma o benefício obtido por Luxemburgo com a idade, e chama a atenção para a situação de “gato”, conhecida no meio esportivo, a diminuição da idade para se beneficiar. O Senador ainda destaca de forma irônica a antecipação de contrato e a volta desta antecipação via cheque, realizada entre Luxemburgo e a CBF. Em conjunto, todos os Senadores presentes ao final da Sessão perguntam a Luxemburgo se ele tem idéia de quanto foi o montante do prejuízo causado pela Renata na condição de arrematante. O Senador Antero Paes de Barros, faz menção à transmissão da sessão pela TV Senado, e como a opinião pública e a esposa de Luxemburgo, estariam reagindo, em relação ao desconhecimento por parte de Luxemburgo da existência da conta no exterior, caso se confirmasse, que a esposa do depoente possuísse a tal conta, estaria se atestando uma quebra de confiança entre o casal.

Após a última investida dos Senadores, o presidente da CPI do Futebol finaliza a sessão (...) *Temos o dever, em função daquilo que eu considero mais grave, relatado hoje nesta reunião, oferecer mais uma oportunidade de esclarecimento, já que a ausência de resposta, é sempre extremamente comprometedor, todos nós fomos informados de que o Senhor Wanderley Luxemburgo é de origem humilde, não recebeu uma fortuna como herança, todos nós sabemos que a partir do seu sucesso como técnico de futebol, no interior de São Paulo, não temos muitos anos decorridos, os vencimentos como técnico, como profissional, como técnico de futebol, não seriam suficientes para esta alentada movimentação financeira dos últimos anos. Quando o Senhor Senador Geraldo Althoff fez a indagação sobre uma movimentação financeira em quatro anos, no Brasil, exclusivamente no Brasil, da ordem de 18 milhões de reais, contrastando inclusive com a declaração do Imposto de Renda, de uma movimentação da ordem de 8 milhões de reais, portanto com uma diferença de 10 milhões de reais, ficamos extremamente impressionados, obviamente, todos sabemos que 18 milhões de reais, é uma fortuna inatingível para a maioria esmagadora dos brasileiros, 8 milhões de reais já é uma fortuna inatingível para a maioria dos brasileiros, a diferença de 10 milhões de reais é valor de uma fortuna também inatingível para a maioria dos brasileiros, os depósitos em ‘cash’, os depósitos em dinheiro, que superam 4 milhões de reais, valor também equivalente a uma fortuna inatingível também para a maioria esmagadora dos brasileiros, creio que isso merece uma explicação: afinal qual a fonte destes recursos? Qual a origem destes recursos? Esta é a explicação que solicitou o Relator ao Senhor Wanderley Luxemburgo, e como eu imagino, ele possa não ter entendido a indagação, eu estou a formulando novamente, até porque ele teve de lá para cá, tempo suficiente para refletir sobre esse assunto, que é, a meu ver, o ponto agudo desta sessão, que é a meu ver, o momento mais alto desta investigação, o fato mais grave, merecedor, portanto, de um esclarecimento mais convincente da parte do Senhor Wanderley, como obviamente nós teremos que concluir com o relatório que será submetido a esta Comissão e posteriormente ao plenário do Senado, é importante registrar os esclarecimentos do Senhor Wanderley Luxemburgo, para que a nossa conclusão não seja equivocada, para que nós não possamos, ao final dos trabalhos desta Comissão, oferecer uma avaliação que se afaste da verdade, daí Senhor depoente, a oportunidade que nós lhe oferecemos, antes do encerramento desta reunião, para os esclarecimentos definitivos a respeito desta excepcional movimentação financeira, aliás é uma movimentação financeira excepcional para quem é bem organizado, é mais excepcional ainda para quem não é organizado, por isso nós queremos lhe conferir essa oportunidade de esclarecimento mais uma vez. Luxemburgo agradece e se coloca à disposição para quaisquer outras informações, afirmando que nunca levou vantagem nenhuma em relação a transações com empresários de futebol, o Senador Álvaro Dias intervém (...)* *Desculpe interrompe-lo, nós não estamos fazendo esta afirmação, nós estamos indagando qual a fonte destes recursos, estamos lhe oferecendo oportunidade para dizer qual a origem destes recursos, nós não encontramos, a assessoria técnica desta Comissão, ao analisar os documentos, as informações bancárias, fiscais, mobiliárias, a nossa assessoria, competente que é, não encontrou origem suficiente para justificar esta inigualável movimentação financeira, num curto período de tempo, pra quem exerce uma atividade profissional, embora bem remunerada, mas cuja remuneração é evidentemente insuficiente para atingir este patamar de movimentação financeira. Luxemburgo continua agindo evasivamente. O Senador Álvaro Dias intervém novamente (...)* *Mais uma vez para esclarecer, ocorre que não se encontrou, nos cartórios de imóveis do país, imóveis suficientes para resultar neste volume financeiro, e evidentemente aquilo que foi comprovado como remuneração referente a contratos, quer seja diretamente pelo Clube ou através do Patrocinador, também não é suficiente para alcançar esse volume de movimentação financeira. Luxemburgo diz que todos os valores foram aferidos pela Receita Federal e apresentados à sessão, o Presidente retoma o discurso (...)* *É, nós vamos concluir os trabalhos desta Comissão, evidentemente não*

recebemos a resposta ao indagado, aquilo que a Receita Federal pode conferir como resultante das declarações importam em 8 milhões de reais, neste período referido, de qualquer forma os trabalhos desta Comissão prosseguem; nós obviamente não estamos hoje promovendo nenhum tipo de avaliação precipitada, não é esse um cenário para um julgamento antecipado, de qualquer forma os indícios estão colocados, as informações foram oferecidas à sociedade brasileira, para que ela própria possa fazer o seu julgamento, e é o que nós esperamos, sem dúvida. A sociedade brasileira é grande tribunal capaz de antecipar o seu próprio julgamento diante dos fatos...

Planilha Ricardo Teixeira

PLANILHA DE ANÁLISE Nº2

Dados gerais:

CPI do Futebol no Senado Federal

12^a Reunião Ordinária, realizada em 13.12.2000

Oitiva do Sr. Ricardo Teixeira

Origem: Arquivo TV Senado

Ritos iniciais:

Posição dos parlamentares – O senador Álvaro Dias, como de praxe e por ocupar a posição de presidente da CPI do Futebol anuncia que a sessão ouvirá o depoimento do Sr. Ricardo Teixeira e esclarece os comprometimentos legais assumidos pelo depoente.

Entradas e apresentações – Wanderley Luxemburgo ingressou como uma celebridade, já Ricardo Teixeira se movimentava de maneira visivelmente desconfortável. Cabe destacar que o depoimento de Ricardo Teixeira foi antecedido pelo depoimento do jornalista Juca Kfourri. Percebe-se que por ocasião do anúncio da entrada do depoente o relator Geraldo Althoff, primeiro em *off* e em seguida em plano médio saindo para um *zoom out*, pondera que (...) ele (o depoente) não pode entrar ainda. (...) Como vamos fazer isso agora? O relator e o presidente conversam sobre a situação, afastados dos microfones, mas se pode ouvir a argumentação do relator sobre a necessidade de se retirar o depoente naquele momento. (...) Isso vai demorar, se ele pudesse aguardar lá e depois nós retornaríamos. Imediatamente o senador Álvaro Dias pondera (...) uma sugestão do relator Geraldo Althoff, há apresentação de requerimentos inicialmente e nós gostaríamos que o doutor Ricardo Teixeira pudesse aguardar na sala ao lado para que o relator possa apresentar os requerimentos que devem ser motivo de deliberação na reunião de hoje.

Comentários do ambiente e inserção da participação dos diferentes atores

O início de uma disputa - O senador Bernardo Cabral se manifesta, (...) senhor presidente pela ordem, os requerimentos são sigilosos com a sala fechada? **A.D: Não, não são!** Após responder, Álvaro Dias anuncia a apresentação dos requerimentos pelo relator. Geraldo Althoff começa a expor sobre a sua situação como senador, seu ingresso como substituto do senador Wilson Kleinubing (falecido). E da sua posição como relator: uma condição partidária, uma condição de cidadania, uma condição parlamentar. Baseado nesta exposição Geraldo Althoff argumenta a condição investigativa que a CPI suporta. Lê a Constituição Federal no ponto em que a mesma estabelece que as comissões parlamentares de inquérito terão poder de investigação, próprios das autoridades judiciais, para a apuração de fato determinado, podendo encaminhar as decisões ao ministério público. Em seguida lê o requerimento de criação da CPI do Futebol. Justifica as

leituras feitas como embasamento para os requerimentos que serão apresentados. Pede para a assessoria expor uma transparência com o quadro que determina a movimentação investigativa da CPI (ver quadro em anexo). Quadro orientador das avaliações e investigações que a comissão executa. O relator justifica que dentre as 27 Federações de Futebol existentes no país, cinco foram escolhidas por abranger 90% da representatividade do futebol brasileiro (RJ, SP, MG, RS, PR, DF), além dos clubes mais expressivos ligados a elas e com algum indício de transação ilegal. Geraldo Althoff chama esta organização, estruturada no quadro apresentado, de processo lógico de investigação, o que objetiva ajudar a colher as informações necessárias. Os requerimentos apresentados para votação em bloco solicitam a quebra de sigilo bancário de vários dirigentes esportivos, a convocação de algumas pessoas para prestar depoimento junto a Polícia Federal, o envio de documentos pela Receita Federal da movimentação financeira de algumas empresas, entre outros.

Alerta da Plenária – Quando o presidente faz a solicitação para a aprovação de mais um lote de requerimentos apresentados pelo relator, o senador Bernardo Cabral se manifesta (...) eu não tenho nada contra o encaminhamento à secretaria da Receita Federal, eu apenas indagaria do senador Geraldo Althoff, se a secretaria da Receita Federal oficiou, solicitando que seja encaminhado, se não solicitou eu sugeriria a vossa excelência para que ficasse nos arquivos, como nós fizemos na CPI dos Precatórios, que a iniciativa fosse deles... **G.A: Oficialmente nós não recebemos essa solicitação, de maneira oficiosa sim!** B.C: Então eu pediria a vossa excelência, pode requerer que eles mandam oficialmente **G.A: Com certeza, e nós resguarda de eventuais adversidades futuras, obrigado!**

TV na baila - Após o alerta continua a votação de outros requerimentos sobre a venda e a declaração de renda de jogadores para o exterior. O senador Romeu Tuma pede a palavra e chama a atenção (...) senhor relator, ontem a televisão mostrou alguns fatos de negociação no exterior e o não fechamento de processo cambial, declarado até por presidentes de clubes, será que alguém anotou os nomes e tudo. Faz referência a esse requerimento? **G.A: A esse requerimento que nós apresentamos e a solicitação deste processo...** R.T: Perfeito então, porque ontem foi muito... **G.A: Muito claro e muito contundente...** R.T: Contundente, e deixou claro pelo próprio reconhecimento de quem fez a operação, entrou o dinheiro e não houve a operação cambial. **G.A: Muito obrigado pela sua colocação senador Romeu Tuma.**

As parcerias entre clubes e patrocinadores também são fruto de avaliação. Os requerimentos apresentados na seqüência buscam a verificação de como os contratos entre alguns clubes e patrocinadores ocorreram. Por haver indícios de lavagem de dinheiro no exterior o relator convida o deputado Robson Tuma a depor na CPI tendo em vista trabalho realizado junto a CPI do narcotráfico. Na continuidade e justificando com a quebra de sigilo bancário da CBF já ocorrida, o relator solicita a transferência do sigilo bancário e fiscal dos dirigentes da CBF, no período de 1995 a 2000 para a secretaria da Receita Federal e ao Banco Central. O presidente procede à votação em bloco dos requerimentos apresentados.

A quebra de sigilo em discussão – O senador Bernardo Cabral intervém (...) senhor presidente eu queria um esclarecimento, já foi quebrado o sigilo da instituição, agora se pretende quebrar dos dirigentes... **A.D: Dos dirigentes...** O meu voto é contrário à quebra do sigilo fiscal dos dirigentes, por enquanto senhor presidente!

O senador Renan Calheiros participa da intervenção (...) senhor presidente, só uma colocação, nós hoje vamos ouvir o doutor Ricardo Teixeira, presidente da CBF, seria de bom senso, a não ser que algo justifique a emergência a circunstância, que nós ouvíssemos primeiro o depoente... **B.C: (...) Essa é a minha razão (...)** Para depois essa CPI decidir se quebra ou não o sigilo fiscal dele e de quem mais houver necessidade, essa é a minha ponderação.

Posicionamentos e ponderações em cascata – O presidente da CPI deixa a palavra à disposição da plenária. O senador José Eduardo Dutra pondera (...) o relator, senador Geraldo Althoff nos apresentou uma linha de raciocínio que está norteadando a investigação da CPI e que a meu ver não é uma linha de raciocínio exclusivamente do relator, é uma linha de raciocínio e uma linha de investigação que vem sendo referendada pelo plenário da CPI, eu acho que a CPI tem que tomar cuidado para não passar a impressão de que ela com alguns adota um procedimento, com outros adota outro procedimento. A CPI quebrou, com o voto, se não me engano unânime do plenário desta comissão, o sigilo bancário e fiscal do senhor Wanderley Luxemburgo, antes inclusive do seu depoimento, procedimento este que foi fundamental na inquirição do senhor Wanderley Luxemburgo. Então, neste sentido, eu não vejo porque a CPI não vai adotar o mesmo procedimento, até porque todos estes dirigentes que estão sendo objetos deste requerimento e também os outros de clubes, existem indícios, existem suspeitas, existem notícias de possíveis vinculações destes dirigentes com atividades ilícitas. Indícios, suspeitas que só poderão se confirmar ou não, a partir exatamente da quebra do sigilo. Neste sentido e que eu encaminho favoravelmente aos requerimentos propostos pelo relator, porque entendo que não há nenhuma justificativa, a não ser que a CPI resolva colocar o senhor Wanderley Luxemburgo como o Cristo, como alguém a ser imolado, e adotar tratamento diferenciado com relação a outros, sobre os quais recaem indícios, suspeitas, exatamente idênticas aos que recaíam sobre o senhor Wanderley Luxemburgo quando foi aprovado o requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal dele, por isso eu encaminho favoravelmente aos requerimentos do relator.

A impressão que se tem é que a discussão originada a partir da quebra ou não do sigilo bancário e fiscal do depoente (Ricardo Teixeira), é um misto de disputa entre blocos políticos (alianças previamente costuradas), de dados colhidos sigilosamente de outros depoentes e de ingerências protocolares e argumentativas de perspectivas variadas.

Tentativa de encaminhar a votação – O senador Romeu Tuma intervém tentando prosseguir a votação em bloco (...) eu compreendo a preocupação do senador Bernardo Cabral, mas apenas para poder esclarecer o que tem ocorrido nesta CPI, a conduta do relator e do seu presidente, nenhum dos depoimentos ou providências solicitadas, tem sido feita no calor de uma discussão. Eu percebo, talvez com um pouquinho de experiência em investigação policial o cuidado dos senhores, em fazer os encaminhamentos de quebra de sigilo, dos depoimentos, dos interrogatórios, todos precedidos de uma investigação preliminar, que nos depoimentos, nas perguntas se vê claramente que há um estudo anterior tranquilo e que tenho certeza com apoio daqueles que têm auxiliado esta CPI, de forma que o próprio senador Geraldo Althoff tem um cuidado e um zelo, às vezes

nas conversas particulares de não cometer injustiça, tem uma preocupação até angustiada às vezes, ontem ainda senti isto no café quando conversava com ele sobre a sua angústia em pedir providências, porque o que ele menos quer é praticar uma injustiça que exponha alguém que não possa ser investigado, apenas pelo prazer de poder trazê-lo aqui, que possa ter uma repercussão na mídia, então eu fico sem dúvida nenhuma com as propostas do senador Althoff, senador Bernardo Cabral, apesar de saber e conhecer profundamente as preocupações de ordem jurídica, do senador Bernardo Cabral, e todos os alertas que ele sempre fez nas CPI's de que ele participou e eu também, é zelando pelo bom resultado da CPI, de forma que eu tenho certeza que há a necessidade de quebra de sigilo de dirigentes que já assumiram publicamente que operaram provavelmente por aquelas razões do 'caixa 2' que paga jogador, que recebe dinheiro de fora, não digo que por ignorância deixa de contabilizar ou fechar contrato de câmbio, porque esse negócio de trazer em dinheiro 500 milhões, um bilhão, não dá pra ninguém trazer na carteira, eu queria mostrar como tem sido conduzida esta CPI.

Em razão do que foi dito pelo senador Romeu Tuma o senador Bernardo Cabral diz que não conhece nenhum dirigente da CBF, fala da idoneidade do senador Geraldo Althoff. A discussão cresce e o senador Renan Calheiros intervém concorda com Cabral e passa a exigir a apresentação de um fato, de uma evidência que justifique a quebra de sigilo de Ricardo Teixeira. O senador Antero Paes de Barros destaca que os indícios existentes são mais do que públicos, que com o pedido de quebra solicitado não se condena ninguém antecipadamente, e que o noticiário que envolve estes dirigentes é um noticiário público. O senador Bernardo Cabral afirma mais uma vez que não é contra mas quer agir conscientemente, o senador Renan Calheiros aproveita a deixa e concorda com o colega e solicita novamente a existência de um fato público consistente.

Crônica esportiva em alerta – O senador Antero Paes de Barros interpõe as colocações do senador Renan Calheiros e diz que votar a favor do relator é uma questão de convicção (...) pela experiência que nós temos em relação a acontecimentos no futebol brasileiro, os depoimentos aqui do senhor J. Ávila. Eu trabalhei durante muito tempo na crônica esportiva do meu estado, Mato Grosso, eu tenho certeza absoluta que qualquer rádio, qualquer emissora de rádio, não precisa ser televisão não, de Cuiabá, que é a capital do meu estado, que tivesse aquele contrato de 250 mil por ano, com a Confederação Brasileira de Futebol, teria lucro com uma partida da seleção brasileira em Cuiabá, não precisaria duas, bastaria uma, sem precisar de transmissão direta para o Brasil inteiro, seria suficiente, em qualquer capital é assim. E os cronistas esportivos do Brasil inteiro que me assistem, sabem que é assim, sabem que isto é verdadeiro.

Juca e a sessão secreta – O senador Antero Paes de Barros continua (...) o depoimento aqui, a sessão secreta do jornalista Juca Kfoury, também foram colocados fatos aqui, que não podemos comentar, mas são exageradamente suficientes, isso é uma questão de foro íntimo e de convicção pessoal, a minha convicção pessoal me impõe votar a favor da proposta do senador Geraldo Althoff.

Em seguida o presidente justifica a apresentação dos requerimentos em bloco devido ao recesso parlamentar, o que ajudaria a equipe a trabalhar durante o recesso. O senador Maguito Vilela faz um apelo para a

colocação do requerimento de quebra no final da sessão. O senador Geraldo Cândido lembra de outras quebras já realizadas e concorda com o senador José Eduardo Dutra sobre privilegiar uns e não outros. Numa tentativa de encerrar a discussão por parte do presidente, o senador Renan Calheiros interrompe pedindo fatos que justifiquem a quebra (...) se houver um fato que justifique isso, o Brasil evidentemente precisa saber e essa comissão muito mais ainda, eu vi muita convicção na colocação de vossa excelência, muita convicção, então vossa excelência deve ter informações que evidentemente nós não temos, e eu não estou aqui para evitar quebra de sigilo bancário e fiscal de ninguém, absolutamente de ninguém, eu fiz uma ponderação para que nós fizéssemos isso depois do depoimento, mas se vossa excelência tem um fato que justifique, eu sinceramente gostaria de saber.

O presidente se dirige ao relator e pergunta se ele deseja apresentar as justificativas. O senador Álvaro Dias lê o fato determinado apresentado no requerimento, lê também as justificativas e consulta se o relator deseja fazer mais ponderações. O senador Geraldo Althoff fala da excepcionalidade da CPI e pede um voto de confiança para a continuidade do processo investigativo. O presidente começa a falar da colocação em votação nominal, reforça que a quebra de sigilo não implica em julgamento antecipado, fala que o relator é que tem o contato permanente com a documentação e começa a encaminhar a votação nominal em bloco dos requerimentos apresentados. O senador Renan Calheiros começa a votação e fala novamente sobre a precipitação da quebra antes do depoimento, diz que a única coisa palpável é o voto de confiança pedido pelo relator, continua afirmando que não entende a quebra de inversão da pauta e acaba se abstendo da votação. O senador Álvaro Dias salienta que não há uma inversão de pauta e esclarece os procedimentos adotados desde o princípio. Surge então uma preliminar que passou despercebida. O senador Renan Calheiros se mostra bem eufórico na discussão em relação a preliminar. A sessão se encaminha para uma situação de impasse. O presidente acaba pedindo que a preliminar vá a votação, passa a colher votos sobre a preliminar. Renan Calheiros e o presidente discutem e surge o tema de cassação da palavra, a votação se encaminha os ânimos se alteram. O senador Bernardo Cabral fala que se a preliminar for vencida, mais tarde o pedido de quebra pode ser considerado uma coação, solicita que a sessão se transforme em secreta para que o relator divulgue os fatos determinados. A votação empata em 6x6 e o presidente desempata a votação a favor do relator senador Geraldo Althoff. Segue-se a leitura de requerimentos para transferências de sigilo fiscal e bancário de dirigentes e entidades esportivas. Quando o requerimento de quebra do sigilo bancário e fiscal do senhor Carlos Augusto Montenegro é encaminhado, o senador Renan Calheiros pede que se faça a leitura dos fatos que justificam o pedido. O relator assim faz (...) entre os principais objetivos da CPI, está o de investigar o enriquecimento de dirigentes de clubes de futebol, a partir do desvio de suas receitas, especialmente renda de jogos, publicidade e transações com jogadores. As transações com jogadores para o exterior vem sendo alvo de processos por evasão de divisas, instaurados pelo Banco Central quando as divisas não chegam ao país, suspeita-se também, que os preços dos jogadores divulgados pela imprensa não corresponde ao que consta do contrato, sendo a operação utilizada para a lavagem de dinheiro, a dúvidas inclusive sobre a efetiva propriedade do passe, parte do qual pode estar sendo transferido no clube para terceiros, mediante contrato de gaveta. É bom lembrar, ao senador Renan Calheiros o fato publicado pela imprensa, no dia de hoje, com

relação ao dois do estado do Rio Grande do Sul, exatamente dando encaminhamento a esta nossa linha de raciocínio, e por essa razão há necessidade de que nós busquemos junto aos dirigentes de futebol especificamente, que se envolveram com transações de grandes jogadores de futebol, que realmente se busque essa informação. Volto novamente a fazer, nós não estamos aqui, pré-julgando absolutamente ninguém, e eu espero de que as nossas suspeitas se tornem realmente infundadas.

O depoimento – Depois de uma longa discussão sobre a quebra ou não do sigilo bancário e fiscal do depoente e de uma votação igualmente extensa de requerimentos motivada pela sessão que ouviu o jornalista Juca Kfoury, inicia-se o depoimento. O presidente da CPI pede desculpas ao depoente pelo atraso, motivado pelos debates ocorridos. Como de costume é concedida ao depoente a possibilidade de fazer uma exposição inicial, antes das indagações do relator. Ricardo Teixeira agradece as autoridades presentes, apresenta-se como presidente da CBF, e de imediato apresenta apoio irrestrito a CPI naquilo que lhe for solicitado, em seguida libera a quebra de sigilo bancário e fiscal, faz uma rápida apresentação ponderando que a mesma foi sucinta para que a CPI apure o que deseja. O relator inicia dizendo-se honrado com a presença do depoente e da facilitação para as investigações pela colocação de pronto da quebra do sigilo bancário e fiscal. Enfatiza que as perguntas que serão feitas são baseadas em questionamentos que muitos cidadãos brasileiros gostariam de fazer, e inicia suas indagações (...) Qual o orçamento anual da Federação Brasileira de futebol? **R.T:**

Senhor relator, excelência, senador Geraldo Althoff, para esse ano a previsão de orçamento para a Confederação Brasileira de Futebol, gira em torno de 70 milhões de reais, eu não posso lhe precisar o número exato porque depende muito dos jogos que nós fazemos, por exemplo, da receita que nós teremos de bilheteria, de forma que o valor exato eu só consigo tê-lo no final do ano, mas eu poderia lhe dizer, por exemplo, que no ano de 1999 foi de 70.620.344,60 reais, até o dia 31 de outubro, nós já temos 52.390.791,66 reais, a nossa estimativa e que nós tenhamos em 2000, mais ou menos, o mesmo número de 99, em torno de 70 milhões de reais. G.A: Outra pergunta, ainda referente a esse assunto, que nós gostaríamos de fazer, é como é feita a remuneração dos dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol?

R.T: Pois não excelência, senhores senadores, senhor presidente, todos os diretores que trabalham na CBF, durante a semana inteira, são remunerados, não são todos os diretores da CBF, são somente aqueles que praticam o dia-a-dia da entidade, o diretor da CBF hoje deve ter um salário da ordem de 17 mil reais por mês líquido, e o seu presidente teve um rendimento de 296, perto de 297 mil reais ano, no ano que passou. G.A: O senhor Wanderley Luxemburgo da Silva ex-técnico da seleção brasileira, antes mesmo de ele vir a esta comissão parlamentar de inquérito, ele já foi junto à própria imprensa brasileira colocar de posto como sendo um sonegador contumaz, ao mesmo tempo em que isso era posto e colocado, e ele ainda como técnico da seleção brasileira, o senhor vez uma declaração à imprensa de que isso seria um fato normal, eu gostaria de lhe questionar exatamente, o senhor acha que sonegar imposto é um ato normal, próprio do cidadão? **R.T: Eu agradeço profundamente a vossa excelência por essa pergunta, porque me dá a oportunidade de esclarecer essa notícia vinculada pela imprensa, não acho normal ninguém sonegar imposto, eu acho que todos nós temos obrigação de estar em dia com os impostos, sejam quais forem estes impostos, e foi interpretado diferentemente a entrevista que eu dei, eu diria que qualquer**

coisa de vinte dias antes de a seleção brasileira embarcar para as olimpíadas, surgiu na imprensa as denúncias da senhora Renata, contra, na época, técnico Wanderley, da seleção brasileira, e naquele momento no mesmo dia em que houve essa denúncia, eu tive uma entrevista coletiva na CBF, quando me foi perguntado sobre o assunto, de receita federal, que ele devia a receita federal, eu disse que a análise da CBF, até aquele momento sobre o técnico Wanderley, sobre podia se pautar sobre a sua parte técnica, até porque, todas as acusações que estavam lhe sendo feitas, até aquele momento, não tinham sido devidamente comprovadas, e coloquei a CBF a disposição, e disse publicamente, oitavo andar da CBF, para que qualquer um, que tivesse qualquer tipo de acusação, concreta, contra o então técnico da seleção brasileira, eu imediatamente, se tivesse alguma vinculação com a CBF, eu demitiria, e utilizei o termo: justa causa. G.A: Doutor Ricardo Teixeira, a CBF, ela tem contra si, algum processo na receita federal? R.T: A CBF teve contra si dois processos, um dos processos ela foi absolvida, na medida em que era 1 milhão e meio de multa, na realidade nós já tínhamos feito o recolhimento, foi simplesmente um mau preenchimento de DARF, a pouco tempo atrás, nós tivemos uma fiscalização da receita federal, em que ela analisando os balanços da CBF, ela chegou a conclusão que nós teríamos não declarado valores que na realidade nós tínhamos um laudo de tributaristas, muito antes desta fiscalização, dizendo que nós não tínhamos que recolher nem fim social, nem PASEP, nem PIS, sobre essa quantia, por ser uma quantia, eu só vou deixar claro, nosso contrato com a Nike, nós tivemos uma multa de 10 milhões de dólares, que foi consertado entre a Nike e a empresa anterior, que foi a Umbro, esses recursos foram alocados diretamente da Nike, nos Estados Unidos, para a Umbro nos Estados Unidos, e o laudo do nosso tributarista, e que nós não deveríamos, não precisávamos recolher nenhum tipo de imposto sobre esse valor, tendo em vista que não passou pelo caixa da CBF, a receita federal entendeu de maneira diferente, nós estamos recorrendo junto a justiça, desculpe, junto a parte administrativa da própria receita federal, de forma que essa a única pendência que nós temos com a receita, mas está em discussão no âmbito administrativo. G.A: O senhor tem problema com o fisco? R.T: Eu tive uma fiscalização que se realizou em 92, 93 e 94, em que eu fui autuado pela receita federal, recorri na parte administrativa e no final de todos os resultados, ficou uma pendência da ordem de 8 por cento do valor inicial, eu ganhei pessoalmente em todas as instâncias e no final, volta a dizer, restou 8 por cento, que já foi pago, muito antes inclusive, da definição final do conselho maior de contribuintes, a pouco, se o senhor me permitir alongar um pouco nesta parte? G.A: À vontade! R.T: Há pouco tempo atrás, no dia 1º de agosto de 99 ao dia 1º de agosto de 2000, eu fui fiscalizado, pessoa física, pela receita federal, e nesse momento, quando terminou, essa fiscalização em agosto de 2000, não houve nenhum auto de infração, consideraram, completamente legais, todas as minhas declarações dos anos de 95, 96 e 97, de forma que essa é a minha situação com a receita federal, eu tenho todos esses documentos excelência, se no final, o senhor desejar, que eu lhe forneça qualquer um deles, eles estarão a disposição do senhor e desta comissão. G.A: Doutor Ricardo Teixeira, qual a relação que a Confederação Brasileira de Futebol tem com o Banco Delta? R.T: O senhor me permitiria que eu pegasse uma pasta? G.A: Fique a vontade! R.T: A CBF, ela tem uma deficiência crônica de caixa, desde o ano de 95, eu diria que nós, a posição financeira da CBF, antecipa as receitas que virão no próximo ano, até porque,

excelência, o pagamento da Nike especificamente, que é o grande número que entra pra CBF, ele é feito em janeiro, então, nós quase que gastamos no ano anterior, antecipadamente, e consolidamos financeiramente a entidade quando nós recebemos da Nike, então muitas vezes nós somos obrigados a fazer alguns empréstimos, com a finalidade de cobrir a nossas necessidades de caixa, e nós tivemos até agora, um total de seis empréstimos realizados com o Banco Delta, de vários valores em datas diferentes. G.A: O senhor como pessoa física, o senhor tem conta também neste banco, não? R.T: Excelência, eu tenho conta como pessoa física, deste banco, declarada no imposto de renda, eu tenho inclusive a documentação, que eu também passarei a suas mãos, está declarada no imposto de renda, bem como a transferência foi feita legalmente pelo banco central, foi feita dentro de toda a legalidade, do sistema financeiro SISBASEM???. G.A: E o senhor pessoalmente tem algum empréstimo, tem algum relacionamento financeiro com este banco? R.T: Não, eu pessoalmente não tenho nenhum empréstimo, uma das minhas empresas teve empréstimo, mas já está vencendo, está sendo liquidado. G.A: Eu gostaria de insistir então, para que o senhor nos fornecesse esses contratos de operações da CBF com o Banco. R.T: Sim, senhor, eu poderia só fazer um esclarecimento sobre... G.A: À vontade. R.T: Como norma dos outros contratos, eu vou simplesmente esclarecer um contrato, que eu diria que foi o início da nossa operação com o Banco Delta. **O Banco Delta, ele pertence ao mesmo acionista, que era o acionista majoritário do Banco Real, as nossas ligações com o Banco Real, são ligações muito estreitas, até geograficamente falando, pois o prédio da CBF é literalmente em cima do Banco Real, então a operação com o Banco Real para nós, é muito simples, eles que pagam a nossa, desculpe, era muito simples porque eles mudaram de controle acionário, então o Banco Real é quem fazia todas as nossas operações. Em outubro de 98, houve uma grande crise no mercado mundial e financeiro, com a crise da Rússia, e naquele momento houve uma falta de liquidez integral no mercado financeiro como um todo, a CBF precisava de recursos para fechar o seu balanço, tentou consegui-los no mercado brasileiro, não os conseguiu. Então só nos restou uma opção de fazer uma operação internacional, esse empréstimo foi de 7 milhões de dólares, ambas perfeitamente dentro da legalidade, dentro do Banco Central, operações aprovadas pelo Banco Central, o momento era tão crítico, que os títulos da dívida brasileira chegaram a pagar 31, 27 % ao ano de juros, internamente os bancos, volto a reafirmar, nos negaram os empréstimos, os juros externos naquela época estavam altíssimos, exatamente pela liquidez, e a maior prova dessa grande crise é que passado mais ou menos dois meses, nós tivemos a grande crise, também interna no Brasil, quando houve a grande desvalorização cambial em janeiro, que foi exatamente consequência do problema que tinha havido em outubro do ano anterior digamos assim, eu tenho aqui excelência, todas as cópias dos contratos, as taxas praticadas pelo mercado brasileiro na época, e as taxas praticadas pelo mercado internacional na época, e eu coloco a disposição de vossa senhoria. G.A: Eu gostaria que o senhor citasse exatamente em que condições foi feito este empréstimo, em que condições para a CBF? R.T: Pois não excelência, qual deles? G.A: Esse do Banco Delta. R.T: Não é, Banco Delta. G.A: Exato, em que condições? R.T: São, são, excelência são diferenciadas, porque uma taxa em determinado momento, o mercado estava sem liquidez, à taxa era alta, depois, o senhor têm várias taxas em cada um dos contratos, se o senhor quiser que eu forneça não é nenhum problema? G.A: Eu**

gostaria sim! **R.T:** Então, por exemplo, o empréstimo de 7 milhões que foi realizado em outubro, no momento da grande crise da Rússia, esse empréstimo foi de 10, 91 % ao mês, quando nós tínhamos a fonte do Banco Central SISBASEM, o custo de desconto de nota promissória nesta época era 12,92 quase 13 %, e o custo da conta garantida, que nós tínhamos e pagamos com esse recurso, era da ordem de 11,64 ao mês. G.A: Doutor Ricardo Teixeira, o senhor tem conhecimento da situação que este banco vive, sofrendo investigações do governo americano, com suspeita de operação de lavagem de dinheiro? **R.T:** Não senhor não tenho nenhum conhecimento! G.A: Eu só gostaria agora também de me reportar a um fato, o senhor Wanderley Luxemburgo da Silva quando aqui esteve, ele fez uma referência a um cheque, ou melhor, nós o questionamos a respeito da emissão de um cheque de 600 mil reais, em favor da própria Confederação Brasileira de Futebol, e nos chamou a atenção de que esse cheque exatamente ele foi emitido um dia após a CBF ter pago a ele 1 milhão e meio de reais, e eu escutei também na imprensa, o senhor dar explicação, que achou que assim faria, que assim foi feito exatamente para o efeito de uma transparência maior da transação, o senhor achava realmente necessário isso? **R.T:** Eu posso, posso manusear a pasta? G.A: À vontade! **R.T:** Senhor presidente, senhor senador Geraldo Althoff, senhores senadores, em maio de 99 foi feito um adiantamento para o Wanderley Luxemburgo de 400 mil, depois em setembro de 99 outro adiantamento de 200 mil e ele recebeu, 27 de setembro, ele tinha a receber da CBF 2 milhões e 96 com 552 reais, que lhe foram pagos e imediatamente no mesmo ato descontado o imposto de renda, o que deu um valor líquido de 1 milhão 520, e ele efetivamente, imediatamente após, pagou estes dois adiantamentos, respectivamente de 400 e 200 mil, excelência isso foi uma decisão da diretoria financeira e da parte financeira da CBF que acharam melhor fazer dessa forma, eu não tenho envolvimento direto nas operações financeiras da CBF, eu não assino cheque a mais de 10 anos na entidade, então o modo foi na realidade uma decisão, volto a dizer, da diretoria financeira, mais eu posso lhe garantir que foram todos os impostos recolhidos, posso lhe garantir que foi tudo dentro da legalidade e nós temos todos esses documentos, e se o senhor quiser passo inclusive esses documentos a suas mãos, desde agora os recibos dele, inclusive as datas, enfim, toda a operação desse acontecimento. G.A: Senhor presidente neste primeiro momento eram essas as indagações e os questionamentos que essa relatoria gostaria de fazer ao senhor Ricardo Teixeira.

A plenária em ação: Doze senadores inscrevem-se para questionar o presidente da CBF. Nas primeiras indagações o senador Antero Paes de Barros questiona o depoente sobre os empréstimos tomados no exterior para saldar dívidas da CBF e se a questão cambial do dólar (oscilação) na realidade seria assim favorável a CBF, Ricardo Teixeira reforça que o empréstimo foi feito porque a entidade não encontrou soluções dentro do país. O senador dá ênfase a demissão do técnico Wanderley Luxemburgo por justa causa. Ricardo Teixeira diz que ficou no ar que ele (Wanderley Luxemburgo) havia convocado jogadores para a seleção brasileira e em troca teria recebido alguma vantagem financeira, na volta da olimpíada, como as coisas não se esclareceram ele foi demitido, mas não por justa causa. Antero Paes de Barros continua com o assunto Luxemburgo e pede esclarecimentos sobre o adiantamento feito ao técnico por ocasião de sua atuação na seleção brasileira, o senador pondera que a CBF com esta ação acabou recolhendo CPMF duas vezes, o

presidente concorda, mas diz que a ação foi realizada para deixar claro toda a operação e recolhimento de dinheiro. Em seguida pergunta sobre contribuições que a CBF teria feito a campanhas políticas, Ricardo Teixeira relata uma para o deputado federal Eurico Miranda e outra para o deputado Perondi. Destaca que tudo aconteceu dentro da lei e dentro do permitido, o senador deseja saber qual o interesse na realização de tais contribuições, Teixeira diz que a questão é posta como em outra relação qualquer, em apoio as entidades que tem relação com o futebol e que tudo aconteceu de forma legal (Antero Paes de Barros aparece em primeiro plano sorri e olha para o lado). De imediato pergunta se a CBF contribuiu com material esportivo para campanhas políticas, o presidente diz que não lembra, o senador argumenta que o depoimento é feito sob juramento de dizer a verdade, ao final responde que as contribuições só foram feitas a deputados federais e a partidos. Na seqüência entra o assunto sobre a interferência da Nike, o senador reporta-se aos depoimentos de Wanderley Luxemburgo e Zagallo, o primeiro no senado, o segundo na câmara dos deputados e o motivo para que tais declarações fossem assinadas pelos técnicos e divulgadas a nível nacional pela imprensa (...) R.T: quem pediu que essas declarações fossem feitas fui eu pessoalmente que pedi aos dois, o Zagallo já não era mais técnico da seleção, o Wanderley era o técnico da seleção, e a finalidade foi que havia uma afirmativa nacional de que a Nike indicava jogadores que deveriam ser convocados, tanto o Zagallo como o Wanderley, sabiam que isso não era verdade, e a única forma que eu tinha de colocar isso publicamente seria que eles fizessem uma carta e o que eles fizeram, a intenção foi demonstrar efetivamente o que é real, a CBF nem a seleção brasileira têm qualquer influência nas suas convocações de quem quer que seja, nem pelo seu presidente. **A.P.B: Os técnicos tinham conhecimento do contrato com a Nike?** R.T: **Excelência, honestamente o contrato integralmente eu não entreguei e nenhum dos técnicos. Em seguida, o senador, questiona sobre a existência dos procuradores, dos agentes e de empresários sem o credenciamento estabelecido pela FIFA, o presidente da CBF responde que esse credenciamento foi criado pela FIFA, segundo ele o jogador é registrado em nome dos clubes e não no de empresários.** A discussão em torno do contrato com a Nike volta (...) A.P.B: O senhor realmente acha que as condições do contrato da Nike são favoráveis a CBF? **R.T: Excelência, eu tenho convicção disso, eu poderia me estender um pouco mais nesta pergunta?** A.P.B: Sim. O presidente se vira e pega uma pasta com documentos, faz-se um tempo, até o material chegar a mesa, Ricardo Teixeira pede permissão ao presidente para apresentar o material (...) **R.T: Eu vou fazer um dado comparativo, porque a única forma que nós temos de padronizar e verificar realmente como é o contrato da Nike em relação ao mundo; o nosso contrato com a Nike, nós recebemos 16 milhões de dólares por ano de média, durante 10 anos, nós tomamos como exemplo os grandes países do mundo com seus, digamos assim, patrocinadores, a Inglaterra tem como patrocinadora a Umbro, que lhe paga 11 milhões de dólares, a Itália tem a Capa que lhe paga 7, a França tem a Adidas que lhe paga 8, a Alemanha também tem a Adidas que lhe paga 7, a Holanda tem a Nike que lhe paga 5, os Estados Unidos a Nike 7 milhões, a Espanha tem um contrato de oito anos que lhe dá, mais ou menos, ao ano, 2278 milhões de dólares, a Argentina tem a Reebok que lhe dá 8 milhões e o Brasil tem a Nike que lhe dá 16 milhões de dólares, então, se nós fizermos um comparativo da CBF/Nike e outras Federações com seus patrocinadores, nenhuma delas chega a 60% do valor da Nike, excelência, só para que vossa excelência tenha uma noção eu trouxe inclusive e vou deixar entregue a**

CPI, o contrato assinado da AFA, Associação de Futebol Argentino, com a Reebok, com todos os seus itens, até porque eu acho que é muito útil para essa comissão que se faça uma comparação dos contratos, tendo em vista que as duas são multinacionais.

A.P.B: O senhor, por curiosidade, nunca procurou saber quanto que a seleção americana de basquete tem de patrocínio? R.T: **Não senhor, até porque o sistema de basquete americano é um pouco diverso do nosso, com toda honestidade eu não conheço quanto ganha a Federação de basquete dos americanos, desculpe.** A.P.B: O senhor tem a convicção que a CBF precisaria realmente de um intermediário para conseguir fechar um contrato internacional, não caberia a empresa, patrocinar uma concorrência internacional para isso? R.T: **Excelência, nós fizemos uma concorrência, consultamos na época a Reebok, nós consultamos a Adidas, nós consultamos a própria Umbro se ela teria o interesse de aumentar o valor do contrato, e a que nos ofereceu, na época, um valor mais alto foi inegavelmente a Nike, naquele momento de 1996, esse contrato foi assinado um pouco antes das olimpíadas nos Estados Unidos.** A.P.B: Presidente Ricardo Teixeira causou certo desconforto como brasileiro e como jornalista esportivo, ouvir aqui nesta comissão o depoimento do também jornalista J.Ávila e empresário de futebol, mais que jornalista hoje, ao anunciar aqui, o fechamento de um contrato para as eliminatórias das Copas de 2006 e 2010, por cujo contrato ele já está antecipando pagamentos a CBF, o que significa dizer que o interesse comercial dele, da empresa dele, e talvez o interesse comercial da CBF, seria vantajoso que o Brasil disputasse as eliminatórias de 2006 e 2010, o que traria como consequência evidentemente uma previsão nada otimista, com relação as possibilidades de nosso futebol, eu gostaria de perguntar se vossa senhoria acha ético esta cláusula contratual, em que estabelece um compromisso no mínimo até 2010, data em que vossa senhoria não estará mais na presidência da CBF, segundo declarações já dadas a imprensa, por vossa senhoria mesmo. R.T: **Pois não excelência, há uma norma no mercado internacional esportivo, e nisso se inclui inclusive o basquete, em que nunca se compra um só evento, se compra sempre para frente os eventos, eu gostaria de lhe dar alguns exemplos de contratos mundiais em relação a este assunto; excelência a ISL tem um contrato com a Federação de Tênis de 10 anos, com a FIFA de 8, com a TV e com a FIFA outro contrato de 8 anos, ela comprou os direitos do atletismo por 10 anos, do tênis também por 10 anos, a Octagon acabou de comprar o autódromo de Silverstone por 15 anos, a Foca do Berny Eccleston é conhecida mundialmente como uma empresa que administra, digamos assim, a parte toda da fórmula 1, o contrato dela é por volta de 100 anos, a rede Globo de televisão comprou a fórmula 1 por cinco anos e tem a opção de mais 5 anos, a rede Globo comprou o contrato do Clube dos Treze, televisionamento, de aproximadamente 10 anos, a Argentina vendeu os seus direitos para a Torneio & Competências que é uma similar do que a Traffic faz no Brasil, por 20 anos, de 95 a 2014, e nós também estamos negociando com a rede Globo, e vocês vão saber em primeira mão, as eliminatórias de 2006 e 2010, porque a norma internacional é que você sempre faça os contratos antecipados por evento, isso acontece em todas as Federações esportivas do mundo, eu vou lhe dar um exemplo, se o senhor me permitir senhor senador, o contrato grande que a FIFA fez com a ISL, não só de televisionamento como marketing, foi feito em 1998, início do ano de 98 e vai ficar até o ano de 2006 com direito a reforma, isso foi feito por um presidente e o outro presidente que assumiu irá**

levar este contrato, eu até admito que se discuta este tipo de, digamos assim, de comportamento, mas é um comportamento que é muito comum em toda a área esportiva em geral, independente de esporte.

Assuntos diversos – O senador Antero Paes de Barros, em virtude de uma reclamação feita pelo Banco Central sobre a dificuldade de obter da CBF os contratos de compra e venda de jogadores para o exterior, solicita a Ricardo Teixeira que envie a comissão os 50 maiores contratos de venda de atletas brasileiros para o exterior nos últimos 5 anos. Ricardo Teixeira argumenta que só após a Lei Pelé (1998) a CBF pode ter acesso aos contratos realizados, o que anteriormente era impossível. Em relação a solicitação de envio feita pela senador, Ricardo Teixeira diz não haver problema muito embora a posição da CBF seja a de um cartório que registros os dados recebidos. Segue-se o assunto sobre operações de venda de ingressos na França com agência de turismo específica. A.P.B: (...) Eu não sei se vossa senhoria assistiu o depoimento do empresário J.Ávila, em seu depoimento o senhor J.Ávila afirmou que encaminhou o senhor Utulante Vinhola para o senhor, a fim de tratar da compra de ingressos para a Copa da França? **R.T: Eu lhe confesso que não me lembro, eu posso tentar buscar na cabeça, eu não me lembro, que dizer, fisicamente eu não me lembro, o Rogério eu já lhe informei, o Rogério eu conheço há muito tempo, o Vinhola?** A.P.B: Utulante Vinhola! **R.T: O Vinhola, eu confesso que não me lembro, agora eu não tratei de nenhum assunto de ingressos, até porque excelência, durante a Copa do Mundo eu quase que fiquei concentrado junto com a seleção brasileira, integralmente, o período da Copa inteira.** O senador Antero Paes de Barros interrompe suas indagações para que os outros senadores possam participar, o senador Gerson Camata é o segundo inscrito e questiona o presidente da CBF sobre o recebimento de dinheiro público para a manutenção das seleções de futebol G.C: (...) Eu perguntaria, a CBF antigamente recebia dinheiro público para financiar o futebol e as seleções, há quanto tempo a CBF não recebe mais dinheiro público, senhor presidente? **R.T: A CBF não recebe dinheiro público desde o ano de 1990, foi quando a CBF abriu mão de qualquer recurso oriundo do governo, naquela época, através da loteria esportiva, só para efeito de completar a pergunta de vossa excelência, nas olimpíadas, por exemplo, o governo federal dá uma dotação para o COB, e essa dotação para o COB tem a finalidade dele, por exemplo, pagar as passagens de todos aqueles atletas que vão participar das olimpíadas, dentre elas as seleções femininas e masculinas do Brasil, a CBF não recebe esse dinheiro do COB, a CBF paga diretamente as suas passagens, a CBF paga os seus exames, ou seja, não entra direta ou indiretamente, desde 1990, um recurso público na CBF.** O senador pede esclarecimentos sobre o pagamento de jogadores quando a serviço da seleção brasileira, Ricardo Teixeira responde (...) Há dois casos diferentes, os jogadores estrangeiros, e nós chamamos de estrangeiros os jogadores brasileiros que atuam no futebol estrangeiro, esses jogadores nós não somos obrigados pela FIFA, dentro das normas da FIFA, a pagar os salários deles, o que nós pagamos a eles são as premiações, o direito de arena, eventualmente se o direito de televisão for nosso, as passagens, eventuais estadias de ida e volta, pelo período em que ele estiver com a seleção brasileira, os jogadores que atuam no futebol brasileiro, nos clubes brasileiros, nós ressarcimos integralmente, obviamente *pro rata temporis*, o tempo em que ele estiver junto à seleção brasileira, pelo valor do contrato dele registrado na CBF, ou seja, se na CBF está escrito que o salário dele é 100 mil reais, nós pagamos exatamente os 100 mil reais. Surge a questão do problema do

calendário do futebol brasileiro, dos campeonatos regionais, dos campeonatos estaduais e do campeonato nacional, se a CBF interfere ou não no calendário de jogos, Ricardo Teixeira responde que a Fundação Getúlio Vargas está realizando um estudo profundo para a reformulação do calendário. O senador Geraldo Cândido é o próximo a questionar o depoente e pergunta sobre a oferta de dinheiro por parte da CBF para que o GAMA (Clube de Brasília) se retirasse da série A do Campeonato Brasileiro, Ricardo Teixeira nega tal oferta e diz que na realidade houve um encontro com os dirigentes do Clube (um almoço), no qual os dirigentes pediam ressarcimento de despesas à CBF pela não participação no campeonato brasileiro, um valor estimado em 2 milhões de reais. Na seqüência se verifica a forma estabelecida pela Coca-Cola para premiação no caso da conquista do campeonato mundial ou da conquista do vice-campeonato. G.C: (...) a Coca-cola prevê um prêmio de 1 milhão para campeão do mundo e vice 800 mil? **R.T: Exatamente.** G.C: É isso, então no caso o Brasil quando foi vice-campeão na França recebeu 800 mil da Coca-Cola, como prêmio? **R.T: Recebeu.** G.C: Bom, como foi feita a distribuição dessa verba, dada pela Cola-Cola, em fase do vice-campeonato mundial de 98? **R.T: Quando nós vamos com a seleção brasileira para uma Copa do Mundo, por exemplo, nós fixamos os valores de premiação, incorporando tudo, o senhor entende, um exemplo da Copa de 94 que nós fomos campeões, nós determinamos um valor por jogo, um valor por cada classificação, ou seja, a primeira fase são 3 jogos excelência, então para passar para o 4º jogo tinha um prêmio, vencendo o 4º tinha outro prêmio, o 5º, o 6º e sendo campeão tinha outro prêmio, nesse prêmio está incorporado todos os valores, inclusive o da Coca-Cola, e é feita a divisão a pedido dos jogadores, como foi em 94, os jogadores pediram que fosse toda a premiação igual para todos os membros da comissão, inclusive os roupeiros, enfim todos do mais humilde ao técnico, os valores eram divididos igualmente.** Discute-se a transferência de poder sobre a administração do futebol brasileiro, Ricardo Teixeira concorda, comentam o monopólio do Clube dos Treze. O depoente responde outra vez com o estudo da Fundação Getúlio Vargas (um pré-projeto) que indica que a CBF deve assumir novamente o controle do futebol brasileiro. Argumenta que tudo aconteceu a partir do final de 89 e 90, por ordem de um 'reclame nacional' que pedia mais poder para os clubes e menos poder para as entidades, isso foi, segundo o presidente da CBF, acontecendo aos poucos. A CBF acabou criando um Conselho Técnico que é quem administra o futebol brasileiro como um todo, admitiu que os clubes participem na escolha do presidente da CBF, uma atribuição que era somente das federações. Os clubes organizam as taxas de público, os direitos de televisionamento, que giram em torno de 60 a 70 milhões.

O próximo senador a participar é Maguito Vilela, continua a questionar a vinculação da CBF com o Clube dos Treze, Ricardo Teixeira esclarece que não existe nenhuma relação formal entre a CBF e o Clube dos Treze como instituição. Retoma-se a questão sobre as transações entre jogadores e clubes de futebol, o presidente diz que a CBF é apenas uma anuente, não retira taxas ou recursos destes contratos. A CBF é um cartório, ela registra a operação, comenta-se a Lei Pelé, a qual Ricardo Teixeira faz destaque (...) para que vossa excelência tenha noção, nós passamos a ter o poder de exigir o contrato somente depois da Lei Pelé, antes nós não podíamos nem ter isso, de forma que agora nós temos o poder sim, de receber as informações, agora nós não temos como checar estas informações, porque nós, volto a dizer excelência, somos simplesmente um cartório de registro das transações. O senador Bernardo Cabral participa da discussão (...) eu tenho impressão

que o senador Maguito gostaria que ficasse registrado se há poder de ingerência, não há? **R.T: Desculpe excelência.** B.C: Não há poder de ingerência da CBF? **R.T: Não, não nos é permitido e hoje inclusive excelência, antigamente, só para lhe dar, antes da Lei Pelé, se houvesse alguma irregularidade, um exemplo, um irregularidade na Federação do Rio de Janeiro, uma irregularidade na Federação não interessa de que Estado, a CBF podia intervir, e nós *intervíamos* em várias federações, que tiveram problemas, várias federações, a CBF *interviu*, nomeou um interventor e convocamos assembléia, com a Lei Pelé, nós perdemos este poder, nós não podemos intervir, nem em federações, nem em clubes, a autonomia das federações e dos clubes com relação a CBF é completamente, desculpe, são totais.** O senador Maguito Vilela pergunta sobre o conhecimento que a CBF possuiu contrações de jogadores menores para o exterior e sobre a saída de jogadores abaixo de 18 anos, Ricardo Teixeira diz que a CBF não tinha conhecimento destas transações, visto que, a CBF só toma conhecimento das transações que passam pela CBF, com registro em algum clube e federação. Mas se sabe informalmente que isso acontece através do agenciamento do pai do garoto, mas nada disso é formalizado. O senador Maguito Vilela pergunta sobre as premiações a jogadores da seleção (...) presidente, qual é o valor médio hoje de uma premiação, por uma vitória da CBF aos jogadores, treinadores, roupeiros, massagistas, enfim ao conjunto, uma premiação média, qual foi o último jogo? **R.T: Brasil e Colômbia.** M.V: Brasil e Colômbia, isso, no caso de vitória. **R.T: E da ordem de 3.500 dólares, por jogador e no contrato antigo, do técnico da seleção brasileira, o técnico da seleção recebe em dobro essa premiação.** M.V: Quais as grandes despesas que a CBF tem, além dessas? **R.T: Eu diria que inegavelmente a grande despesa da CBF é a seleção brasileira, a outra grande despesa da CBF, são as outras seleções, porque a seleção brasileira principal é a única que gera efetivamente recursos para a CBF, as seleções abaixo de 20, a seleção abaixo de 17, a seleção abaixo de 15, a seleção feminina, são seleções que nos dão custo e não nos geram receita, de forma que eu diria que a grande despesa nossa inegavelmente se vincula a seleções brasileiras, eu diria ao departamento de seleções da entidade.** O senador Maguito Vilela aborda o tema da lavagem de dinheiro no meio futebolístico, considerando-se as várias denúncias realizadas em relação a empresários, dirigentes e clubes, na compra e venda de jogadores, (...) qual é a opinião do presidente da CBF? **R.T: A CBF desconhece este fato, formalmente eu desconheço, que aja utilização do futebol para lavagem de dinheiro...** M.V: Mas essa venda, essa compra e venda de jogadores às vezes, compra-se hoje por um preço, amanhã vende-se pelo dobro, depois volta metade, enfim isso é de conhecimento público, como que explica, por exemplo, a venda de alguns jogadores e a *retrovenda* ou a compra imediatamente por preços alterados. **R.T: Eu desconheço, a CBF desconhece esse, formalmente eu desconheço esse, digamos assim, essa operação de lavagem de dinheiro, mas eu tenho certeza absoluta que há meios do governo inclusive controlar, eu tenho certeza, por exemplo, que, com a criação da obrigatoriedade do contrato ser registrado na CBF, necessariamente já minorou muito o problema, até eu faço questão de dizer, eu li o pronunciamento do diretor do Banco Central, em que ele diz que todos os fatos que ele apurou, ele conseguiu apurar junto aos documentos fornecidos pela CBF, depois que ela teve o direito de exigir esses contratos, eu acho que há fórmulas de se aprofundar nisso, uma delas talvez, só a título de sugestão, se exigindo também, que depois se trouxesse o clube vendedor, o contrato da venda para o exterior, que dizer, esse segmento, eu**

acho que há mecanismos para se evitar isso, agora formalmente eu desconheço esse fato. Em seguida surge a discussão sobre os horários dos jogos, sobre o respeito com os torcedores, que muitas vezes são obrigados a ir ao estádio em horários de risco, muito tarde ou cedo demais. A posição da relação com as transmissões de televisão entra em cena (...) R.T: o componente televisão no contexto da renda dos clubes brasileiros no Brasil é absurdamente grande, no contexto dos clubes, isso deve girar hoje em torno de 70%, da receita dos clubes, vem das televisões, na Europa isso gira em torno de 30%, trinta e poucos por cento, e os clubes não podem prescindir do patrocínio da televisão, esse horário é feito pela televisão, obviamente até porque, no caso específico da Rede Globo de televisão, que é quem patrocina o Torneio João Havelange, é ela que coloca o horário, juntamente com os clubes e obviamente tendo em vista a grande participação que eles têm na feitura do campeonato, o horário é fixado pela televisão juntamente com os clubes. O senador discorda com a colocação do presidente e argumenta que o maior motivo do futebol é o torcedor e que os contratos com a televisão deveriam resguardar o direito dos torcedores que são a alma do futebol. O presidente da CBF responde dizendo que (...) R.T: eu acho que seria o ideal, a minha pergunta é, será que a TV Globo patrocinaria, o Torneio João Havelange se o horário fosse às sete horas da noite, eu me pergunto, eu não estou afirmando que não, e tendo em vista a grande dependência dos clubes, volto a dizer, da ordem de 70% das suas receitas, são oriundas do direito de televisionamento dos campeonatos que eles participam, eu me pergunto se eles poderiam prescindir desses valores da televisão. Na seqüência discute-se a escolha da diretoria de arbitragem da CBF e em seguida surge aquilo que o senador Maguito Vilela chama de uma discussão nacional, o episódio Ronaldinho na Copa de 1998 (...) M.V: Qual foi o comportamento do presidente da CBF no episódio Ronaldinho, o senhor tomou conhecimento imediatamente ao problema, o senhor esteve lá, o senhor conversou com os médicos, qual foi à atitude do presidente da CBF naquele episódio que a meu ver acabou conturbando um pouco a decisão da Copa? R.T: **Eu estava naquele dia na concentração brasileira, o jogo do Brasil, salve engano, era oito horas da noite, hora de Paris, e deviam ser mais ou menos perto de 4 e pouco, eu não posso precisar exatamente, eu estava no quarto, porque eu sempre ia para a concentração na véspera dos jogos, e dormia na concentração e ficava no ambiente da concentração até a hora do jogo, e ia no ônibus para o estádio, quando por volta de 4 e pouco vieram me comunicar que tinha havido um problema com o jogador Ronaldinho...** M.V: Quatro da manhã, ou dezesseis... R.T: Não da tarde, dezesseis, desculpe excelência, dezesseis horas, perto de dezesseis, eu não posso lhe precisar se era dezesseis e trinta, bom, então vieram me comunicar que o atleta Ronaldinho tinha tido um problema físico e que poderia inclusive inviabilizar ele jogar a partida, obviamente, e tendo em vista que ele era o atleta principal do Brasil, e só para efeito de esclarecimento, senhor presidente, senhor relator, no treino do dia anterior, ele fez um treino, uma coisa absurdamente bem feita, extraordinário treino ele fez, então foi uma grande surpresa para todo mundo que ele tivesse tido este tipo de problema, eu me troquei, porque tinha, não sei a hora, parece que 5 e meia, tinha, a 6 horas era a preleção, porque nós sairíamos por volta de seis e meia para o estádio para fazer o jogo da seleção brasileira, e quando eu desço do meu quarto eu encontrei o Ronaldinho já em pé, tomando, eu não me esqueço jamais um Gatorade, passou na minha frente e eu fiquei meio espantado, tendo tido um problema e estar daquela forma, eu peguei e perguntei, mas como é que você está, não eu estou bem

presidente, daí fui para a reunião e na reunião ficou determinado pela comissão técnica que o jogador Edmundo seria que iria substituir o Ronaldinho... M.V: Quem disse? R.T: O técnico da seleção, o Zagallo, ficou determinado que o jogador que iria substituir o Ronaldinho no jogo seria o Edmundo, fomos para o estádio, eu fui para a tribuna de honra, e o time ficou no vestiário, e o Ronaldinho não foi conosco como sempre foi no ônibus para o estádio, ele foi de carro para um hospital, que era um dos hospitais relacionado para o atendimento as delegações, com o médico Joaquim Da Mata, foi com o Da Mata e nós fomos para o campo de futebol, e eu fui para a tribuna de honra, quando foi distribuída a relação dos jogadores, colocando-se o Edmundo na parte de cima, quer dizer a parte de titulares e botando-se o Ronaldinho na parte debaixo como reserva, eu já sabia do fato porque eu tinha participado da reunião, quando eu diria faltando uma hora, uma hora e quinze para o jogo, eu fui chamado pelo, na época, Gilmar, que era o, que no futebol se chama de olheiro, ele era o olheiro da seleção, então pediram que eu descesse, quando eu desci, eu entrei no vestiário do Brasil, perdão, desculpe, rememorando bem a história presente, eu estou pedindo que o senhor vá lá embaixo porque o Ronaldinho chegou e vai jogar... M.V: O Gilmar que... R.T: O Gilmar, na tribuna de honra... M.V: Antes do treinador... R.T: É, porque eu estava na tribuna de honra, ele chegou para me chamar, para eu ir lá embaixo, porque o Ronaldinho estava bem e já estava no vestiário, isso devia faltar perto de 1 hora 1 hora e pouco, eu não me lembro exatamente o horário exato, quando eu desci e entrei no vestiário, e o Ronaldinho estava sentado exatamente em frente à porta, já todo vestido com a camisa, com a meia, eu fui a ele, poxa Ronaldinho, estou maravilha presidente, vou arrebentar, nós vamos ganhar essa Copa, tinha uma sala pequena do lado, estava lá reunida a comissão técnica, estava o Zico, o Fábio Koff, o Zagallo, o Lídeo, o Américo, enfim a comissão técnica da seleção, e quando entrei o Zagallo se dirigiu a mim, olha presidente o Ronaldinho vai jogar, ele pediu para jogar, ele disse que está bem, e eu vou botar ele em campo, eu falei, e aí Lídeo, o Lídeo falou, olha ele voltou, o Da Mata trouxe o Ronaldinho, ele disse que está se sentindo maravilhosamente bem, os médicos fizeram exame de eletro Encefalograma, e me parece que exame do coração, não tem nada e ele vai jogar, eu falei, perfeitamente, boa sorte, que nós sejamos campeões, e subi para a tribuna de honra, foi exatamente isso que aconteceu no episódio Ronaldinho. M.V: Após o senhor ter recebido a notícia de que ele estava naquela situação, qual o tempo que o senhor demorou para estar lá com ele? R.T: Eu não estive com o Ronaldinho, eu só o vi nessa passagem, quando eu estava indo para a sede, por que os quartos ficavam num lugar e a célula de reunião noutra... M.V: O treinador teve conhecimento imediatamente? R.T: Não sei lhe informar, porque eu só me encontrei com o Zagallo e a com a comissão técnica, por aí, cinco e meia, eu não me lembro exato, mas por aí, depois de cinco horas certamente! O senador Maguito Vilela pergunta a Ricardo Teixeira sobre Renata, ele responde que tomou conhecimento sobre ela através da imprensa e das denúncias feitas nos últimos dias. Ricardo Teixeira diz também que desconhece o lugar apontado por Renata chamado de Embaixada. (...) R.T: A primeira vez que eu ouvi falar nessa Embaixada foi exatamente o primeiro dia que saiu isso no jornal, na imprensa, a única consideração que eu posso fazer sobre esse assunto é que eu acho estranho que eu como presidente da CBF, nunca tenha ouvido menção, nunca eu tenha ouvido falar sobre a Embaixada, eu nunca ouvi ninguém comentar que existisse um 'baixada', é um assunto que eu

particularmente, eu como presidente da CBF, só tomei conhecimento da eventual existência da Embaixada, no dia seguinte do jornal que ela declarou isso, eu nunca tinha ouvido falar de Embaixada, eu nunca tinha ouvido falar que existisse essa Embaixada, para mim é uma coisa completamente nova, volto a dizer, até o dia em que eu li isso no jornal, ou ouvi na televisão, isso eu não me lembro bem. O senador Renan Calheiros pede um aparte ao senador Maguito Vilela e ressalta a quebra de sigilo concedida de pronto por Ricardo Teixeira no início da sessão, em seguida se retira dizendo ter outro compromisso. O senador Maguito Vilela discute com Teixeira sobre a escolha do atleta do século, a disputa entre Pelé e Maradona, eles parecem estar em uma mesa redonda, trocando opiniões. O próximo senador a interrogar Ricardo Teixeira é o senador José Eduardo Dutra, ele interpela o depoente sobre empréstimos junto ao Banco Delta, sobre a compatibilidade das contas com as declarações de imposto de renda. Teixeira responde dizendo que toda a sua movimentação bancária é compatível com sua declaração de imposto de renda. O senador divida seu bloco de questionamentos em duas partes, a primeira em relação à pessoa física Ricardo Teixeira, a segunda em relação a CBF (...)

J.E.D: A seleção brasileira realizou uma partida amistosa com a seleção da Rússia, em Moscou, em 1996, 28 de agosto de 96, vossa senhoria teria condição de informar a essa comissão se a CBF recebeu alguma cota por esse amistoso, se foi reciprocidade, se houve alguma cota, de quanto foi, e quando e como foi realizado esse pagamento, se houve a cota naturalmente? **R.T: Eu não posso lhe responder de pronto, mas me comprometo, de chegando no Rio de Janeiro, amanhã verifico isso na contabilidade da CBF, eu diria que normalmente esses jogos com antigos países da cortina de ferro são de reciprocidade, porque eles normalmente não têm recursos para pagar os jogos, mas eu não quero lhe afiançar, eu quero verificar na minha contabilidade...**

J.E.D: Só para registrar, que esse jogo já foi pós “chamada cortina de ferro”, é 96... **R.T: Desculpe excelência, mas o que eu quero dizer é o seguinte, esses países, por exemplo, mesmo depois que não pertenciam mais à cortina de ferro, por exemplo, a Tchecoslováquia, todos eles, normalmente eles fazem de reciprocidade, porque eles não têm muito recurso para pagar as cotas das grandes seleções, mas eu me comprometo com vossa excelência de que chegando ao Rio de Janeiro, eu imediatamente mando levantar isso na contabilidade e lhe informarei.**

J.E.D: O senhor no depoimento de hoje já afirmou, em pergunta, se não me engano, do senador Antero de Barros, de que não há uma relação da CBF com empresários, da mesma forma que há de clubes com empresários, para intermediação de jogadores e tal, vossa senhoria poderia afirmar, em relação especificamente a este jogo, Brasil e Rússia, se houve alguma intermediação, de algum empresário, para a marcação deste amistoso, para a discussão de cotas e coisa do gênero, ou seja, tudo aquilo que envolve a definição de um amistoso entre seleções? **R.T: Eu lhe confesso que não me lembro, eu tenho que realmente olhar dentro da contabilidade da CBF, me recordar, isso aconteceu em 96, a quatro anos atrás, eu lhe confesso que eu tenho que olhar no departamento de seleções, eu não sei, mas eu me comprometo, volta a dizer, que em 48 horas, tudo sobre esse jogo da Rússia, eu lhe informarei.**

J.E.D: Eu devo deduzir então, que a sua afirmação anterior, que a princípio me pareceu categórica, não é tão categórica assim, porque é possível então, ou há esse tipo de costume, em que empresários intermedeiam marcação de amistosos da seleção brasileira? **R.T: Eu gostaria de esclarecer que a pergunta do senador Antero foi com relação a procuradores de jogadores, esse tipo de relacionamento nós não tivemos, nós temos, e várias vezes aconteceu, de empresários marcarem**

jogos conosco, até porque é um dado muito comum em alguns países, volto a dizer, da cortina de ferro, deles nomearem empresas e pessoas físicas como seus representantes para arrumar jogos, não só com o Brasil, como com a Argentina, como com o Uruguai, isso existe, mas eu estava falando especificamente no caso de jogadores. J.E.D: Eu tenho até alguns requerimentos para apresentar, mas eu gostaria de algumas informações do seu Ricardo Teixeira, já que ele está, não está se lembrando dessas informações, então, eu quero dizer que eu não estou aqui fazendo nenhuma afirmação categórica a respeito da veracidade ou da autenticidade do documento, mas é porque chegaram as nossas mãos alguns fax, trocados entre o senhor Juan Figer e o senhor Viateslav Koloscov, presidente da união de futebol da Rússia, num desses fax, que estão em inglês, mas que já foi feita a devida tradução das partes principais, e que eu vou ler, até para saber se o depoente se lembra, ou pode confirmar a veracidade ou não, se não tem conhecimento, um deles de 3 de junho de 96, diz o seguinte, é o fax da MJF publicidade e promoções, que é a empresa do senhor Juan Figer, encaminhado ao senhor Viateslav Koloscov, presidente da união de futebol da Rússia, prezado senhor, fomos contatados pelo senhor Ricardo Teixeira, presidente da CBF, que por sua vez foi contatado pelo senhor João Havelange, presidente da FIFA, o senhor Ricardo Teixeira nos disse que você (sua federação) quer marcar um jogo amistoso internacional, com a seleção principal do Brasil em 28 de agosto de 96, ele nos pediu que o contatasse e lhe enviasse algumas informações sobre esse jogo, aí vem alguns dados, passagens aéreas, televisionamento, publicidade estática, em relação a cota está escrito o seguinte, se houver interesse por parte da sua federação na confirmação desse jogo, por nos envie um fax, então poderemos discutir a cota da seleção brasileira, esse fax está assinado pela senhora Ana Lucia, secretaria, em nome do senhor Juan Figer, isso em 03 de junho, em 25 de junho há um novo fax, dessa vez assinado pelo próprio senhor Juan Figer, referência a jogo amistoso Rússia e Brasil, 28 de junho 99, prezado senhor Koloscov, obrigado pelo seu fax de 25 de junho, no qual o senhor confirma o jogo acima mencionado, com lhe falamos em nosso fax de 03 de junho, nós precisamos de um fax com sua confirmação para a cota da seleção brasileira, a cota para esse jogo é 570 mil dólares, os tíquetes aéreos da seleção brasileira estão incluídos nesta cota, assina o senhor Juan Figer, depois um fax de, também assinado pelo senhor Juan Figer, endereçado agora ao senhor Alexander Tukmanov, vice-presidente da união de futebol da Rússia, quando o senhor Viateslav Koloscov esteve na Inglaterra, durante a Eurocopa, nós enviamos a ele nosso primeiro fax, que era composto por duas páginas, e vocês nos enviaram de volta apenas a primeira página, na segunda página, no item cota, foi mencionado que se houvesse interesse da sua associação, você deveria nos enviar um fax, mostrando o seu interesse, então nós poderíamos discutir a **cota, por favor encontre a cópia, e etc., etc., após a solicitação do senhor Koloscov, após uma conversa telefônica com a esposa dele, ele nos solicitou que enviássemos um fax para ele, contendo a cota e também disse-nos que estaria indo para Zurique, e que ele iria discutir o assunto da cota com o senhor Ricardo Teixeira, o presidente da CBF, no mesmo dia nós enviamos para ele o fax contendo a cota, o que nós temos a dizer é o seguinte, nós iremos pagar as passagens aéreas para a seleção brasileira, nós (MJF), assim a cota da seleção brasileira é 570 mil dólares, e mais o seguinte, que vocês já foram informados pelo nosso primeiro fax, etc., etc., e há uma minuta, aí não há nem, nem comprovante de que tenha sido enviado, uma minuta de uma correspondência encaminhada ao senhor Alexander Tukmanov, com o nome do senhor Marco Antonio Teixeira, não está assinada, onde diz o seguinte, acusamos o recebimento da cópia do seu fax a**

respeito do jogo acima, nossos presidentes, pelas relações de amizade existentes entre nossas entidades, têm o maior empenho na realização da partida amistosa, entre as seleções principais da Rússia e do Brasil, no entanto convém colocarmos algumas ponderações as quais estamos certos, vossa senhoria, levará em consideração pelo seu discernimento, atualmente a CBF tem recebido cotas para a apresentação de nossa seleção principal, que variam de 500 mil a 600 mil dólares, além das passagens aéreas em classe executiva, hospedagem em hotel de primeira categoria e transporte terrestre, assim sendo, na concessão especial, vimos propor a vossa senhoria, a cota de 200 mil dólares norte-americanos, para fazer face ao pagamento da premiação e dos salários de nossos jogadores, e passagens e etc., etc., etc., quero registrar, que de acordo com os dados que foram fornecidos pelo Banco Central, não há nesse período, do jogo, imediatamente posterior ou anterior, nenhum comprovante de depósito nas contas da CBF, de recursos oriundos da Rússia, eu queria saber se o senhor Ricardo Teixeira tem alguma coisa a nos dizer sobre esses fax, se houve essa intermediação, se houve isso que está dito aqui literalmente no fax do senhor Juan Figer, de que ele teria pedido para que houvesse esse contato do senhor Juan Figer com a federação Russa para estabelecer esse amistoso, enfim, se vossa senhoria, está lembrado, se neste caso específico do jogo Brasil e Rússia, em que há esses documentos contraditórios, se houve essa solicitação de intermediação do senhor Juan Figer, se houve, por quê, e qual foi à participação do senhor Juan Figer, se recebeu alguma participação na cota, se houve cota, e o ganho financeiro do senhor Juan Figer nessa intermediação? **R.T: Eu tenho a lhe responder vossa excelência, exatamente o que eu disse anteriormente, eu tenho que chegar na CBF, para verificar na contabilidade da CBF e no departamento de seleções, tudo com relação a esse jogo, que eu volto a lhe dizer que eu não me lembro, a CBF, por exemplo, vez outros jogos, com outros empresários, nós fizemos, por exemplo, um jogo na França, contra Andorra, em que quem conseguiu o jogo para nós foi um empresário chamado Luiz Orlando, quer dizer, eu de cabeça lhe confesso que não me lembro, eu tenho que chegar na CBF, para poder fazer o levantamento, e em 48 horas lhe enviar tudo, inclusive eventual documentação que tenha entrado pelo Banco Central, eu tenho, só com documentação da CBF.** J.E.D: Vossa senhoria, portanto, não tem condição de nesse momento responder, se bem que esta questão não depende de documento, depende mais de memória, mas vossa senhoria tem ou não condições de responder se essa afirmação que está contida nos fax do senhor Juan Figer é ou não verdadeira, quando ele diz, se refere a vossa senhoria ele diz, ele nos pediu que os contatasse e lhes enviasse algumas informações sobre esse jogo, essa questão depende basicamente de memória, não é de documento, se vossa senhoria pediu ou não, se lembra ou não? **R.T: Pois o senhor veja excelência, que esse documento inclusive ele é um pouco contraditório, porque ao mesmo tempo, que ele diz, que ele iria tratar do jogo da Rússia, eu teria tido uma conversa em Zurique como Koloscov que é o presidente da federação Russa, logo em seguida ele diz que o assunto cota, o assunto jogo, vai ser tratado entre o Koloscov e eu, em Zurique numa reunião, está inclusive no documento que o senhor leu, então eu tenho que realmente buscar, porque na CBF você tem uma pasta de cada um dos jogos realizados, eu tenho que verificar exatamente toda a documentação com relação a esse jogo, porque o senhor mesmo citou aí que eu teria tido um contato com o Koloscov, que era o presidente da federação da Rússia em Zurique, então eu tenho que realmente verificar dentro dos documentos da CBF.** J.E.D: Não, aqui ele disse que o Koloscov informa

ele, de que iria posteriormente a esse fax ter um contato com vossa senhoria, não é que teve, eu vou reler o parágrafo, esse é o terceiro fax do senhor Juan Figer, ele informa que havia encaminhado o primeiro fax, e esse outro fax, é não para o Koloskov, é para o Tukmanov que é o vice-presidente, após essa solicitação do senhor Viateslav Koloskov e após uma conversa telefônica com a esposa dele, ele nos solicitou que enviássemos um fax para ele contendo a cota, e também disse-nos que estaria indo para Zurique e que ele iria discutir o assunto da cota com o senhor Ricardo Teixeira, então, a meu ver não é uma contradição, isso aqui confirma que há uma intermediação, que dizer, se forem autênticos, havia uma intermediação mas que o Koloskov iria conversar também com vossa senhoria sobre a questão da cota, é isso que...? **R.T: Exatamente, é isso que eu tenho que verificar, se por ventura esse acerto, esse fechamento do jogo foi feito com o Koloskov ou através do Juan Figer, eu tenho que levantar, eu tenho que ver a documentação do departamento de seleções.** J.E.D: De memória o senhor não tem condições de afirmar se solicitou a ele ou não? **R.T: Não me lembro, não me lembro.** Em seguida o senador José Eduardo Dutra pergunta ao presidente da CPI se ainda tem coro para votar o encaminhamento de 4 requerimentos. Um para que o senhor Juan Figer preste depoimento junto a Polícia Federal, outro que a sua secretária, a senhora Ana Lúcia, preste também depoimento junto a Polícia Federal. Em consequência solicita a quebra de sigilo telefônico em nome da empresa MJF Publicidades e Promoções, de maio a setembro de 96, e que a embaixada Russa seja acionada no sentido de pedir ao presidente e ao vice-presidente da federação Russa de futebol esclarecimentos sobre o jogo amistoso com o Brasil em 96. O presidente anuncia que a CPI está no limite do coro e os requerimentos apresentados podem ser votados. A fita da TV Senado, da sessão que ouviu Ricardo Teixeira vai até uma parte dos questionamentos feitos pelo senador Sebastião Rocha, depois ele se interrompe. Ele reitera perguntas anteriores sobre a Embaixada, sobre a participação da CBF na venda de jogadores, pergunta também sobre a venda dos direitos de transmissões de TV a terceiros a outros países e se a CBF ganha alguma coisa com isso, Ricardo Teixeira diz que desconhece tais procedimentos. Pergunta se algum diretor da CBF é proprietário de Bingo ou se participa da diretoria de algum bingo, ele responde que não tem conhecimento. Chega o ponto de discutir a questão dos contratos da CBF com a Nike, se a Traffic possui um contrato de cedência de direitos com outra empresa, uma licença mundial não exclusiva para uso de imagem e marca da CBF. A Traffic colocando-se (desde 01.12.14) como única detentora dos direitos de imagem, logotipo, marca registrada, da CBF. A discussão encaminhada pelo senador é que os direitos assumidos pela Traffic em relação a CBF, dezembro e 94, só teriam validade a partir de janeiro de 95. Ricardo Teixeira se pronuncia (...) agora eu sei qual é o fato que o senhor se refere, quando nós assinamos o contrato com a Nike, a Nike exigiu que nós anexássemos todos os contratos que de alguma forma poderiam influenciar no relacionamento da Nike com a própria CBF, um dos contratos, que existia na época e que poderia influenciar no contrato da Nike, era o contrato que já existia entre a Traffic e essa empresa, *Trade Marc Licences Ingrement*, esse contrato não só a Traffic enviou para cá, como a CBF também, esse contrato é um dos anexos ao contrato da Nike, ele faz inclusive parte do corpo do contrato da Nike, esse contrato, a razão de ele estar vinculado ao contrato da Nike é pura e simplesmente para demonstrar para a Nike que este contrato estava em vigência, e salvo engano ele até já venceu. Logo em seguida surge a pergunta sobre as várias alterações feitas no contrato com a Nike, o presidente ajuda ressaltando que foram duas, a gravação é interrompida. Verificando a síntese do depoimento

de Ricardo Teixeira, publicada no relatório final da CPI volume I a, não existe lacuna pela interrupção da gravação, o relato do depoente não sofreu omissão de dados.

Planilha Juca Kfourri

PLANILHA DE ANÁLISE Nº3

Dados gerais:

CPI do Futebol no Senado Federal

8ª Reunião Ordinária, realizada em 21.11.2000

Oitiva do Sr. Juca Kfourri

Origem: Arquivo TV Senado

Ritos iniciais:

Posição dos parlamentares – O senador Álvaro Dias inicia a reunião com a solicitação de aprovação da ata da reunião anterior. Requerimentos são apresentados em bloco pelo relator, entre eles solicita-se a quebra de sigilo telefônico da casa onde funcionava a suposta Embaixada. Alguns jogadores são listados para averiguação de empresas em seus nomes, devido à denúncia feita pelo depoente anterior Wilson Piazza (7ª reunião ordinária), sobre a prática de alguns jogadores de desviar parte de seus vencimentos para evitar o fisco e a previdência. Juca Kfourri é convidado a ingressar na CPI e sua participação é justificada pelo presidente (...) queremos justificar, já que anunciamos uma tentativa de colaboração com a CPI da câmara dos deputados, evitando ouvir aqui depoimentos lá prestados, uma vez que solicitamos as notas taquigráficas de todos os depoimentos que forem prestados a CPI da câmara dos deputados por economia processual, no entanto, a presença do jornalista Juca Kfourri se impõe em função da farta documentação que traz e da possibilidade que tem de trazer novas e importantes informações a essa CPI, inclusive por esta razão estaremos dividindo nossos trabalhos em duas etapas, primeiramente uma sessão aberta, para o questionamento dos senhores senadores e posteriormente uma sessão sigilosa onde o jornalista poderá prestar novas informações como caráter do sigilo. O presidente ressalta que a preocupação com o recolhimento de informações se dá não somente no quesito processual, mas também e fundamentalmente para a etapa *propositiva* da CPI.

Entradas e apresentações – Existe uma peculiaridade na gravação desta sessão. Os microfones estão abertos, e se pode perceber como as coisas se organizam para o início das atividades. Assessores chegam no senador Álvaro Dias e passam-lhe as informações sobre o que será discutido e encaminhado na sessão. O senador Geraldo Althoff pergunta a assessoria o tempo estimado da reunião, G.A: (...) quanto tempo será que nós vamos ficar aqui hoje, quanto tempo você acha que nós ficamos aqui, duas horas e meia? **Assessoria: Ele está com o avião marcado para as nove...** Testa-se o microfone, ajusta-se o foco na lapela do casaco do relator. O senador Geraldo Althoff solicita depoimentos junto a Polícia Federal, (...) com a participação de assessores designados por esta CPI os seguintes senhores, o jornalista Cláudio Neves, o senhor jornalista Wilson de Carvalho e o jogador Macula, a justificção é que a matéria publicada por estes jornalistas no dia 19 do corrente, contém denúncias do jogador Macula, no sentido de que na sua transferência, do Juventude

para o Palmeiras, o senhor Wanderley Luxemburgo teria recebido algum tipo de comissão, algum tipo de benefício em função desta transferência. O requerimento é posto em votação e o senador Maguito Vilela intervém, (...) eu desejo uma explicação, por que se é uma informação tão importante, por que não na CPI e sim na Polícia Federal? **G.A: Somente por questão de funcionalidade, para nós o valor legal é o mesmo, agora se os senhores senadores acharem oportuno e pertinente que aqui seja, não há problema, não há objeção deste senador que assim seja feito, absolutamente.** A presidência pondera que são muitos depoimentos é pouco tempo para ouvir tantos. É travada uma longa discussão sobre o local de realização dos depoimentos, se na CPI ou na Polícia Federal, e sobre a importância do depoimento do jogador. O senador Romeu Tuma pede um aparte e pondera (...) ontem o Wanderley foi ao programa da Hebe Camargo e refutou a acusação deste jogador (o senador Maguito Vilela aparece em segundo plano gesticulando e dando importância ao episódio), então talvez ele venha aqui depor, talvez seja importante o depoimento dos dois aqui, me aprece que o Wanderley vai ser convidado também? **G.A: Ele deverá vir no próximo dia trinta (...) (...) eu não colocaria objeção, agora eu entendo de que na realidade houve uma especulação junto à imprensa dessa possibilidade, e se nós tomarmos por base que toda especulação, ela venha a colocar-se através de depoimentos de pessoas posta e colocadas junto a esta comissão, com certeza absoluta, nós haveremos de se tornar numa situação inesgotável.** A presidência intervém e sugere que, se após o depoimento colhido junto a Polícia Federal houver a necessidade de um depoimento junto a CPI, que ele seja realizado. O jornalista Juca Kfourri ingressa com menos glamour que os outros depoentes analisados e mesmo que sua participação se de na forma de convite, ele presta juramento e compromete-se em dizer a verdade sobre o que sabe. Mais uma vez a presidência enfatiza que a participação do jornalista é a de convidado – colaborador. Inicia-se o depoimento, mas o mais interessante é que Juca Kfourri parece estar palestrando, suas colocações são ouvidas com muita atenção, o grau de importância atribuído ao seu depoimento no início da sessão é realmente evidente. O jornalista é peça chave para o desenrolar das investigações.

Comentários do ambiente e inserção da participação dos diferentes atores

Registros de uma agonia - Juca Kfourri começa dando boa noite aos senadores presentes, faz um breve histórico sobre sua vida profissional, fala do início da carreira à frente da revista Placar, relata seus ganhos e destaca o espanto que causou quando apresentou o que recebia da rede de televisão onde trabalhava. Em seguida enfatiza a abrangência da CPI do Futebol e oportunidade que o futebol brasileiro está tendo de se organizar. Destaca a importância que o futebol tem na vida do brasileiro (...) eu vejo que o futebol brasileiro precisa retomar aquilo que ele um dia foi, até como exemplo para a juventude brasileira, até como um exemplo para todos aqueles que gostam do futebol, que se apaixonam pelo futebol e que entendem a importância que o futebol tem na vida nacional, o futebol hoje infelizmente é um mau exemplo, para quem se acostumou, eu já tenho 50 anos de idade, para quem se acostumou a ver como exemplos, homens como Gilmar, com Newton Santos, como Didi, como Pelé, como Zito, como Gerson, como Tostão, a gente olha hoje e diz, quais são os homens do futebol, nos quais a nossa garotada pode se mirar, e a gente conta nos dedos, isso não é a toa, e não é a toa porque o exemplo que vem de cima não poderia ser pior infelizmente, o

povo brasileiro em regra tem contato com conceitos e noções de justiça, quando vê o seu time sendo julgado na justiça esportiva, ou o seu ídolo sendo julgado na justiça esportiva, e o que ele vê, na justiça esportiva brasileira, ele vê a justiça esportiva brasileira, avalizando viradas de mesa, desrespeitos de regulamento, ele vê a justiça esportiva brasileira, transformando um cartão vermelho em nada, o cartão vermelho não impede mais que o jogador fique fora da próxima partida, ele vê exemplos do cartola que invade o gramado e não acontece nada, e aí o torcedor se pergunta, se o cartola pode invadir o gramado, porque que eu não posso, e sem dúvida nenhuma, alguma, porcentagem da violência do nosso torcedor está relacionada a este mau exemplo geral, que nós vemos no nosso futebol, ele vê uma seleção tetracampeã mundial chegar sob acusação de contrabando, o famoso vôo da muamba, e vê o presidente da entidade, o presidente da CBF ameaçar jogar no chão e mandar os seus atletas fazerem o mesmo, a medalha que havia acabado de receber do presidente da república, se a bagagem não fosse toda liberada, são esses os exemplo que infelizmente o nosso futebol hoje nos dá, são maus exemplo do ponto de vista da justiça, são maus exemplos do ponto de vista do comportamento, são maus exemplos do ponto de vista das atitudes e dos negócios, das atitudes eu não preciso ir longe, recentemente chefiava a delegação brasileira, a seleção brasileira de futebol, o time maior do país, o deputado ou ex-deputado cassado por falta de decoro, Onaireves Moura, e vendia, no campo de treinamento da seleção brasileira, material pirata da seleção brasileira, que fez um contrato tão polêmico com a Nike, e a família do seu Onaireves Moura, o filho do seu Onaireves Moura, vendia lá, camisas piratas da seleção brasileira, nos negócios o que nós vemos, nós vemos um grande cartório, na junção de uma entidade com uma e apenas uma empresa de marketing esportivo, quero lembrar ao senhores que a seleção brasileira é o time mais famoso, mais disputado, mais querido do mundo, a seleção brasileira quando tem alguma coisa a vender, ela não precisa de vendedor, basta que ela anuncie, olha nossa camisa está a venda, certamente dez, doze grandes empresas de material esportivo se aproximariam com envelopes fechados, e diriam, eu quero comprar, e isto poderia ser, numa sessão, assim com esta, aberta na frente de todo mundo, e dito olha aqui, a Nike ofereceu 400 milhões em 10 anos, boa proposta, a Adidas ofereceu 380, ta fora, a Reebok ofereceu 420, ta ganhando da Nike, e assim por diante, não precisava ninguém para intermediar, rigorosamente ninguém, mas admitamos a hipótese que a CBF não tenha Know-how suficiente para administrar tamanho potencial, e ela poderia perfeitamente contratar o melhor profissional de marketing desse país, e por lá como seu funcionário, pagando um preço alto, certamente muito menor do que o preço que paga de comissão declarada para a Traffic, mas eu vou mais longe, digamos que a CBF não quisesse ter esse profissional de marketing, achasse que de fato essa não é a praia da CBF, e quisesse ter uma agência intermediadora, para administrar o contrato, e claro, não se limita a fazer o contrato, há todo um problema de administração, certamente se pagasse 1% de comissão estaria pagando bem, dois, assustadoramente bem, 5% chega a ser um escárnio, 10% que é o de tabela então, eu não quero nem comentar, porque eu repito, eu não estou vendendo a camisa do meu time lá do interior, que tem dificuldade para sobreviver, eu estou vendendo a imagem da seleção brasileira de futebol, e o exemplo do negócio é tão ruim, que no momento em que é pego na mentira, quando ao enfim, mandar o contrato da Nike com a CBF, para ser discutido em duas casas, nas duas casas do povo deste país, o que faz a CBF, manda o contrato frio, o contrato velho, o contrato que não tinha as cláusulas mexidas do começo de abril, e hoje leio uma entrevista do presidente da entidade, dizendo que foi apenas um

equivoco, que não foi um gesto de má fé, e longe de mim imaginar que possa ter sido má fé, mas que, tanto não foi de má fé, que o senado recebeu a cópia já atualizada, eu chego aqui, minha primeira preocupação é perguntar, aos assessores do senado, se de fato a cópia que chegou aqui, enviada pela CBF, foi a cópia atualizada, e recebo a informação que não, que a cópia que a CBF mandou não é a atualizada, que a que chegou atualizada é a da Traffic, não a da CBF, é um constante mau entendimento, das relações da entidade com a opinião pública, a ponto, de durante algum tempo, quando eu criticava o fato, de que não ficava bem do ponto de vista ético, o presidente da CBF vender os seus laticínios para a própria CBF, e só receber de volta brincadeiras, gozações e até uma certa propaganda, dizendo, isto prova que meus laticínios são de boa qualidade, e agora sentido que o tempo da impunidade está acabando, reconhece que errou, se penitencia e diz até que vai doar, o pouco dinheiro que recebeu por estas negociações, a instituições de caridade, esse é o ponto, o período da impunidade está acabando, o futebol brasileiro acostumou-se, a partir do momento que virou grande negócio que virou, a ser uma terra de ninguém, confundiu-se autonomia das entidades e dos clubes, com a absoluta ausência de leis, como se o futebol não precisasse ser fiscalizado, como se não houvesse necessidade de nenhum tipo de controle social, como se o futebol fosse realmente uma outra esfera na vida nacional, e a prova disso, acabamos de ver mais uma vez, num depoimento arrogante, um depoimento irado, um depoimento desrespeitoso, de alguém até que merece todos os elogios e todas as homenagens, como o treinador, Mário Jorge Lobo Zagallo, mas que é contaminado pela mesma doença que contaminou o técnico Wanderley Luxemburgo, a doença da arrogância absoluta, a doença de se achar acima do bem e do mal, e de que eu posso fazer qualquer coisa que ninguém me pega, eu posso fazer qualquer coisa que ninguém me fiscaliza, e tudo que eu faço está justificado, porque eu sou um dos homens do futebol no Brasil, os maus exemplos passam por coisas, por exemplo como essa, que eu vou ler em 30 segundos para os senhores, um documento que certa maneira me constrange ler, porque um documento certamente de uma pessoa de bem, cujo nome eu não vou declinar aqui, ele saberá que documento é, e documento que junto com esses documentos todos, eu entregarei a presidência da CPI, mas só para que os senhores tenham uma idéia do que se trata, um diretor jurídico de um clube se referindo ao presidente do seu clube, ao se demitir da função, antes de mais nada é preciso que o senhor saiba que dei duas entrevistas na Gazeta Esportiva defendendo o presidente do clube, no caso do aditamento do contrato da Adidas, tinha o dever e a obrigação de fazê-lo, como membro de sua diretoria e do grupo que o indicou e o ajudou a eleger, para efeito interno todavia, precisamos cair na realidade, e analisar os fatos como aconteceram, cumprindo antes e acima de tudo, encontrar meios para continuar defendendo o presidente, e ajudando-o a atravessar esse maremoto, entre aspas, ele de sua parte há de descer do pedestal e ter consciência e a humildade de reconhecer, que aquele que pensa saber e resolver tudo sozinho, nada sabe e pouco resolve bem, o sábio não se supõe sábio, pensa que está sempre aprendendo, aí ele historia o que foi este contrato, que poderá ser objeto da nossa conversa fechada, e de como um contrato de antecipação de recitas para um grande clube do futebol brasileiro, virou um empréstimo que este clube teve que pagar adiante, não foi outro o escândalo que explodiu não faz nem 15 dias, dos famosos amortecedores do Morumbi, que a federação paulista de futebol, doou ao Morumbi, com todos os documentos, eu por acaso os tenho aqui, e esta doação depois se transformou num empréstimo que o São Paulo devolveu a federação paulista de futebol, a questão que se coloca é óbvia, eu dêo, boto nos meus

documentos contábeis, depois esse dinheiro volta, e provavelmente não entra nos meus documentos contábeis, e sabe-se lá como é que esse dinheiro, e nas mãos de quem esse dinheiro vai acabar, não é outra coisa que se suspeita, tenha acontecido na doação do passe de Marcelinho Carioca para o Corinthians, também doado pela federação depois de uma nebulosa operação telefônica, desse tipo 08000, a Riquis Miuse, a parceira do Corinthians está pagando o passe do Marcelinho, que tinha sido doado ao Corinthians, é o caso de verificar os livros, para saber se aquela doação que está voltando como empréstimo, está voltando para os cofres da federação, que é uma federação rica, milionária, e se orgulha disso, enquanto os clubes estão a mingua, porque o calendário do futebol brasileiro é o que é, porque o calendário do futebol brasileiro é criticado por todos como é, todos, não há ninguém que o elogie, agora mesmo acabei de ouvir o próprio deputado Eurico Miranda, fazendo uma crítica exacerbada ao calendário, dizendo que não há tempo para nada no futebol brasileiro, o calendário do futebol brasileiro é igual a inflação brasileira, aquela que nós tivemos, alguém aproveita, quando a inflação acabou, a gente descobriu a quem aproveitava, o sistema financeiro, não estava nem um pouco insatisfeito com a inflação, e nós precisamos do PROER, o calendário do futebol brasileiro é da mesma forma, alguém aproveita, porque a banalização do jogo, o fato do torcedor virar as costas, o fato das audiências de TV caírem, nada disso importa, em função do volume, que o calendário do nosso futebol propõe e permite à aqueles que o dirigem, eu tenho dito sempre que se eu fosse começar, eu pessoalmente, qualquer CPI no futebol brasileiro, eu começaria de atitudes singelas, pegaria as principais direções das entidades, as principais direções dos clubes e faria um simples levantamento, o que tinham antes de estar no mundo do futebol, o que tem a partir do momento que entraram no mundo do futebol, embora a esmagadoramente maioria das funções não sejam remuneradas, por aí só, nós vamos entender porque que os clubes não estão na situação em que estão, e os dirigentes têm as fortunas que têm, eu a exemplo do que disse o senador Álvaro Dias, estou convencido de que essa CPI tem uma missão de higienização no nosso futebol, mas mais do que isso ela tem uma missão de propor uma legislação contemporânea pro nosso futebol, não bastará tirar os que estão aí se o esquema de sucessão for rigorosamente o mesmo, da mesma qualidade, a questão é estrutural, a questão não é pessoal, os dirigentes de clube e de entidade, tem que ser patrimonialmente responsabilizados pelo que fazem, os nossos clubes têm que ser profissionalizados, os nossos clubes têm que se transformar em empresas, porque a desculpa para não os transformar em empresa, é essa, é dever para o INSS como devem, como disse aqui o ministro Waldeir Ornelas, e eu meses atrás, quando estive participando das discussões da medida provisória da lei Pelé, e disse que o futebol brasileiro era subsidiado, tive uma reação fortíssima da chamada bancada do futebol, que o ministro Ornelas provou por a mais b que sim, nós pagamos o futebol brasileiro, porque quem paga os seus impostos em dia está subsidiando os que não pagam nem sequer o INSS, essa situação precisa mudar, a lei Pelé de alguma maneira ensaiava a abertura pra esta mudança, mas a lei Pelé foi modificada de maneira fatal, a ponto do próprio nem admitir mais que se chama lei Pelé, e ainda nas poucas coisas que restaram, como o fim do passe, já estão querendo restituir, como se o fim do passe, fosse o fim do nosso futebol, embora o passe tenha acabado na Europa, e o futebol da Europa seja cada vez mais pujante, o que se quer não é manutenção do passe, em nome dos clubes que revelam jogadores, quer se manter o passe, porque é da venda de passe que se ganha comissão, quer se manter o passe porque é o passe que permite a existência do intermediário, esses empresários todos

que recentemente foram citados aqui e mais um magote deles que nem sequer ainda foram citados, mais se duvidar com o tempo aparecerão, eu mostro aos senhores, um outro singelo documento, um documento de venda de empréstimo, de um jogador, do Internacional de Porto Alegre, chamado Clayton, pro Sport Clube Vitória, um documento que tem como avalista o presidente do Clube dos Treze, Fábio Koff, e nesse documento a *las tantas*, um artigo diz que no caso de realização da seção definitiva do atestado liberatório, do terceiro anuente, no caso o atleta, nos valores e nos prazos previstos no caput desta cláusula, perceberá o empresário João Francisco Machado, um dos mais antigos empresários do futebol brasileiro, e de largo relacionamento de amizade com o presidente do Clube dos Treze Fábio Koff e ou José Antonio Martins, que é o dono da Lake Blue de quem falarei adiante, o valor equivalente a 10 % sobre o valor da operação realizada, mediante a apresentação de recibo de pagamento a título de participação no negócio realizado, sendo específico para a cessão definitiva do atestado liberatório do terceiro anuente, e assina o presidente do Inter, o presidente do Vitória, o Clayton, e o presidente do Clube dos Treze, muito bem, o que é Lake Blue, antes do Lake Blue tenho aqui um documento do Vitória, do presidente do Vitória, Paulo Carneiro, endereçado ao presidente do Clube dos Treze, André Koff, autorizamos efetuar o pagamento da importância de 15 mil reais a empresa Mark Jor Empreendimentos e Promoções Ltda., referente à comissão pelo empréstimo do atleta Clayton Alberto Fontoura dos Santos, debitando nos nossos créditos futuros de contrato administrados por esta instituição, muito bem, e aí você vai descobrir que a Lake Blue, que era uma empresa que apareceu de uma maneira que pouca gente entendeu, num contrato do Petkovit com o Flamengo e a ISL, como recebedora de uma participação de 10% no valor do contrato, a Lake Blue é uma empresa dirigida pelo espanhol, o Martins, que é um dos possíveis recebedores da comissão ao lado do João Francisco, no primeiro contrato que li, que a Lake Blue Development é associada a Planet Business, a ficha cadastral da Lake Blue no Brasil, mostra os seus sócios e os seus procuradores legais, a Lake Blue tem como um dos seus sócios, o senhor Jaime Antonio Cirena Pereira, cujo nome acabei de ouvir (vira-se para o relator), que é irmão de Dodi Cirena, empresário bem sucedido, foi empresário ou é empresário até hoje do Roberto Carlos, o cantor, não o lateral esquerdo, e por intermédio de uma árvore de empresas (faz o gesto com os braços), todas elas estranhamente abertas do meio do ano passado pra frente vão se relacionando um a um desses empresários, eu ingênuo, sempre disposto a acreditar nas pessoas, assim que descobri a existência dessa Lake Blue, assim que descobri a existência dessa Mark Jor, e por ver esses nomes relacionados a um contrato, que de alguma maneira estava relacionado também a ISL, a grande parceira do Flamengo, liguei pro presidente da ISL, no Rio de Janeiro, o senhor Wesley Córdia, disse Wesley, você é capaz de me explicar o que é Lake Blue, ele disse, é uma empresa pra qual a ISL pagou uma comissão, no negócio do Petkovit, está no contrato, você sabe de quem é, sei mas eu não posso te dizer, por telefone eu não posso de dizer, eu falei, mas Wesley qual é o problema de me dizer por telefone uma informação dessas, nome do dono de uma empresa, ele diz, eu não posso, mas a gente pode conversar depois, vamos marcar um almoço, Wesley me diga uma coisa, você conhece o Dodi Cirena, sim eu conheço o Dodi Cirena, você sabe se o Dodi Cirena está envolvido nisso, não Juca, eu posso garantir a você que o Dodi Cirena não negocia com jogadores, mas não foi o Dodi Cirena que aproximou a ISL lá do Grêmio, ele falou, foi, foi, eu usei pra nos aproximar do Grêmio, mas garanto a você que ele não negocia jogadores, e quatro dias depois, aparece claramente, Dodi Cirena negociando jogadores, e aí eu

pergunto e pergunto mesmo, sem nenhuma ironia, por quê que é assim, num esporte que é a paixão do brasileiro, por quê que as coisas não são feitas claramente, por quê que um empresário ou Um presidente de uma empresa dessas, ou presidente de clube, não tem lá estipulado que ele recebe mensalmente xis e que se ele vender o atleta ípsilon, ele ganha 10%, e que se ele for campeão ele é bonificado com não sei quanto, por quê que não pode ser assim, eu sou plenamente a favor de que o presidente de uma CBF tenha salário de presidente de multinacional, eu sei bem a importância que tem uma CBF, e do Corinthians e do Flamengo, e dos seus parceiros, estamos falando de muito dinheiro, mas por quê que tem que ser desta maneira, por quê que hoje o futebol brasileiro está nas páginas de polícia, não está nas páginas de esporte, e eu repito, por quê que hoje os nossos estádios estão vazios e as audiências de televisão estão caindo e não está havendo renovação de público torcedor, por quê que hoje as nossas crianças não tem mais ídolos para se espelhar, por quê que o nosso futebol está quase todinho no exterior, por quê que a nossa seleção a custa disso, cada vez que joga, pega um time que treina 10 dias e monta um time no avião, e perde, e perde nas Olimpíadas, e perde do Paraguai, e perde do Chile, por quê, porque hoje, até por uma crise técnica que o futebol brasileiro está atravessando, o nosso atleta não consegue ganhar mais dos cartolas, como ganhou durante todo o período da era Pelé e um pouquinho mais adiante, havia um jogador até que brincava, quando a seleção brasileira desce no aeroporto internacional e desce o presidente da delegação antes, está um a zero para os adversários, e aí a gente tem que virar o jogo, e com frequência virava o jogo, então para terminar essa minha primeira explanação, eu queria dizer aos senhores o seguinte, uma legislação, que contemple o atual momento que o mundo atravessa, este mundo globalizado, e que dê ao mesmo tempo os instrumentos para a sociedade, fiscalizar as coisas do mundo do futebol, em 10 anos se tanto, permitirá que o futebol brasileiro volte a ser aquilo que o futebol brasileiro sempre foi, com um adicional, que traga de volta os brasileiros para os estádios de futebol, coisa que hoje em dia ele só faz episodicamente, ele só faz na hora de uma decisão de título, ele só faz em raríssimos momentos, tanto que os nossos campeonatos não têm média de público nem de 10 mil pessoas, quando na Europa a média de público é em regra de 30 mil pessoas, muito obrigado.

DESTACAR DA PRIMEIRA FALA DO KFURI OS *INDICADORES MUDIÁTICOS*

NA SEQUÊNCIA, DESTACAR COMO SÃO ACIONADOS NO DESENNOLAR DO DEPOIMENTO
(TRATAMENTO QUE RECECEBEM)

Futebol: perguntas e respostas – O presidente da CPI agradece a primeira intervenção do depoente e passa a palavra ao relator para o primeiro bloco de questionamentos. O senador Geraldo Althoff agradece a presença de Juca Kfourri e enfatiza mais uma vez que as informações trazidas por ele serão de suma importância para a CPI. A primeira pergunta é carregada de ironia. (...) G.A: Senhor Juca Kfourri, o senhor foi freqüentador da Embaixada? A resposta segue o mesmo tom. (...) **J.K: Senador, eu sou um homem de bem senador, eu jamais passei na porta dessa Embaixada!** Juca, porém diz que sabia da existência de um local, no Rio de Janeiro, onde o mundo do futebol costumava se reunir, e que havia outros locais que estavam substituindo a Embaixada, e ele, no depoimento sigiloso, tentaria demonstrar. Em seguida, Juca é argüido sobre a presença dos empresários dos jogadores de futebol nas negociações de compra e venda. Juca Kfourri utiliza um exemplo recente para falar do assunto (...) O São Paulo comprou do Corinthians o jogador Souza, com um intermediário, com um empresário no meio, que foi comissionado por essa venda, o senhor sabe que o São

Paulo não fica a 40 Km do Corinthians, o senhor sabe perfeitamente que um telefone do presidente do São Paulo para o presidente do Corinthians poderia resolver essa coisa, (Juca vira-se para o relator e inicia uma interpretação, como se estivesse ao telefone) o presidente do São Paulo ligar e falar, o presidente do Corinthians, eu gostaria de comprar o Souza, você me vende, ora, talvez, não está nos nossos planos para essa temporada, por quanto o senhor me vende, e acertar (desliga o telefone), teve o intermediário, é possível que alguém ache que para vender o jogador para a Itália, o intermediário seja necessário, eu diria que se a gestão de um clube fosse eficiente, ela teria quem fizesse isso para ela, não precisaria do intermediário, eu não vejo no intermediário, senador Althoff, nenhum outro papel, que não o de remunerar as partes, e quando eu digo as partes, eu estou me referindo, ao atleta menos, ao empresário bastante e aos dirigentes do clube que vendem o atleta, infelizmente essa é a realidade! Juca chama a atenção para o depoimento sigiloso, e diz que lá, ele relatará exemplos de negociações, aonde dirigentes de clubes saíram levando alguma coisa. Em seguida o senador Geraldo Althoff pede que o jornalista aponte os pontos negativos do contrato entre a CBF e a Nike.

J.K: O senhor vê como são as coisas senador, se o senhor me perguntasse isso sexta-feira, eu lhe daria uma resposta, hoje é terça, quarta, terça, eu já tenho outra resposta, sexta-feira a resposta seria, obviamente são perniciosos ao futebol brasileiro, o artigo que obriga a seleção a fazer 5 jogos por ano pra Nike, porque nesse calendário, essa exigência e rigorosamente inaceitável, obviamente é pernicioso para o futebol brasileiro aceitar a exigência de 8 jogadores, dos chamados principais, nos jogos da Nike, porque quem escala o time, deve ser o treinador e não a parceira, e obviamente é pernicioso, pelo menos no ponto de vista moral, mas eu concordo que essa não é uma preocupação que costume tirar o sono dos nossos dirigentes, o artigo que dá foro especial a Nike, nas possíveis ações que a CBF queira mover contra ela, em Zurique, quando a Nike pode processar a CBF em qualquer lugar do mundo, hoje sabemos que esses artigos foram, dois deles foram mudados, foram mudados e foram admitidos como erro, por parte do presidente da CBF, a exemplo do que ele fez com a questão dos laticínios, que agora ele reconhece que foi um equívoco, e disse com todas as letras para o jornal O Globo, ele reconhece que errou, ao definir 5 jogos pra Nike por ano, porque ele não contava com a hipótese do Brasil perder a Copa do Mundo na França e ter que disputar eliminatórias, o que como piada é uma piada de mau gosto, mas o que importa é dizer que ele reconhece que houve um erro, ao haver esse erro, prejudica sim as contas da CBF porque a Nike, como a folha de São Paulo vem mostrando, vai abater aqueles jogos que eram dela, e que não são mais dela, e aí por uma estranha conta, de quem provavelmente fugiu da escola, o presidente da CBF diz que isso não traz nenhum prejuízo para a CBF, porque aos outros jogos que são da própria CBF, e que esses jogos rendem até mais do que aqueles que serão abatidos da Nike, como se ele não soubesse a diferença entre prejuízo e deixar de receber, se ele tivesse feito um bom contrato com a Nike desde o início, teria feito pelo montante que fez, e continuaria a ter os jogos que tem para auferir o que aufer, então certamente e cada vez mais, o tal melhor contrato do mundo, não só não é o melhor como eu dirá que nem é desse mundo senador. O relator pergunta ao jornalista se as críticas em relação ao contrato da Nike com a CBF caracterizam uma ação isolada ou a ação de uma má gestão, ele responde que (...) anos atrás a CBF anunciou que tinha vendido os seus direitos de imagem pra Traffic, por 4 milhões a época, uma semana depois a Traffic anunciou que

havia vendido os direitos de imagem da seleção pra Coca-Cola por 8 milhões, algumas pessoas entre elas eu, estranharam, que em uma semana, houvesse aparecido um negócio que simplesmente dobrava o que a Traffic havia pago a CBF, e a resposta que a opinião pública brasileira teve por parte da CBF foi que isso revela a competência da Traffic, a que conclusão chegar, diante disso senador, eu diria que cada um chega, eu talvez seja ácido demais, me parece que não está gerindo bem a marca da seleção brasileira, eu tenho uma ligeira sensação que não está gerindo bem, mas quem sabe é assim mesmo, vendo por quatro, uma semana seguinte, quem me comprou vende por oito e eu me acho um bom administrador! Como o assunto Traffic entra em pauta, o relator pergunta se o jornalista tem algum conhecimento de relações formais ou informais da CBF com a Traffic. Juca Kfourir puxa uma pasta e retira alguns papéis e começa a responder (...) as informais são públicas e notórias, J.Ávila e Ricardo Teixeira são grandes amigos, estão sempre juntos, viajam juntos, desfrutam do mesmo avião, de férias praticamente na mesma região de Miami, não sei até que ponto isso seja revelador de algum outro tipo de relação, a não ser uma entrevista que li certa feita, dada pelo presidente do Vasco, Eurico Miranda, dizendo que ambos eram sócios, e que o Vasco até havia recebido cheques das ilhas Cayman para participar de um torneio Mercosul que é da Traffic, sei informar também ao senhor que no começo dos anos 70 eu depus num inquérito do Ministério Público Federal sobre o futebol em São Paulo, na quinta Vara Federal, o primeiro procurador a me ouvir, se chama doutor Mário Consaglia, e este inquérito redundou numa autuação fiscal que a Traffic e o empresário J.Ávila tiveram que pagar de um lado, e que a Federação Paulista de Futebol e a pessoa física de Eduardo José Farah tiveram que pagar do outro, duas autuações pagas por Eduardo José Farah, uma terceira que ele discute até hoje, é fácil obter esse inquérito, eu diria ao senhor que as relações da Traffic com a CBF, são promiscuas, são indevidas, são inaceitáveis, mas são absolutamente idênticas ao modelo criado na FIFA com a ISL, e se estabelece uma relação, em que apenas uma e uma empresa, pode trabalhar com a entidade, como se não houvesse mais nenhuma outra no mundo, que de alguma maneira pudesse propor um negócio melhor, o presidente da CBF garante que não tem nenhum tipo de sociedade com J.Ávila, e J. Ávila garante que não tem nenhum tipo de sociedade com Ricardo Teixeira. Desmandos administrativos são debatidos em relação ao desempenho da seleção na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, Juca Kfourir destaca que o preocupante em primeiro lugar não seria as interferências no desempenho da seleção principal, e sim que a garotada não teria mais motivo para ir aos estádios, visto que a maioria dos bons jogadores brasileiros atua no futebol europeu, (...) aqui senador não se vende o filme do Pato Donald, vende-se o Pato Donald, não se vende o espetáculo, vende-se o artista, somos exportadores de “pé-de-obra”, somos aquele país rural do começo do século, exportador de matéria-prima, apesar de termos o decantado, melhor futebol do mundo, e não sermos capazes de encher os nossos estádios, como é que isso repercutiu nas Olimpíadas, é evidente senador, que eu não vou ficar aqui, e eu acho que isso não é o escopo da CPI, discutindo técnica, não é isso, agora o senhor tem razão ao fazer a pergunta, quando, o que acontece, em meio a uma crise da seleção principal, em meio a uma crise, fruto da arrogância de um determinado treinador, que logo se contaminou pela arrogância que perpassa todos os andares da CBF, a seleção principal vai mal nas eliminatórias e baixa-se uma ordem, ninguém da seleção principal no time das

Olimpíadas, e comete-se o crime, *Lesas Futebol*, por exemplo, de deixar o Romário aqui, e depois se arrependem, me arrependi, aquilo foi uma bobagem, mas o Romário ficou, e o Brasil vez o papel que vez, eu quero deixar muito claro que eu não sou, e como escrevo isso com alguma frequência, até pra que ninguém me pegue numa aparente incoerência, eu não acho que o futebol brasileiro hoje, seja o melhor futebol do mundo, eu digo isso sempre e repito, o futebol brasileiro foi o melhor futebol do mundo inquestionavelmente na era Pelé, esse rapaz disputou quatro Copas do Mundo, ganhou três, até a que ele não ganhou, porque tinha o Mane Garrincha, teve a sorte, além do mais, o futebol brasileiro, de quando tinha Pelé e Mane Garrincha, ter Didi, ter Tostão, ter Gerson, ter Nilton Santos, ter todos estes monstros que nós conhecemos, basta dizer que o futebol brasileiro, a seleção brasileira, jamais perdeu um jogo com Pelé e Garrincha no time, parece uma coisa de louco, mas nunca perdeu um jogo com Pelé e Garrincha no time, de lá pra cá, **o Brasil é aquilo que era antes, disputa em situação de igualdade com os melhores do mundo, sempre tem chance de ganhar, como ganhou em 94, como quase ganhou em 98, agora que essa cartolagem atrapalha uma barbaridade o desempenho técnico das nossas seleções e dos nossos times, eu não tenho dúvida, até porque os nossos times jogam três vezes por semana e não há Cristo que agüente.** O relator dirige-se ao presidente e encerra a sua participação num primeiro momento.

A plenária em ação – O senador Gilvam Borges é o primeiro inscrito (...) O senhor conhece o doutor Ricardo Teixeira há muitos anos? **J.K: Conheço desde 1989, 90, quando ele se elegeu presidente da CBF.** G.B: O senhor teve algum relacionamento, algum interesse contrariado? **J.K: Por ele?** G.B: Sim. **J.K: Jamais!** G.B: Frequentava as reuniões com ele, nas decisões, por que como jornalista, o senhor sempre deu uma cobertura, é um profundo conhecedor, que dizer, é um especialista na matéria de esporte, é reconhecido nacionalmente e um excelente jornalista, agora, o senhor frequentava o seu gabinete, do doutor Ricardo Teixeira? **J.K: Jamais entrei no gabinete dele, conheço o gabinete da presidência da CBF, se ele se mantém o mesmo, no período em que Giulite Coutinho foi presidente, estive lá com o presidente Giulite Coutinho duas vezes, com Ricardo Teixeira eu tive uma relação inicial, digamos, pouco amistosa, porque a revista que eu dirigia, a Placar, ao se referir a eleição que o levou a presidência da CBF, caindo de pára-quadras por ser genro de João Havelange, disse que aquela eleição não podia de forma nenhuma ser comparada a um colégio de freiras, e ele durante um bom tempo, recusou-se a falar para a Placar e pra mim, tempos depois, um amigo comum, que trabalhava na Rede Globo, vez uma aproximação e nós almoçamos e passamos a nós entender, e a partir daí, até depois da Copa de 90, nos falávamos com alguma**

frequência por telefone, até que, a partir da derrota da Copa de 90, e pra mim, da clara demonstração de que ele não iria cumprir nenhuma das promessas que havia feito para se eleger, no sentido da modernização do futebol, eu comecei a criticá-lo, criticá-lo, criticá-lo, e a partir daí deixamos de nos falar, e aí passou a me processar com alguma frequência e nos vemos no fórum. G.B: As revistas de esportes têm verba

publicitária da CBF, eu lhe confesso que não conheço. **J.K: Que eu saiba não, o senhor sabe que eu sai da Placar em 95, eu dirigi Placar entre 79 e 95, foram 16 anos, nunca teve publicidade nem da CBF, nem da Federação Paulista.** G.B: Nem para outras

revistas, ao nível de imprensa, de um modo geral? **J.K: A CBF não é anunciante, não é senador.** G.B: Ela não é anunciante? **J.K: Não.** G.B: Não tem verbas publicitárias para a

imprensa a nível nacional? J.K: Não, nunca vi a CBF fazer anúncio nem coisa alguma.

O senador Geraldo Cândido é o próximo a questionar Juca Kfourri, concorda com o depoente sobre a questão do futebol brasileiro atual ser uma caricatura do futebol do passado, aborda na seqüência a ingerência que a Nike possui sobre a seleção brasileira, pois além de possuir o contrato com a CBF, detém o contrato sob oito jogadores da seleção principal. Juca concorda e reforça, (...) **eu acho que é exatamente isso senador, quer dizer, o futebol é um negócio grande demais para estar na mão de tão pouca gente, parodiando Churchil quando disse que a guerra é um assunto muito sério para deixar na mão dos militares, eu diria ao senhor que o futebol é um assunto sério demais e grande demais para ficar na mão desta cartolagem que infelicita o nosso futebol, e há uma piada a respeito disso, quando Deus criou o mundo ele resolveu pôr no Brasil os melhores jogadores, e o italiano reclamou, mas porque que lá no Brasil os melhores jogadores, ele disse, você vai ver os cartolas que eu vou pôr lá, vão ser os piores, é isso, é exatamente isso! A maioria dos senadores deixa para questionar Juca Kfourri na sessão secreta que se realizará a seguir.** O senador **Ney Suassuna faz uma importante observação no final da sessão, (...) embora pertença à comissão eu ainda não tive a oportunidade de vir a nenhuma sessão, porque sempre tem coincidido com outras sessões onde eu tenho tido a obrigação de presidir, mas esse é um assunto que é incrível, a comissão de economia tem menos importância do que essa CPI, porque é um assunto que todo brasileiro quer saber, e todo brasileiro quer que conserte, por isso eu acho que a responsabilidade nossa nessa CPI é muito grande, e se pudermos fazer algo que traga de volta o nosso futebol arte eu estarei aqui colaborando .** O

senador Álvaro Dias encerra a sessão aberta para dar início a sessão sigilosa, mas antes de finalizar o encerramento é interpelado por Juca Kfourri, (...) senador, eu só gostaria, na sessão pública, entregar ao senhor, eu não vou dizer que aqui tem fruto de 30 anos de trabalho, mas certamente tem aí uns 12 anos de trabalho e eu ponho a sua disposição, da mesma maneira que evidentemente me ponho à disposição para ajudar a quem de direito digirir tudo que está aí (entrega ao presidente duas grandes pastas).